Angelita Alves de Carvalho

Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2014

Angelita Alves de Carvalho

Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG

Tese apresentada ao curso de doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de doutor em Demografia.

Orientador: Profª. Laura Lídia Rodríguez Wong
Co-orientador: Profª. Paula Miranda-Ribeiro

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2014

C331i
2014

Carvalho, Angelita Alves de.
Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG [manuscrito] / Angelita Alves de Carvalho. – 2014.
315 f., enc. : il.
Inclui bibliografia (f. 270-294) e apêndices.

Orientador: Laura Lídia Rodríguez Wong.
Co-orientador: Paula Miranda-Ribeiro.

Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

1.Fecundidade humana - Minas Gerais - Teses. 2.Demografia - Teses. I.Wong, Laura Lídia Rodríguez. II.Miranda-Ribeiro, Paula. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV.Título.

CDD: 312

FICHA CATÁLOGRÁFICA PREPARADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DA FACE/UFMG
JN019/2013

Folha de Aprovação

"Sempre fica um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas" (Tomas Gray)

Aos meus queridos pais e irmãos

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Deus, que vem guiando os meus caminhos e escolhas até aqui, colocando sempre pessoas iluminadas ao meu lado e me dando forças nos momentos difíceis.

À toda a minha família, meus queridos pais, pelo amor e compreensão. Vocês são os grandes responsáveis pela pessoa que sou hoje. Aos meus queridos irmãos Ângelo e Ângela e cunhados Roxana e Ricardo, o apoio e a confiança de vocês foram indispensáveis e me deram forças a cada momento que pensei em desistir. Em especial à irmã Angélica, que me acolheu de casa e coração abertos, dividindo diariamente minhas angústias e expectativas deste período. Aos sobrinhos Pedro e Ricardinho, pelas alegrias.

Ao Elisson, que de tão perto acompanhou essa minha trajetória, pelos muitos diálogos trocados, pelas muitas palavras novas que aprendi. Mas minha gratidão, carinho e admiração é por principalmente ter resistido, sempre muito calmo e racional, às minhas mudanças de fases.

À minha orientadora Laura, pelo intenso aprendizado e apoio que me proporcionou ao longo destes anos, contribuindo muito para a minha formação como pesquisadora. Agradeço ainda sua confiança em relação ao meu trabalho e à minha pessoa.

À Paula, minha co-orientadora, por todo o carinho com que sempre me tratou, pela confiança em minhas capacidades, em especial como professora. Além disso, tenho que agradecer pelo grande aprendizado adquirido em suas disciplinas, não somente relacionado ao conteúdo (raça/cor, religião e métodos qualitativos) mas especialmente à didática e estilo.

Ao CEDEPLAR e aos meus professores, os quais honram os títulos que possuem, pois são verdadeiros doutores no que fazem. Tenho muito orgulho e me considero uma pessoa extremamente privilegiada por ter sido aluna deste Centro.

Aos professores que participaram de minha banca de qualificação, José Eustáquio, André Caetano, Aguinaldo Lopes e Ana Paula Verona, o meu agradecimento pelas críticas e sugestões.

Aos casais entrevistados, que em meio a tanta correria do dia-a-dia, encontraram um tempo para me contar suas experiências de vida. Além do muito obrigada gostaria de dizer que aprendi muito com cada um de vocês.

Aos colegas da coorte 2010, pelas muitas dúvidas e angústias, pelas amizades e experiências partilhadas. Foi um grande estar com vocês esta etapa.

À Júlia, que pela simples vontade de ajudar, tanto me auxiliou nas análises no Stata e regressões.

Aos demais amigos, de quem por longos períodos tive que me separar, obrigada por terem compreendido minhas ausências e falta de sociabilidade. A torcida, que sempre foi grande, e o estímulo de vocês, foram muito importantes pra mim.

Ao CNPQ, pela bolsa de doutorado que permitiu que eu chegasse até aqui, e em especial pela taxa de bancada, a qual foi indispensável para o meu aperfeiçoamento e realização de minha pesquisa de campo.

À todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que a realização desse trabalho se tornasse possível.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher

TAC – Teoria da Ação Conjuntural

TCP – Teoria do Comportamento Planejado

TDIC - Traços de Desejos e Intenções de Comportamento

TFT – Taxa de Fecundidade Total

TP – Teoria da Preferência

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **19**

2 FECUNDIDADE ABAIXO DO NÍVEL DE REPOSIÇÃO E O HIATO ENTRE FECUNDIDADE DESEJADA E REALIZADA **26**

2.1 A Fecundidade no contexto da Segunda Transição Demográfica (STD) 27

2.2 A transição da fecundidade no Brasil e alguns *insights* sobre o futuro 34

2.3 Indicadores de preferência reprodutiva e suas críticas 44

2.4 A discrepância entre fecundidade desejada e realizada 49

3 DESEJOS E INTENÇÕES DE FECUNDIDADE **55**

3.1 Teorias sobre desejos e intenções reprodutivas 55

3.1.1 Teoria do Comportamento Planejado (Theory of Planned Behavior) 55

3.1.2 Modelo de Traços de Desejos e Intenções de Fecundidade (Traits-Desires-Intentions-Behaviour) 63

3.1.3 A teoria da Preferência (Preference Theory) 66

3.1.4 Modelo micro-macro da fecundidade e seus determinantes (A macro-micro model of fertility and its determinants) 70

3.1.5 Teoria da Ação Conjuntural (Theory of Conjunctural Action) 71

3.2 O processo de tomada de decisão por filhos entre casais e relações de gênero 76

3.2.1 O papel dos homens das decisões reprodutivas 89

3.3 E agora? 92

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **95**

4.1 A análise quantitativa 96

4.1.1 O modelo Logístico 102

4.2 A análise qualitativa 109

4.2.1 Técnica de coleta de dados 111

4.2.2 População em estudo e procedimentos para seleção e recrutamento dos entrevistados 115

4.2.3 O recrutamento, as entrevistas e transcrições: as experiências e mudanças de rumo à partir do campo 118

4.2.4 Perfil dos entrevistados 128

5 RESULTADOS QUANTITATIVOS 134

5.1 Análise descritiva: Perfil da satisfação de fecundidade 134

5.2 Análise descritiva: perfil das mulheres com discrepância de fecundidade ... 140

5.3 Modelos Logísticos Binomial e Multinomial para explicar a discrepância de fecundidade e sua relação com variáveis sócio-demográficas 153

6. RESULTADOS QUALITATIVOS 171

6.1 Resumo das trajetórias de cada entrevistados e do casal 172

6.2 Formação dos desejos e intenções de cada um dos cônjuges 189

6.2.1 Contexto envolvendo o ambiente macro 189

6.2.2 Contexto envolvendo o ambiente micro 193

6.2.2.1 A importância das estruturas esquemáticas e culturais 193

6.2.2.2 As motivações para os desejos de fecundidade 198

6.2.2.3 O número de filhos desejados 203

6.2.2.4 As preferências por sexo 207

6.3 Planejamento por filhos pelo casal e a influência dos viabilizadores e das restrições reais do comportamento de fecundidade 209

6.3.1 Mudanças no ciclo de vida 209

6.3.2 Relação entre os desejos dos parceiros e suas influências mútuas 211

6.3.3 Comportamento percebido sobre se tornar pai/mãe 216

6.3.4 A influência das redes e da pressão social sobre o comportamento de fecundidade 218

6.3.5 Relações de gênero e visão dos cônjuges sobre sua autonomia e seu poder de barganha quanto à tomada de decisão de ter filhos e trabalho doméstico ... 223

6.3.6 Conciliação trabalho-família 246

6.4 Comportamento e satisfação com a fecundidade 249

6.4.1 Satisfação de fecundidade 249

6.4.2 Visão da pa(maternidade) vivenciada e como se sentem em relação à sua realização como mães e pais 252

6.4.3 Casamento tardio, adiamento da (pa)maternidade e individualismo – possíveis explicações para mudanças nos planos de fecundidade 253

6.4.4 Casais sem filhos: dúvidas recorrentes quando ao comportamento de fecundidade 255

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 260

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 270

APÊNDICES 295

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Modelo Esquemático da Teoria do Comportamento Planejado..... 58

FIGURA 2 – Esquema da teoria do comportamento planejado aplicado à tomada de decisão da fecundidade 61

FIGURA 3 – Interação das redes familiares e a Teoria do Comportamento Planejado para predição do comportamento de fecundidade. 63

FIGURA 4 – Modelo de Traços de Desejos e Intenções de Fecundidade.....65

FIGURA 5 – Modelo micro-macro da fecundidade e seus determinantes (Inspirado em Colemam, 1990)..... 71

FIGURA 6 – Esquema do modelo teórico da construção das intenções reprodutivas e variáveis que interferem no comportamento reprodutivo de casais 94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Sistema de pontuação do Índice de Igualdade de Gênero 101

QUADRO 2 – Descrição das variáveis empregadas na análise descritiva e nos modelos de Regressão Logística 107

QUADRO 3 – Distribuição do número de entrevistas por perfil de idade das mulheres ao ter o primeiro filho e entrevistados..... 117

QUADRO 4 – Resumo dos resultados qualitativos, casais de alta escolaridade, Belo Horizonte, 2013..... 258

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas de acordo com o número de filhos desejados e nascidos vivos por grupo etário, Brasil 1996 e 2006. 136

GRÁFICO 2 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 discrepância de fecundidade e parturição, Brasil 1996 e 2006 141

GRÁFICO 3 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 segundo discrepância de fecundidade e parturição, Brasil 1996 e 2006 141

GRÁFICO 4 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 segundo discrepância de fecundidade e idade ao ter o primeiro filho, Brasil 1996 e 2006 142

GRÁFICO 5 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e uso de métodos contraceptivos, Brasil 1996 e 2006. 147

GRÁFICO 6 – Tendência Linear do percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e Índice de Gênero, Brasil 1996 e 2006. 151

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Perfil sócio-econômico e demográfico dos entrevistados, Belo Horizonte, 2013 132

TABELA 2 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas de acordo com o número de filhos desejados e nascidos vivos, Brasil 1996, 2006 135

TABELA 3 – Distribuição percentual de mulheres segundo discrepância de fecundidade e grupos de idade, Brasil 1996 e 2006. 138

TABELA 4 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas segundo discrepância de fecundidade e grupo etário, número de filhos desejados e parturição, Brasil 1996 e 2006 139

TABELA 5 – Percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e idade ao ter o primeiro filho, Brasil 1996 e 2006 143

TABELA 6 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 44 anos segundo discrepância de fecundidade e região geográfica, situação de domicílio, escolaridade e estratos econômicos, Brasil 1996 e 2006 144

TABELA 7 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 e 49 anos segundo discrepância de fecundidade e religião, trabalho remunerado, raça/cor, tipo de método contraceptivo e número de uniões conjugais, Brasil 1996 e 2006 146

TABELA 8 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e suas preferências por filhos e os desejo do marido por filhos, Brasil 1996 e 2006..... 149

TABELA 9 – Percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e suas preferências por filhos de acordo com o desejo do marido por filhos, Brasil 1996 e 2006 150

TABELA 10 – Percentual de mulheres entre 35 a 49 anos casadas/unidas com discrepância de fecundidade segundo variáveis proxies de equidade de gênero, Brasil 1996 e 2006 152

TABELA 11 – Modelo 1: Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade entre mulheres casadas/unidasde de 35 a 49 anos, Brasil 1996 (n= 1629) e 2006 (n=982) 157

TABELA 12 – Modelo 2: Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil 1996 e 2006 (n=2276) 160

TABELA 13 – Modelo 3 - Regressão logística Binária para explicar a discrepância de fecundidade entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil, 1996 e 2006 163

TABELA 14 – Modelo 6 (1996): Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade e sua relação com a parturição entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil (n= 1043) 165

TABELA 15 – Modelo 6 (2006): Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade e sua relação com a parturição entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil (n=862) 166

TABELA 16 – Modelo 7: Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade e sua relação com a parturição entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil 1996 (n= 1905) 169

TABELA 17 – Média do número ideal de filhos respondidos pelos entrevistados (n=62) de acordo com a resposta da esposa e do marido segundo a parturição da mulher 204

TABELA 18– Distribuição percentual dos entrevistados segundo quem decide o que fazer com o dinheiro que ela/ele recebe (N=58*) 224

TABELA 19 – Distribuição percentual dos entrevistados segundo quem toma a decisão e tipo de casal (n=62) 227

RESUMO

No contexto da fecundidade abaixo no nível de reposição no Brasil e aumento da discrepância entre o número de filhos desejados e tidos, este trabalho analisa o processo de formação das intenções e a implementação das preferências reprodutivas de casais. O estudo foi dividido em dois grupos de objetivos. No primeiro, mostra-se o perfil das preferências e satisfação de fecundidade, destacando a importância da fecundidade insatisfeita por falta de filhos. Buscou-se ainda, por meio de modelos estatísticos, identificar a relação e a contribuição das variáveis sócio-demográficas, econômicas e de equidade de gênero para a determinação do comportamento da mulher em ter menos filhos que o declarado ideal. Para atender a esses objetivos utilizou-se os dados quantitativos da PNDS de 1996 e 2006. A partir deles verificou-se que a discrepância de fecundidade devido à falta de filhos cresceu consideravelmente no período analisado, e se correlaciona positivamente com a idade em que as mulheres se tornam mães, com sua escolaridade e inversamente com o desejo do marido. No segundo bloco de objetivos específicos, analisou-se a formação dos desejos e intenções por ter ou não (mais) filhos de cada cônjuge e sua discrepância e satisfação com a fecundidade realizada, identificando a participação dos homens nesse processo e as relações de gênero predominantes. Para tanto, elaborou-se a pesquisa de campo baseada no perfil de mulheres com falta de filhos delineados pelos dados quantitativos. Nesta etapa qualitativa foram realizadas entrevistas em profundidade individuais com cada cônjuge entre 31 casais em que as mulheres possuíam nível superior de escolaridade e zero, um e ou dois filhos em Belo Horizonte. Pode-se verificar a complexidade do processo de tomada de decisão por filhos e aprofundar na análise da discrepância e satisfação de fecundidade de cada cônjuge, especular sobre possíveis restrições à implementação das preferências reprodutivas e ainda questionar a validade das perguntas pertinentes aos atuais indicadores sobre as preferências reprodutivas.

Palavras Chave: fecundidade abaixo no nível de reposição, preferências reprodutivas, discrepância de fecundidade, fecundidade insatisfeita por falta de filhos

ABSTRACT

We analyze the process of setting up reproductive preferences intentions and corresponding implementation in the context of below fertility replacement in Brazil and the increasing discrepancy between the number of children desired and actually born. We have two groups of objectives. First, to portray the fertility preferences and satisfaction, highlighting the importance of discrepanct fertility due to lack of children among married women. We identify the relationship between the status of women to have fewer children than those she want and socio - demographic, economic characteristics and gender equi. We used quantitative data from DHS 1996 and 2006. Results indicate that dissatisfaction by lack of children grew considerably over the period, and it is positively correlated with the age at first child and schooling and inversely related to the husband's desire for children. The second set of goals analyzes the setting up of reproductive intentions and desires to have or not (more) children by each spouse and their discrepancy and satisfaction with their actual fertility, identifying the male involvement in the process and gender relationships predominant. A field research based on profile of lack of children women delineated by quantitative data was carried out. Individual interviews with each partner in 31 couples which women had higher education and zero, one and two children in Belo Horizonte, Brazil was done. We identify the complexity of the reproductive decision-making process trhough a deep analysis of discrepancy and satisfaction with the desired number of children by each spouse and speculate about the possible restrictions to implement the reproductive preferences. The results also point out whether current indicators for reproductive preferences are valid.

Keywords: below replacement fertility - reproductive preferences - discrepant fertility - dissatisfaction fertility by lack of children

1 INTRODUÇÃO

O comportamento reprodutivo, entendido como o processo de tomada de decisão sobre o número de filhos desejados e tidos e o momento em que estes ocorrem, tem sofrido fortes mudanças em todo o mundo, existindo uma tendência geral de redução do número de filhos por mulher. Os países desenvolvidos, especialmente, aqueles europeus, têm demonstrado um cenário de persistentes taxas muito baixas de fecundidade. Não diferente deste contexto, contudo em um período de tempo mais curto, muitos países em desenvolvimento também têm se destacado pela realização de suas transições de fecundidade. No ano 2000, a maioria dos países em desenvolvimento já havia experimentado uma redução substancial da fecundidade, passando, em muitos casos, de 6 e 8 filhos por mulher para 3 filhos ou menos (Henning, 2003). Assim, durante 1950-2000 o número de países com uma Taxa de Fecundidade Total (TFT) superior a 5 filhos por mulher diminuiu de 130 para 47. Por outro lado, o número de países com uma TFT igual ou inferior a 2,1 filhos por mulher aumentou de 5 para 63 países.

Especificamente no contexto da América Latina e Caribe, isto ocorreu num bom número de países, num período não maior a três/quatro décadas. Segundo a ONU (2012), existiam 14 países com fecundidade abaixo no nível de reposição no primeiro quinquênio de 2010[1]. Alguns se destacam, pela TFT bastante reduzida, como é o caso de Trindade Tobago (1,5), Aruba e Porto Rico (1,61), Santa Lúcia (1,63) e Cuba (1,68). O Brasil e o Chile destacam-se por terem apresentado uma das transições de fecundidade mais rápidas nesse grupo, com suas TFT's bastante declinantes nos últimos 40 anos. No contexto brasileiro, segundo os Censos do IBGE, a TFT era 6,3 filhos por mulher em 1960, passando para 4,4 em 1980, 2,4 em 2000, ficando abaixo no nível de reposição em 2004 até alcançar 1,77 filhos por mulher em 2013 (IBGE, 2011, 2013). Para os próximos

---

[1] No relatório de 2013 do DESA-UM, estes paises seriam: Trindade Tobago , Aruba, Porto Rico, Santa Lúcia, Cuba, Barbados, Brasil, Antilhas, Bahamas, Costa Rica, Chile, Jamaica, Uruguai e Martinique.

anos, as projeções indicam reduções da fecundidade, mas em um ritmo menos acelerado. O grau da desaceleração esperada, se é que virá, é fonte de amplo debate acadêmico nesse início da segunda década do século XXI, uma vez que, quanto menores são os níveis de fecundidade, maiores serão as distâncias entre a fecundidade observada e aquela declarada ideal pelos indivíduos (Cavenaghi & Alves, 2011; Rios-Neto, 2012).

Muitos estudiosos buscaram entender essas rápidas mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres com a contínua redução da fecundidade. Nos estudos demográficos, muitas teorias foram criadas a fim de explicar o declínio da fecundidade fornecendo vários caminhos para justificar sua redução. Entretanto, a tomada de decisão em relação ao número de filhos é um processo extremamente complexo, dado que há uma grande heterogeneidade no comportamento reprodutivo, o qual engloba dimensões biológicas, psicológicas, diádicas e sociais (Beckman, 1983).

Morgan & Taylor (2006) acreditam que, para compreender a baixa fecundidade contemporânea, é necessário entender os motivos que levam as pessoas a realizarem ou não suas intenções de fecundidade. Nesse contexto, tornam-se importantes os estudos que consideram as motivações e as decisões psicológicas para o comportamento do indivíduo. Ou seja, a chave para entender o comportamento de fecundidade está na análise dos desejos e das intenções de reprodução e não necessariamente da fecundidade em si. Assim, destacam a importância dos estudos das preferências reprodutivas. Estas representam um componente relevante, notadamente, nos casos em que a fecundidade está abaixo no nível de reposição, em que, provavelmente, há discrepância entre o número de filhos desejados e tidos, com uma possível demanda insatisfeita devido à falta de filhos (Philipov, 2009).

É cada vez mais comum, também no contexto latino-americano, o surgimento de mulheres que desejam ter um número maior de crianças do que efetivamente têm (Wong, 2009). No Brasil isso não tem sido diferente, haja vista que, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) DE 2006, o número médio ideal de filhos declarado para todas as mulheres brasileiras de 15 a 49 anos era de 2,1 filhos e a fecundidade observada

era de 1,8 filhos (Berquó & Lima, 2008), com o que haveria uma importante proporção de casais com menos filhos do que realmente possuem e que seriam, provavelmente, incapazes de implementar suas preferências reprodutivas.

Essa discrepância entre o número ideal de filhos declarado e a fecundidade observada seria um indicador de restrições que impedem os indivíduos de implementar suas preferências de fecundidade. Possibilita, também, refletir sobre até que ponto as respostas das pessoas refletem adequadamente suas preferências --acorde às severas críticas feitas aos indicadores que estão disponíveis sobre o tamanho desejado/ideal de família que se derivam dessas respostas (Thomson, 1997; Morgan & King, 2001; Santelli *et al.*, 2003, 2009)

De outra forma, a decisão de ter um menor número de descendentes do que o desejado é um resultado da pressão exercida pelo contexto econômico e sociocultural em que esta decisão é tomada (CEPAL, 1998). E se assim for, estaria o direito reprodutivo do casal de ter o número de filhos que deseja, em falta? Ou simplesmente seria a consumação de uma opção dos casais por uma nuliparidade e/ou poucos filhos frente a outros interesses? Independente da resposta, investigações que avancem nestas discussões são necessárias. A partir dos apontamentos sobre a satisfação dos casais quanto o seu número de filhos, e numa situação em que, mesmo em paises em desenvolvimento se discutem estratégias para aumentar o número de filhos que os casais têm, os resultados da presente análise servirão como importante subsídio para a formulação de políticas públicas de planejamento da fecundidade, conciliação de trabalho-família e respeito aos direitos reprodutivos.

A relevância das intenções reprodutivas e do comportamento de casais é reconhecida há muito tempo na literatura sobre a fecundidade (Ryder, 1973), mas são poucas as análises aprofundadas dos planos de engravidar e do comportamento reprodutivo, considerando ambos os parceiros (Fried & Udry 1979; Beckman *et al.*, 1983; Morgan, 1985; Thomson *et al.* 1990; Thomson, 1997; Thomson & Hoem, 1998). Apesar de existirem evidências consideráveis de que os desejos ou intenções do marido influenciam a fecundidade do casal, as pesquisas de fecundidade continuam a basear-se principalmente nos pontos de vista das mulheres. Em grande medida, a escassez de estudos pode ser atribuída

aos custos elevados de se estudar ambos os cônjuges nas pesquisas e à menor precisão que se costuma obter da fecundidade masculina.

Ainda existem muitas questões pouco ou não explicadas no que tange o processo de decisão sobre o tamanho final de família. Isso porque, como apontado por Miller *et al.* (2004), a reprodução tem suas motivações localizadas em duas estruturas separadas, tradicionalmente fixadas no homem e na mulher. Portanto, para que a reprodução desejada seja de fato alcançada, as motivações de ambos cônjuges devem, de alguma forma, ser integradas, o que torna o processo de tomada de decisão por filhos ainda mais complexo.

Logo, é bastante importante entender como as motivações, de cada um dos parceiros separadamente, sobre fecundidade interagem e se combinam, impulsionando uma ação conjunta, que é (não) ter filhos. Estudos revelam que as discordâncias do casal quanto às intenções e desejos de fecundidade resultam em vários processos alternativos de negociação e tomada de decisão, os quais devem ser analisados para se compreender como se dá a dinâmica reprodutiva. Dentre as várias possibilidades de solução, essas divergências podem ser resolvidas pelo exercício do poder de gênero (Thomson,1990). De acordo com Thomson (1997) e Puur *et al.* (2008), nas sociedades atuais, os desejos dos maridos têm maior influência sobre os desejos reprodutivos das esposas, dado que os casamentos em sociedades economicamente desenvolvidas apresentam menores desigualdades de gênero e o engajamento dos homens nas responsabilidades familiares é maior. Esse maior compartilhamento das responsabilidades e cuidados com os filhos poderia levar a um aumento nos desejos de fecundidade das suas parceiras. Mas, por outro lado, Puur *et al.* (2008) argumentam que os homens, com visões igualitárias, teriam seus custos de crianças superiores aos seus homólogos mais tradicionais, por investirem mais tempo e energia no cuidado de seus descendentes, o que poderia fazer com que estes reduzissem o número de filhos que desejam.

Tem-se a hipótese de que, apesar de as mulheres ainda ficarem com os custos físicos da gravidez e do nascimento, que biologicamente é delas, os homens passaram a ter um forte interesse nas decisões de fecundidade em função da influência da mídia, de instituições legais e da maior cobrança das mulheres em

relação às suas obrigações. Também se especula qual seria o real poder feminino e das instituições legais em tornar essa paternidade, de fato, uma paternidade responsável. Isso porque, apesar do aumento da escolaridade e da autonomia feminina em diversas áreas, o mesmo não tem acontecido dentro das famílias. Espera-se, por fim, identificar possíveis fatores que contribuam para uma melhor compreensão do fenômeno da fecundidade abaixo do nível de reposição no país, do contínuo aumento da discrepância entre uma maior fecundidade desejada e uma menor fecundidade observada entre casais e da participação dos homens na implementação das preferências reprodutivas das mulheres, e, portanto, do casal.

Atendendo às linhas anteriores, foi utilizada a combinação de metodologias quantitativa e qualitativa, uma vez que as estratégias típicas da primeira são insuficientes para abarcar a temática de pesquisa proposta, particularmente quando os fenômenos empíricos são demasiadamente complexos, como é o caso das preferências e satisfação de fecundidade de casais. Autores como Coleman (1990) e Casterline (1999) destacam a importância dos estudos qualitativos nas análises demográficas, visto que a "população" deve ser entendida como o resultado das relações concretas e cotidianas, em que se busca não somente entender o "como" e "porquê", mas também quais mecanismos e processos estruturais (macro e micro) inter-relacionam-se com o objeto de estudo em questão. Nesse sentido, foi realizado um estudo quanti-quali, com uma análise descritiva das preferências reprodutivas e da satisfação de fecundidade de mulheres no Brasil por meio dos dados da PNDS de 1996 e 2006, bem como uma análise qualitativa sobre as preferências reprodutivas de cada cônjuge, as decisões individuais e conjuntas para se ter filhos e os papéis de gênero vivenciados nesse universo, a partir da pesquisa de campo realizada com casais em Belo Horizonte (MG) em 2013. Esse enfoque quanti-quali, apesar de ocorrer em anos e dimensões diferentes[2], proporciona uma compreensão mais

---

[2] As pesquisas ocorrem em datas diferentes (1996, 2006 e 2013) e infelizmente não foi possível fazer um recorte dos dados quantitativos para Minas Gerais ou Belo Horizonte, uma vez que a PNDS não permite tais desagregações. Sabendo destes problemas, teve-se o cuidado de utilizar os dados quantitativos somente como pano de fundo para embasar as discussões sobre o perfil de mulheres com insatisfação por falta de filhos. Além disso, não é interesse deste estudo comparar os resultados quantitativos à análise qualitativa e nem fazer associação dos dados de campo com os dados da PNDS.

aprofundada sobre o processo de tomada de decisão por filhos em um contexto de fecundidade abaixo do nível de reposição.

A partir disso, o objetivo geral deste estudo é analisar os desejos, as intenções e a implementação das preferências reprodutivas de casais, identificando como as relações de gênero se combinam aos desejos individuais dos parceiros, a fim de configurar o processo de tomada de decisão por filhos, destacando a participação dos homens nesse processo.

Já os objetivos específicos são:

- Traçar um perfil da discrepância de fecundidade (diferença entre fecundidade desejada e observada) entre mulheres casadas/unidas de 35 a 49 anos no Brasil segundo variáveis sócio-demográficas, econômicas e de gênero;

- Identificar a relação e a contribuição das variáveis sócio-demográficas, econômicas e de gênero para a discrepância de fecundidade no Brasil;

- Analisar o histórico dos desejos e intenções por ter ou não (mais) filhos de cada um dos cônjuges e sua fecundidade realizada, identificando a participação do homem nesse processo, focando mulheres com educação superior;

- Desvendar as relações de gênero predominantes na relação conjugal, a satisfação de cada indivíduo com essa relação e a visão de cada um dos cônjuges sobre sua autonomia e seu poder de barganha quanto à tomada de decisão de ter filhos e tarefas domésticas;

- Averiguar a satisfação quanto ao número de filhos desejados e tidos de cada cônjuge, a fim de se obter elementos que indiquem se a discrepância entre a fecundidade desejada e a observada configura uma insatisfação e por tanto uma incapacidade de implementação de preferências reprodutivas e conseqüentemente, uma violação aos direitos reprodutivos;

- Questionar a validade das perguntas sobre os atuais indicadores sobre as preferências reprodutivas contidos nas PNDS's.

Esta tese é composta por mais 6 capítulos além desta introdução. No segundo discorre-se acerca da fecundidade abaixo do nível da reposição, do hiato de fecundidade, com destaque aos problemas dos indicadores de preferência reprodutiva e transição da fecundidade no Brasil. O terceiro apresenta as teorias sobre os desejos e intenções reprodutivas e sua relação com o comportamento de fecundidade, bem como mostra a relação entre as preferências reprodutivas de casais, gênero e papel dos homens nesse processo, com a indicação do arcabouço teórico utilizado como referência. O quarto trata dos aspectos metodológicos. O capítulo seguinte apresenta os dados e as análises quantitativas. O capítulo 6 analisa o conteúdo das entrevistas em profundidade com os casais. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 FECUNDIDADE ABAIXO DO NÍVEL DE REPOSIÇÃO E O HIATO ENTRE FECUNDIDADE DESEJADA E REALIZADA

A transição da fecundidade e o seu ritmo de mudança foram preocupações centrais de pesquisadores e formuladores de políticas no século XX. Demógrafos e cientistas sociais coletaram dados de pesquisa com informações detalhadas sobre os comportamentos reprodutivos e as atitudes dos indivíduos em muitos países. Essas pesquisas forneceram a base para a formulação de diversas teorias sobre a transição da fecundidade, especialmente aquela denominada Primeira Transição Demográfica[3]. Entre estas teorias se destacam aquelas pertinentes às alterações nas preferências e no comportamento dos indivíduos, sobretudo, o papel ou não da modernização (Notestein, 1953; Davis, 1963; Coale, 1979), outras que focam nas mudanças econômicas e no custo de oportunidade de tempo dos pais (Easterlin, 1975; Becker, 1981) e no fluxo de riqueza (Cadwell, 1976), e ainda teorias que privilegiaram a importância da cultura, das transformações ideacionais e de gênero, destacando o papel da difusão no processo de redução da fecundidade (Cleland & Wilson, 1987; Hammel, 1990; Rosero-Bixby & Casterline, 1993; Mason, 1997; McDonald, 2000).

A maioria desses estudiosos assumia que o crescimento da população, no longo prazo, seria próximo de zero, o que implicaria que a fecundidade, em média, estaria perto do nível de reposição, ou seja, com cerca de 2,1 nascimentos por mulher (Demeny 1997; Caldwell, 1982; Freedman e Berelson, 1974). No entanto, a fecundidade continuou caindo e passou a ter o seu nível abaixo de 2,1 em muitos países. Acompanhando esta redução da fecundidade houve também muitas alterações nos padrões de formação de família (diminuição da idade à

---

[3] Este arcabouço teórico se caracteriza pela atenção data à acentuada queda tanto da mortalidade quando da fecundidade. Foi formulado originalmente por Thompson (1929) e também compartilhado por Notestein (1945). A Transição Demográfica iniciou-se nos países desenvolvidos entre o final do século XIX e início do século XX, é um processo já finalizado na maioria destes e em andamento na maioria dos países em desenvolvimento. A transição demográfica é bastante discutida entre demógrafos, economistas, sociólogos, todos com intuito de entender os motivos que levaram à queda na fecundidade, bem como as perspectivas futuras desta.

primeira relação sexual, aumento da idade ao casar, dos divórcios e recasamentos, etc) e de estilo de vida da população (consumo, individualismo, secularização, etc). Tudo isso levou à especulação da existência do fenômeno peculiar conhecido como Segunda Transição Demográfica (STD) e então, novos *insights* e teorias sobre os determinantes do comportamento reprodutivo têm sido desenvolvidos para a análise, cada vez mais refinada e realista da mudança de fecundidade. Para se entender a tendência atual de queda da fecundidade e a expectativa futura da mesma nos países em que já se encontram as TFT's abaixo do nível de reposição – como é o caso do Brasil – é bom ter como ponto de partida inicial as teorias sobre a STD. Diante disso, este capítulo apresenta os conceitos e características básicas da STD, bem como as teorias sobre a continuada queda da fecundidade. As sessões seguintes fazem uma breve revisão sobre o processo de transição da fecundidade no Brasil e suas especificidades, além da apresentação dos principais indicadores de preferência reprodutiva e suas críticas e, por fim, uma discussão sobre o hiato entre fecundidade desejada e realizada.

2.1 A Fecundidade no contexto da Segunda Transição Demográfica (STD)

O termo Segunda Transição Demográfica (STD) foi criado por Lesthaeghe & Van de Kaa (1986) e proposto para identificar um novo estágio que se iniciava a partir dos anos sessenta do século XX, o qual era dependente da evolução demográfica dos países industrializados. A STD é caracterizada, justamente, pela ultrapassagem da fecundidade para níveis abaixo do 2,1 facilitado, principalmente, pela difusão contraceptiva. Embora não seja central a esta tese, a referência à STD torna-se importante, uma vez que esse arcabouço teórico proporciona a discussão sobre escolhas individuais de comportamento e estilo de vida, que direta ou indiretamente influenciam as preferências reprodutivas e a implementação destas pelos casais.

Nesse novo estágio, a ênfase é dada às mudanças de atitudes e comportamentos, consequência da individualização e da secularização, que potencializaram mudanças para novos padrões comportamentais. A STD seria

resultado da tendência do aumento do desejo de auto-realização, o qual leva as pessoas a centrarem suas vidas na materialização de desejos próprios da vida adulta. Essas alterações se explicavam por meio da visibilidade de uma reorientação de valores, sob a idéia da satisfação de necessidades pós-materialistas, como, por exemplo, a tolerância à diversidade, a liberdade de escolha, a auto-satisfação e a não aceitação da autoridade tradicional (Van de Kaa, 2001).

Especificamente quanto às mudanças na fecundidade, segundo Van de Kaa (1997), observa-se que, no período inicial da STD houve uma queda na taxa de fecundidade devido à uma diminuição do número de filhos nas idades avançadas do período reprodutivo. Posteriormente, a redução da fecundidade deu-se nas idades mais jovens, provocando uma estabilização em níveis baixos da mesma. Contudo, devido às influências do efeito tempo[4], posteriormente essa taxa poderia aumentar ligeiramente, em decorrência da realização de fecundidade daquelas mulheres que adiaram o começo da maternidade. Ou seja, a TFT de período seria reduzida mas a TFT de corte poderia se recuperar, mantendo-se ligeiramente mais elevada.

Van de Kaa (1987) assinala que essas mudanças no tempo de fecundidade aconteceram num contexto de crescimento do individualismo e de enfraquecimento da família. O que caracterizou essa segunda transição foi o baixo número médio de filhos em um momento de redução das taxas de nupcialidade, da elevação da idade média ao casar, da idade média da mulher à primeira gravidez e dos índices de separações e divórcios, do aumento no número de filhos fora do casamento, da maior pluralidade nos arranjos familiares (inclusive com a união homossexual), do crescimento da coabitação, de casais

---

[4] A temática do tempo na fecundidade foi introduzida por Ryder (1964), que desenvolveu o conceito de translação demográfica, a partir da observação da relação entre as taxas de fecundidade total de coorte e de período. Um enfoque relacionado também foi desenvolvido por Bongaarts e Feeney (1998), no qual o tempo foi vinculado puramente ações de medidas de período. Mais recentemente, Ortega e Köhler (2002) também avançaram no debate deste tema e onde se encontra maiores detalhes sobre o assunto. Resumidamente pode-se dizer que fecundidade de período, comumente usada, pode sofrer dois tipos de efeitos: efeito tempo e *quantum*. O quantum da fecundidade é dado pelo número de filhos da coorte sintética, independente do espaçamento e do efeito de composição por parturição. O tempo da fecundidade reflete o impacto do espaçamento decorrente da mudança na idade das progressões por parturição, sem afetar o seu quantum (Rios-Neto, 2005)

vivendo em casas separadas, da utilização generalizada de métodos eficientes de contracepção, por níveis cada vez mais elevados de escolaridade, da maior participação feminina no mercado de trabalho e de um crescente individualismo. Como consequência dessas mudanças, Van de Kaa (2008) revelou que, na segunda transição, o número de filhos tidos é sempre menor do que o desejado, diferentemente da primeira transição demográfica em que, na maioria das vezes, as mulheres tinham uma fecundidade acima do planejado - assim denominada na literatura - por excesso de filhos[5].

Ainda com relação à STD, apesar de muitos estudiosos afirmarem sua existência, não há consenso sobre sua validade e universalidade. Van de Kaa (2008) definiu-a como uma teoria em curso, sugerindo certa indefinição com relação aos seus rumos futuros, dada a incerteza da magnitude das implicações das mudanças nos padrões demográficos no longo prazo. Além disso, vários autores consideram a idéia de uma segunda transição como inapropriada, como é o caso de Livi-Bacci (2001), que acredita na existência de apenas uma transição demográfica, uma vez que, possivelmente, não haverá, novamente, uma situação de substituição de altas por baixas taxas de mortalidade e fecundidade.

Concordando com Livi-Bacci (2001), autores como Coleman (2004), embora realizando elogios à teoria, pelo seu poder de descrição e análise parcial de novas preferências de estilo de vida – que vêm ganhando evidência em muitas sociedades modernas nas últimas décadas– também criticou a teoria sobre a STD e questionou se, de fato, seria adequado utilizá-la como arcabouço teórico. Coleman questiona a respeito dos termos empregados, pois a STD não seria "segunda" nem "transição" e nem "demográfica", ela seria muito mais uma continuação da "primeira", do que realmente uma nova transição. E ainda, não seria demográfica, por não considerar os componentes básicos da demografia (nascimento e morte) como determinantes do padrão, da tendência e da estrutura da população. Por fim, afirmou que não seria uma transição propriamente dita, já que esta deveria ser completa, irreversível e compartilhada pela maioria dos indivíduos de uma população, o que também não é.

---

[5] Consequentemente, um número de filhos sobreviventes inferior ao número desejado, denomina-se fecundidade discrepante devido à falta de filhos.

Caldwell (2008) criticou os termos de "Primeira" e "Segunda Transição Demográfica", por considerar que os mais apropriados seriam "primeira" e "segunda transição da fecundidade", uma vez que a transição da mortalidade, apesar de ter sido um determinante significativo do declínio da fecundidade, não pode ser enquadrada nos mesmos períodos de tempo que contemplam as duas transições da fecundidade. Para o autor, o maior controle e redução da fecundidade é resultado de outras transformações na sociedade, tais como a adiamento e redução nos casamentos, nascimentos mais tardios, maiores taxas de divórcio, entre outros. Assim, muitas dessas mudanças abordadas pelo arcabouço teórico da STD não precederam a revolução contraceptiva, mas se seguiram e podem ser explicadas por ela.

Uma outra grande questão que envolve a fecundidade na segunda transição demográfica é a dúvida se a tendência de queda da fecundidade irá continuar ou não. Lutz (2007), a partir de vários estudos nos quais são apresentados diferentes argumentos que sugerem maior ou menor fecundidade no futuro, aponta que existe praticamente o mesmo número de argumentos em ambas as direções, não conseguindo chegar a uma base para a ponderação dos mesmos, ou projetar um efeito líquido estimado. Mas percebe-se que, ao longo das últimas três décadas, as taxas de natalidade têm diminuído em quase todos os países, e se estima que mais da metade da população do mundo apresenta uma fecundidade abaixo do nível de reposição (Wilson, 2004). Um número crescente de países (34 países) possui taxas de fecundidade que não estão apenas um pouco abaixo do nível reposição, mas bem abaixo deste, em que a Taxa de Fecundidade Total está igual ou menor que 1,5.

Ao se considerar que a tendência de queda da fecundidade irá continuar para os próximos anos, Lutz & Skirbekk (2005) discutem a idéia da armadilha da baixa fecundidade, em que autores apontam para as causas demográficas, econômicas e sociológicas do fenômeno bem como suas conseqüências para os países, notadamente, seu impacto sobre as políticas públicas. Os autores abordam o efeito tempo em países de baixa fecundidade e argumentam que, se tal armadilha existir, então tem-se reforçada a necessidade de implementação imediata de

políticas que dariam um impulso à curto prazo para elevação dos níveis da fecundidade de período.

Apesar da falta de consenso sobre a segunda transição, muitos estudos têm sido desenvolvidos para compreender o comportamento dos indivíduos nesse novo contexto, sobremaneira, para se entender os determinantes da queda da fecundidade na segunda transição. Nesse sentindo, uma característica importante destacada por vários autores na STD são as mudanças nas assimetrias de gênero, as quais revelam a importância de identificar a relação entre equidade de gênero e transição da fecundidade (Mason, 1986, 1997, 2001; Morgan & Niraula, 1994; McDonald, 2000).

A inserção da temática de gênero para entender as reduções de fecundidade foi inicialmente desenvolvida por Mason & Taj (1987), os quais sugeriram que, se for verdade que as mulheres preferem ter menos filhos que seus os maridos, então uma maior autonomia feminina dentro do relacionamento implicaria mulheres mais propensas a ter uma baixa fecundidade.

Morgan & Niraula (1994) também mostram que há uma forte ligação entre os argumentos teóricos que ligam as desigualdades de gênero e autonomia feminina com os dados de fecundidade. Por meio do estudo realizado em duas localidades rurais do Nepal, em que havia um contraste acentuado de desigualdade de gênero, foi identificado que sociedades em que as mulheres eram mais autônomas e existia menor desigualdade de gênero, estas eram menos propensas à intenção de ter filhos adicionais e, se pretendessem ter mais filhos, teriam maior propensão a utilizar contracepção. Especificamente, a maior desigualdade de gênero levaria à preferência em maior número por filhos. Assim, os autores afirmam que, no contexto social em geral, as diferenças na autonomia das mulheres são os principais determinantes das diferenças de fecundidade nestas duas localidades analisadas.

McDonald (2000) avança e trata da relação entre equidade de gênero e níveis muito baixos de fecundidade. O autor verificou que aqueles países com níveis mais baixos de fecundidade parecem mostrar incoerências entre mudanças institucionais em favor da equidade de gênero e as infra-estruturas necessárias

para apoiar essas mudanças. A mulher possui melhores oportunidades em termos de educação e emprego, mas inexiste uma rede de apoio (creches, políticas de proteção à maternidade e similares) que seja suficiente para ela ter filhos e se manter economicamente ativa ou independente. Dessa maneira, emerge a importância do estudo das decisões individuais em torno da fecundidade, do papel dos parceiros e familiares, influenciado pelos comportamentos decorrentes das construções sócio-culturais do masculino e do feminino.

Mason (2001) também se debruça sobre esta questão e discute os estudos de McDonald (2000), os quais considera limitados, pois atribuem a variação da fecundidade pós-transição às mudanças no sistema de gênero. A autora sugeriu uma relação a partir das mudanças no sistema familiar, em que os papéis vivenciados pelo casal passam à dar suporte às atividades das esposas que investem na carreira, por intermédio da partilha das tarefas domésticas e educação dos filhos com o marido. Nesses casos, então, a mulher poderia manter a fecundidade no nível de reposição. Para a autora, em alguns países o desenvolvimento econômico e modernização parecem trabalhar em conjunto para aumentar a participação das mulheres no setor moderno da economia. Assim, a fecundidade declina e o tempo que as mulheres têm disponíveis para atividades extra-domésticas aumenta, não só devido à diminuição da fecundidade, mas também em função da maior longevidade.

Nessa situação, a entrada das mulheres jovens no mercado de trabalho torna-se cada vez mais atraente para os empregadores e para as mulheres jovens e suas famílias. Contudo, os governos não apóiam a independência das mulheres com programas para tornar a maternidade e emprego compatível, e o problema é que as mulheres, muitas vezes, podem preferir o caminho de não ter filhos. Como muitos países em desenvolvimento têm uma forte tradição de contar com as famílias para garantir a seguridade e bem-estar social, o desenvolvimento de programas projetados para acomodar essas novas atitudes da mulher e objetivos parece distante (Mason, 2001).

Nos países em que a fecundidade é muito reduzida, tal como a Suécia e Holanda, o que se percebe é que a fecundidade aumenta à medida que há avanço em prol da equidade de gênero dentro das famílias. Por outro lado, o desequilíbrio de

gênero entre os cônjuges em relação aos níveis de educação, emprego e divisão das tarefas domésticas e os cuidados com os filhos têm contribuído para a baixa fecundidade nos países desenvolvidos (McDonald, 2000).

Mais recentemente, McDonald (2013) afirma que Teoria da Equidade de Gênero em relação à fecundidade relaciona fecundidade muito baixa à incoerência nos níveis de equidade de gênero nas instituições sociais de orientação individual e instituições sociais de orientação familiar. Nas economias avançadas as mulheres são capazes de competir igualmente nas instituições de orientação individual, como a educação e o mercado de trabalho. No entanto, enfrentam um dilema se as instituições tem orientação familiar, particularmente se refletem seu papel dentro da família, restringindo sua capacidade de cumprir as suas aspirações como indivíduo. Nessa circunstância, as mulheres devem pesar suas aspirações para a conquista do emprego no mercado de trabalho, contra as suas aspirações e de seus parceiros em relação à família. Algum nível de tensão entre essas aspirações concorrentes é inevitável em quase todos os casos, mas em que o nível de pressão é maior para algumas mulheres que optam por evitar o papel da família ao invés do individual, ou seja, elas provavelmente não irão formar um relacionamento permanente, ou não terão filhos, ou terão menos filhos do que pretendiam. Assim, os países que reduzem o nível de pressão por meio de abordagens institucionais que atendem às necessidades de conciliação entre o trabalho e a família terão maior fecundidade do que aqueles que deixam as mulheres sozinhas com o dilema da escolha entre o trabalho e a família.

Mason (2001) afirma que regimes de fecundidade abaixo do nível reposição surgirão em muitos países em desenvolvimento, caso os governos não garantam uma mudança igualitária dos sistemas de gênero, evitando assim, no médio prazo, que a população envelheça muito e que o crescimento seja negativo.

As abordagens apresentadas sobre a transição da fecundidade são específicas dos países desenvolvidos. Apesar disso, são, normalmente, generalizadas para outros contextos. É relevante destacar que em muitos países esse processo não seguiu o padrão europeu. Alguns países apresentam especificidades importantes para a queda da fecundidade, como é o caso do Brasil.

2.2 A transição da fecundidade no Brasil e alguns *insights* sobre o futuro

O Brasil teve a sua transição demográfica iniciada a partir da década de 1940, com o declínio da mortalidade, e somente a partir dos anos 1960 iniciou-se mais intensamente o processo, de forma geral e rápida, do declínio da fecundidade. Este assumiu uma forma mais consistente durante as décadas de 1970 e 1980 em todas as regiões brasileiras, inclusive nas áreas rurais e nos grupos sociais mais pobres (Simões, 2006). O processo de queda da fecundidade no Brasil tem sido objeto de múltiplos estudos, os quais tentam identificar os determinantes sócio-econômicos mais relevantes desta mudança. Um dos estudos pioneiros para entender a queda da fecundidade no Brasil foi o de Carvalho, Paiva & Sawyer (1981), que destacam a importância da monetarização da economia; a ampliação e diversificação da cesta de consumo, dada a inclusão de bens industrializados; a destruição da economia de base familiar, bem como a consequente expansão e homogeneização do mercado de trabalho assalariado, que fizeram com que as taxas de fecundidade reduzissem. Já Merrick & Berquó (1983) consideram que os determinantes socioeconômicos foram mais relevantes para a mudança de fecundidade no Brasil, entre eles se destaca o aumento da educação, principalmente entre as mulheres; a urbanização; a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o acesso aos meios de comunicação de massa. Isto teria feito com que se definissem outras prioridades, em detrimento ao papel de mãe. Há também aqueles que enfatizam os aspectos relacionados à economia de subsistência, aos custos de reprodução e à demanda da força de trabalho (Paiva, 1987).

Faria (1989) centra suas análises nas políticas sociais de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de seguridade social e de atenção à saúde, implementadas pelo Estado brasileiro nos anos 1980 para explicar a redução da fecundidade, que foi uma consequência não antecipada desse processo. Seguindo essa mesma linha, Faria & Potter (1999) atentam para o papel da televisão sinalizando que não havia desenvolvimento econômico e social generalizado, mas sim a submissão dos padrões de comportamento do Centro-Sul, onde os meios de comunicação - principalmente a televisão e programas como novelas - passaram

a ter papel importante na veiculação desses padrões (poucos filhos e famílias pequenas) para outras regiões e grupos sociais.

Nesse sentido, Carvalho (1974) afirma que não foi por acaso que a queda da fecundidade teve seu início no final dos anos 1960, nas grandes cidades da Região Sudeste, entre as mulheres com um maior nível de instrução. Segundo o autor, estas cidades concentravam o conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais que poderiam interferir decisivamente para a mudança no regime de alta fecundidade. Esses fatores seriam: as oportunidades de emprego no mercado formal de trabalho, incluindo o trabalho feminino; o acesso a todos os níveis de instrução; o acesso aos serviços de saúde ligados ou não à Previdência Social, entre outros.

Em torno de 15 anos depois, o Brasil começou a reduzir sua fecundidade também nas regiões Norte e Nordeste (Potter *et al.*, 2010). A transição de altas taxas de fecundidade para níveis abaixo da substituição parece ser fortemente relacionada com alterações nas circunstâncias sócio-econômicas (Potter *et al.*, 2002).

A queda da fecundidade no Brasil diferencia-se de muitos países, pois apesar da pressão social oriunda do movimento feminista e por vários grupos defensores dos direitos da mulher e dos direitos reprodutivos na década de 1970, a garantia do direito de acesso aos contraceptivos modernos nunca foi concretizada em políticas de planejamento familiar[6], ou seja, outras estratégias foram utilizadas pelas mulheres para atingirem seus objetivos de terem menos filhos (Fonseca-Sobrinho, 1991).

Apesar da inexistência de políticas de planejamento familiar, o uso de contraceptivos foi apontado como um dos determinantes da rápida queda da fecundidade. Caetano (2001) revela que essa falta de políticas levou ao acesso diferenciado dos métodos pela população, e que nos cenário de escassez de opções contraceptivas e empobrecimento criou-se uma 'cultura da esterilização',

---

[6] A primeira lei de planejamento familiar foi aprovada em 1996, mais de 30 anos após o início da queda da fecundidade (Lei 9263) (Wong & Perpétuo 2006). Ela legalizou a esterilização voluntária e permitiu que fosse feita pelo o Sistema de Saúde Pública. Ela também implementou regras para a esterilização, como por exemplo, idade e parturição mínimas e a proibição da esterilização logo após o parto.

em que este método tornou-se um ponto final natural da vida reprodutiva de muitas mulheres, sendo considerado tão natural quanto a menarca e a menopausa.

São vários os atores institucionais, incluindo o Estado, a Igreja Católica, movimentos de mulheres, o setor público de profissionais de população e saúde, quem tiveram influências importantes embora imprevistas e não intencionais (Martine, 1996). Alves (1994) na grande revisão sobre as principais vertentes de explicação para a queda da fecundidade no Brasil destaca, ainda, o papel das relações de gênero entre os casais e a autonomia da mulher para a redução da fecundidade.

Cavenaghi (1997) afirma que, embora não exista uma resposta simples e comum que explique as razões que levaram à queda da fecundidade nos países em desenvolvimento, sabe-se que o desenvolvimento econômico não se constituiu um pré-requisito, como ocorreu nos países desenvolvidos. Nos países da América Latina e Caribe, a taxa de fecundidade se reduziu mesmo com o empobrecimento da população e em locais com baixo grau de desenvolvimento econômico.

Santos (2006), por outro lado, mostra que a transição demográfica no Brasil tem sido muito mais acelerada que nos países desenvolvidos e pode ser considerada uma das mais rápidas do mundo, pois "*nos países desenvolvidos, o processo de declínio na fecundidade se deu em um período de 80 a 100 anos, no Brasil, ele transcorreu em aproximadamente 30 anos*" (Santos, 2006, p. 11). Brito (2007) destaca a velocidade da transição no país mas defende que esta, entretanto, não difere do que vem passando outros países latino-americanos e asiáticos. Para o autor, são bastante explícitas as duas fases da transição demográfica brasileira: a primeira, com um acelerado crescimento demográfico em função do declínio da mortalidade e da manutenção da fecundidade em um patamar muito elevado, até a segunda metade dos anos 1960; e a segunda fase, imediatamente posterior, quando a fecundidade começa, ainda, a declinar e o ritmo de crescimento da população inicia a sua desaceleração, que se prolongará até a primeira metade do século XXI.

Ao classificar os países da América Latina e Caribe segundo quatro etapas da transição da fecundidade, correspondentes ao período 1995-2004[7], Chackiel & Schkolnik (2003) mostram que o Brasil está entre os países em transição avançada. Contudo, se a mesma classificação fosse feita com os dados de 2005 e 2006, o país estaria num estágio de transição muito avançada. Apesar dessa classificação de país em transição avançada, Berquó & Cavenaghi (2004) revelaram que houve nos últimos anos uma tendência de rejuvenescimento da fecundidade, com aumento significativo da contribuição dos grupos de idade entre 15 a 24 anos. Essa tendência foi observada desde os anos 1980 até a década de 2000. Já em 2010, os dados mostram uma pequena redução da fecundidade no grupo de 15 a 19 e uma tendência, assim como nos países desenvolvidos, de adiamento da fecundidade. Rosero-Bixby *et al.* (2008) afirmaram que em vários países da América Latina, inclusive no Brasil, especialmente, as gerações mais jovens e mais escolarizadas estão iniciando um processo de adiamento da fecundidade. Rios-Neto & Guimarães (2013) também demonstram o grande efeito da escolaridade para a redução da fecundidade em vários países da América Latina, inclusive no Brasil, e sugerem que, se permanecer a tendência de aumento da escolaridade no país, notadamente, do ensino superior, haverá, nas próximas décadas, um continuado declínio da fecundidade, para patamares menores que 1,5 filhos por mulher. E se, ao mesmo tempo, não houver melhorias nas políticas de conciliação trabalho-família, o Brasil pode seguir um caminho muito parecido com aquele percorrido pelos países europeus como Espanha, Portugal, Itália e Grécia.

Cavenaghi & Alves (2011), ao analisarem a fecundidade abaixo do nível de reposição no Brasil e os diferenciais sócio-econômicos, apontam que as mulheres terão filhos cada vez mais tarde, devido ao aumento da escolaridade. Para os autores, já é bastante comum a troca da tradicional frase "ter tantos filhos quanto Deus quer" para "um é bom, suficiente" quando as mulheres são questionadas sobre o número de filhos desejados. Os autores sugerem que a fecundidade no

---

[7] Transição incipiente: Guatemala e Haiti; transição moderada: Bolívia, Nicarágua, Honduras, e Panamá; transição plena ou em progresso: El Salvador, Peru, Equador, Venezuela, República Dominicana, Colômbia, Costa Rica, México, e Panamá; transição avançada: Argentina, Chile, Uruguai e Brasil e transição muito avançada: Cuba (Chackiel & Schkolnik 2003, p. 34).

Brasil continuará se reduzindo nos próximos anos, talvez para níveis comparáveis àqueles dos países mediterrâneos.

Cavenaghi & Alves (2013) têm reforçado a tendência de adiamento da fecundidade e acreditam que este deve ser seguido por um aumento do número de mulheres com parturição zero e um. Ao mesmo tempo, os autores acreditam que isso ocorrerá de maneira desigual, uma vez que mulheres com menor renda e menor escolaridade ainda terão pelo menos uma criança em idades jovens e, embora possam ocorrer adiamentos, este grupo ainda estará longe de empurrar a idade de nascimento do primeiro filho para idades acima de 25 anos, como ocorre em alguns países europeus. Já as mulheres, nos grupos de renda mais elevados e mais escolarizados, irão adiar o nascimento do primeiro filho e, em várias delas, permanecerão sem filhos ou terão apenas um em idade próxima ao final do período reprodutivo. Os autores também apontam para o crescimento do grupo de mulheres sem filhos, os quais estariam surgindo em virtude de relações de gênero pouco equitativas e à falta de preparação por parte do Estado e do mercado de trabalho para o cuidado e educação infantil, o que continua de responsabilidade delas. Tudo isso torna a atribuição de ser mãe incompatível com as aspirações profissionais e de realização pessoal das mulheres, levando muitas a optarem por não terem filhos. Por outro lado, os autores ainda destacam as menores chances da mulher encontrar um parceiro para criar um filho dentro do *mercado matrimonial tradicional,* em que elas superam em número os homens – fenômeno mais acentuado em idades mais velhas – ou são mais escolarizadas o que levaria direta ou indiretamente ao aumento nos percentuais de mulheres sem filhos ou com produção independente.

Seguindo esta proposta sugerida Cavenaghi & Alves (2013) é importante salientar, assim como defendido por Kohler *et. al* (2002) que, cada vez mais, nos estudos de baixa fecundidade haverá uma consideração da interação social e seus efeitos sobre a dinâmica das alterações no tempo e *quantum* na fecundidade, através de um efeito *feedback.* Pois se as tendências sugeridas acima se comprovarem então os efeitos multiplicadores sociais tenderiam a aumentar o nível de ajuste do comportamento, nesse caso de adiamento e redução da fecundidade, em resposta às mudanças socioeconômicas; e, cada

vez mais, a interação social poderia levar a um movimento de contra inércia normativa (que é ter filho) e assim haver uma mudança do padrão de preferências por filhos e também de fecundidade devido ao intercâmbio das experiências de fecundidade entre os indivíduos.

Paralelamente ao adiamento da fecundidade, os dados do IBGE apontaram para mudanças na nupcialidade, com um aumento das uniões consensuais que passaram de 6,5% em 1960 para 36,4% em 2010. Por outro lado, o casamento apenas no civil aumentou de 12,8% para 17,3%, no período. O grande declínio deu-se nas formas de casamento religioso, tanto o civil e religioso, quanto o casamento só religioso. No conjunto, os dois caíram de 81%, em 1960, para 45,3%, em 2010.

Apesar dessas mudanças, não houve grandes alterações na idade média ao primeiro casamento que de acordo com Fussel & Palloni (2004) era em média para as mulheres em de 22,2 anos em 1960; 23 anos em 1970; 22,7 anos em 1980; 22,3 anos em 1990 e 22,7 anos em 2000. E segundo os dados do IBGE (2011a), essa chegou a 23,1 anos para as mulheres e 25,9 anos para os homens em 2010, sendo que a Região Sudeste apresentou as maiores médias de idade ao casar (27 anos para homens e 24 para mulheres). Uma explicação para o esse padrão de formação familiar precoce é que o efeito de adiamento da união causado pela expansão educacional tenha sido compensado pelo aumento na proporção de uniões consensuais, que são uniões menos dispendiosas. Esse panorama latino-americano contrasta com a situação vivenciada pelos países europeus e norte-americanos, onde as mudanças econômicas, sociais e demográficas como a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade (principalmente feminina), entrada da mulher no mercado de trabalho levaram a um adiamento da idade média a união (Fussel & Palloni, 2004).

Acompanhando a tendência de aumento das uniões consensuais também aumentaram as dissoluções (divórcios diretos sem recurso e separações), que segundo as Estatísticas do Registro Civil do IBGE (2011b) são impactos das medidas legais ocorridas na última década, sobretudo, a partir de 2007, quando os divórcios puderam ser requeridos por vias administrativas, nos Tabelionatos de Notas, havendo consenso e inexistindo filhos menores de idade ou incapazes. O

percentual de pessoas divorciadas quase dobrou, passando de 1,7%, em 2000, para 3,1% em 2010, isto é, para cada quatro casamentos, foi registrado o término de um.

Especificamente, no contexto de Belo Horizonte (MG), Simão *et. al.* (2006), ao analisarem se existem diferenças nas idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho quando se comparam mulheres de diferentes coortes de idade na cidade, mostram que a geração mais jovem está começando a vida sexual mais cedo do que iniciavam as mulheres mais velhas. A diferença na idade de iniciação fica em torno de três anos, sendo 18 anos a idade mediana de primeira relação sexual, para as mais jovens, e 21 anos, para as mais velhas. Também existem diferenças no comportamento da idade de nascimento do primeiro filho, em que, embora as mulheres da geração mais jovem estejam iniciando a vida sexual mais cedo do que as da geração mais velha, elas estão tendo o primeiro filho um pouco mais tarde. Os autores cogitam duas hipóteses para explicar este resultado. Primeiro, a maternidade pode estar acontecendo mais tarde, mesmo em vista do início da vida sexual mais cedo, em função do maior acesso à contracepção nos dias atuais. Em segundo lugar, a maior escolaridade das mulheres mais jovens, em relação às mais velhas, pode funcionar como fonte de conhecimento e de transformação de atitudes em relação ao comportamento sexual, conjugal e reprodutivo. Assim, mulheres mais escolarizadas tendem a adiar a entrada na maternidade. Os resultados não indicam, porém, diferenças na idade à primeira união das mulheres das diferentes gerações. Ao longo destes 20 a 30 anos que separam estas coortes, a idade de primeiro casamento permaneceu praticamente a mesma, em torno dos 23 anos.

Espera-se para o Brasil nos próximos anos, especialmente para o grupo de indivíduos mais escolarizados e de maior renda, adiamento da idade ao casar e daquela para ter o primeiro filho, fenômenos típicos de populações que se encontram nos últimos estágios da transição demográfica. Sendo este o caso do Brasil, significará o aumento de gestações de risco acentuado e, consequentemente novas exigências a serem atendidas, como a reprodução assistida (REDE, 2009).

Segundo Borlot & Trindade (2004), a opção por uma gestação mais tardia pode acarretar alguns dilemas, tais como a dificuldade para engravidar futuramente. Uma das diferentes formas de compensar ou recuperar o adiamento da fecundidade, por exemplo, pode ser por meio da procura de uma companheira mais jovem, no caso de homens, ou de formas alternativas para se ter uma criança (reprodução assistida, adoção) no caso das mulheres. Para isso, essas mulheres têm encontrado respaldo nas inúmeras ofertas de tratamentos para esse fim, pois o mercado tem oferecido grande oferta de tecnologias médicas (ou de terapias) de reprodução aos casais. Contudo, como destaca Samrsla *et al.* (2007), esses tratamentos têm sido ofertados, predominantemente, pelo sistema de saúde suplementar ou privado, tornando restritas e desiguais as opções por tratamentos de reprodução assistida.

A partir do exposto, pode-se afirmar que o Brasil passou pela transição da fecundidade, cujo nível de fecundidade assemelha-se a vários países desenvolvidos que estariam inseridos na chamada STD. Isso, somado a outras mudanças sócio-culturais que o país vem experimentando, traz à tona a discussão acerca da inserção do Brasil no contexto de STD. Entretanto, apesar de o país já possuir a característica central que define a SDT, esta é insuficiente, já que a queda da fecundidade deve estar relacionada ao adiamento dos nascimentos, o que ainda não é tão visível à toda a população. Assim, paralelamente, dever-se-ia ter outras características, tais como o aumento da idade ao casamento, pois este comportamento reflete uma crescente importância da escolha livre do parceiro e a autonomia das mulheres (Lesthaeghe, 2010).

Dessa forma, como apontado no estudo de Minamiguchi (2011), apesar das transformações em termos de fecundidade e formação de famílias ocorridas no Brasil nos últimos anos, os padrões reprodutivos brasileiros parecem estar muito distantes dos países mais identificados com o cenário de uma STD. "Grande parte da evolução caminhou em torno de uma redução do hiato de gênero presente na sociedade, mas ainda assim, convivendo em grande medida com aspectos mais tradicionais que caracterizam os comportamentos de formação de família no país" (Minamiguchi, 2011, p. 124). Além disso, o autor destaca que Brasil apresenta alguns aspectos bastante incipientes e outros já mais consolidados. Contudo,

persistem marcantes desigualdades sociais internas, em que há particularidades locais, com tempos e intensidades divergentes e, ao mesmo tempo, a coexistência entre o "moderno" e o "tradicional", em que os valores mais tradicionais permanecem.

Entre esses valores, Cavenaghi & Alves (2011) indicam que, apesar de grandes passos terem sido dados em termos de empoderamento das mulheres e melhoria de suas condições de vida, em diversas áreas, na reprodução isso não foi alcançado. As mulheres têm um longo caminho a enfrentar para conseguirem compartilhar as responsabilidades de educar os filhos em igualdade com os homens. Isso ocorre porque muitas mulheres – em especial aquelas de grupos socioeconômicos menos favorecidos - vivenciam um processo de formação de famílias em idades bastante jovens, o que tem consequências tanto para seus estudos quanto para sua inserção profissional. Os conflitos da vida contemporânea conduzem ao desejo de ter um número menor de filhos, mas, ao mesmo tempo, as normas sociais e outras condições impulsionam tais mulheres para os padrões de vida tradicionais, em que a união e a gravidez são precoces.

Bruschini (2007) reforça a importância das abordagens de gênero, que são fundamentais para a compreensão do fenômeno da transição da fecundidade no Brasil na medida em que as desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade fazem com que os custos e os benefícios da geração e criação dos filhos sejam repartidos de forma desigual entre mulheres e homens, o que afeta as decisões sobre o comportamento reprodutivo e as formas de regulação da fecundidade.

Alves (2004) expõe que a queda das taxas de fecundidade e a entrada feminina no mercado de trabalho são reflexos de relações de gênero mais igualitárias e da autonomia feminina. Nesse contexto, surgiriam identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico, influenciando diretamente a reestruturação do modelo tradicional de família. O trabalho feminino, então, tem sido associado como causa ou condição para as mudanças nas relações de gênero e no formato das famílias. Contudo Sorj *et al.* (2007) mostram que

> "O novo modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da 'esfera pública', mas não foi acompanhado por

> uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a 'esfera privada', mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero." (Sorj *et al.*, 2007, p.2)

Marri & Wajman (2007) mostram que a mulher ser escolarizada, mais velha e estar em ocupações de melhor qualidade aumentam a probabilidade da esposa ser a provedora financeira do casal, ao mesmo tempo em que famílias situadas no quartil mais baixo da distribuição de renda também apresentam maior probabilidade de terem a esposa como principal provedora. Contudo, ser provedora, não qualificava a mulher para que esta seja dispensada de parte significativa dos afazeres domésticos. O tempo despendido pelo marido nestes trabalhos praticamente não muda com relação à sua maior ou menor participação no orçamento familiar e corresponde, aproximadamente, à metade do tempo gasto pelas esposas. Para as autoras, estas mulheres acabam sendo duplamente penalizadas, porque, do ponto de vista doméstico, apesar de serem as provedoras financeiras, isto não as libera das tarefas familiares tradicionalmente femininas. Do ponto de vista do mercado de trabalho, por outro lado, estas mulheres são discriminadas salarialmente, além de estarem sobre-representadas nos quartis mais pobres de renda, o que deprime o bem-estar destas famílias comparativamente às tradicionais.

O número de horas dedicadas pelos homens nos afazeres domésticos no Brasil é muito pequeno e os quais são responsáveis por menos de 15% dessa função. Já entre os casais DINC[8] essa participação atinge 25% de todo o trabalho doméstico, muito superior à proporção dedicada pelos homens nos demais tipos de família. Por esse motivo as mulheres nesse tipo de arranjo dedicam mais tempo ao trabalho produtivo que as demais, pois despendem menos tempo com os afazeres domésticos, seja por não possuírem filhos para cuidar, seja pela maior participação dos seus parceiros nas atividades domésticas. Também o total de horas dedicadas aos afazeres domésticos entre casais DINC é menor que entre os outros, onde o tempo aumenta em decorrência do aumento do número

---

[8] DINC é a sigla utilizada para descrever um o tipo de arranjo em que ambos de casal sem filhos em que ambos estão inseridos no mercado de trabalho, ou seja, a combinação das letras iniciais das palavras Duplo Ingresso, Nenhuma Criança. No inglês se usa DINC = *Double Income, No Children*, ou DINK = *Dual Income, No Kids* (maiores informações em Alves, Cavenaghi & Barros; 2010).

de filhos. O artigo ainda revela que quanto maior o número de filhos da família menor é o tempo dos cônjuges masculinos dedicado aos afazeres domésticos. Ou seja, o maior número de filhos sobrecarrega ainda mais as mulheres, onerando mais a sua dupla-jornada. Esses autores relacionam seus achados com a questão da baixa escolaridade e rendimento e à falta de iniciativa política para a conciliação trabalho-família (Alves, Cavenaghi & Barros, 2010).

Várias pesquisas apontam que a participação masculina no trabalho doméstico varia entre diferentes culturas e que as horas dedicadas pelos homens vêm aumentando, embora lentamente. Mais detalhes e discussões acerca da importância da divisão das tarefas domésticas e cuidados com os filhos sobre as decisões de fecundidade pelo casal serão apresentados no próximo capítulo.

2.3 Indicadores de preferência reprodutiva e suas críticas

As informações sobre preferências reprodutivas e correspondentes indicadores há muito tempo têm sido utilizados para determinar a demanda por crianças numa população (Mc Clelland, 1983). São, segundo Casterline & El-Zeini (2007), a mais importante das dimensões subjetivas da fecundidade quando se deseja avaliar em que medida os resultados desse processo de decisão por filhos são satisfatórios para os indivíduos.

Conforme Ryder & Westoff (1977), as medidas mais diretas e facilmente relacionadas à fecundidade são as preferências reprodutivas. Duas das medidas mais utilizadas para avaliar a preferência de fecundidade é o número desejado de filhos, normalmente captada a partir da pergunta sobre o número o tamanho ideal da família ou número ideal de filhos. No entanto, as preferências podem ser mensuradas de diversas formas, dentre as quais se destaca o papel das seguintes perguntas: qual a intenção por filhos do casal; se o nascimento do último filho foi desejado; se quer ter outra criança; e qual o total de filhos pretendido. Os autores valorizam muito a questão "Se você pudesse ter exatamente o número de filhos que deseja, qual seria este número". Campbell & Mosher (2000) enfatizam a importância de indicadores sobre o tempo da

concepção e querer um filho naquele momento, ou seja, identificar as gravidezes indesejadas e sua relação com aborto.

Existem claras diferenças no significado de indicadores de intenção e desejos reprodutivos, que podem ser bastante relevantes para as pesquisas e formulação de políticas públicas. A principal diferença entre os desejos e as intenções é que o primeiro reflete a vontade de alcançar um objetivo por algum tipo de ação, enquanto as intenções envolvem uma decisão específica para exercer uma meta acionável, associada com um compromisso e um plano para implementar essa decisão, em que as intenções estão sujeitas à restrições situacionais que atuam sobre fazer o que se quer. De outra forma, desejos são definidos como algo que é pensado de forma irrestrita, enquanto que as intenções incorporam fatores como as circunstâncias pessoais do indivíduo e as percepções que estes têm dos desejos dos seus parceiros (Miller & Pasta, 1994; Thonson, 1997).

Phillipov (2011) acredita que os demógrafos que analisam as intenções de fecundidade perseguem dois objetivos. O primeiro compreende o nível macro, a fim de se melhorar precisão das previsões de fecundidade. As intenções de fertilidade têm desempenhado um papel importante na pesquisa de fecundidade desde os anos 1950 (Morgan 1985) e um dos primeiros estudos sobre defender a validade das intenções foi o de Westoff & Ryder (1977), o qual mostrou que as intenções de fecundidade são um melhor preditor do comportamento fecundidade do que outros fatores, incluindo a parturição, intervalo de nascimento, educação, situação de emprego e religião. Recentemente, Liefbroer (2009), para os Países Baixos, e Morgan & Rackin (2010), para os EUA, mostraram que a fecundidade prevista não está longe de fecundidade atual, embora um grande número de indivíduos não atinja o número de filhos pretendido enquanto outros acabam com mais crianças do que pretendiam.

Apesar dessa história aparentemente positiva da pesquisa sobre as intenções de fecundidade, a maioria dos demógrafos concorda que atualmente a força de previsão da fecundidade a partir dos desejos e das intenções tem sido baixa. E é justamente essa lacuna entre intenção e comportamento de fecundidade que tem impulsionado os pesquisadores a investigar as razões pelas quais as pessoas não realizam sua fecundidade desejada.

Nesse sentido, para Phillipov (2011) esse seria o segundo bloco de objetivos, qual seja, o uso de microdados e métodos que levam à melhor compreensão dos fatores que conduzem à construção das intenções e posterior realização ou frustração das mesmas. Para esse objetivo utilizam-se os métodos econométricos aplicados aos dados de inquéritos. Contudo, os estudos sobre a realização de intenções são escassos por exigirem uma série de dados em painel, raramente disponíveis. Os dados transversais são mais frequentemente disponíveis e usados para explorar o impacto de diversos fatores na formação das intenções.

Nesse sentido, Iacovou & Tavares (2011) confirmam que uma das grandes dificuldades no estudo das intenções é a limitação dos dados. Elas defendem a importância de se estudar as mudanças das intenções de fecundidade, pois deixar de reconhecer que as intenções de ter ou não filhos mudam ao longo da vida implica acreditar que elas formam-se no início, continuam a ser um objetivo essencialmente estático a ser perseguido durante a vida reprodutiva, e no final da mesma se cumprem ou não. Portanto, a fecundidade deve ser pensada como um processo dinâmico, em que as intenções são revistas no desenrolar dos processos vitais. O estudo revela que a idade é um fator importante para as revisões das intenções reprodutivas, pois as intenções tendem a serem reduzidas com o avanço do período reprodutivo. Além disso, o estado conjugal mostrou-se relevante para as mudanças nos planos reprodutivos: as pessoas levam em conta os planos de fecundidade de seu parceiro e revêem os seus próprios planos, bem como o início de novos relacionamentos aumentam as intenções por filhos. Por fim, as mudanças nas intenções por filhos estão relacionados à própria experiência com a maternidade e com a paternidade, pois há um ajuste para cima ou para abaixo das intenções por filhos dependendo de quão positivas ou negativas são percebidas as vivências com os filhos.

Poucos assuntos na literatura demográfica são tão controversos como a medição de preferências reprodutivas e a avaliação das suas implicações. A controvérsia centra-se em torno da validade e da confiabilidade das respostas às perguntas sobre tamanho de família ideal, o desejo de continuar tendo filhos e o status de desejo dos nascimentos passados e sua relação em predizer o comportamento e os níveis de fecundidade. Caldwell (1985) foi um dos primeiros críticos das

medidas de tamanho da família ideal, dado que dependem de relatos de mulheres que podem ter pouca influência na tomada de decisões fecundidade.

Outros estudos nas décadas de 1970 e 1980, por sua vez, sugeriram que a informação é útil e não falha. Westoff (1990) analisou a declaração da intenção de ter ou não ter mais filhos e quão perto a proporção de mulheres que reportava querer mais filhos relaciona-se com a taxa de fecundidade. Os resultados demonstraram um alto nível de validade, com cerca de três quartos da variância na TFT associada com a porcentagem de mulheres que relataram que não queriam mais filhos. A associação entre a TFT e a taxa de prevalência do contraceptivo foi elevada, já que a prática contraceptiva é, naturalmente, a ligação entre as intenções e a fecundidade. Para o autor, a parte "inexplicada" dessa variância (com exceção do erro de medição) é composto por aquelas mulheres que não queriam mais filho, mas que não estavam praticando a contracepção (aquelas com uma demanda insatisfeita) e as mulheres que estavam praticando contracepção para o espaçamento ao invés de limitar os nascimentos. A conclusão seria que a medida sobre intenções reprodutivas tem um acentuado nível de validade e a sua inclusão nas pesquisas de fecundidade e contracepção é amplamente justificada.

Já Bongaarts (1992) investigou as medidas de preferência e concluiu que os indicadores do desejo das mulheres para continuar tendo filhos são considerados de confiança. Apesar de o tamanho desejado de família estar sujeito a algum viés, como por exemplo, a racionalização de nascimentos indesejados em que as mulheres tendem a declarar desejados os filhos que já possuem, ou não resposta, essa medida continua servindo à sua finalidade. Esse efeito da racionalização ocorre quando as pessoas ajustam os seus desejos em relação ao número de filhos que elas já têm, mas que assim como sugerido por Hakkert (2003), a racionalização pode existir em dois sentidos diferentes, ou seja, tanto as pessoas inflando os seus desejos por terem dito mais filhos que de fato desejavam, quanto diminuindo as suas expectativas, haja vista não terem atingido o tamanho de família idealizado. Já o segundo caso de racionalização tem recebido pouca atenção.

No entanto, essas medidas ainda continuam sendo contestadas porque, segundo Gauthier (2007), podem ser voláteis e, ao invés de refletir as preferências pessoais dos respondentes, podem espelhar mais as normas sociais locais. Por isso, Goldstein *et al.* (2003) recomendam o uso de um número ideal "pessoal" de filhos, uma vez que se espera que esta pergunta seja menos influenciada pelas normas sociais. Mesmo assim, os autores não acreditam que esse ideal personalizado possa significar as condições ideais de vida que as pessoas imaginam quando realizam essa construção mental, pois há um pouco de irrealismo e/ou imaginação nesta medida.

Sobre os problemas dos indicadores de preferência, Philipov *et al.* (2009) sugerem haver um hiato de fecundidade baseado no número pretendido ou esperado de filhos e no número de filhos que a pessoa tem ao longo da vida, o qual apresenta vários problemas. Um dos problemas é que a maioria dos entrevistados só saberá se eles realmente terão o número de filhos previstos décadas após as suas intenções terem sido medidas. Além disso, as informações sobre os obstáculos para engravidar só se tornam disponíveis quando já é tarde para uma intervenção de políticas. Assim, os indicadores sobre a fecundidade desejada podem ser muito gerais ou, até mesmo, imprecisos, já que não fornecem a informações realistas e em tempo hábil sobre os obstáculos que impediram que se cumprissem os desejos. Ou seja, raramente os indicadores disponíveis sobre fecundidade desejada refletem, de forma realista, as expectativas sobre ter um filho. Esses indicadores devem fornecer correta informação sobre os obstáculos à procriação e identificar aqueles que podem ser abordados por políticas relevantes.

Também Santelli *et al.* (2009) discutem sobre as explicações possíveis para essas aparentes contradições nas medidas de preferências reprodutivas, sugerindo que pretender engravidar pode ser distinto da vontade de estar grávida, o conceito de planejamento de uma gravidez pode não ser significativo para algumas mulheres; pode haver uma ambivalência sobre como evitar a gravidez e isso pode ser expresso no uso imperfeito da contracepção. Além disso, os autores apontam que as intenções de gravidez são o produto de múltiplas e complexas forças sociais e econômicas. Da mesma forma, esses estudos têm sugerido a

necessidade de considerar as atitudes, intenções e comportamentos dos parceiros do sexo masculino e a influência desses sobre as intenções das mulheres, uso de contraceptivos, e as decisões de fecundidade.

2.4 A discrepância entre fecundidade desejada e realizada

Embora a maioria das pessoas em países de baixa fecundidade relatarem que gostariam de ter dois ou três filhos (Bongaarts, 2001), a fecundidade permanece abaixo do nível de reposição, indicando uma incapacidade de alcançar a fecundidade desejada. Esse hiato entre fecundidade real e desejada é definido por Philipov *et al.* (2009, p. 71) como sendo "a observação de que a fecundidade atual é menor do que o número ideal de crianças ou o número de crianças que as pessoas desejariam ter em suas vidas". Esse fosso crescente tem sido, muitas vezes, conceituado como "necessidade não atendida de crianças", resultante das restrições biológicas, econômicas e sociais para se ter filhos (Philipov, *et al.*,2009; Liefbroer, 2009).

Essa discrepância entre as intenções e a fecundidade realizada deve-se, sobretudo, às mudanças no tempo da fecundidade, isto é, ao adiamento da maternidade para idades mais avançadas e à concorrência com outras atividades nas sociedades modernas, onde os casais têm preferências e/ou prioridades simultâneas. Como geralmente não podem cumprir todos esses desejos ao mesmo tempo (alguns podem até ser mutuamente exclusivos), eles acabam o seu período reprodutivo com menos filhos do que respondem em pesquisas que eles gostariam de ter (Demeny, 2003).

Estudos importantes sobre fecundidade real e desejada realizados por Bongaarts (2001, 2002) mostram, em vários países desenvolvidos, diferenças significativas entre o número pretendido de filhos e a taxa de fecundidade atual, revelando que há um grande número de mulheres que desejavam mais filhos do que tem. Indicam, ainda, que a diferença entre a média pretendida e a média de fecundidade alcançada tem aumentado nas últimas décadas. Ou seja, a queda da fecundidade para níveis abaixo da reposição não tem sido acompanhada por uma correspondência na queda nas intenções de fecundidade.

Na Europa, Goldstein *et al.* (2003) mencionam que, apesar dos declínios na fecundidade para patamares bem abaixo do nível de reposição, em muitos países europeus, mulheres e homens continuam a responder aos inquéritos que gostariam de ter, pelo menos, duas ou mais crianças. Apesar desse panorama, os autores evidenciam que o ideal de dois filhos pode estar começando a mudar em diversos países europeus, destacando os casos da Áustria e da Alemanha, onde as médias nacionais de filhos desejados caíram para níveis abaixo da reposição. As coortes mais jovens nestes países relataram ideais de tamanho das famílias ainda menor, com média de 1,7 filhos, sugerindo que a alteração no tamanho das famílias reais está, finalmente, começando a ter um efeito sobre os ideais de filhos das próximas gerações. O estudo conclui que o surgimento de intenções de fecundidade para níveis abaixo da reposição marca uma nova etapa dos regimes de fecundidade abaixo da reposição, e citam Bongaarts (2001, p. 276), o qual afirmou que "o tamanho desejado de família estável ou abaixo de dois é a questão mais crucial que determina a pós-transição da fecundidade".

Estudos como o Hagewen & Morgan (2005) e Bongaarts (1990, 2001) identificam, principalmente para contextos desenvolvidos e em desenvolvimento, um ideal normativo de intenção por dois filhos, produto resultante de duas forças opostas. Por um lado, há uma pressão, para cima, relacionada com as preocupações de se ter apenas uma única criança; por outro, há uma pressão para baixo relacionada com a idéia de que ter quatro (ou mesmo três) crianças seria uma grande família. Essa norma, com o transcorrer da vida, torna-se mais consistente e conhecida e, cada vez mais, as intenções de fecundidade convergem à norma social de dois filhos.

Bongaarts (2011) ainda revela que o registro empírico do tamanho desejado de família de dois filhos se refere a um menino e uma menina. Especialmente quanto à preferência por sexo, Mason & Taj (1987) concluem que, embora as diferenças nos desejos por sexo sejam pequenas e estatisticamente insignificantes, há uma tendência dos homens desejarem meninos e as mulheres, meninas. Essas diferenças nas preferências parecem ser mais comum em países com maior fecundidade do que em países de níveis mais baixos de fecundidade. Bongaarts (2011) acredita que parece razoável supor que o tamanho desejado da família

estabilize-se em cerca de dois, mas, tendo em vista o alto custo das crianças e a tendência para o consumismo e individualismo, não surpreenderá se o tamanho desejado de família cair ainda mais.

Nesse cenário, mesmo que seja um argumento relativamente transparente que os casais que não têm acesso a formas aceitáveis de contracepção têm mais filhos do que querem, e que a disponibilidade e acesso a tais serviços resultará no fechamento do hiato entre fecundidade realizada e desejada, é menos explícito o que deve ser disponibilizado para os casais que têm menos filhos do que eles dizem que querem. Pela experiência de diversos países com *lowest low fertility,* principalmente, aqueles da OCDE[9], as políticas para o aumento da fecundidade não tem sido tão eficazes para o aumento da fecundidade quanto se esperaria (Herán, 2013; Thévenon & Luci-Greulich, 2013). Apesar do crescente aumento do número de casais com "necessidade não atendida de crianças", pouca atenção tem sido dada às pessoas que têm menor número de filhos que o desejado, pois grande parte da literatura ainda tem se concentrado em fecundidade não desejada por excesso, ou seja, pessoas que têm mais filhos que o declarado desejado, particularmente nos países em desenvolvimento.

Adsera (2006), ao estudar a Espanha, expõe que o tamanho da família é o resultado de decisões sequenciais influenciado tanto pelas preferências e quanto pelas mudanças em curso no ambiente em que vive uma família. Percebeu-se – paradoxalmente– que o número de mulheres que têm menos filhos que gostariam vem aumentando nas últimas décadas. Com o desemprego elevado e persistente na Espanha, durante as duas últimas décadas, tem aumentado muito a incerteza econômica das coortes jovens, resultando em um adiamento da fecundidade. Essas mães "tardias" são menos susceptíveis a atingir o seu tamanho de família pretendido. Ainda, as características do trabalho em que as mulheres estão inseridas podem facilitar ou dificultar o duplo papel da mulher. A estabilidade do emprego do setor público diminui as dificuldades enfrentadas pelas mulheres de

---

[9] A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. Maiores informações em: http://www.oecd.org/

equilibrar trabalho e família, permitindo que alcancem a fecundidade desejada, tal como as mulheres inativas. Contrariamente, mulheres inseridas no setor privado e em empregos de contratos temporários, em que há grandes incertezas econômicas e maior incompatibilidade entre trabalho e família, apresentam maior percentual de fecundidade insatisfeita devido à falta de filhos.

Outro estudo feito por Hagewen & Morgan (2005), analisando e comparando a tendência do número esperado de crianças e fecundidade real nos EUA, identificou que, assim como na maioria das pesquisas, a intenção por filhos é maior que dois filhos e com isso muito superior aos níveis de fecundidade realizada. Além disso, os ideais e intenções dominantes entre os americanos são de duas ou três crianças e essas preferências têm persistido nas últimas três décadas, uma vez que as normas gerais sobre o tamanho da família mantiveram-se relativamente estáveis.

Régnier-Loilier & Vignoli (2009) examinaram as intenções e o comportamento de fecundidade na França e na Itália, comparando os diferentes aspectos da fecundidade (desejos, intenções, realizações e fatores associados) e testando as diferenças e semelhanças entre o modelo francês e italiano. Foi revelado que apesar do número desejado de crianças em ambos os países serem muito parecidos (dois filhos), a fecundidade realizada é muito diferente (1,3 na Itália e 2 na França). Um dos motivos é que existem diferenças no perfil de mulheres cuja fecundidade desejada é de um e de dois filhos em ambos os países, o que leva à resultados de fecundidade diferenciados. Além disso, e talvez mais decisivo para as diferenças nos níveis de fecundidade entre ambos os países, é que existem fatores objetivos (características sócio-econômicas tais como educação, emprego, renda e políticas de família) e subjetivos (projetos de vida das mulheres e relações de gênero) diferentes que ajudam ou obstacularizam a realização das intenções declaradas nestes países.

Dommermuth *et al.* (2009) verificam o papel das atitudes, normas e controle comportamental percebido no momento da decisão de ter um primeiro ou subsequente filho no contexto da Noruega. Verificou-se que nem todos os fatores sociopsicológicos influenciam o *timing* da decisão, e estes fatores parecem ser menos fundamentais na decisão de se tornar pai ou mãe pela primeira vez do que

na decisão de ter outro filho. Entre os homens, observou-se que uma visão positiva das consequências ou dos benefícios de ter outro filho influência diretamente o comportamento de fecundidade. As normas subjetivas foram importantes entre os homens sem filhos adulto, e foram a única explicação para as diferenças no tempo de decisões de fecundidade entre aqueles que ainda não se tornaram pais. Adicionalmente, a percepção do indivíduo de sua capacidade de superar as restrições em ter um (outro) filho tornou-se insignificante quando foram incluídas medidas objetivas de controle. Assim, as atitudes não são relevantes nas decisões sobre o *timing* de se tornar pai, talvez porque a questão para adultos sem filhos não é o *timing*, mas a decisão de ter um filho ou não.

Não somente em países europeus, mas também na América Latina, há um percentual surpreendentemente alto de mulheres que alcançam o fim de suas vidas reprodutivas com menos crianças sobreviventes do que seu tamanho ideal de família. Esse percentual varia de 24,2% de todas as mulheres com idades entre 45-49 na Nicarágua (1998) e 41,1% na República Dominicana (1996). Na República Dominicana e Guatemala, esse percentual é maior que as mulheres de 45-49 que excedem o tamanho de família declarado ideal (Hakkert, 2003). Para o autor, embora seja provável que o emocional e os custos econômicos associados a essa demanda não atendida por filhos sejam, muitas vezes, menores do que os gastos com a fecundidade em excesso, esse é um fato que não pode ser ignorado se o objetivo é quantificar a correspondência entre as preferências individuais e os resultados de fecundidade. No Brasil, o autor visualizou para 1996 que 30% das mulheres entre 45 e 49 apresentavam um tamanho de família menor que o declarado ideal.

Wong (2009) encontra resultados similares e mostra que o número de filhos desejados nos países analisados (Haiti, Colômbia e República Dominicana) são muito similares, independentemente da fase de transição da fecundidade nestes países e estrato social da população. A autora ainda revela uma queda da fecundidade considerável em todos os níveis sócio-econômicos, o que a faz sugerir que as mulheres de diferentes classes sociais, e não apenas de níveis sociais elevados, relatam ter menos filhos do que os desejados.

Também o estudo de Chackiel & Schkolnik (2003) mostra que alguns países possuíam um maior número de filhos desejados que a Taxa de Fecundidade Geral, especialmente o México. Para o Paraguai, Peri & Pardo (2008) verificam que, em geral, há uma tendência de insatisfação por falta de filho em quase todos os setores, pois as pessoas que terminaram o seu período reprodutivo com uma fecundidade satisfeita são somente aquelas pertencentes a setores socioeconômicos mais elevados e entre aqueles que tiveram dois ou três filhos. Quanto à demanda por falta de filhos, revelou-se que uma em cada três mulheres terminam o período reprodutivo com um menor número de filhos que o desejado.

Em suma, os fatores que levam a uma discrepância de fecundidade, entendida, a partir de agora, como sendo a situação de se ter menos filhos do que declarado desejado, parece divergir entre países e indivíduos. No geral, é possível dizer que variáveis ligadas às características sócio-demográficas dos indivíduos, tais como idade, escolaridade, renda, situação de emprego e políticas de conciliação trabalho-família podem fazer com que estes realizem mais ou menos as suas intenções de fecundidade. Por outro lado, questões ligadas à percepção individual e personalidade, tais como busca de ascensão e reconhecimento na carreira, visão da (pa)maternidade, compartilhamento das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, também parecem influenciar a implementação das preferências reprodutivas, tanto no que diz respeito no número de filhos tidos quanto no tempo em que estes se dão.

O próximo capítulo trata das teorias, bem como modelos que mostram o caminho percorrido pelos casais, para a tomada de decisão por filhos. Aborda também os principais estudos das preferências e comportamento reprodutivo envolvendo casais, com destaque para as relações de gênero e papel dos homens nesse processo.

3 DESEJOS E INTENÇÕES DE FECUNDIDADE

As abordagens apresentadas até aqui tendem a ter uma visão mais demográfica e podem ser classificadas como clássicas nos estudos de preferência e comportamento da fecundidade, tanto na primeira quanto na chamada segunda transição demográfica. Mas sabendo que o processo de tomada de decisão por filhos é bastante complexo, outras teorias, mais comportamentais e sociológicas, também se destacam para o entendimento do processo de decisão por filhos, especialmente aquelas que buscam explicar o processo de formação das intenções de fecundidade. Nesse sentido, este capítulo discorre, na primeira parte, sobre teoria e modelos sobre desejos e intenções reprodutivas. Na segunda sessão apresenta-se exemplos dessas teorias aplicadas em estudos de preferência de fecundidade e comportamento reprodutivo para diversos países. Ainda nesta sessão insere-se discussões acerca de como as relações de gênero e desejos dos homens contribuem para a análise desta temática.

3.1 Teorias sobre desejos e intenções reprodutivas

De acordo com Philipov (2011), intenções de fecundidade são movidas por diferentes conjuntos de fatores e relações. Teorias que analisam as intenções de fecundidade são necessárias para se conhecer realmente quais são os fatores e as relações que se referem diretamente às intenções e não necessariamente diretamente à procriação. Elas ajudam a compreender como os indivíduos constroem as suas intenções e por que algumas destas se realizam enquanto outras não.

3.1.1 Teoria do Comportamento Planejado (Theory of Planned Behavior)

Uma teoria sobre intenções de fecundidade que tem sido bastante discutida por demógrafos estudiosos do tema da fecundidade é a Teoria do Comportamento

Planejado (TCP). Esta teoria, proposta por Ajzen (1991) e, posteriormente, melhor elaborada por Ajzen & Fisbheinn (2005, 2010), nasceu a partir da Teoria da Ação Racionalizada a qual limitava-se a admitir a vontade das pessoas, mas não considerava os recursos para essa realização. A partir do momento em que se constatou que muitos comportamentos não estão completamente sob o domínio da vontade individual, uma vez que dependem de fatores externos, os quais, muitas vezes, fogem controle pessoal, surgiu a TCP.

Segundo a TCP, as intenções de fecundidade são assumidas como os fatores motivacionais que influenciam o comportamento, pois elas são indicações do quanto as pessoas estão dispostas ou planejando fazer um determinado esforço a fim de realizar um comportamento. Como regra geral, a teoria prevê que, quanto mais forte é a intenção de se engajar em um comportamento, mais provável deve ser o seu desempenho. Contudo, essas intenções de realizar determinado comportamento ficam sujeitas à percepção do indivíduo sobre o controle que ele possui sobre os fatores externos e na confiança da sua capacidade de realizar tal ação. Ou seja, a realização comportamental depende conjuntamente da motivação (intenção) e da capacidade (controle comportamental) de implementá-la. Três fatores formam a Teoria do Comportamento Planejado sendo o primeiro a atitude em relação ao comportamento o qual, se refere ao grau que uma pessoa é favorável ou desfavorável a um comportamento em questão. O segundo preditor é um fator social denominado norma subjetiva, que diz respeito à percepção da pressão social para realizar ou não o comportamento. Já o terceiro antecedente da intenção é o grau de controle comportamental percebido, ou seja, a facilidade ou dificuldade percebida de executar o comportamento (Ajzen, 1991).

Segundo Ajzen (1991), a intenção comportamental é dependente da aprendizagem cognitiva, que é responsável pela formação das crenças do indivíduo. Assim, o grau de controle sobre o comportamento tem por base as chamadas crenças de controle. Estas crenças de controle sinalizam a presença ou não de recursos e oportunidades que o indivíduo tem domínio. Isto torna a realização do comportamento mais fácil ou não, ou mesmo não realizável. Nesse sentido, o intercâmbio de experiências e informações acerca dos comportamentos

sobre diversos fatores interfere na percepção acerca do grau de dificuldade de realização de um determinado comportamento.

A TCP pressupõe que o controle comportamental percebido, juntamente com a intenção de comportamento, pode ser usado diretamente para prever a realização comportamental. Contudo, a teoria considera que ambos, as intenções e as percepções de controle comportamental, podem fazer contribuições significativas para a previsão do comportamento, e em qualquer aplicação, uma pode ser mais importante do que a outra e, de fato, apenas um dos dois preditores pode ser necessário. Quando os comportamentos não representam sérios problemas de controle, estes podem ser previstos a partir intenções com considerável precisão[10]. Mas é justamente provando, a partir de estudos em vários países, que a combinação de intenções e controle comportamental percebido é o que permite a previsão significativa do comportamento, que Fishbein & Ajzen (2010) mostram a validade da previsão geral da Teoria do Comportamento Planejado

Contudo, Ajzen (1991) alerta que três condições devem ser seguidas para a previsão exata do comportament. Em primeiro lugar, as medidas de intenção e de controle comportamental percebido devem corresponder ou ser compatíveis com o comportamento que está sendo previsto[11]. Ou seja, as intenções e percepções de controle devem ser avaliadas em relação ao comportamento de interesse e o contexto especificado deve ser o mesmo em que o comportamento é para ocorrer. A segunda condição para prever o comportamento é que as intenções e o controle comportamental percebido devem permanecer estáveis no intervalo entre a sua avaliação e observação do comportamento, dado que a interferência de eventos pode produzir alterações nas intenções ou na percepção de controle comportamental, prejudicando a previsão rigorosa do comportamento. O terceiro requisito para validade preditiva está relacionado com a precisão do controle comportamental percebido, porque a previsão do comportamento de controle

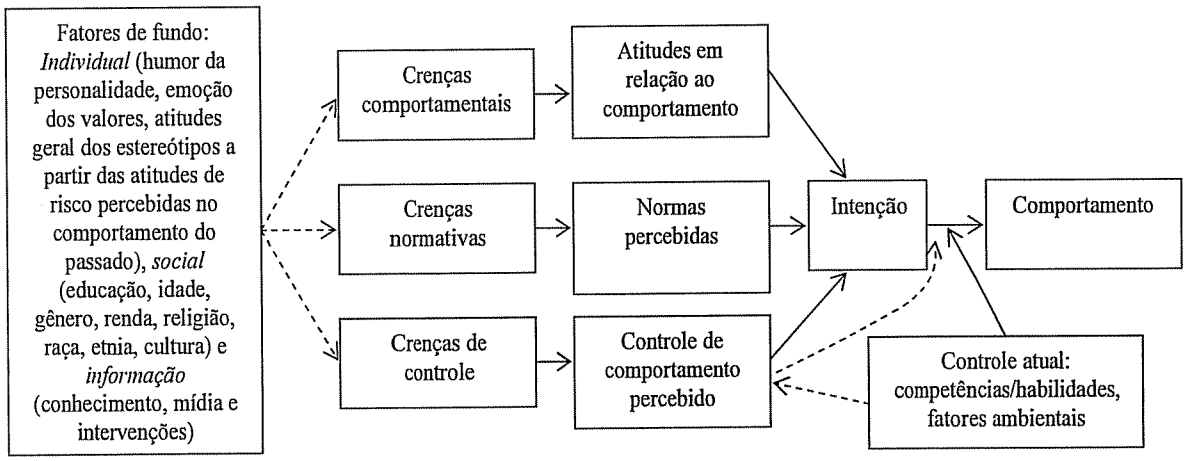
---

[10] Como, por exemplo o comportamento na escolha do voto ou do tipo de alimento que é ingerido.
[11] Ajzen (1991) dá um exemplo: se o comportamento a ser previsto é doar dinheiro para a Cruz Vermelha, então se tem que avaliar as intenções de doar dinheiro para a Cruz Vermelha, e não intenções para doar dinheiro em geral, nem intenções para ajudar a Cruz Vermelha, além, é claro, das percepções de controle de doar dinheiro para a Cruz Vermelha.

comportamental percebido deve melhorar na medida em que estas percepções reflitam, de fato, o controle real.

Além das condições descritas acima, a TCP postula a importância das crenças na determinação da intenção e, conseqüentemente, do comportamento. São justamente estas crenças que são consideradas como os determinantes predominantes das intenções e ações de uma pessoa. Três tipos de crenças são distinguidos: as crenças comportamentais, que são assumidas por influenciar as atitudes em relação ao comportamento, as crenças normativas, que constituem os fatores determinantes das normas subjetivas, e as crenças de controle que fornecem a base para a percepção do controle comportamental. Assim, tem-se que o comportamento é precedido da intenção, que é precedida da atitude em relação às crenças comportamentais, da norma subjetiva em relação às crenças normativas e do controle comportamental percebido em relação às crenças de controle. Essas crenças têm a função de mostrar os elementos exclusivos que motivam o indivíduo a fazer um determinado comportamento e/ou a impulsionar outras pessoas a seguir diferentes caminhos (Fishbein & Ajzen, 2010). A FIG. 1 representa o arcabouço teórico da TCP.

FIGURA 1 – Modelo Esquemático da Teoria do Comportamento Planejado



Fonte: Reproduzido de Fishbein & Ajzen (2010) e traduzido pela própria autora

Ajzen[12] desafiou os demógrafos a adequarem a sua teoria às intenções de fecundidade. Desde então, muitos pesquisadores tem respondido à esse chamado, fazendo suas críticas a ajustamentos a respeito da Teoria do Comportamento Planejado aplicado às decisões de fecundidade.

Um dos críticos à TCP são Morgan & Bachrach (2011), que questionam se a teoria desenvolvida por Ajzen é aplicada às intenções de fecundidade humana. Os autores começam argumentando que os modelos teóricos dominantes na demografia conceitualizam a fecundidade como resultado de um processo de tomada de decisão racional, em que os custos e benefícios são pesados nas ações. Já a TCP não assume racionalidade econômica, e propõe que o comportamento é o produto de intenções comportamentais, que são produtos das atitudes das pessoas e das normas subjetivas. Mas os autores perguntam: que tipo de controle existe? E mostram que é sabido que, ao longo das últimas décadas, cerca de metade de todas as gestações nos Estados Unidos foram não intencionais. Nesse sentido, questionam como alguém pode usar um modelo do comportamento planejado quando há evidências empíricas que mostram que a fecundidade não foi intencional. Isso revela que as pessoas não têm suficiente controle sobre a percepção de suas intenções. Além disso, os autores apontam quatro preocupações fundamentais. Primeiro, a TCP postula que o resultado da fecundidade são determinados de forma isolada a partir de outros resultados, no entanto, este resultado é bastante complexo (refletindo uma série de decisões: fazer sexo, usar contracepção, escolher abortar) e interdependente de muitos comportamentos da vida de outros (trabalho, parceria, casamento). Segundo, a TCP modela a intenção em um ponto no tempo, mas o planejamento da fecundidade ocorre em todos os momentos, se desenrolando ao longo de muitos anos. Em último, TCP está fortemente centrada no indivíduo que é influenciado pelas opiniões percebidas de outros, mas a teoria não considera as limitações materiais e incentivos para a procriação. Por fim, os autores concluem que o

---

[12] O autor foi palestrante na conferência *From intentions to behaviour: reproductive decision-making in a macro-micro perspective*, organizada pelo Projeto REPRO (*Reproductive Decision Making in a macro–micro approach),* localizado no Instituto de Demografia de Viena, e nesta ocasião fez o chamado a pensar a sua teoria para os estudos de fecundidade.

modelo é muito mais micro, pois não incorpora a influência de fatores externos ao indivíduo.

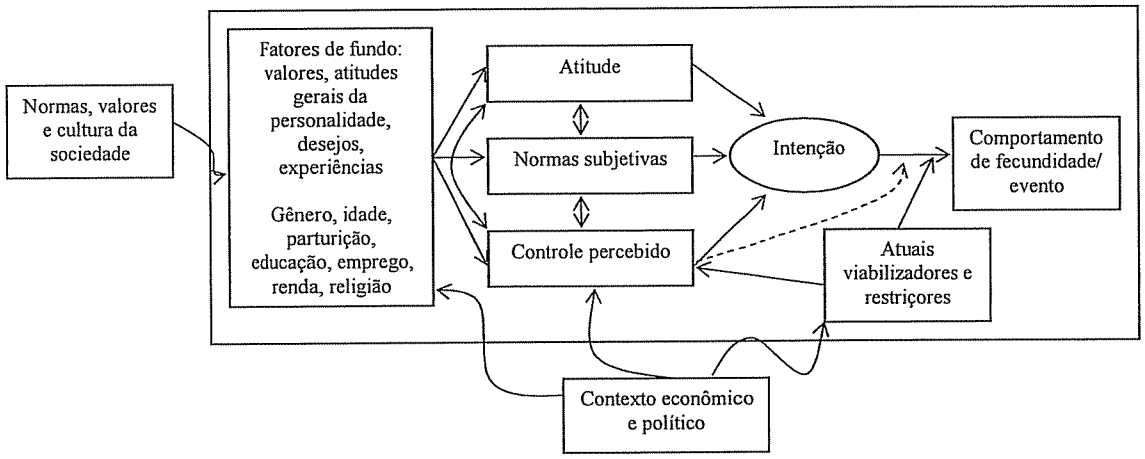
Liefbroer (2011) argumenta que a TCP não seria propriamente uma teoria, já que ela não contém os conceitos básicos de uma teoria e não revela quais argumentos precisam ser alimentados para o modelo. Com relação às críticas feitas por Morgan & Bachrach (2011), Liefbroer concorda que realmente a fecundidade pode ser o resultado de processos não intencionais, contudo, isso não prejudica a predição do comportamento sugerida pelo modelo. Por outro lado, o autor, ao contrário de Morgan & Bachrach, acredita que os contextos sociais podem influenciar os elementos da TCP de inúmeras formas e que o modelo é dinâmico e por isso consegue acomodar as mudanças das intenções de fecundidade sobre o curso da vida. Por fim, o autor conclui que a TCP incorpora os principais determinantes do comportamento social das preferências, normas e restrições que delineiam o comportamento da fecundidade e, por isso, pode ser uma ferramenta valiosa para aumentar a compreensão do processo tomada de decisão sobre a fecundidade humana.

Também Klobas (2011) discorre sobre a TCP e as críticas feitas por Morgan & Bachrach (2011), especialmente quanto à aplicabilidade à fecundidade humana. Para Klobas o TCP pode atuar como um modelo geral de como os seres humanos fazem escolhas no seu contexto social, tendo em conta diferentes percepções de controle sobre suas ações e, portanto, é um modelo apropriado para os aspectos de fecundidade humana onde as pessoas fazem escolhas sobre as quais têm diferentes níveis de controle, ou seja, aqueles sobre os quais tomam decisões conscientes ou fundamentadas. Contudo, Klobas pontua que a TCP não é um modelo geral de fecundidade humana. A autora ainda defende que, embora o modelo seja geralmente apresentado sob uma forma estática, ele não o é necessariamente. A autora ainda critica a falta dos fatores contextuais, pois o tomador de decisão individual é parte de um grupo social e do contexto cultural que, indiretamente, afeta as decisões de fecundidade. Do mesmo modo, as decisões de fecundidade estão localizadas em um contexto institucional e econômico que não só afeta o raciocínio sobre decisões de fecundidade e as

decisões em si, mas também pode definir os facilitadores e as restrições reais que tornam mais fácil ou mais difícil a ação sobre os planos de fecundidade.

Nesse sentido, então, Klobas (2011) faz uma adaptação do modelo (FIG.2) esquemático da Teoria do Comportamento Planejado aplicado às intenções de fecundidade onde incorpora algumas das críticas feitas por ela e por Morgan & Bachrach (2011). Deixa claro que acredita no poder de previsão do modelo, uma vez que este tem vários pontos que contribuem para o avanço nas teorias sobre o tema.

FIGURA 2 – Esquema da teoria do comportamento planejado aplicado à tomada de decisão da fecundidade



Fonte: Reproduzido de Klobas (2011) e traduzido pela própria autora

Na mesma direção Barber (2011) também comenta a Teoria do Comportamento Planejado e sua aplicabilidade aos contextos da fecundidade, e defende que embora as críticas à TCP como sendo muito lógica ou racional, Fishbein & Ajzen (2010) dizem no seu trabalho que a TCP não assume que o comportamento é racional. Eles admitem que os indivíduos podem armazenar tipos irracionais. Além disso, eles argumentam que as pessoas podem formar a intenção de se comportarem de maneiras irracionais. Barber (2011) afirma que os indivíduos podem formar intenções para se comportar de uma maneira, e não de outra forma, mas quando confrontados com situações reais e escolhas reais, eles podem ser guiados por emoções, excitação sexual e outras situações não controladas. Ou seja, para a autora qualquer modelo que tente prever o

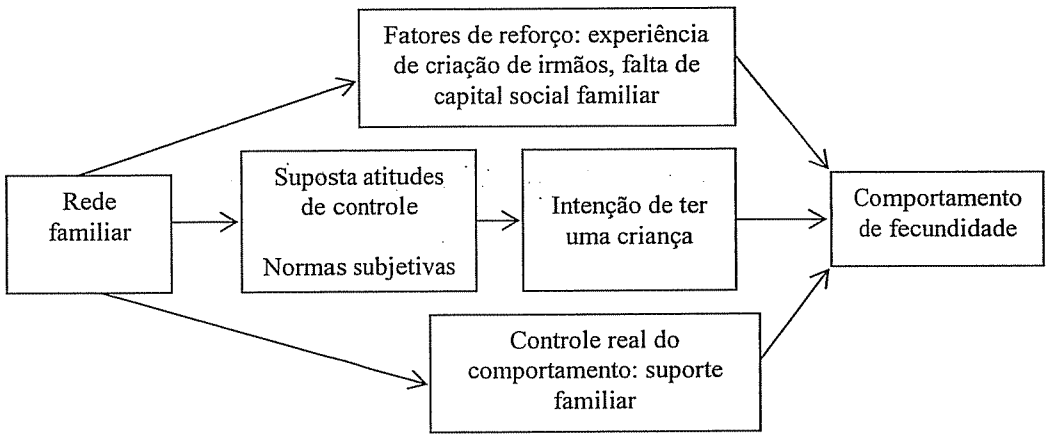
comportamento é complicado, pois as atitudes e intenções são dinâmicas, elas mudam ao longo do tempo, em resposta às forças de socialização e experiências sociais todos os dias. E no caso especificamente das experiências mais prováveis para produzir essas mudanças no contexto da fecundidade incluem namoro e relações sexuais com o sexo oposto, trabalho, educação, novos arranjos familiares e outras formas de interação social. E assim, novas experiências em todos estes domínios ocorrem a uma taxa particularmente elevada durante a transição para a idade adulta e como resultado, é bastante provável que as atitudes e intenções de fecundidade mudem rapidamente nestas idades.

Balbo & Mills (2011) vão além da perspectiva da Teoria do Comportamento Planejado e introduzem o impacto das redes sociais familiares na construção das intenções e do comportamento de fecundidade. Para as autoras existem duas formas de como as redes familiares interferem nas decisões de fecundidade: primeiramente a família pode ser uma fonte de capital social, em que a força e a qualidade dos laços familiares podem facilitar ou inibir a realização das intenções de fecundidade. E também porque a rede familiar pode ser considerada como um *locus* de interação social, onde os indivíduos se envolvem na comunicação de expectativas, apreendem e são influenciadas pelo comportamento uns dos outros.

A partir do arcabouço teórico da TCP, Balbo & Mills (2011) desenvolvem um quadro conceitual em que assumem que a rede imediata dos indivíduos familiares não influencia apenas as atitudes, o controle percebido e as normas subjetivas, mas também as fases de decisão do processo de intenções de fecundidade. E elas acreditam que esse efeito se fortalece quando os indivíduos são expostos à influência da família por um longo período de tempo. Como as intenções de fecundidade em geral envolvem um planejamento de longo prazo, os mecanismos intrafamiliares podem influenciar no controle comportamental real e agir como outros fatores que influenciam os resultados do comportamento de fecundidade. Assim, além das configurações institucionais (políticas familiares e a disponibilidade de creches públicas) e fatores demográficos individuais e sócio-econômicos (educação e situação de emprego), as autoras defendem que o contexto familiar afeta a capacidade de controlar e perceber o comportamento de fecundidade em um indivíduo. A rede familiar de um indivíduo é vista como capital

social e, portanto, uma fonte de estabilidade, bem-estar e recursos informais (por exemplo, informações, cuidados infantis, apoio econômico, emocional e informal) que pode influenciar a formação das intenções bem como facilitar ou inibir a realização das intenções já formadas. Nesse sentido Balbo & Mills (2011) expandem o modelo proposto pela TCP e desenvolvem o seguinte quadro teórico:

FIGURA 3 – Interação das redes familiares e a Teoria do Comportamento Planejado para predição do comportamento de fecundidade.



Fonte: Reproduzido de Balbo & Mills (2011) e traduzido pela própria autora.

Outro demógrafo que aproveitou o fervor das discussões citadas acima e também fez seus comentários à respeito desse tema foi Philipov (2011), que alerta para a importância de considerar, com mais precisão na teoria, a opinião do parceiro conjugal no conjunto de fatores que influenciam a formação e a realização das intenções de fecundidade pelas mulheres. Para o autor, a TCP é valiosa e deve ser acomodada ao estudo da fecundidade e para esse alojamento necessita-se da reconsideração de conceitos fundamentais como a definição de intenções em si, o que se refere à ação racional e o resultado desta ação, a definição adequada de controle percebido e real, entre outros conceitos.

3.1.2 Modelo de Traços de Desejos e Intenções de Fecundidade (Traits-Desires-Intentions-Behaviour)

Com intuito de entender a sequência pela qual traços motivacionais são traduzidos em desejos, intenções e o comportamento de fecundidade, Miller

(1994) desenvolve um outro quadro teórico para a compreensão do comportamento reprodutivo humano, o qual compartilha muitas características genéricas da TCP. Denominado Traços de Desejos e Intenções de Comportamento (TDIC) foi sendo desenvolvido por Miller & Pasta (1995). É construído em torno das sequências de disposições motivacionais e dos estados conscientes que levam os seres humanos a se comportarem de forma a ter ou não filhos.

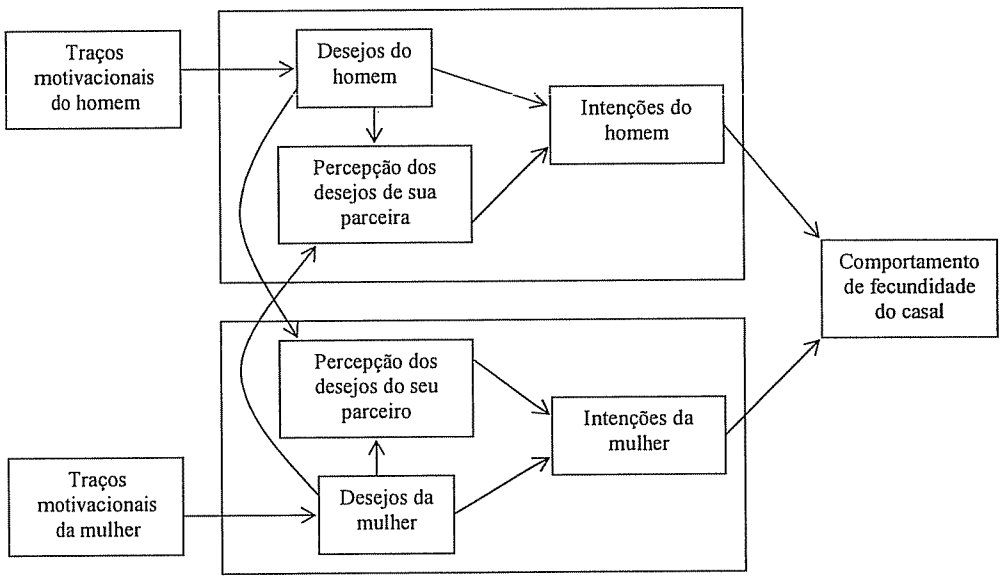
A idéia básica desse quadro é que as forças motivacionais que conduzem os comportamentos relacionados com a fecundidade dos indivíduos e casais desdobram-se em um processo sequencial que começa com disposições motivacionais não-conscientes (traços) de ter ou não ter filhos, que levam a desejos conscientes para ter filhos ou não, que, por sua vez, levam às intenções conscientes de ter filhos ou não, que, finalmente, levam para o desempenho de comportamentos que são fundamentais para se ter ou evitar uma gravidez. Assim, traços motivacionais podem ser divididos em positivos e negativos, os quais levam a vários desejos a favor ou contra ter filho, que, por sua vez, contribui para várias intenções de fecundidade correspondentes. A sequência termina com comportamentos que são orientados para a obtenção ou prevenção de gravidez e desejos de fecundidade que podem ser divididos em fecundidade, número de filhos e o tempo destes nascimentos, e as intenções podem ser divididos nos três componentes correspondentes (Miller & Pasta, 1995; Miller *et al.* 2004) e por fim o comportamento pode ser dividido em duas formas uso ou não uso de contraceptivo (Miller, 2011a).

Miller *et al.* (2004) sugere que o processo decisório do casal quanto à fecundidade sempre ocorre em um contexto social específico que pode influenciar seu resultado. Isto significa que as intenções são afetadas não só pela percepção dos desejos do indivíduo e de seu companheiro sexual, mas também pela percepção dos desejos da família ou ainda de outros membros/amigos.

Em trabalho anterior Miler *et al.* (2004) apresentam um quadro teórico com destaque para os três grandes níveis de organização do ser humano: biológico, psicológico e social. Especialmente por considerar que a reprodução sexual requer a união e a acomodação de dois seres com desejos e intenções

diferenciadas de fecundidade, introduzem a influência dos desejos e intenções dos parceiros no comportamento reprodutivo do casal. Nesse sentido, os autores trazem uma grande contribuição para os estudos sobre intenções de fecundidade (FIG. 4).

FIGURA 4 – Modelo de Traços de Desejos e Intenções de Fecundidade.



Fonte: Reproduzido de Miller *et al.* (2004) e traduzido pela própria autora

Embora o TCP e o quadro TDIC partam do mesmo princípio emocional, suas perspectivas são bastante diferentes. O TCP possui duas rotas de influência social, ambas atuando sobre as intenções de fecundidade da pessoa. A principal via é através das normas sociais subjetivas, que são baseadas no fato de que a expectativa pessoal (um ou mais referentes sociais aprovaria o comportamento em questão) pesa na motivação da pessoa para cumprir suas intenções. A outra rota envolve o controle comportamental percebido, em que um referente social é percebido como alguém que pode impedir ou facilitar o desempenho do comportamento de fecundidade. Já a abordagem TDIC se baseia na idéia de sistemas aninhados dentro de uma abordagem da teoria geral dos sistemas, em que o indivíduo é considerado como sendo parte mais complexa dos sistemas sociais. O TDIC assume que a mais importante influência social sobre o comportamento reprodutivo individual vem do parceiro sexual. Nesse sentido, na FIG.4 o comportamento reprodutivo tipicamente envolve a tomada de decisão conjunta e uma busca cooperativa de evitar ou não a gravidez, em que os

conflitos de interesse estão sempre presentes em díades sexualmente íntimas. E ainda assume que a melhor maneira para modelar estes tipos de interações diádicas é através da medição dos traços motivacionais, desejos e intenções de ambos os membros da díade primária (Miller, 2011a).

3.1.3 A teoria da Preferência (Preference Theory)

Também buscando avançar no campo dos estudos das intenções e comportamentos de fecundidade, surge a Teoria da Preferência (TP), que tenta explicar os novos padrões da vida familiar e o declínio da fecundidade nas sociedades modernas. Esta teoria foi desenvolvida por Hakim (2003) surge como um novo quadro teórico para compreender as mudanças em curso nas sociedades modernas e para a previsão de estudos futuros, constituindo-se uma ruptura qualitativa das teorias econômicas de mudança de fecundidade e fornecendo uma base alternativa para o desenvolvimento das políticas de família. Na TP, a heterogeneidade das preferências de estilo de vida dentro de uma população desempenha um papel central na explicação das escolhas familiares e de fecundidade, e, em geral, das escolhas que afetam a ligação de trabalho-família.

A TP enfatiza valores pessoais e a tomada de decisão no nível micro, contextos sociais, econômicos e institucionais particulares, no qual as preferências se tornam o principal determinante das escolhas das mulheres. O ponto-chave desta teoria é entender as mulheres como heterogêneas nas preferências de estilo de vida e em suas prioridades vis-à-vis o conflito entre família e emprego. No novo cenário são, portanto, heterogêneos também os padrões de emprego e as histórias de trabalho. Essa heterogeneidade das preferências e prioridades das mulheres cria conflitos de interesses entre os grupos de mulheres e é justamente esse conflito de interesses entre as mulheres que têm dado uma grande vantagem para os homens, cujos interesses são, relativamente, homogêneos, o que é uma das causas do patriarcado e seu desproporcional sucesso. Ainda para a autora, a heterogeneidade das mulheres é a principal variável resposta para o desenvolvimento social de políticas do novo cenário das sociedades modernas (Hakim, 2003).

Segundo a autora, a TP se distingue das demais teorias (TCP e TDIC) por três aspectos:

- Depende de análise centrada na pessoa. Uma característica fundamental desta abordagem é que ela revela como as variáveis podem ter um impacto extremamente diferente, dependendo do contexto (grupo social ou situação) em que ocorrem. Contrariamente, os estudos comuns centram-se nas variáveis (educação, idade, etc.) com quase ou nenhuma referência aos processos sociais e as motivações das mulheres e dos homens. A análise centrada na pessoa reconhece a heterogeneidade dos entrevistados e nega que as pessoas são homogêneas em suas respostas às influências sociais e econômicas e experiências.
- Todas as variáveis, incluindo o tempo, são tratadas como contínuas, sem marca pelo tempo histórico. Na análise comum, diferenças substanciais entre os países ou entre os períodos de tempo são reduzidas às variações sobre uma série de variáveis que tentam mostrar a mudança da realidade social. Em contraste, a TP insiste no caso a caso, a análise dos países, para identificar se há de fato um novo cenário para as mulheres.
- A TP foca as atitudes e valores individuais no centro de explicações causais. Com raras exceções, em outros marcos referenciais, quase nenhuma atenção é dada às intenções, valores e motivações da mulher e na forma como estes se diferem dos homens. A ênfase é geralmente em instituições sociais e políticas públicas, em um nível macro de fatores políticos os quais acreditam que podem influenciar os desejos das mulheres.

Hakim (2006) defende o impacto, no longo prazo, de valores e objetivos pessoais, pois para ela há provas substanciais de que as atitudes, valores e objetivos de vida têm um impacto importante nos resultados na vida adulta para os homens, bem como as mulheres, nas sociedades modernas. No entanto, ela argumenta que isso não tem sido até agora integrado à teoria científica social, e estudos empíricos rotineiramente ignoram estes achados. A TP baseia-se nestes resultados para fornecer um novo modelo de metas de vida das mulheres e as prioridades que ajudam a prever os padrões de emprego e de fecundidade.

A TP especifica o contexto histórico em que o núcleo se valoriza e torna-se importante preditor de comportamento. A teoria considera que cinco mudanças históricas (a revolução contraceptiva, a revolução da igualdade de oportunidades, a expansão de ocupações gerenciais, a criação de postos de trabalho nos escalões secundários, a crescente importância de atitudes, valores e preferências pessoais nas escolhas de estilo de vida sociedades modernas desenvolvidas) coletivamente produziram um cenário qualitativamente novo para as mulheres modernas de sociedades desenvolvidas do século XXI, dando-lhes opções que não estavam anteriormente disponíveis (Hakim, 2003).

Estas cinco mudanças sociais e econômicas começaram no final do século XX e estão produzindo agora no século XXI um cenário qualitativamente diferente de opções e oportunidades para as mulheres. Estas mudanças são historicamente específicas em qualquer sociedade, não sendo, portanto, automáticas e não ocorrendo, necessariamente, em todas as sociedades modernas, sendo o seu calendário muito diferente entre os países. Estas cinco mudanças não podem ocorrer juntas, em um único ponto no tempo em um país, e seus efeitos são cumulativos. A revolução contraceptiva e de igualdade de oportunidades são essenciais e constituem o núcleo da revolução social para as mulheres. As cinco mudanças coletivamente são necessárias para criar um novo cenário no qual as mulheres têm escolhas genuínas e a heterogeneidade do sexo feminino é revelada em toda sua extensão. Assim, a TP se baseia no fato de que, tendo sido concluída todas as cinco mudanças, as consequências do novo cenário para as mulheres seria a escolha entre três estilos de vida diferentes: mulheres adaptativas, centradas no trabalho ou centradas em casa. Estas preferências de estilo de vida divergentes então seriam encontradas em todos os níveis de educação e em todas as classes sociais (Hakim, 2003)

A TP prevê os seguintes perfis de preferências: Mulheres adaptativas preferem combinar o emprego e o trabalho da família, não dando uma prioridade a um especificamente. Elas querem aproveitar o melhor de ambos os mundos. Neste grupo é encontrado o maior número de mulheres na maioria das profissões (cerca de 60% do total de mulheres dos países desenvolvidos. Determinadas ocupações, tais como a de professor, são atraentes para as mulheres, porque

elas facilitam um maior equilíbrio entre a família e o trabalho. A grande maioria das mulheres que se transfere para trabalhar em tempo parcial após ter filhos são mulheres adaptativas, uma vez que procuram dedicar o mesmo tempo e esforço para o trabalho familiar como para os seus empregos. Já as Mulheres centradas no trabalho são uma minoria[13] (cerca de 20% do total de mulheres), apesar do número grande de mulheres no ensino superior e em ocupações profissionais de gestão nas últimas três décadas. Este grupo está focado em atividades competitivas na esfera pública, em carreiras, esportes, política, ou artes. A vida familiar é montada em torno de seu trabalho e muitas dessas mulheres não têm filhos, mesmo quando se casam. Qualificação e formação são vistas como um investimento na carreira e não como uma apólice de seguro, como no grupo adaptativo. O terceiro grupo, as mulheres centradas na família, também são uma minoria (20% do total das mulheres) e relativamente invisíveis no mundo ocidental, dado o corrente enfoque político e da mídia sobre as mulheres que trabalham e são grandes empreendedoras. Mulheres centradas na família preferem dar prioridade à vida privada e familiar, sendo mais inclinadas a terem famílias maiores. Depois de se casarem, evitam o trabalho remunerado, a menos que a família experimente problemas financeiros (Hakim, 2003).

Como ressaltado pela autora, os perfis criados são tidos como tipos ideais; contudo, cada um dos três grupos de preferência tem um estilo de vida e um sistema de valores substancialmente diferente, bem como objetivos de vida diferentes. Assim, não há um grupo único representante das mulheres na sociedade moderna, mas três grupos contrastantes e conflitantes com as preferências de estilo de vida e trabalho nitidamente diferenciados.

A TP tem atraído grande interesse na literatura, incluindo muitos pontos de vista críticos. A principal crítica diz respeito ao seu nexo de causalidade, ou seja, que

---

[13] A maioria dos homens é do tipo centrado no trabalho e nesse sentindo a teoria da preferência prediz que os homens vão manter a sua posição dominante no mercado de trabalho, na política, e em outras atividades competitivas, porque só uma minoria das mulheres está preparada para priorizar seus empregos (ou outras atividades na esfera pública). Esta é uma notícia desagradável para muitas feministas, que assumiram que as mulheres assim como os homens se tornariam centradas no trabalho, uma vez que muitas oportunidades foram abertas para elas. Nesse sentindo não é só a discriminação sexual que tem deixado distantes muitos cargos de chefia, mas também uma questão de preferências (Hakim, 2003)

as preferências heterogêneas são a causa do comportamento heterogêneo. Para Proctor & Padfield (1999), a causalidade age de outra maneira, ou seja, as circunstâncias específicas da pessoa e fatores de fundo são decisivos para a orientação de uma pessoa na vida e, portanto, determinar suas decisões. Desta forma, as preferências não explicariam de forma causal o comportamento, mas seria apenas uma forma de influência das escolhas.

McRae (2003) critica que a Teoria de Preferência não dá conta suficientemente do fato de as restrições situacionais, estruturais e normativas colocarem vieses nas escolhas das mulheres. Também Tomlinson (2006), discute a teoria, dizendo que as redes de cuidados, a situação de trabalho e o contexto de políticas de bem-estar são forças poderosas que podem facilitar ou dificultar a realização das preferências de trabalho das mulheres e torná-las aptas por tempo parcial ou integral de trabalho quando estas têm um filho.

O estudo de Vitali *et al.* (2009) destaca que essa heterogeneidade das preferências defendida na teoria de Hakim tem sido pouco considerada em estudos comparativos de fecundidade. Nesse sentido, o autor utiliza a teoria para testar as ligações entre o nível individual de preferências e os resultados tanto das intenções quanto da fecundidade em vários contextos sociais. Os resultados confirmam a ligação entre preferências de trabalho-família e estilo de vida e fecundidade em uma variedade de países europeus. Contudo, eles não encontraram a relevância das preferências de estilo de vida para as intenções de fecundidade. Os autores ainda verificam que, realmente, as políticas de bem-estar podem colocar vieses nas escolhas de preferências das mulheres de sociedades modernas e industrializadas. Além disso, o estudo sugere que as preferências de estilo de vida podem ser mais influenciadas pela fecundidade atual do que vice-versa e que, assim, as preferências por trabalho-família podem ser o resultado e não a causa das preferências de fecundidade.

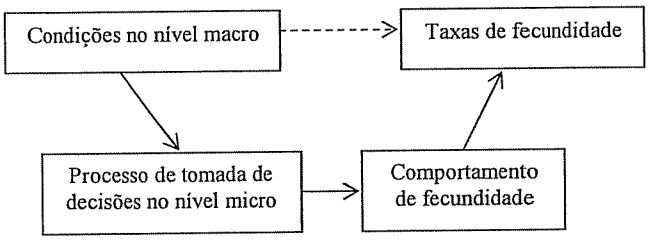
3.1.4 Modelo micro-macro da fecundidade e seus determinantes (A macro-micro model of fertility and its determinants)

Um outro modelo sugerido para entender o comportamento de fecundidade foi o desenvolvido por Philipov *et al.* (2009), dentro da perspectiva dos estudos do

REPRO. Os autores argumentam que não somente a tomada de decisão reprodutiva é realizada por indivíduos, ou seja, no nível micro, mas destacam a importância do ambiente macro para a configuração do processo de tomada de decisão e apresentam um quadro que une os aspectos macro e micro.

Para estes, as taxas de fecundidade dependem do nível macro, tais como as condições econômicas, sociais, culturais e institucionais que prevalecem na sociedade. Contudo, esta relação não é necessariamente causal e direta (linha pontilhada FIG.5), mas as correlações provaram que são importantes para uma melhor compreensão da queda nas taxas de fecundidade. Além disso, as taxas de fecundidade são influenciadas, também, pelo nível micro, via tomada de decisões pelos casais.

FIGURA 5 – Modelo micro-macro da fecundidade e seus determinantes (Inspirado em Colemam, 1990)



Fonte: Reproduzido de Philipov *et al.* 2009 e traduzido pela própria autora

Existiria, ainda, um terceiro nível denominado de macro-micro que combina analiticamente o nível macro e micro, já que macro-condições colidem com os processos de tomada de decisão de indivíduos e casais no que diz respeito à fecundidade. Nesse sentindo, o comportamento da fecundidade em si pode ser visto como o resultado deste processo de tomada de decisão.

3.1.5 Teoria da Ação Conjuntural (Theory of Conjunctural Action)

Por fim, Morgan & Bachrach (2011), ao criticar a TCP também propõem um outro modelo, que para eles seria mais parcimonioso com as análises de intenções de fecundidade, que é a Teoria da Ação Conjuntural (TAC).

Esta teoria vem sendo desenvolvida por Johnson-Hanks *et al.* (2006) e tem a premissa de que os eventos vitais que constituem o objeto da demografia social devem ser tratados como os produtos da ação da vida social, e que a compreensão da ação social exige uma concepção de estruturas sociais. A estrutura se refere à padronização recorrente da vida social em que os esquemas culturais são um componente inevitável da percepção e interpretação humana e, portanto, da ação. O foco sobre os esquemas culturais e a dualidade da estrutura implica modelos de reprodução que vão além do foco tradicional demográfico sobre os números de crianças, progressão de nascimentos, características da criança, e a integração da reprodução com outros domínios da vida como centrais para a compreensão do comportamento reprodutivo. Essas estruturas esquemáticas são geralmente aprendidas por exposição habitual, por meio das interações sociais, e são aprendidas aos poucos e ao longo do tempo, e as diferenças de entendimento são comuns, não existindo então uma regra explícita. Estruturas esquemáticas simplificam a percepção, memória e tomada de decisão, e por elas não serem especificadas, podem ser aplicáveis a uma série de situações da vida real. Cada reiteração de sucesso de um esquema cultural o legitima e o sedimenta, tornando-o um esquema não-ideológico e não controverso. Esquemas não contestados, aqueles hegemônicos, são experimentados como modos normais e transparentes de ser ou de agir e não como opção, mas como coisas naturais.

Segundo Johnson-Hanks *et al.* (2006), a TAC tem a capacidade de descrever, em um alto nível de abstração, as relações entre desenvolvimento humano, cognição, tomada de decisão, estrutura social e mudança histórica. A partir do pressuposto que as preferências dos indivíduos são moldados pelos contextos que eles vivenciaram, a TAC coloca o ato de escolha dentro de um contexto histórico e incorpora a literatura da neurociência, economia comportamental e psicologia sobre o desenvolvimento de como aprender e prever realmente o que vai acontecer. No domínio dos estudos de família e fecundidade, há evidências substanciais de que não se pode esperar que as pessoas sejam eficazes maximizadores de utilidade e a Teoria da Ação Conjuntural oferece um quadro para responder a estas escolhas de não-maximização. Finalmente, as decisões não são as mesmas que as ações. A teoria da ação conjuntural enfatiza que uma

proporção significativa do comportamento social não é produto da tomada de decisão, mas é o resultado de uma falta de planejamento, mas por outro lado, também é algo habitual.

Há pelo menos quatro maneiras que os atores sociais invocam os esquemas de ações. A produção cultural, tais como filmes, programas de televisão, pinturas, etc, são transformados em esquemas culturais para tornar as histórias e personagens reconhecíveis para o seu público. As outras três formas principais que as estruturas esquemáticas são implantadas referem-se aos contextos imediatos da ação social. Atores sociais empregam esquemas para determinar a forma de agir, para justificar suas ações e avaliar as ações dos outros. Nos três casos, o uso de esquemas é menos uma escolha do que um processo de responder às perguntas e, portanto, o desenvolvimento estratégico de esquemas é uma exceção e não uma regra. Estruturas esquemáticas só podem ser alteradas se elas são primeiramente implantadas com sucesso, isto é, se os interlocutores aceitam os esquemas como legítimos. Cada interação de um esquema, incluindo aqueles representados em filmes e livros, carrega o potencial tanto para reforçar as estruturas existentes quanto para alterá-las (Johnson-Hanks *et al.*, 2006)

Segundo os autores da TAC, em parte por causa dos processos através dos quais os esquemas são transmitidos e compartilhados, membros de um grupo social geralmente têm acesso a uma variedade de esquemas e alguns destes esquemas são contraditórios. Normalmente os indivíduos convivem facilmente com essas contradições (por exemplo, esquemas que enfatizam o valor do trabalho duro e compromisso com uma causa e esquemas que valorizam a liberdade pessoal e a auto-realização). No entanto, sempre que algo importante está em jogo, como é o caso da decisão por filhos, as contradições entre as estruturas esquemáticas aumentam, e com elas a tensão entre os esquemas culturais, como por exemplo das mulheres sendo mães dedicando-se abnegadamente aos seus filhos e mulheres que buscam sua auto-realização profissional.

Já os elementos materiais da estrutura são os artefatos, rituais e instituições que os esquemas se sedimentam no mundo perceptível. Ou seja, a estrutura material

inclui as reservas de valor que incorporam esquemas, mas também têm uma existência para além deles. Se as estruturas materiais não precisam ser objetos físicos, os objetos físicos não precisam ser materiais. Estruturas, sejam materiais ou virtuais, são produtos sociais. Recursos incluem não apenas os mercados e instituições, mas também de informação, capacidades físicas, estilos, autoridade, ritos e rituais, práticas normativas e da legislação. Assim, como os esquemas, os elementos materiais não são todos do mesmo tipo e podem variar na sua complexidade, se são alienáveis, na sua estabilidade, e se eles são limitados. Especialmente nos elementos materiais, os recursos são uma subclasse, em que muitos indivíduos e casais atribuem a sua decisão por filhos, dizendo que estão esperando para ter filhos "por causa da falta de recursos". No entanto, é fundamental saber que recursos limitados são apenas uma sub-classe de recursos materiais, e sem dúvida não o mais importante. A estrutura material tem muitas formas relevantes para a parentalidade, incluindo formas que não são limitadas nem privadas (Johnson-Hanks *et al.*, 2006)

Por fim, Johnson-Hanks *et al.* (2006) defendem que este quadro da vida social permite pensar analiticamente sobre os mais importantes processos sociais, como o efeito cumulativo de ações individuais, que não podem ser facilmente medidos ou acomodados em outros modelos em uso na demografia social. A TAC é responsável pela estabilidade social e mudança social com um único conjunto de mecanismos. Nesse sentido, ela prediz o comportamento, antecipando como uma conjuntura determinada é susceptível de ser interpretada e os cursos das ações que são prováveis, sabendo que o esquema e estruturas materiais estão em jogo. Como uma extensão, através da distribuição de estruturas e conjunturas, pode-se fazer previsões fortes sobre a distribuição dos eventos da demografia social, isto significa, sobretudo, a distribuição dos eventos vitais de nascimento, casamento e divórcio. Além disso, dada uma configuração específica de estruturas esquemáticas e materiais, podemos prever quais os tipos de futuras transformações para a estrutura que são mais ou menos prováveis. Transformações são prováveis quando elas envolvem uma extensão relativamente simples de transposição de um esquema existente.

Morgan & Bachrach (2011) consideram que o primeiro contraste entre a TCP e a TAC é que esta última é um modelo é recursivo, ou seja, o processo opera ao longo do tempo e permite um caminho de dependência que pode produzir vantagem/desvantagem cumulativa, permitindo ainda a criatividade. Assim, conceitos-chave nas atitudes e normas subjetivas defendidas pela TCP podem variar ao longo da vida de um indivíduo nessa conceitualização. Uma segunda diferença fundamental nestas abordagens é a caracterização do processo decisório, em que há a interação de esquemas mentais e sociais, em que um esquema é uma estrutura mental que representa algum aspecto do mundo e uma conjuntura é um conjunto de circunstâncias, específicas a um lugar e tempo concreto, em que atores, cenários, constrangimentos estruturais e sociais e as expectativas normativas se cruzam.

Assim, todo comportamento é ancorado em uma conjuntura, o qual se dá a partir de um processo de interpretação, em que os estímulos externos de uma conjuntura são interpretados através de esquemas que permitem determinar "o que está acontecendo" e "como eu devo responder". O uso do cérebro em um esquema especial na interpretação dos eventos é geralmente automático e inconsciente, determinado por pistas contextuais. Neste ponto, duas coisas podem acontecer para gerar o comportamento, ele pode ser gerado sem a mediação do pensamento consciente (uma ação automática ou habitual, por exemplo, apertar as mãos ou usar a mesmo tipo de roupa todos os dias para ir trabalhar) ou o comportamento pode ser um produto do consciente, fundamentado de deliberação. A última diferença entre as teorias é justamente o reconhecimento de que tanto um quanto o outro de comportamento pode ocorrer, mas a TCP aponta para a predominância do processo automático na determinação do que os seres humanos fazem. E nesse sentido, por ter o foco em conjunturas, a TAC explicitamente coloca todo comportamento em um contexto concreto em que tanto os elementos materiais quanto os esquemáticos da estrutura (as organizações, serviços, política de constrangimentos e as normas e valores) podem motivar o comportamento (Morgan & Bachrach, 2011).

A título de resumo, neste item apresentou-se as principais teorias e modelos sobre previsão do comportamento reprodutivo dos indivíduos a partir dos desejos

e intenções de fecundidade, assim como as principais críticas e pontos positivos e negativos, bem como as adaptações e novos modelos sugeridos.

Nas próximas seções apresenta-se uma seleção de estudos sobre os níveis e tendências das preferências e do comportamento reprodutivo de casais em diversos países e sua interface com as relações de gênero, com destaque para a participação dos homens no processo de tomada de decisão por filhos.

3.2 O processo de tomada de decisão por filhos entre casais e relações de gênero

Faz-se necessário destacar que nesta sessão serão discutidos estudos que mostram a relação (in)direta entre o tema das relações de gênero e o processo de tomada de decisão por filhos, ou seja, será dado enfoque à esfera familiar e conjugal das desigualdades entre homens e mulheres. Apesar de saber que a análise das relações de gênero não se restringem somente a estas esferas, sendo muito importante o estudo das desigualdades e discriminações vivenciadas pelos indivíduos no mercado de trabalho, educação, saúde, seguridade, etc, estes não são foco desta tese.

Os estudos sobre preferências reprodutivas com relação aos desejos de ter filhos, afirmam que a mulher sempre manteve maior decisão sobre quando e quantos filhos o casal teria. Isto se baseia, especialmente no fato da mulher ser a responsável biológica pelo nascimento dos filhos e, portanto, ela dominaria as decisões reprodutivas. Por muitas décadas esta visão reinou nos estudos de preferências e intenções reprodutivas e de fecundidade (Beckman *et al.*, 1983; Oliveira, M. 2007).

No entanto, novos estudos sobre o processo de decisão por filhos entre casais divergem. Eles encontram que os desejos dos maridos têm pequenos, mas estatisticamente significativos, efeitos incrementais sobre o comportamento do casal quanto ao uso de contraceptivos ou ao número de filhos tidos, quando os efeitos dos desejos e intenções das esposas foram controlados (Morgan, 1985). Uma das grandes estudiosas do tema é Elizabeth Thomson, que, entre os vários artigos publicados sobre o tema (Thomson *et al.* 1990; Thomson, 1997; Thomson

& Hoem, 1998), mostra que os desejos e intenções dos homens em idade reprodutiva influenciam os nascimentos de filhos por casais com uma força igual aos desejos e intenções das mulheres. Thomson *et al.* (1990) encontram que, para os casos de um tamanho de família desejado divergente, o número de crianças efetivamente tidas situava-se entre as preferências iniciais individuais e, nesses casos mais uma vez, a influência do parceiro do sexo masculino foi encontrado como sendo igualmente forte. O estudo ainda revelou que a vontade do marido para adiar os nascimentos teve efeito significativo sobre as taxas de fecundidade. Embora maridos fossem menos prováveis do que mulheres de dizerem que estariam dispostos a adiar os nascimentos por motivos econômicos, eles foram mais sensíveis do que as esposas às condições econômicas quando as decisões de tempo foram sendo feitas. Thompson (1997) mostra, ainda, que a omissão dos desejos ou intenções dos maridos obscurece a verdadeira relação entre desejos e intenções de fecundidade do casal e que especificações imprecisas da relação entre desejos ou intenções e nascimentos dos parceiros distorcem a compreensão dos determinantes da fecundidade e suas conseqüências.

Miller *et al.* (2004) sugerem um círculo de efeitos em que os desejos e o comportamento verbal e não-verbal do marido afetam a percepção desses desejos, que afetam os próprios desejos da mulher, que afetam seu comportamento verbal e não verbal e, assim, a percepção dos desejos do marido, e assim por diante. Cada cônjuge comunica verbal e não-verbalmente para o seu parceiro os seus desejos e intenções por filhos e cada um dos cônjuges, por sua vez, "lê" o comportamento verbal e não-verbal de seu parceiro e faz suas próprias inferências dos seus desejos, intenções e motivações para ter ou não filhos.

Bauer & Kneip (2012), ao estudar a tomada de decisão por filhos entre casais, encontram efeitos simétricos dos desejos dos dois parceiros sobre as intenções e comportamento de fecundidade, indicando que nem as mulheres nem os homens dominam as decisões nesse campo. Mas o que se mostra importante é a função de utilidade comum, em que um parceiro somente irá exercer um "veto" se a perda esperada de utilidade de uma criança for muito alta. E quando os parceiros tiverem desejos opostos, o poder de negociação virá à partir das vantagens das

condições de mercado que poderá desempenhar um papel fundamental para um parceiro impor a sua vontade sobre o outro.

Hener (2010) sugere que as famílias não devem ser consideradas como unidades de decisão únicas, mas como um conjunto de indivíduos heterogêneos que negociam sobre a alocação de recursos domésticos. Estudando a Alemanha, o autor mostra evidências de que os casais não negociam somente sobre o consumo privado mas também negociam sobre as decisões de fecundidade. Assumindo que a renda relativa desempenha um papel fundamental para a tomada de decisão, como determina a teoria do poder de barganha, os autores sugerem que as mulheres por deterem menor renda possuem menor poder de barganha. Uma implicação política dos resultados, no caso estudado, é que tendo as mulheres maiores desejos por filhos do que os homens, os benefícios públicos para se ter filhos poderiam ter maiores efeitos para o aumento da fecundidade se estes fossem reforçados por transferências que beneficiassem as mulheres, o que aumentaria o seu poder de barganha e, portanto, influenciaria a implementação de suas preferências reprodutivas, aumentando a fecundidade.

Em outro estudo, agora para a Austrália, Fan & Maitra (2011) também mostram a importância de se considerar as preferências reprodutivas para a análise da fecundidade real. O estudo evidencia que a preferência de fecundidade das esposas é mais importante para predizer os resultados de fecundidade em comparação com a preferência dos maridos. A chance de se ter mais uma criança foi maior para casais em que a mulher queria mais filhos e foi menor para casais em que a mulher queria ter menos filhos. Após controlar o desejo inicial de fecundidade do marido, o risco de ter um filho adicional foi de 48% menor do que quando o desejo inicial da mulher era inferior, e 83% maior quando o desejo inicial da esposa era maior. Portanto, neste estudo, a preferência da mulher parece ser a força motriz por trás das realizações de fecundidade. Isto, novamente, sugere que as políticas de incentivo para se ter filhos devem considerar que o processo de tomada de decisão de fecundidade envolve um poder de barganha entre os cônjuges e por isso devem focar o indivíduo que possui preferências por mias filhos, neste caso, a mulher, pois se espera que esta possa colocar em prática mais fortemente suas intenções.

Mason (1986) e Mason & Taj (1987) foram as pioneiras nos estudos para entender as relações de gênero e a fecundidade, porque elas iniciam o debate sobre de que forma a autonomia feminina poderia influenciar a fecundidade conjugal. Apesar dos estudos empíricos não fornecerem fortes evidências se o homem ou a mulher é mais pró-natalista que o outro (Mason & Taj 1987), um argumento defendido é que as mulheres preferem ter menos filhos do que os seus maridos. Nesse caso, então, uma maior autonomia feminina implicaria que as mulheres seriam mais propensas a ter uma baixa fecundidade. Um dos motivos das mulheres desejarem menos filhos do que os homens, por exemplo, seria o fato de elas arcarem com os custoS de ter filhos. A segunda influência seria o fato de que a autonomia interfere na decisão de utilizar um método contraceptivo em casos em que mais filhos não são desejados. Em outras palavras, se uma mulher prefere não ter mais filhos, ela agiria com base nessa preferência, utilizando um método contraceptivo específico mais eficaz. Mason (1986) afirma, portanto, que a ligação entre a autonomia feminina e fecundidade é substancialmente importante para a demografia.

Puur *et al.* (2008) também justificam a incorporação de gênero nos estudos de baixa fecundidade, uma vez que para ele os desejos e preferências por crianças surgem de forma diferenciada em ambos os sexos e os mecanismos que levam a realização dessas preferências também diferem entre homens e mulheres. Em seu estudo realizado em quatorze países europeus entre 2000-2003 concluiram que atitudes mais igualitárias em direção a igualdade de gênero leva a intenções de fecundidade mais elevadas entre os homens. Além disso, após o controle de diversas características demográficas e socioeconômicas, verificou-se que atitudes mais igualitárias de gênero associam-se a intenções mais altas de fecundidade, bem como fecundidade realizada maior em 8 dos 14 países estudados (Áustria, Estónia, Alemanha Ocidental e Oriental, Itália, Lituânia, Países Baixos e Polônia).

McDonald (2000a e 2000b) mostra em seus estudos que a fecundidade aumenta à medida que se avança em prol da equidade de gênero dentro das famílias. Paradoxalmente, o desequilíbrio de gênero entre os cônjuges em relação aos

níveis de educação, emprego e divisão das tarefas domésticas e cuidados com os filhos tem contribuído para a baixa fecundidade nos países desenvolvidos.

Também Presser (2001) chama a atenção para a necessidade de refletir sobre as relações de gênero existentes nas famílias em contextos de fecundidade abaixo do nível de reposição. A autora acredita que, devido à maior capacidade que as coortes recentes de mulheres têm de controlar o tempo de eventos ao longo do curso da vida, e em razão disso terem maior tempo de lazer disponível, novas questões são colocadas sobre a tomada de decisão sobre o momento e número de filhos que os casais tem. Para a autora, a maioria de mulheres e homens querem ser pais e mães, contudo é preciso apenas um filho para realizar este sonho.

Com o adiamento da fecundidade, as mulheres passaram a ter maiores experiências de seu tempo gasto em outras atividades (trabalho, educação, lazer, etc) e com isso sentem-se no direito de ter este tempo próprio. Com a vinda dos filhos, as mulheres passam a ter novas demandas de tempo, contudo os homens não entendem essa necessidade de tempo próprio de suas mulheres, enquanto estas esperam cada vez mais a participação dos homens no cuidado e educação dos filhos. Nesse sentido, o custo econômico e social de ter mais que um filho torna-se muito alto, pois significa elevar as tensões nas negociações de gênero sobre o uso do tempo dentro das famílias (Presser, 2001).

Ao analisar os efeitos das atitudes dos parceiros sobre o tempo do nascimento do primeiro filho, a divisão do trabalho doméstico, a divisão do trabalho de cuidado infantil e a divisão do trabalho remunerado dos casais para os casais na Holanda, Jansen & Liebroer (2006) encontram que atitudes dos parceiros não são sempre idênticas, uma vez que a atitude da esposa em relação aos papéis de gênero é, muitas vezes, um pouco mais igualitária do que a do seu marido. Por outro lado, as atitudes de ambos os parceiros desempenham um papel igualmente importante na tomada de decisão sobre questões relacionadas às decisões conjuntas (divisão do trabalho assalariado, divisão das tarefas domésticas e nascimento do primeiro filho). Os casais parecem se esforçar para chegar a um consenso quando eles têm atitudes dissimilares, e uma das soluções encontradas

pelas famílias contemporâneas é a negociação, através da qual conseguem lidar com as diferenças do poder de barganha.

No entanto, o estudo também aponta para situações em que a negociação não necessariamente é uma regra, como nos casos em que maridos e esposas mantêm diferentes atitudes com relação à paternidade e maternidade, dado que eles parecem ter dificuldade em encontrar um equilíbrio no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas. As atitudes de papéis de gênero são importantes durante o relacionamento, em que ter e criar filhos pode pedir ajustes em alguns aspectos da divisão sexual de trabalho existente na família e do trabalho remunerado. Dado que estes ajustes resultam da decisão de ter filhos, a decisão sobre qual dos parceiros irá ajustar o seu comportamento mais fortemente a esta nova situação pode depender de qual parceiro é aquele mais orientado para a criança. Ao mesmo tempo, ter filhos requer negociar um aspecto completamente novo: a divisão de tarefas de cuidados infantis. Dado que existem disposições anteriores para este tipo de divisão do trabalho, poderia ser que as atitudes de gênero –que fornecem, em geral, um roteiro para o modo de divisão destas tarefas– sejam importantes para decidir com será essa divisão (Jansen & Liebroer, 2006).

O estudo de Alvarez & Miles (2003) sobre a distribuição desigual do trabalho doméstico entre os cônjuges que trabalham na Espanha mostra que a probabilidade de igualdade na partilha de trabalho doméstico entre os cônjuges é particularmente pequena, sendo maior a probabilidade das esposas fazerem a maior parte das tarefas domésticas. Os resultados sugerem ainda que uma parte importante da alocação das tarefas domésticas depende muito mais das questões de gênero (como o contexto cultural de gênero vivenciado pelo casal ou a visão histórica do processo de divisão de tarefas domésticas na família) do que das diferenças nas características observáveis dos cônjuges (educação, condições no mercado de trabalho, renda, etc). Ou seja, nesse caso, a aproximação de homens e mulheres em termos de educação e condições no mercado de trabalho não necessariamente igualou-os em casa. Portanto, é o conjunto de normas, valores e outros processos sociológicos e psicológicos dos sistemas de gênero, que

transcende e gera a assimetria na distribuição de tarefas domésticas entre homens e mulheres.

Miettinen (2011) destaca que, embora a política social tenha aliviado consideravelmente a dupla sobrecarga das mulheres, fornecendo mecanismos de acolhimento de crianças e idosos, a revolução de gênero não é dada de forma completa entre as famílias finlandesas. Os homens têm aumentado gradualmente a sua participação no trabalho doméstico e, especialmente, no cuidado da criança, mas as mulheres continuam a desempenhar um maior parte das tarefas domésticas. Em muitos casos, a divisão mais igualitária em casa é um resultado do aumento da escolaridade das mulheres ou da diminuição das mulheres mais jovens ou ainda da terceirização de tarefas domésticas, e não do aumento de fato da participação dos homens nos afazeres.

Tazi-Preve *et al.* (2004), ao estudar as relações de gênero entre casais e o desejo por filhos na Áustria, encontram que atitudes de maior igualitarismo de gênero incentiva o desejo de se ter filhos em homens, revelando que estes estão interessados em uma parceria mais igualitária, e desejam tornar-se pais de uma (outra) criança mais do que os homens que vivem em parcerias com perfis de relações de gênero mais tradicionais. Por outro lado, uma distribuição desigual dos papéis de gênero dentro de uma parceria está diretamente relacionada com a diminuição do desejo da mulher em ter um (outro) filho. Os autores ainda revelam que a idade é muito importante para estes resultados, pois homens mais jovens são muito mais propensos a compartilhar tarefas. Assim, muito mais do que em tempos anteriores, os homens estão enfrentando um desafio para compartilhar as responsabilidades da vida familiar, puericultura e trabalho doméstico. Apesar destes resultados, o estudo mostra que ainda há conflitos sobre a distribuição das tarefas domésticas e deveres de acolhimento às crianças, em que os homens expressam insatisfação porque acham que a mulher exige muito envolvimento nessas atividades, já as mulheres, querem uma parceria igualitária, uma vez que esta mudou sua auto-consciência de deveres e também porque esta, muitas vezes, possui a mesma carga de trabalho remunerado que seus parceiros.

Na Itália, Testa *et al.* (2011) revelam que, devido às relações de gênero mais tradicionais no país, as decisões de fecundidade estão predominantemente em

domínio das mulheres. Os autores ainda encontram que as divergências entre as intenções dos parceiros não necessariamente impedem um nascimento subsequente, em especial para casais sem filhos. Apesar do maior poder das mulheres na decisão por filhos, na maioria das vezes, a negociação e o acordo predominaram no comportamento dos casais italianos, revelando que os parceiros tentam, ao máximo, chegar a um acordo com relação às suas preferências reprodutivas. Os autores concluem que a precisão da previsão das intenções é notavelmente maior quando são analisados os nascimentos planejados por ambos os cônjuges, ou seja, os modelos baseados na investigação do desejo de fecundidade de ambos os parceiros são superiores àqueles com base nas intenções de apenas um dos parceiros.

Também para Itália, Pinnelli & Fiori (2008) concluem que a participação dos homens no trabalho doméstico e de cuidados com os filhos aumenta significativamente a intenção de ter um segundo filho para as mulheres trabalhadoras; contudo este fator não tem influência sobre as intenções de ter um terceiro filho ou sobre as intenções de fecundidade de mulheres não-trabalhadoras. Em outro estudo, com dados para Espanha e Itália, Cooke (2003) sugere que casais jovens em que os pais desempenham um papel importante nas atividades de cuidados com o primeiro filho a transição para um segundo nascimento é mais rápida comparado à casais em que o cônjuge não desempenham este papel.

Ainda com relação à importância das relações de gênero para a tomada de decisão por filhos, Bernhardt & Goldsheider (2006) analisam os casais e a transição para a paternidade na Suécia. Os resultados mostram que homens jovens com atitudes mais igualitárias de gênero viam menos os custos da paternidade, sem efeito para as mulheres. Já as mulheres jovens com atitudes mais igualitárias viam menos benefícios para maternidade, sem qualquer efeito para os homens. Atitudes sobre custos e benefícios dos filhos tiveram efeitos semelhantes sobre a transição para a paternidade e maternidade para homens e mulheres jovens, mas as atitudes de gênero se mostraram diferentes, com os homens mais tradicionais fazendo a transição para paternidade mais rapidamente do que os homens mais igualitários, enquanto que as atitudes das mulheres em

relação aos papéis de gênero tiveram pouco efeito sobre sua transição para a maternidade. Contudo, as autoras advertem para uma leitura cautelosa dos resultados, pois pode ser que a transição mais cedo entre os homens com atitudes mais tradicionais de papéis de gênero pode simplesmente refletir uma tendência de parcerias com mulheres mais tradicionais que estão mais entusiasmadas com a maternidade precoce, e vice-versa. Por fim, as autoras concluem que, mesmo na Suécia, o país com maior igualdade de gênero no mundo, a negociação compartilhada da paternidade e maternidade é ainda muito difícil, o que pode estar influenciando diretamente os baixos níveis de fecundidade, mas agora devido à sua relação com os homens.

Westoff & Higgins (2009) realizam uma análise paralela à elaborada por Puur *et al.* (2008). Eles observam resultados semelhantes no que diz respeito à geografia das atitudes em relação à igualdade de gênero. No entanto, eles descobriram que a fecundidade foi menor nos países de maior igualdade de gênero. Ou seja, encontraram uma relação negativa, estatisticamente significativa, entre atitudes igualitárias de homens e o número de crianças nascidas em 17 dos 31 países analisados, com a inclinação dos outros 14 países também a serem uniformemente negativos, mesmo que não estatisticamente significativos.

Goldsheider *et al.* (2010) explicitam várias justificativas para achados tão divergentes nos estudos citados acima: diferenças no foco das pesquisas (fecundidade desejada e fecundidade realizada), diferenças nas terminologias (igualitarismo, feminismo, etc) e especialmente, diferentes medidas de equidade de gênero utilizadas em cada uma delas.

Sabendo das diferenças de resultados em estudos sobre igualdade de gênero e fecundidade, Miettinen *et al.* (2011) estudam o caso da Finlândia e encontram, assim como no estudo de Puur *et al.* (2008), que as relações de gênero na parceria influenciaram significativamente os ideais e planos de fecundidade dos homens em geral. Porque aqueles homens mais tradicionais bem como aqueles com atitudes menos favoráveis à equidade de gênero dentro da relação conjugal eram menos propensos a desejarem e planejarem muitos filhos. Por outro lado, homens com atitudes de gênero mais igualitárias na relação conjugal eram mais propensos a se tornarem pais.

No entanto, as atitudes tradicionais de gênero também influenciam claramente ideais de fecundidade dos homens assim como mostrado por Westoff & Higgins (2009). Os autores argumentam que, embora a Finlândia possa ser considerado um país relativamente pouco avançado em políticas sociais favoráveis à família, as quais promovem a participação paterna no cuidado da criança, os homens com atitudes tradicionais de gênero apresentaram mais filhos comparados aos demais. Este resultado indica que, por diferentes razões, como o duplo fardo de tarefas enfrentado pelos homens com atitudes de gênero mais igualitárias ou pelos valores mais pró-família dos homens com atitudes de gênero mais tradicionais, estes podem acabar tendo menos filhos do que os demais.

Westoff & Higgins (2009) concluem que existe uma associação entre atitudes de gênero e fecundidade entre os homens finlandeses que pode ser expressa em formato de "U", em que tanto atitudes tradicionais de gênero quanto aquelas mais igualitárias aumentam as intenções de fecundidade dos homens. Porém, entre as mulheres finlandesas, o estudo mostrou que o impacto das atitudes de gênero é menor e mais ambíguo, em que as mulheres com atitudes tradicionais de gênero não desejam mais filhos do que as outras mulheres. Em vez disso, as mães com valores de gênero mais igualitários têm maiores ideais e intenções de procriação. Os níveis educacionais das mulheres, renda, rede familiar e orientação para o trabalho contribuíram de forma mais efetiva para a formação das intenções de fecundidade das mulheres do que suas atitudes em relação aos papéis de gênero. O estudo ainda revela que a equidade de gênero pode afetar as aspirações de fecundidade dos homens e das mulheres de maneira contraditória, uma vez que pais com atitudes mais igualitárias de gênero não se mostraram mais propensos a desejar ter dois ou mais filhos.

Ainda com relação às preferências de fecundidade masculinas, Duvander & Anderson (2003) questionam se um envolvimento mais ativo paternal em termos de licença para ambos os pais[14] na Suécia poderia de alguma forma estar relacionado ao comportamento subsequente de fecundidade do casal. Os autores encontram que há uma relação positiva entre o uso da licença paternidade e

---

[14] Neste caso, o envolvimento com a licença paternidade foi eleito como aspecto crucial no grau de igualdade de gênero entre o casal.

gravidezes subsequentes. Entre casais em que o pai usufruiu a licença, há maior propensão ao segundo e terceiro nascimento, se comparados aos casais nos quais o pai não utilizou a licença ou utilizou poucos dias. Essa relação positiva é quebrada, no entanto, para o pequeno grupo de casais em que o pai tirou uma licença realmente muito extensa[15].

Na América Latina, Hakkert (2003), analisando as preferências reprodutivas de casais em 8 países da América Latina, incluindo o Brasil, observou que cerca de um terço dos casais relataram que queriam o mesmo número de filhos por ambos os cônjuges, pois, curiosamente, muitos casais pareciam não perceber que eles tinham objetivos diferentes. Maridos, em particular, estavam geralmente convencidos de que suas esposas tinham os mesmos pontos de vista que eles sobre o tamanho ideal da família, o que não era verdade. Tudo isso indica uma falta de comunicação sobre as preferências de fecundidade e de uma certa quantidade de "machismo" por homens que naturalmente assumem que suas esposas compartilham suas preferências. O autor ainda revela que os homens nos países analisados tendem a querer ter mais filhos que suas esposas, mas as diferenças não são grandes: aproximadamente 36% dos casos são os homens que querem ter mais filhos e em aproximadamente 28% dos casos são mulheres. Quanto aos casais que diferiram no desejo por filhos, o estudo indica que a situação mais comum é aquela em que as preferências médias dos cônjuges ficam situadas acima do valor médio preferido pelas mulheres e a fecundidade situa-se acima de ambos. Assim, a fecundidade se dá mais de acordo com a preferência do sexo masculino do que feminino.

No Brasil, poucos estudos analisaram a relação entre relações de gênero e vida reprodutiva. Goldani (2001) estuda as relações de gênero no contexto de queda da fecundidade no Nordeste brasileiro, com base nos dados da PNDS 1996. O

---

[15] Os autores chamam a atenção para o fato de que os níveis atuais de utilização de licença paternidade na Suécia não podem ser tomados como um reflexo da verdadeira igualdade de gênero, pois os pais utilizam apenas uma fração de toda a licença paternidade. . Consideram os padrões encontrados mais um indicativo dos efeitos positivos do compromisso do pai em compartilhar as responsabilidades e alegrias da educação dos filhos do que qualquer indicativo de uma maior equidade de gênero entre o casal. Os autores ainda apontam para possíveis efeitos de causalidade, em que os pais que estão mais inclinados a ter mais filhos também são aqueles que possuem maior probabilidade de tirar uma licença paternidade e têm, portanto, uma maior propensão a ter um outro filho.

estudo mostra que as condições assimétricas de gênero foram desfavoráveis para que a redução da fecundidade no Nordeste, o que fez as mulheres dessa região não acompanhassem o declínio rápido da fecundidade ocorrido no Brasil como um todo. Ao utilizar um índice de igualitarismo como uma proxy para as relações de gênero entre casais e sua influência sobre a TFT, a autora revela que os níveis de igualitarismo sobre escolhas reprodutivas foram muito baixos (apenas 52% dos casais teve pelo menos algum igualitarismo). Para cada aumento de um ponto na escala de igualitarismo, houve uma redução de mais de meio filho (-0,570) entre os casais com o mesmo número ideal de filhos.

Com uma proxy similar de relações de gênero, Gualberto (2003) faz uma análise das condições de igualdade entre a mulher e seu cônjuge e o uso de contracepção. Ele mostra que as chances dessa mulher usar métodos contraceptivos aumentam de acordo com o aumento o indicador e que aumentos de status diminuem as chances de insatisfação contraceptiva.

Recentemente, Bonifácio & Nepomuceno (2012), ao estudar as preferências reprodutivas de casais em 1996, encontram que, como há uma tendência de regularização do comportamento reprodutivo para todos os estratos sociais e regiões geográficas, quase nenhuma variável socioeconômica e demográfica é estatisticamente significativa para explicar a variação no número ideal de filhos declarado pelos cônjuges, sugerindo que o contexto influi pouco na preferência reprodutiva de cada uma das partes. Quanto à preferência reprodutiva do marido, elas observaram que esta tende a elevar o número médio final de filhos tidos em maior proporção que a preferência reprodutiva da esposa. Quando há divergência entre as preferências dos cônjuges, o número ideal declarado pelo marido tem um efeito maior na parturição final do casal, quando este número é acima daquele declarado pela esposa. Dessa maneira, é possível imaginar que na situação em que o marido deseja ter mais filhos que a esposa, a sua preferência reprodutiva terá mais impacto no número de filhos que o casal terá do que nas situações em que ambos concordam ou em que a mulher deseja um número de filhos maior.

Barros & Wong (2012) compararam Brasil e México ao analisar as preferências reprodutivas de mulheres, destacando os tipos de uniões. Entre as mulheres de alta escolaridade em uniões consensuais encontrou-se a maior proporção de

fecundidade não realizada, tanto no Brasil como no México. Elas apontam que são essas as mulheres que encontram maior dificuldade em alcançar seu ideal reprodutivo, possuindo uma grande fecundidade não realizada por falta. As autoras, a partir dos resultados encontrados questionam-se: se, de fato, as mulheres unidas e de alta escolaridade apresentariam um comportamento de vanguarda e seriam mais empoderadas, isto é, possuiriam o mesmo padrão daquelas que vivem em contextos denominados de Segunda Transição Demográfica. Se sim, por que teriam tamanha dificuldade em implementar suas preferências reprodutivas? Tratar-se-ia de uma violação aos direitos reprodutivos ou simplesmente uma opção dessas mulheres? Qual o papel do companheiro na concretização dos ideais reprodutivos – estariam eles influenciando as decisões sobre ter menos filhos?

Mais recentemente Castanheira *et al.* (2013), em resultados preliminares, analisaram como o conflito trabalho-família, medido a partir da proxy de proporção de mães que trabalhavam e tinham o filho mais novo entre 1 a 5 anos de idade, e as relações de gênero (medidas por meio da relação de gestores do sexo feminino), ambas medidas em nível da cidade, associavam-se às chances de ter um filho à nível individual em diferentes parturições, controlando por idade e características socioeconômicas do indivíduo. Os autores tinham a hipótese que de esses fatores, de alguma, forma.poderiam estar influenciando a baixa fecundidade no Brasil. Entre os resultados, ficou bastante claro que o conflito trabalho-família para a mulher têm um efeito sobre a fecundidade dos indivíduos pesquisados. Os autores mostram que esse resultado é ainda mais forte para a redução da fecundidade de segunda, terceira e quarta ordens de nascimento.

Vale destacar que o estudo pioneiro feito por Goldani (2001) baseia-se em um contexto bastante específico (o Nordeste brasileiro), em que a fecundidade ainda era bastante elevada e, consequentemente, as relações de gênero desempenharam um papel bastante distinto do contexto atual, em que a fecundidade está abaixo do nível de reposição e já se tem um percentual significante de mulheres com fecundidade indesejada por falta de filhos. O trabalho de Gualberto apesar de utilizar um indicador de relações de gênero, não o relaciona com preferências e satisfação de fecundidade. Já o trabalho de

Bonifácio & Nepomucenco (2012) utiliza dados bastante defasados (PNDS 1996) e o de Barros & Wong (2012) usa médias agregadas de preferências, sem levar em consideração as preferências dos parceiros reprodutivos, e ambos não utilizam medidas de relações de gênero. O trabalho de Castanheira, por sua vez, ainda está em fase preliminar. Assim, espera-se que os dados do Brasil em dois períodos, incluindo um mais recente (PNDS 2006), em que a fecundidade era de 1,8 filhos por mulher e ainda introduzindo a opinião do parceiro, se tenha resultados bastante diferentes, em que provavelmente as relações de gênero se apresentarão de forma diferenciada.

3.2.1 O papel dos homens das decisões reprodutivas

O estudo sobre homens e reprodução sempre foi marginalizado na análise demográfica. Segundo Goldscheider & Kaufman (1996), antes das transformações que criaram as sociedades urbanas e pós-industriais em todo o mundo mais desenvolvido, homens e mulheres conviviam em casa, envolvidos na produção familiar e no cuidado de seus filhos. As circunstâncias históricas levaram os homens a deixarem a família para geração de renda e às mulheres couberam os cuidados dos filhos e da casa. As leis de transferência para a mulher tanto da custódia legal e da responsabilidade com os filhos nos casos do divórcio vieram reforçar esses papéis de homens e mulheres.

Por muito tempo, as abordagens teóricas dominantes colocavam a mulher e a criança no âmago do processo histórico de construção da vida familiar, o que contribuiu amplamente para dissociar o homem das manifestações afetivas que circulam no seio da família. Uma das grandes contribuições para a inserção dos homens no processo reprodutivo foram as reivindicações contínuas dos movimentos feministas, o aumento da escolarização feminina e sua entrada maciça para o mercado de trabalho. Paralelamente, a partir da década de 90 teve-se uma mudança decisiva neste panorama, especialmente a partir da Conferencia Internacional sobre a População e o Desenvolvimento de 1994. Da Conferencia saíram algumas orientações para a promoção da co-responsabilizacão dos homens nos comportamentos sexuais, reprodutivos e no exercício da paternidade responsável. A partir de então, abriu-se o caminho para

a compreensão dos processos de decisão no campo da fecundidade e do papel exercido pelos homens (Goldscheider & Kaufman, 1996).

Apesar desse constante estímulo e exigência para que os homens também participassem do processo de tomada de decisão por filho, Cunha (2010) revela que a mudança no nível de fecundidade, em especial a redução acentuada da fecundidade vivenciada nos últimos anos, têm sido totalmente atribuída ao protagonismo feminino. Muitos fatos remetem a isso, tal como a participação feminina no mercado de trabalho – que tem aumentado significativamente desde meados do século XX – para inibir a aspiração à maternidade. Como clarificou Oliveira, I. (2007) a este respeito, trata-se de

> "uma visão profundamente enraizada na perspectiva de Becker, sobre os maiores custos econômicos da criança associados ao aumento da educação feminina (...). Esta concepção supõe a existência de um conflito entre o trabalho feminino (associado ao aumento da escolarização) e a maternidade" (Oliveira, I. 2007 p. 15)

Por outro lado, porque a preponderância dos métodos anticoncepcionais ditos femininos (com amplo destaque para a pílula) transferiu o ônus do controle da fecundidade do homem, a quem competia tradicionalmente, para a mulher. Nesta visão do quadro da vida conjugal, a reprodução seria uma arena isenta de desencontros, tensões e negociações, pelo que poderia ser apreendida a partir da perspectiva da mulher. Deste modo se explica a omissão do papel do homem no campo da reprodução conjugal, não obstante a maior visibilidade dos seus desempenhos e valores em outras arenas da esfera privada. Portanto, a construção da fecundidade no quadro da vida pessoal e conjugal para os homens constitui-se ainda um campo a ser explorado.

Também Oliveira, M. (2007) mostra que o tema reprodução têm sido tratado, preferencialmente, no contexto da vida feminina, porque é assim que a pesquisa em demografia se volta para a compreensão dos determinantes dos níveis e padrões de fecundidade, uma vez que examina, a partir da mulher, as carreiras reprodutivas e os projetos de fecundidade. A autora defende a importância de desvendar as construções socioculturais que modelam atitudes e práticas masculinas relativas à reprodução, mostrando uma preocupação em entender a matriz social de direitos e obrigações que fundamentam os projetos e as decisões

reprodutivas masculinas. Além disso, existe um interesse em conhecer como os homens constroem ao longo da vida suas visões sobre a reprodução e a paternidade, sobre a sua capacidade ou incapacidade de interferir nesse processo e as práticas que dão vida as suas experiências nessa área. Assim, a inclusão de ambos os parceiros como objeto de pesquisa faz-se uma oportunidade de incluir os homens no contexto das escolhas reprodutivas.

Wall *et al.* (2004) tentam trazer as discussões feministas para o mundo dos homens e, nesse sentido, defendem que é importante pensar como as obrigações profissionais podem impedir os homens de se realizarem na vida privada e assim estes também teriam tensões e dificuldades na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Sabendo que não somente as mulheres têm dificuldades de conciliação de suas diversas obrigações públicas e privadas, mas também os homens as sofrem, desvendar essas contradições é primordial no atual cenário de baixa fecundidade.

A masculinidade é um conceito multidimensional e por isso deve contemplar as questões relacionadas com a sexualidade e a vida privada, como elemento fundamental de construção social do gênero. As novas exigências colocadas ao homem na relação com a profissão e com a vida privada (ser marido, ser pai, ser afetivo e participante...) desafiam a figura tradicional do homem, ou seja, a definição de masculinidade, construída sobre alicerces que se fundam, em última instancia, sobre uma sexualidade (compulsiva, dominante...) que é concebida em antítese com o feminino (afetivo, passivo...). Nesse sentido, é necessário perceber como a construção do papel de pai sofre a influência da relação tecida com a esposa/companheira (mais ou menos igualitária em matéria de responsabilidades e tarefas...), bem como o impacto do tipo de vida profissional tida/desejada e dos valores referentes à masculinidade (Wall *et al.* 2004).

O exercício de uma paternidade, que inclui os cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos vem aumentado e isto pode ser visto como caminho para a construção de um novo homem, uma vez que uma das características do modelo tradicional é a dificuldade que os homens têm de expressão, afeto e ternura (Giffin & Cavalcanti, 1999). O estudo de Giffin (1994), com homens em favelas cariocas, revela tanto o aumento da responsabilidade

econômica que os homens sentem perante a gravidez quanto sua concordância em controlar a fecundidade, ou mesmo sua proibição sobre uma gravidez, especialmente entre homens jovens e ainda sem filhos (quase um terço dos pais respondentes declararam que seu primeiro filho foi fruto de uma gravidez não desejada). A disposição atual dos homens no sentido de limitar o número de filhos é refletida nos dados nacionais sobre uso e conhecimento de métodos contraceptivos e em outros estudos. Para muitos homens de baixa renda, 'ser pai' significa assumir a responsabilidade pelo sustento do filho, não sendo resultado automático da participação na geração de uma criança (Giffin & Cavalcanti, 1999).

3.3 E agora?

As sessões anteriores proporcionaram uma visão geral acerca das teorias demográficas sobre a queda da fecundidade, dos modelos e arcabouços sobre as intenções reprodutivas e comportamento da fecundidade entre casais e dos diversos estudos de caso de como as relações de gênero entre os parceiros e, especialmente, a participação dos homens, interferem no processo de tomada de decisão por filhos. Esta revisão indicou que o processo decisório do casal quanto à fecundidade sempre ocorre em um contexto social muito diversificado, em que existem normas sociais específicas que se aplicam tanto a fecundidade destinada quanto à realizada.

A partir desta leitura e reflexão crítica, foi possível desenvolver uma síntese teórica, abarcando as principais variáveis que interferem no processo reprodutivo de casais, a qual propõem-se como referência para as análises tanto na parte quantitativa quanto qualitativa deste estudo. Dado o estado das artes, percebeu-se que somente uma teoria não é suficiente para se entender a complexidade do processo de tomada de decisão por filhos entre casais.

O arcabouço teórico parte da TCP sugerida por Ajzen (1991), em que o processo de tomada de decisão por filhos parte dos fatores de fundo (micro) do indivíduo, os quais interem na motivação (intenção) para ter filhos bem como na capacidade (controle comportamental percebido) dos indivíduos de implementá-la. Esta teoria foi utilizada por destacar variáveis que são tidas na demografia e especialmente

nos estudos de fecundidade como influenciadoras do processo de decisão por filhos, em que se destaca a importância das relações de gênero. Ainda dentro do universo micro, adicionaram-se as idéias de estruturas culturais e esquemáticas individuais, apontadas por Johnson-Hanks *et al.* (2006) da TAC, como uma possível forma de influência sobre a intenção por filhos.

Também se considerou a idéia defendida por Klobas (2011) que fez uma adaptação da TCP ao comportamento da fecundidade inserindo o ambiente macro, tais como o contexto econômico e das políticas públicas, bem como colocando as normas sociais, valores e cultura como influenciadores de todos os fatores de fundo do indivíduo. A escolha desse modelo se deu uma vez que ele consegue trazer para um plano mais demográfico a TCP e ao mesmo tempo incorporar um grande número de variáveis de interesse influenciadoras do processo de tomada de decisão por filhos.

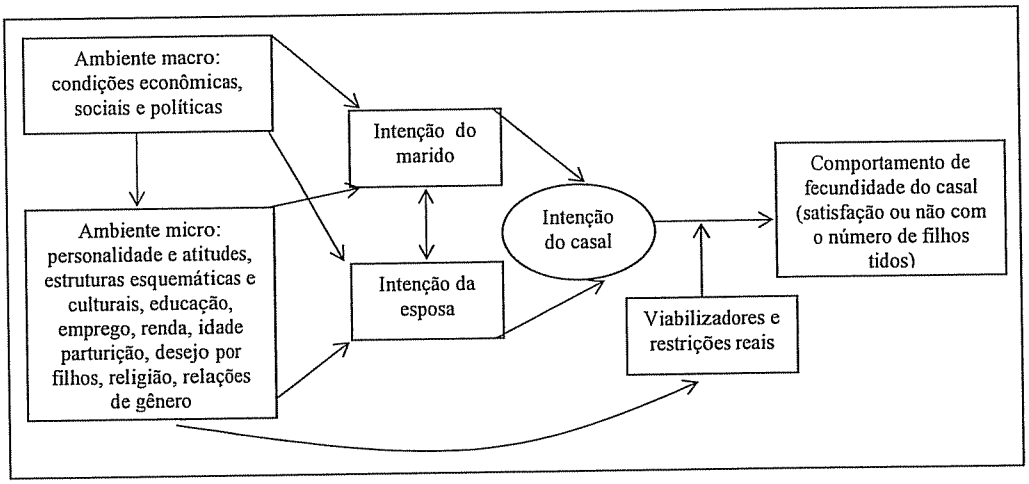
A idéia da importância redes sociais dos indivíduos apontada por Balbo & Mills (2011), também foi considerada para a análise, pois como apontado por eles, a rede familiar pode tanto ser uma fonte de capital social, contribuindo para a capacidade atual de realização da fecundidade, quanto uma referência de comportamento, facilitando a realização das intenções formadas pelo casal ou inibindo-as, causando constrangimentos perante às intenções e comportamento deste. A inclusão desta variável permite testar o grau de interferência da rede social do casal nos seus planos reprodutivos.

Por fim, modelo de Miller *et al.* (2004) também foi incorporado por colocar as decisões de fecundidade dentro de contexto de casal, onde os desejos de cada parceiro podem influenciar as intenções individuais e ainda o comportamento do casal. A escolha desse modelo se justifica uma vez que a pesquisa busca entender como os desejos individuais de cada cônjuge se organizam e definem o comportamento de fecundidade do casal. E especialmente, compreender como os desejos e intenções dos homens, a partir das relações de gênero vivenciadas pelo casal, influenciam seu processo de tomada de decisão por filhos.

A partir da junção dos modelos e varáveis citados acima, propõe-se o seguinte caminho teórico: tanto o ambiente micro quanto macro interferem na construção

das intenções reprodutivas de cada cônjuge, em que estas sofrem influência mútua das intenções um do outro. A partir da ação dos viabilizadores e/ou restrições reais quais sejam: relações de gênero existentes entre os parceiros, o poder de barganha de cada cônjuge, a percepção do casal da sua capacidade de tornar real a sua intenção reprodutiva, a influência positiva ou negativa da rede social do casal, entre outros, estas intenções podem ou não se tornar reais. Tudo isso então leva ao comportamento de fecundidade do casal, o qual pode ser tanto no sentido de terem uma fecundidade satisfeita ou insatisfeita, neste caso por terem tido menos filhos do que desejavam. Abaixo se tem a representação gráfica desse arcabouço teórico e que será utilizado neste estudo.

FIGURA 6 – Esquema do modelo teórico da construção das intenções reprodutivas e variáveis que interferem no comportamento reprodutivo de casais



Fonte: Com base nos modelos de Miller *et al.* (2004), Klobas (2011) e Balbo & Mills (2011)

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de cumprir os objetivos propostos neste estudo foi utilizada a associação de metodologias quantitativas e qualitativas. Segundo Creswell (2007), foi reconhecendo que todos os métodos têm limitações que os pesquisadores chegaram ao consenso de que os preconceitos e problemas inerentes a um método poderiam neutralizar ou cancelar os preconceitos e problemas de outro método, fazendo surgir assim a triangulação dos métodos, por meio de uma busca de uma convergência de métodos de natureza qualitativa e quantitativa. O autor mostra que resultados de um método podem ajudar a desenvolver ou aprimorar outro método; um método pode ser aninhado dentro de outro método para fornecer informações sobre diferentes níveis ou unidades de análise; ou ainda os métodos podem servir como forma de mostrar grupos marginalizados.

Como explicado no inicio, este trabalho possui duas perguntas centrais:

- Como se dá o processo de formação dos desejos, intenções e implementação das preferências reprodutivas de casais? E,
- Como as relações de gênero se combinam com os desejos individuais dos parceiros, a fim de configurar o processo de tomada de decisão por filhos?

Ambas perguntas, por serem multifacetadas, nos termos de Günther (2006), não podem ser respondidas totalmente por meio de dados quantitativos, necessitando, portanto de metodologia qualitativa.

Segundo Minayo & Sanches (1993), nenhuma das duas abordagens (quantitativa e qualitativa) é mais científica do que a outra e, portanto, elas não podem ser pensadas como oposições contraditórias. Pelo contrário, a autora defende que é desejável que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais "ecológicos" e "concretos" e aprofundadas em seus significados mais essenciais.

Em conseqüência, e a fim de responder os objetivos propostos esta tese é composta de duas etapas metodológicas: a primeira quantitativa e uma segunda qualitativa. Espera-se que com essa interação de dados e resultados, tenha-se um olhar macro do tema em questão, a partir dos dados quantitativos, os quais permitem identificar diferenças nos desejos, intenções e satisfação com relação à quantidade de filhos que os casais apresentam e se estas diferenças são estatisticamente significantes. Ao mesmo tempo, espera-se ter uma visão micro do fenômeno, a partir dos dados qualitativos, os quais permitem conhecer os detalhes da dinâmica dos indivíduos e dos casais durante a tomada de decisão por filhos, e assim poder expandir a compreensão do processo de formação das preferências e do comportamento reprodutivo de casais.

A seguir, estão apresentadas as fontes de dados e as metodologias empregadas neste estudo. Os dados e a metodologia quantitativa são abordados em primeiro lugar e posteriormente, são abordadas as questões relativas aos dados e à metodologia qualitativa.

4.1 A análise quantitativa

A análise dos dados quantitativos tem o intuito de mostrar um panorama das preferências reprodutivas e do comportamento de fecundidade dos casais brasileiros, especialmente identificar o perfil de mulheres com maior demanda insatisfeita por falta de filhos no país. Como mostrado por Matveev (2002), a pesquisa quantitativa é baseada na suposição de que a realidade social tem uma estrutura ontológica objetiva e que os indivíduos são agentes respondentes deste ambiente. Este tipo de pesquisa envolve a contagem e a medição dos acontecimentos, a partir da análise estatística de um conjunto de dados numéricos, em que a principal preocupação é a medição confiável, válida e generalizável em sua previsão de causas e efeitos. A partir desta análise quantitativa é possível identificar de forma clara e precisa tanto as variáveis independentes como as variáveis dependentes de investigação, em que se pode chegar à conclusões mais objetivas e determinar questões de associação ou até mesmo causalidade.

Por outro lado, este tipo de pesquisa também apresenta problemas, uma vez que não fornece ao investigador informações sobre o quadro da situação em que o fenômeno estudado ocorre; é incapaz de controlar o ambiente onde os entrevistados fornecem as respostas às perguntas do questionário; os resultados são limitados a apenas aqueles objetivos descritos na proposta de pesquisa original, devido às perguntas serem fechadas e o seu formato ser estruturado; não incentiva a investigação em evolução e contínua de um fenômeno de pesquisa (Matveev, 2002).

Nesta tese serão explorados os dados disponíveis sobre o tema na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança de 1996 e 2006 (PNDS 1996 e 2006). Esta escolha se justifica pelas ricas informações sobre preferências e comportamento reprodutivo e também por serem as mais recentes sobre este tema em nível nacional. Infelizmente, intui-se que desde 2006, especificamente para o caso brasileiro, muitas transformações ocorreram, estando, portanto, os dados defasados. Contudo, espera-se que o panorama encontrado possa revelar o comportamento reprodutivo das mulheres[16] brasileiras e sugerir possíveis tendências futuras para as preferências e comportamento da fecundidade.

A PNDS segue o modelo de pesquisa DHS (*Demography Healthy Survey)* e tem como finalidade atualizar o conhecimento dos indicadores de saúde da mulher e de saúde da criança, seus diferenciais e determinantes, com o fim de: subsidiar o aprimoramento das políticas públicas; compartilhar informações com a comunidade acadêmica para o aprofundamento de estudos especiais neste campo e prover a sociedade civil com informações para o exercício do controle social. A pesquisa teve como critério amostral uma amostra probabilística, selecionada aleatoriamente. O universo do estudo foi formado por domicílios particulares permanentes em setores comuns (inclusive favelas), com a presença de mulheres de 15 a 49 anos de idade, de todas as cinco regiões do Brasil, urbanas e rurais.

---

[16] Infelizmente a PNDS de 2006 não há dados para homens e, portanto, não é possível fazer a análise para estes.

Por fazer parte das pesquisas do tipo DHS, ela apresenta muitas variáveis com possibilidades de comparação internacional e questões específicas para cada país. Esta pesquisa possui ricas informações sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, informações específicas de preferência reprodutiva e uso de contraceptivos e ainda da relação conjugal entre os parceiros. Além disso, possui ainda algumas variáveis que mostram os motivos para certas atitudes e comportamentos reprodutivos.

Como dito anteriormente, a PNDS é uma pesquisa domiciliar por amostragem probabilística complexa[17], obtida em dois estágios de seleção. Seguindo as recomendações do relatório técnico da PNDS para incorporar as informações do plano amostral foram utilizadas as variáveis cd002_Conglomerado, cd003_Estrato e XM999_Peso, que correspondem, respectivamente, à informação dos setores censitários, à informação do estrato e o peso de cada indivíduo. Neste trabalho foi utilizado o pacote estatístico SPSS, versão 17 e Stata versão 10, os quais permitem realizar análises considerando as especificações da pesquisa.

Utilizando as bases de dados disponíveis pela DHS (1996) e pelo Ministério da Saúde (2006), buscou-se agregar as variáveis de domicílio à base de mulheres, ficando com as observações somente relativas às mulheres (12612 e 15575 para PNDS 1996 e 2006, respectivamente). As variáveis utilizadas nesta análise incluíram: região geográfica, situação de domicílio, anos de estudo, idade, raça/cor, estratos econômicos, estado civil, índice de gênero, número de filhos nascidos vivos, número de uniões, número de filhos você pretende ter por toda vida; uso de contracepção atual, marido prefere ter o mesmo número de filhos que você, idade ao ser mãe, preferência de fecundidade (quer ter (mais) filhos, quantos tempo quer esperar para ter (mais) filhos, etc), acesso à mídia, de quem é a decisão por usar o seu próprio dinheiro, diferença de idade entre os parceiros, conversa sobre planejamento familiar com o marido e número de uniões.

Para analisar as diferenças de comportamento entre os diversos estratos de renda das unidades familiares, foi utilizado o Critério de Classificação Econômica

---

[17] Uma amostra de desenho complexo é a combinação de vários métodos probabilísticos de amostragem para seleção de uma amostra representativa da população (Szwarcwald & Damacena, 2008) e requer alguns cuidados ao proceder às análises dos dados.

Brasil, que tem a função de estimar o poder de compra das pessoas e das famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais". A divisão de mercado definida é exclusivamente de classes econômicas. Embora contenha itens de natureza social, como grau de escolaridade, todos os itens do critério foram utilizados apenas como indicadores da capacidade de consumo. Não houve pretensão de atribuir a ele qualquer caráter sociológico.

Esse critério teve como objetivo ser um sistema de pontuação padronizado, estimando de forma eficiente[18] a capacidade de consumo das famílias brasileiras. As variáveis utilizadas foram número de automóveis, número de aparelhos de TV em cores, número de rádios, número de banheiros, número de empregados domésticos, posse de máquina de lavar roupa, posse de geladeira e *freezer*[19], posse de videocassete ou DVD e nível de instrução do responsável pela família. Para essas variáveis então foi feita regressão para se estabelecer os coeficientes das variáveis. A esses coeficientes foram atribuídos pontos proporcionais. A partir desse sistema a pontuação mínima é 0 ponto e a máxima é de 46 pontos. O passo seguinte foi a distribuição dos pontos entre as regiões metropolitanas, o que mostrou existir uma grande concentração da população nas regiões metropolitanas entre alguns pontos, ou seja, certos estratos econômicos. A partir daí, então, foram feitos os pontos de corte[20], a fim de que fossem então estabelecidas as classes econômicas (ABEP, 2007). Para melhor visualização optou-se por trabalhar os estratos econômicos mais agregados, uma vez que não foi objetivo desse trabalho analisar as diferenças dentro dos mesmos estratos e, sim, apresentar as diferenças gerais entre os mesmos. Assim, devido ao tamanho da amostra foram utilizados nesse trabalho os estratos agregados em A e B, C e D e E.

---

[18] O sistema de pontos atribuídos aos itens tem se mostrado mais simples e menos sujeito a erros do entrevistador do que outros sistemas, como o de árvore, utilizado no México, por exemplo (ABEP, 2007).

[19] Na base de dados de 1996, devido à não existência da pergunta de posse de freezer, este item foi substituído por aspirador de pó.

[20] Segundo ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) não existem cortes naturais na distribuição de renda e, portanto, não existe uma única técnica para encontrar os cortes "corretos". A distribuição dos pontos torna-se uma questão de conveniência do usuário. Maiores detalhes sobre o Critério Brasil de Classificação Econômica acesse: <http://www.abep.org/>.

A fim de verificar qual a influência das relações de gênero sobre as preferências e comportamento reprodutivo das mulheres, foi feito neste trabalho um índice das relações de gênero na família. Foi reaplicado o indicador de "status da mulher" feito por Gualberto (2003), o qual ainda leva em conta as sugestões feitas por Goldani (1994), Mason (1984), Evans (1992) e de Kishor & Neitzel (1996). Neste trabalho foram feitas algumas modificações e adaptações no indicador, em virtude da disponibilidade da base de dados e especialmente devido à inserção de novas perguntas, as quais estão mais relacionadas com o interesse desta pesquisa. Assim, o indicador das relações de gênero está dividido em cinco temas: escolaridade, trabalho, chefia domiciliar, acesso à mídia e relacionamento entre parceiros, medidos a partir de oito situações.

Na escolaridade, a variável de relações de gênero é se a mulher tem escolaridade igual ou superior à de seu parceiro; nos casos afirmativos, o indicador recebe um ponto. O ambiente profissional e de trabalho diz respeito se a mulher trabalha ou não, além das atividades domésticas, e ganha ponto aquela mulher que trabalha fora.

Quanto à variável responsabilidade ou chefia familiar só será considerada como um elemento que contribui para as relações de gênero se a chefia é feminina se localiza em um domicílio dos estratos A ou B. Isto estipulado para que, de alguma forma, se evitasse selecionar aqueles domicílios em que a chefia feminina é atrelada a um menor número de provedores e, conseqüentemente, à vulnerabilidade financeira.

No acesso à mídia, segundo Faria & Potter (1999), existe, para o caso brasileiro, uma conexão entre exposição à TV e preferência por famílias menores e demanda por planejamento familiar. Diante disso, receberá ponto a mulher que declarar que assiste a televisão ou tem acesso a outras mídias, tais como rádio, jornais ou revistas.

Por fim, o relacionamento entre cônjuges será avaliado em quatro variáveis, pois se considera que é justamente dentro da relação conjugal que os diferenciais de gênero e posição da mulher frente às decisões podem ser melhor visualizados. Ganhará ponto de relação de gênero a mulher cuja diferença de idade em relação

ao seu atual parceiro seja igual ou menor que 10 anos. A mulher que conversa sobre planejamento familiar com o seu parceiro também ganhará ponto. Também receberá ponto aquela entrevistada que responde como sendo a única que decide sobre destino do dinheiro que ela recebe. Por fim, receberá ponto aquela mulher que responder que pode rejeitar fazer sexo com o marido quando ela está cansada ou quando não quer.

O Índice de equilíbrio das relações de gênero vivenciado pela mulher utilizado aqui é a soma dessas oito situações de avaliação tanto das características individuais da entrevistada quanto da sua relação com seu cônjuge/parceiro. Para cada situação favorável à mulher, o indicador ganha um ponto e, assim, poderá assumir valores entre zero (indicando relação muito desigual) e oito (relação de maior igualdade de gênero)[21]. A seguir, o QUAD. 1 traz um resumo do esquema de pontos do Índice de Igualdade de Gênero.

QUADRO 1 – Sistema de pontuação do Índice de Igualdade de Gênero

Variáveis		Pontuação	
		sim	não
Características individuais	escolaridade: mulher ter escolaridade igual ou maior que seu parceiro	1	0
	ambiente profissional: mulher trabalho além das atividades domésticas e recebe por isso	1	0
	chefia familiar: mulher é chefe em estratos econômicos A ou B	1	0
	acesso à mídia: mulher que assiste à televisão ou tem acesso a outras mídias, tais como rádio, jornais ou revistas.	1	0
Relacionamento com o parceiro	idade: mulher com diferença de idade em relação ao seu atual parceiro igual ou menor que 10 anos	1	0
	diálogo sobre planejamento familiar: mulher que conversa sobre planejamento familiar com o seu parceiro	1	0
	autonomia sobre seu dinheiro: mulher que responde como sendo a única que decide sobre destino do dinheiro que ela recebe	1	0
	autonomia sobre seus desejos sexuais: mulher que responder que pode rejeitar fazer sexo com o marido quando ela esta cansada ou quando não quer*	1	0
	Total de pontos	8	0

Nota: * Variável somente disponível para a PNDS 2006
Fonte: Elaboração própria

Numa primeira fase, foram realizadas estatísticas descritivas de algumas variáveis de preferência e também de comportamento reprodutivo, com o intuito

[21] Para as análises da base de dados de 1996, o índice de gênero varia de 0 a 7, uma vez que, nesta base de dados não havia disponível a pergunta sobre em que situação a mulher pode rejeitar fazer sexo com o marido.

de caracterizar as mulheres que foram classificadas como tendo uma fecundidade insatisfeita por falta de filhos. Estas estatísticas foram acompanhadas, quase sempre de um teste de significância das médias e de correlação de Cramer.

O teste de comparação médias: Este teste busca verificar se uma determinada variável quantitativa apresenta médias iguais em diferentes grupos da população, se a estatística do teste der significante (p-valor menor até 90%) indica que há uma diferença daquela variável de acordo com as categorias analisadas. Nesse estudo foi utilizado o Teste F de igualdade das médias de duas amostras independentes (Comparação da média de uma variável de um grupo com a média dessa variável em outro grupo) (Triola, 2008).

O teste de V de Cramer: Este teste descreve a intensidade da associação entre duas variáveis categóricas na amostra. Seu valor varia de 0.0, refletindo completa independência, e 1.0, mostrando completa dependência dos atributos. Se a estatística do teste der significativa interpreta-se o valor teste (Triola, 2008).

Posteriormente realizaram-se regressões logísticas binominais e multinomiais a fim de identificar possíveis relações entre ter menos filhos do que se deseja e algumas variáveis sociodemográficas. O detalhamento do modelo está na sessão abaixo.

4.1.1 O modelo Logístico

Segundo Gujarati (2006), diversas relações sociodemográficas podem ser descritas por uma única equação. Em modelos de regressão deste tipo, uma variável (y_i) é expressa como uma função linear de uma ou mais variáveis (x_i), de tal forma que fica implícita, se de fato existir, uma relação causal unidirecional entre elas: os x_i's (variáveis explicativas) são a causa e o y_i (variável dependente), o efeito. Então, sendo y_i, insatisfação com a fecundidade e x_i, o vetor transposto das variáveis explicativas, pode-se estimar o seguinte modelo linear:

$$y_i = \beta x'_i + \varepsilon_i \qquad (1)$$

Um dos casos particulares dos modelos lineares generalizados são os modelos para variáveis que apresentam apenas duas categorias ou que foram de alguma

forma dicotomizadas as variáveis que assumem valores "0" ou "1". São chamadas variáveis *dummy*. Um dos mais importantes modelos é o de regressão logística, baseado na transformação logit para proporção. Como a variável-resposta é binária (satisfação com a fecundidade), nossos modelos são estimados segundo uma função logística. Nesse modelo logístico, a variável dependente é definida como a status de fecundidade. Isto é, y_i é uma variável binária que assume valor 1, se a mulher tem menos filhos do que o desejado (fecundidade discrepante - caso positivo) e valor zero, se a mulher tem o número filhos desejados - (caso negativo), por meio a função de distribuição logística cumulativa:

$$\pi_i = \Pr(y_i = 1) = F(x'_i \beta) = e^{x'_i \beta} / [1 + e^{x'_i \beta}] \qquad (2)$$

Em que β é um vetor de parâmetros a ser estimado que mensura o impacto de variações nas variáveis explicativas em x_i' sobre as probabilidades de fecundidade discrepante; sendo que essa função de distribuição cumulativa se restringe ao intervalo [0,1].

Para evitar o problema restritivo de que os valores de probabilidade são números no intervalo de 0 e 1 a função logística pode ser linearizada. A importância dessa transformação é que o logit tem muito das desejáveis propriedades do modelo de regressão linear. O logit é linear em seus parâmetros, pode ser contínuo e pode alcançar de -∞ a +∞, dependendo do domínio de X. Para isto basta fazer uma transformação chamada logit, em que rearranja-se a equação (1) e aplicar o logaritmo neperiano em ambos os lados dessa equação, para obtermos:

$$\ln[\pi_i / (1 - \pi_i)] = x'_i \beta \qquad (3)$$

Ao estabelecermos uma relação entre as probabilidades reais e aquelas observadas na amostra, temos: $p_i = \pi_i + \varepsilon_i$ (4)

Em que ε_i tem distribuição binomial, com média zero e variância Dessa maneira, a relação entre o modelo logístico real e o observado pode ser assim estabelecida:

$$f(p_i) = \ln[p_i / (1 - p_i)] = x'_i \beta + u_i \qquad (5)$$

A equação 5 é estimada por máxima verossimilhança, de tal forma que o modelo logístico fica definido como se segue:

$$E[y_i / x_i] = 1[F(x'_i \beta)] + 0[1 - F(x'_i \beta)] \quad (6)$$

No modelo logístico binomial, cada coeficiente fornece o "impacto" de uma variação ocorrida nas variáveis explicativas sobre a média da variável dependente, tal efeito é conhecido como efeito marginal. Assim, com base no β da variável indicadora do desejo do marido (ex. idesejo_ marido) estimado na equação 6 obtemos o efeito marginal dessa variável (e, portanto, ex. marido deseja menos filhos que a esposa) sobre a probabilidade da mulher ter uma fecundidade discrepante (Gujarati, 2006).

Quanto à interpretação do efeito que será estimado com base nessa equação, tem-se que um efeito marginal positivo da variável ex. 'idesejo_marido ' sugere que as mulheres que tem maridos que desejam menos filhos do que elas apresentam uma maior probabilidade de terem menos filhos do elas desejam em relação às mulheres que possuem maridos que desejam o mesmo número de filhos que elas. Dito de outra forma, um efeito marginal da variável indicadora do desejo do marido de 2% sobre a discrepância de fecundidade das mulheres, por exemplo, significa que as mulheres com maridos que querem menos filhos do que elas têm uma probabilidade 2% superior de apresentarem menos filhos do que desejavam quando comparadas às mulheres que têm maridos que desejam o mesmo número de filhos do que elas.

Este exercício foi feito com as PNDS's de 1996 e 2006 para mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos, em que foi utilizado o programa estatístico Stata (versão 11), utilizando-se as variáveis listadas no QUADRO 2.

Entretanto, segundo Hosmer & Lemeshow (1989), a regressão logística necessita que outros pressupostos sejam atendidos, destacando-se:

- A variável dependente deve ser dicotômica ou multinomial;
- Inclusão de todas as variáveis relevantes no modelo;
- Exclusão de todas as variáveis irrelevantes no modelo;
- Ausência de multicolinearidade;

• Ajuste adequado do modelo.

Desta forma, são apresentados abaixo alguns testes realizados para os modelos gerados buscando garantir que os pressupostos da técnica de regressão logística e/ou Multinomial sejam atendidos. Além disso, com a análise destes testes verificou-se os ajustes dos modelos e qual destes apresentou-se mais adequado para os interesses desta pesquisa. Foram feitos três testes clássicos para essa análise os quais são descritos sumariamente a seguir:

VIF (*Variance Inflation Factor*): Este teste auxilia no diagnóstico de multicolinearidade, que é um dos problemas no ajuste do modelo que pode causar impactos na estimativa dos parâmetros. O VIF avalia o aumento da variância devido à presença de multicolinearidade e é calculado pela equação:

$VIF= 1/1-R^2$ (7)

De acordo com Gujarati (2000), o valor limite do VIF para estabelecer se uma variável não é colinear é 4 e se este valor for superior a 10, a variável é altamente colinear.

Teste de Wald: Este teste avaliar a importância das variáveis dentro de um modelo e fornece indicativo de quais variáveis são estatisticamente significativas. Os valores críticos de 1,95 fornecem o nível de significância aproximado de 0,05, acima dos quais indicam a permanência da variável no modelo. O teste de Wald é obtido por comparação entre a estimativa de máxima verossimilhança do parâmetro ($\widehat{\beta_1}$) e a estimativa de seu erro padrão. A razão resultante, sob a hipótese $H_0 : \beta_1 = 0$, tem distribuição normal padrão. O p-valor é definido como $P(|Z|>|W_j|)$, sendo que Z denota a variável aleatória da distribuição normal padrão. Nesse sentido, se o p-valor é significativo rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que aquele parâmetro (variável) é significativo para o modelo e deve permanecer neste. O teste de Wald frequentemente não rejeita a hipótese nula, ou seja, que a variável não altera o modelo, quando o coeficiente é significativo e, portanto, um teste mais robusto foi utilizado, que o teste da razão de verossimilhança para testar se realmente o coeficiente não é significativo quando o teste de Wald não rejeita a hipótese nula (Wooldridge, 2006).

Teste da razão de verossimilhança: Este teste faz a comparação entre os modelos com e sem as varáveis sendo testadas, ou seja, fornece parâmetros para qual modelo é melhor, sem ou com aquela variável de interesse. Ele é baseado na estatística chamada de desviância do modelo, que por sua vez compara o logaritmo da verossimilhança deste modelo com o logaritmo da verossimilhança do modelo completo (máximo ou saturado) ou mais complexo. A análise de desviância é descrita como uma estatística de bondade (ou de qualidade) do ajustamento. A comparação dos valores observados com os valores preditos do modelo saturado usando a função de verossimilhança é baseada na seguinte expressão:

$$D = -2ln\left[\frac{(verossimilhanca\ do\ modelo\ ajustado)}{(verossimilhanca\ do\ modelo\ saturado)}\right].$$

Com o propósito de assegurar a significância de uma variável independente, compara-se o valor da D com e sem a variável na equação. A mudança em D devido a inclusão da variável no modelo é obtida da seguinte maneira:

$$G = D(modelo\ sem\ a\ variável) - D(modelo\ com\ a\ variável).$$

Podemos então escrever a estatística G como:

$$G = -2ln\left[\frac{(verossimilhanca\ sem\ a\ variável)}{(verossimilhanca\ com\ a\ variável)}\right].$$

Deseja-se testar: $\begin{cases} H_0 : \beta_1 = 0 \\ H_1 : \beta_1 \neq 0 \end{cases}$

Sob a hipótese nula, a estatística G tem distribuição chi-quadrado com 1 grau de liberdade. Se o p-valor der significativo rejeita-se a hipótese nula, ou seja, o modelo mais completo é preferível ao modelo com menor número de variáveis, ou sem aquela variável de interesse (Wooldridge, 2006).

QUADRO 2 – Descrição das variáveis empregadas na análise descritiva e nos modelos de Regressão Logística

	Nome	Tipo	categorias	Fonte geradora	Justificativa
variável resposta	Satisfação com a fecundidade	categórica	Com discrepância, sem discrepância e com excesso de filhos	Fez-se a subtração da variável número de filhos nascidos vivos da variável número de filhos desejados, se fossem iguais então a mulher estava sem discrepância, se fosse negativo então a mulher estava com discrepância , ou seja falta de filhos, e se fosse positivo então a mulher estava com excesso de filhos	Dado que o objetivo do trabalho é avaliar a discrepância de fecundidade os diferenciais entre o número ideal de filhos e o número de filhos realmente tidos são considerados como indicador principal desta variável.
variável resposta	Satisfação com a fecundidade	categórica binária	Sem discrepância, com discrepância	Fez-se a subtração da variável número de filhos nascidos vivos da variável número de filhos desejados, se fossem iguais então a mulher estava sem discrepância a e se fosse negativo então a mulher tinha discrepância de fecundidade	A fim de identificar as características das mulheres que apresentavam uma discrepância e possíveis variáveis explicativas para essa situação criou-se esta variável, a qual se compara estas mulheres com aquelas que se encontravam sem discrepância.
variável resposta	Níveis de insatisfação por falta	categórica	Com discrepância e não tem filhos, com discrepância e tem 1 filhos, com discrepância e tem dois ou mais filhos	Foi obtida por meio do cruzamento entre as mulheres que tinham menos filhos do que o desejado e parturição atual da mulher	Foi criada por se julgar que a discrepância se dá de forma muito diferente entre mulheres que não tem filhos, tem um e tem dois. E por conseqüência o que pode estar determinando a discrepância em um grupo pode não estar em outro.
variáveis explicativas	Região geográfica	categórica	Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste	Diz respeito à distribuição da população entre as regiões	Devido à grande diversidade cultural, econômica e social entre as regiões do país julga-se que esta variável seja importante na análise.
	Situação de domicílio	categórica binária	Rural e Urbano	Diz respeito à distribuição da população entre as regiões	Devido à grande diversidade cultural, econômica e social entre os espaços urbanos e rurais do país espera-se que esta variável seja importante na análise
	Estratos econômicos	categórica	AB, C e DE	Foi obtido por meio do Critério Brasil de Classificação Econômica e relaciona-se ao poder de consumo da população	Acredita-se que a desigualdade econômica no Brasil ainda é bastante elevada o que poderia influenciar os padrões de comportamento e portanto a análise de estratos faz-se importante.
	Escolaridade da mulher	categórica	0 a 4, 5 a 8, 9 a 11 e 12 e mais	É obtida a partir do grau mais elevado alcançado pelas entrevistadas, no sistema educacional do país, e pela série mais alta cursada completamente.	A escolaridade da mulher está muito ligada ao sucesso do planejamento familiar e à fecundidade marital. Com isso, espera-se que escolaridade vá interferir diretamente na discrepância com a fecundidade.
	Religião	categórica	católica, protestante tradicional, pentecostal, sem religião e outras	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas sobre sua religião atual	Sabendo da grande relação entre religião e comportamento reprodutivo, espera-se que as diferenças de crenças possam interferir na discrepância de fecundidade.
	Idade ao ser mãe	categórica	15 a 24, 25 a 35 e 35 e mais	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas sobre a idade que tiveram o primeiro filho	Sabe-se que a parturição aumenta com a idade portanto espera-se que a idade ao ser mãe tenha impacto sobre a discrepância de fecundidade.
	Parturição	categórica	0, 1 e 2 e mais	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas sobre o número de filhos nascidos vivos	Com o aumento da parturição as chances de se ter uma insatisfação de fecundidade devido à falta de filhos é menor, portanto parturição estaria diretamente relacionada com a discrepância de fecundidade.
	Uso de contracepção	categórica binária	sim e não	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas se usavam contracepção moderna atualmente	A contracepção é a principal forma de se evitar filhos e entre as diversas variáveis também pode estar relacionada com a discrepância de fecundidade.

CONTNUA...

CONTINUAÇÃO

Nome	Tipo	categorias	Fonte geradora	Justificativa
Trabalho	categórica binária	sim e não	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas se trabalham além das atividades domésticas e se são remuneradas	Como diz a literatura esse tipo de informação pode estar relacionada com a discrepância de fecundidade uma vez que se relaciona com o custo de oportunidade das mulheres e essa variável também é um indicador do poder de barganha da mulher dentro do domicílio, além de apontar sua posição na sociedade.
Desejo do marido por filhos	categórica	quer o mesmo número, quer mais e quer menos filhos que esposa	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas sobre o desejo do marido por filhos	Sabendo que os desejos dos cônjuges se influenciam mutuamente, espera-se que haja alguma relação entre os desejos dos maridos e a discrepância de fecundidade.
Anos de estudo do marido	categórica	0 a 4, 5 a 8, 9 a 11 e 12 e mais	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas sobre o grau mais elevado alcançado pelos seus parceiros, no sistema educacional do país, e pela série mais alta cursada completamente.	Como o processo de tomada de decisão por filhos é influenciado pelos sistemas de gêneros, identificar a escolaridade dos cônjuges pode contribuir para se entender estes sistemas.
Conversa planejamento familiar	categórica binária	sim e não	Foi obtida por meio da resposta das entrevistadas quando questionadas sobre se conversa com o parceiro sobre planejamento familiar	Esta variável pode ser um indicador das relações de gênero entre o casal e portanto influenciar a discrepância. de fecundidade.
Diferença de idade em anos entre os parceiros	categórica	mulher 10+, mulher +velha entre 5 e 9 anos, diferença de idade <que 5 anos, homem +velho entre 5 e 9 anos, homem 10+	Foi obtida por meio da diferença de idade entre o homem e a mulher	O fato de um cônjuge ser mais velho do que o outro pode estar associada às relações de poder e tomada de decisão entre o casal e portanto influenciar a discrepância de fecundidade.
número de uniões	categórica binária	primeira união, mais de uma união	Foi obtida por meio da resposta das mulheres se a atual relação conjugal era a sua primeira união ou não	O número de uniões pode fazer com que os indivíduos modifiquem os seus desejos e intenções por filhos e dessa forma essa variável pode influenciar a discrepância de fecundidade.
Acesso à mídia	categórica binária	sim e não	Foi construída a partir da junção das respostas com relação ao acesso diário da mulher ao rádio ou à televisão ou á leitura de jornais e revistas	O acesso á minha é defendido na literatura como sendo um das proxy de conhecimento e empoderamento da mulher, nesse sentido poderia de alguma forma estar relacionado com a discrepância de fecundidade.
Decisão sobre o dinheiro que a mulher recebe	categórica	ela decide, o marido decide, ambos decidem	Foi obtida por meio da pergunta sobre quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	O poder de decisão da mulher sobre o seu dinheiro pode ser usado como uma proxy das relações de poder na relação e indiretamente afetar a discrepância de fecundidade.
Índice de gênero	numérica	0 a 7 (1996) e 0 a 8 (2006)	Foi obtida por meio da aplicação do sistema de pontos detalhado na sessão anterior	Esta variável pode ser um indicador das relações de gênero entre o casal e do poder de barganha das mulheres e portanto influenciar a discrepância de fecundidade.
Ano	categórica	1996 e 2006	Foi obtida por meio da junção das duas bases e criação de uma variável *dummy*	Espera-se que esta variável possibilite verificar a significância da discrepância de fecundidade entre as décadas analisadas.

Fonte: Elaboração própria.

4.2 A análise qualitativa

Segundo Coleman (1990), a demografia precisa passar do nível macro-social (baseado nos agregados populacionais) para o nível dos atores, a fim de se construir o real entendimento dos fenômenos sociais. Também Casterline (1999) aludiu que a utilização de métodos qualitativos na pesquisa demográfica pode ser um poderoso instrumento no estudo da influência dos valores no comportamento dos indivíduos.

Canales (2004) sugere que a demografia atual deve ultrapassar as análises demográficas tradicionais com categorias elaboradas, as quais parecem contemplar populações desagregadas e suas especificidades, mas não conseguem captar a diversidade implícita. Para o autor, o objeto da demografia deve ser a compreensão das heterogeneidades e iniquidades sociais entre os distintos sujeitos demográficos. Nesse sentido, surgem vários exemplos que confirmam a aplicação de técnicas qualitativas em pesquisa na área demográfica, seja a fim de se aprofundar resultados existentes no nível agregado, seja para dar resposta a problemas específicos. Essa análise de dados qualitativos pode ser acompanhada ou não de perspectivas quantitativas. Clássicos trabalhos demográficos tais como Caldwell *et al.* (1983), Knodel & Pramualratana (1988) e Gupta (1990) fizeram a utilização de técnicas qualitativas, assim como tem sido crescente sua utilização em estudos mais recentes para o Brasil (Miranda-Ribeiro, 1997; Quiroga, 2006; Marcondes, 2008; Camargos, 2008; Armas, 2008).

Segundo Weiss (1994), existem muitos fatores que levam a abordagem estudos qualitativos, sendo que ela torna-se viável quando se deseja descrever em detalhes um evento ou um processo permitindo a interação de perspectivas múltiplas. Nestes estudos, um simples evento pode visto como um todo, mesmo que durante a resposta um determinado tema não tenha sido abordado. A metodologia qualitativa torna-se também apropriada para descrever como um determinado evento ocorre ou o que ele acarreta, sob o ponto de vista do participante da pesquisa, permitindo ainda avaliar como os eventos são interpretados por uma população específica.

No caso desta pesquisa, em que é preciso entender os valores, normas e desejos que subjazem e regem as decisões e implementação das preferências reprodutivas e da satisfação de fecundidade pelos casais, a pesquisa quantitativa não é suficiente, pois carece de informações capazes de responder a algumas questões que são objeto de investigação neste estudo. Assim, faz-se necessária uma pesquisa de caráter qualitativo que envolva os personagens das relações observadas, a fim de se fazer um diálogo com as fontes de dados secundários explorados, tornando mais claros os sentidos das ações e das relações sociais constatadas.

Trata-se de um estudo de caso, o qual segundo Yin (1994) é uma abordagem empírica que busca investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, e torna-se adequada para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos. O estudo de caso contribui para se identificar as variáveis que são consideradas importantes, para responder "como?" e o "porquê?" da dinâmica de um fenômeno. A partir deste desenho de pesquisa pode-se manter uma visão do todo, e ao mesmo tempo, focar em características significativas de eventos em uma população real, específica, sendo, portanto, uma grande fonte de validade interna. Por outro lado, o estudo de caso tem a desvantagem de ter maior facilidade de introdução de vieses (de seleção, de omissão, heterogeneidade não observada) assim como a maioria das pesquisas qualitativas. Por se restringir, normalmente, à população específica e com poucos casos, fornecem pouca base para generalizações, possuindo, portanto, baixa validade externa. No entanto a validade interna é elevada, posto que há um aprofundamento nos temas de interesse.

Contudo, como o foco do estudo de caso é a compreensão de fenômenos sociais mais complexos, este desenho de pesquisa, controlando seus vieses e objetivando gerar validade interna, torna-se adequado ao interesse desta tese, qual seja, detalhar as preferências e o comportamento reprodutivo de casais.

4.2.1 Técnica de coleta de dados

Esta etapa se caracterizou pela realização de entrevistas em profundidade. Essa técnica permite o acesso às observações de outras pessoas a respeito de um fato. Por meio da entrevista, pode-se aprender sobre lugares onde nunca se esteve e sobre experiências que nunca se vivenciou (Weiss, 1994).

A entrevista é um procedimento utilizado na pesquisa social para coletar informações e conseguir dados que não estão disponíveis na bibliografia e não são passíveis de observação. Elas fornecem informações ricas das biografias, das experiências de vida, das opiniões, valores, atitudes e sentimentos humanos (May, 2004).

Este método tem sido utilizado com sucesso em outros estudos demográficos que envolvem tanto trajetórias individuais quanto familiares (Acosta, 2003; Marcondes, 2008; Camargos, 2008, Lacerda, 2010), uma vez que permite a compreensão mais detalhada dos fenômenos em estudo, bem como a percepção dos indivíduos sobre sua própria realidade. Ou seja, a partir dele é possível ir além da identificação dos fatores associados à opção por não ter filhos, ter um ou ter dois mas, sobretudo, focalizar os mecanismos que norteiam essa decisão pelo casal.

Assim como qualquer outro instrumento de coleta de dados e informações, as entrevistas possuem vantagens e limitações e para o investigador obter sucesso na sua pesquisa é preciso ter consciência de ambas. No que diz respeito às vantagens, a entrevista pode ser aplicada a todos os segmentos da população. É uma técnica flexível, uma vez que o entrevistador pode repetir, esclarecer e reformular perguntas para que seja melhor compreendido. O pesquisador pode também avaliar as atitudes e a conduta do entrevistado. Por intermédio da entrevista, existe a possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser verificadas as discordâncias, imediatamente. Além disso, o surgimento de questões inesperadas pode enriquecer ainda mais o trabalho do pesquisador. Em relação às limitações, pode-se dizer que as entrevistas precisam de muito tempo para serem realizadas. O entrevistado pode ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo aspecto físico do investigador, por suas atitudes, idéias e opiniões. O entrevistado precisa estar disponível para dar as

informações necessárias e pode reter dados importantes, com receio de que sua identidade seja revelada (Marconi & Lakatos, 1996). Apesar dessas limitações, entre outros instrumentos qualitativos, o procedimento da entrevista mostrou-se o mais apropriado para se alcançar o objetivo proposto nesta tese.

Devido o interesse da pesquisa envolver decisões tanto individuais quanto conjuntas, optou-se, inicialmente, por fazer dois tipos de entrevistas: entrevistas individuais e entrevistas conjuntas. E em um primeiro momento foram feitas entrevistas individuais com cada parceiro, a fim de conhecer melhor os desejos e as intenções dos indivíduos separadamente, bem como compreender as expectativas e receios quanto à maternidade e paternidade e os mecanismos que agem sobre as intenções individuais a fim de ajustá-las em um comportamento reprodutivo do casal.

Entrevistas individuais têm sido um método bastante utilizado na pesquisa qualitativa e em estudos com casais, pois os participantes, neste tipo de situação, são mais capazes de expressar livremente o seu próprio ponto de vista do que quando são entrevistados conjuntamente. Contudo, Taylor & Vocht (2011) destacam que isto não quer dizer um participante vai necessariamente fazer algo sem o conhecimento ou consentimento de seu parceiro, mas apenas reconhece que suas experiências não são idênticas aos de seus parceiros. Também Seale *et al.* (2008) mostram que em entrevistas individuais é possível identificar as diferenças nas preferências de temas ou tópicos abordados e o grau de profundidade com que são tratados por cada parceiro.

Contudo, como estamos interessados no comportamento de casais, as acreditávamos que as entrevistas individuais não bastavam, uma vez que, como afirma Racher (2003), assuntos que envolvem parceiros conjugais devem levar em consideração a existência da uma certa interdependência dos cônjuges, em que é importante também analisar a capacidade de unidade do casal. Portanto, em um segundo momento foram realizadas as entrevistas em conjunto com o casal.

Um das vantagens da entrevista em pares é que, segundo Morris (2001), quando o casal é entrevistado conjuntamente, eles representam a si mesmos não apenas

como indivíduos, mas também como participantes simultâneos em uma relação. Assim, em entrevistas conjuntas, os parceiros podem corroborar ou completar histórias uns dos outros, onde eles podem investigar, corrigir, desafiar, ou introduzir temas novos para a discussão que podem resultar em uma divulgação muito mais rica em dados. Taylor & Vocht (2011) acreditam que quando o casal é visto como um sistema que consiste de dois parceiros mutuamente influenciando, em que se quer aprender significados compartilhados atribuídos às experiências do par, a realização de entrevistas conjuntas oferece oportunidades para os pesquisadores de compreender a perspectiva coletiva do casal e fornecer *insights* sobre a dinâmica do casal que são mais difíceis de identificar em entrevistas individuais com cada parceiro.

Além disso, em entrevistas coletivas, os parceiros negociam o seu diálogo e constroem sua narrativa, em que é permitido aos indivíduos que misturem suas perspectivas e a fim de se apresentarem como um casal. E ainda entrevistas conjuntas fornecem informações em relação ao conteúdo do diálogo e do processo usado para construir esse diálogo, em que observando a comunicação verbal e não-verbal tem-se uma maior compreensão das interações e natureza das relações de poder entre casais (Racher, 2003). Esse tipo de técnica também pode melhorar a confiabilidade dos estudos sobre os casais, onde o conteúdo e a profundidade dos temas podem ser alterados, dado que maridos e esposas corroboram e estimulam as memórias, preenchendo lacunas e lapsos de seus parceiros produzindo portanto dados mais completos (Arksey, 1996).

Por outro lado, entrevistas conjuntas também podem apresentar pontos negativos. Como destaca Arksey (1996), um entrevistado pode dominar o outro, existindo um risco subjacente de atrito provocado pelo desacordo entre os entrevistados e, nestes casos, o entrevistador deve apresentar um grande poder de negociação. Há ainda, um risco das entrevistas conjuntas com parceiros incentivar a produção de dados consensuais, pois eles deliberadamente podem tentar gerar uma imagem unificada da realidade, haja vista que os indivíduos têm a necessidade de dar respostas socialmente aceitáveis ou que sejam percebidas como aceitável para o parceiro. Taylor & Vocht (2011) alertam ainda que a presença de um parceiro em uma entrevista conjunta, influencia a experiência dos

participantes, e também vai influenciar as descrições que eles fornecem, porque nesta técnica de pesquisa é mais difícil trazer à tona as experiências e significados individuais.

Sendo assim, pensamos, inicialmente, que a entrevista individual e a entrevista conjunta se completariam e levamos estas duas técnicas de pesquisa para o campo. Estudos têm mostrado um ganho metodológico muito grande quando se faz esse tipo de associação de entrevistas. Taylor & Vocht (2011) afirma que cada abordagem complementa a outra na elucidação de diferentes aspectos das experiências das pessoas e combinando entrevistas individuais e conjuntas dentro de um estudo de pesquisa tem-se um benefício claro, porque permite aos investigadores eliciar significados e tomada de decisões individuais bem como conjuntas. Desta forma a combinação de entrevistas individuais e conjuntas dos parceiros resultaria em um quadro mais amplo de compreensão dos fenômenos em estudo.

Morris (2001) também mostra o benefício da junção de entrevistas em pares com entrevistas individuais, revelando que, ao fazer essa articulação de entrevistas separadas e posteriormente conjuntas, torna-se possível uma comparação e verificação de cruzada de informações, sendo, portanto, mais uma forma de triangulação. E ainda Arksey (1996) argumenta que este projeto combinado possibilita averiguar inconsistências e que estas sejam esclarecidas, bem como mostrar disparidades em áreas de tensão entre os casais, uma vez que permite identificar como as divergências de opiniões/comportamentos individuais são trabalhadas pelo casal.

Seale *et al.* (2008) analisou as diferenças na qualidade das informações a partir de entrevistas feitas individuais e em pares numa perspectiva de gênero e mostraram que, ao contrário do que afirmava a literatura, os homens não dominam o diálogo na entrevista conjunta, mas as mulheres parecem ser mais propensas a alcançar quantitativa dominância, talvez porque as mulheres sentem-se reconhecidas por seus parceiros como as mais adequadas para relatar experiências relacionadas à vida reprodutiva. Esta explicação pode também ser aplicada para a conclusão de que os homens em entrevistas individuais eram mais propensos que mulheres a falar sobre a experiência conjunta (uso de da

linguagem no plural) enquanto as mulheres relatavam a sua própria experiência pessoal (uso da linguagem no singular). Os autores ainda chamam atenção para o fato de que, para descobrir mais sobre experiências pessoais dos homens sobre suas preferências e comportamento reprodutivo, não deve questioná-lo sobre sua identidade comum dentro da entrevista conjunta, mas deve-se entrevistá-los individualmente e fazer perguntas que mantenham o foco nos homens, em vez de experiências conjugais.

4.2.2 População em estudo e procedimentos para seleção e recrutamento dos entrevistados

Selecionar a amostra para o trabalho qualitativo exige um planejamento anterior que deve ser sistemático mas, ao mesmo tempo, relativamente flexível. Tal planejamento é guiado por questões muito claras, amparadas teoricamente. Como o propósito da pesquisa qualitativa é explorar em profundidade, o investigador deve selecionar cuidadosamente os casos que tipificam ou fornecem um maior entendimento a respeito do objeto de estudo (Ulin *et al.*, 2002, p. 59). Nessa direção, os autores destacam que as amostras proposicionais nunca devem ser confundidas com amostras convenientes. Estas últimas, motivadas pelo acesso fácil aos inquiridos, não necessariamente respondem ao propósito da pesquisa e podem enfraquecer significativamente a qualidade das informações. Diferentemente de uma pesquisa quantitativa, cuja amostra representativa pode ser calculada mediante uma fórmula, na pesquisa qualitativa não existe um tamanho ótimo de amostra.

O número de entrevistas a serem realizados é um aspecto ligado aos objetivos do estudo. Um determinante importante para que se estabeleça o número de entrevistados necessários para satisfazer as metas propostas é o número de diferentes subgrupos sob investigação. Outro aspecto a ser considerado no momento de propor a quantidade de entrevistas refere-se aos recursos, tanto financeiros quanto de tempo, disponíveis para a realização do trabalho. Quanto mais homogêneo é o perfil da população a ser analisada, menor será o número de entrevistas necessárias. Em geral, o objetivo é realizar somente o número de entrevistas necessárias para se obter a resposta para a questão apresentada no

estudo. O critério da saturação deve ser considerado quando se avalia o número de entrevistas a serem realizadas. De acordo com esta regra, o pesquisador deve fazer entrevistas de um mesmo perfil até que as informações comecem a se repetir e as novidades à respeito do tema em questão sejam mínimas (ULIN *et al.* 2002).

Nesse sentido, o local escolhido para o estudo de caso foi a cidade de Belo Horizonte[22] e a população de estudo foi composta por casais, entendido por ser composto de um homem e uma mulher, sejam eles casados legalmente ou unidos por pelo menos 1 ano. Em consequência desta escolha, as preferências de fecundidade e o comportamento reprodutivo se referem aos filhos destas uniões, ou seja, os filhos que são planejados fora de uniões não serão analisados neste estudo.

Esses casais foram recrutados a partir da mulher, a qual deveria ser casada/unida e ter entre 35 e 44 anos no momento da entrevista, assumindo que a probabilidade de ter mais filhos é pequena, apoiada no fato de se tratar de uma idade em que fertilidade torna-se bastante reduzida e por ser a faixa etária em que a medicina define como gestação de risco e maternidade tardia. Sendo assim, o grupo acima de 35 anos teria mais motivos a serem revelados como possíveis causas de ainda não terem realizado a sua fecundidade, os quais interessam a essa pesquisa, bem como teria menor período e possibilidades de satisfazer sua fecundidade, caso esta ainda não esteja realizada. Por outro lado, não se trabalhou com mulher acima de 45 anos uma vez que se tentou evitar uma disparidade etária muito grande, assim também por se tratar de uma idade muito próxima ao final do período reprodutivo, e por de alguma forma isto influenciar as respostas das mulheres quanto à sua satisfação de fecundidade. Além disso, acredita-se que as mulheres de 45 em diante fazem parte de coortes que podem não ter vivenciado as mesmas experiências e pressões vivenciadas pelas mulheres de 35 anos e, com isso, ainda não serem influenciadas pelos fenômenos da baixa fecundidade e possível adiamento da mesma.

---

[22] A escolha de deveu ao fato de nenhuma pesquisa sobre essa temática ter sido desenvolvida na cidade e Belo Horizonte apresentar Taxa de Fecundidade bastante abaixo no nível de reposição, temática de fundo da pesquisa, e, ainda, às facilidades de ir a campo, já que a pesquisadora reside em Belo Horizonte.

A mulher foi utilizada como âncora na escolha do casal, uma vez que sua seleção se deu a partir de cotas e estratificação, elaboradas por meio da identificação das variáveis mais significativas para se explicar a demanda por falta de filhos geradas nos modelos de regressão logística, os quais foram feitas a partir da base de dados PNDS 1996 e 2006. Assim, a escolha das entrevistadas foi baseada em cotas a partir de 3 perfis principais, ao quais têm como critério duas variáveis que se mostram significativas nos modelos logísticos: a parturição e a idade em que a mulher foi mãe. O primeiro perfil foi aquele composto de mulheres que não tiveram filhos e estão casadas/unidas com idades entre 35 e 44 anos. O segundo perfil foi composto de mulheres que tiveram filhos antes dos 35 anos e este será subdividido em mulheres com 1 e 2 filhos. O terceiro perfil é aquele composto por mulheres que tiveram filhos após 35 anos e com parturição de 1 e 2 filhos. Estes perfis foram delineados para dois grandes grupos de comparação: mulheres com até 8ª série e mulheres com nível superior ou mais.

A partir destes perfis, espera-se encontrar, por meio das entrevistas em profundidade, casais que possam apresentar uma discrepância de fecundidade, maridos que desejam mais filhos do que as esposas, o mesmo número de filhos e ainda cônjuges que desejam menos filhos do que elas e verificar esta relação com a satisfação de fecundidade da mulher. No QUAD. 3 tem-se a distribuição das entrevistas para cada perfil.

QUADRO 3 – Distribuição do número de entrevistas por perfil de idade das mulheres ao ter o primeiro filho e entrevistados.

Parturição	Perfil 1	Perfil 1	Perfil 2	Mulheres	Maridos	Casais	Total de entrevistas
	Mulheres não mães	Mãe antes de 35 anos	Mãe depois dos 35 anos				
0	11	0	0	12	12	12	24
1	0	4	6	11	11	11	22
2	0	4	4	8	8	8	16
Total				62 entrevistas			
Fonte: Elaboração própria.							

A escolha da estratificação e cotas baseadas nas variáveis significativas dos modelos quantitativos é uma forma de minimizar os problemas da subjetividade no recrutamento das entrevistadas, pois segundo Miranda-Ribeiro *et al.* (2007)

este ponto costuma ser um dos mais frágeis entre estudos de natureza qualitativa, uma vez que o perfil daqueles a serem recrutados costuma ser decidido com base em aspectos teóricos e na literatura pertinente, sem que se saiba, com certeza, se as características apontadas pela literatura se aplicam à população em estudo. Assim, como defendido por Miranda-Ribeiro *et al.* (2007) que sugerem o recrutamento e a utilização de perfis delineados pelo GoM[23], que também obedece critérios estabelecidos pela etapa quantitativa, podem ser considerados, em grande medida, objetivos, já que foram gerados a partir de dados representativos da população em estudo. Sendo assim, o recrutamento feito desta forma pode também ser considerado um pouco mais objetivo. Contudo, assim como destacado por Miranda-Ribeiro *et al.* (2007), sabe-se, que mesmo com a utilização deste método, a subjetividade ainda não é totalmente eliminada, pois dependerá do tipo de seleção das entrevistadas (aleatório ou não-aleatório).

4.2.3 O recrutamento, as entrevistas e transcrições: as experiências e mudanças de rumo à partir do campo

O recrutamento dos indivíduos entrevistados se deu de tal forma que se teve uma amostra não representativa e não probabilística de casais de diferentes condições sócio-demográficas com base na estratificação e nas cotas. A seleção destes não foi aleatória, porque os entrevistados foram selecionados a partir de indicações de pessoas próximas e conhecidas da autora, em que os nomes e contatos de possíveis casais a serem entrevistados foram sendo passados, com uma única condição de que estes não fossem conhecidos da entrevistadora. A partir destas primeiras indicações, iniciou-se a criação de uma rede de possíveis entrevistados a partir da técnica conhecida como "*snowball*". A partir desta técnica, a mulher âncora de cada perfil passou a fornecer informações sobre outras mulheres possíveis de serem entrevistadas do seu ou de outro perfil, em que se tentou manter o máximo de heterogeneidade das redes de convivência e sempre ter pessoas distantes afetivamente da pesquisadora.

---

[23] *Grade of Membership*

Nas linhas seguintes, até o final desta seção, documenta-se em detalhe a experiência da autora com o trabalho de campo.

O trabalho de campo enfrenta muitos obstáculos, como alterações de tempo, dificuldades de localização das residências e mudanças de curso. Tentarei, nos próximos parágrafos, descrever alguns desses problemas vivenciados em minha pesquisa, os quais tiveram impacto importante sobre as minhas intenções iniciais da pesquisa qualitativa.

Como descrito anteriormente, era objetivo da pesquisa e bastante viável o uso das entrevistas tanto individuais quanto coletivas e com este pensamento iniciamos o campo. Devido à minha inexperiência, acreditei que todo o processo de recrutamento e entrevistas se daria em um curto período de tempo e sem nenhum contratempo. Contudo, o campo sempre surpreende.

A primeira surpresa que tive é o fato de minha rede de pessoas não me indicar entrevistadas que pertenciam ao perfil 1 (mulheres com até 8ª série) e, portanto, tive que sair à procura destas pessoas sem indicações, partindo da abordagem presencial não-aleatória, pois iniciei minha busca entre os profissionais terceirizados dos setores de limpeza, vigilância e refeitório da UFMG, aos quais não é exigida nenhuma escolaridade. Ao fazer a abordagem (durante os intervalos do expediente como café, hora do almoço e saída), percebi claramente uma falta de interesse das mulheres abordadas em conversar e me dar espaço para explicar a pesquisa.

Entre as que possibilitaram esta aproximação, muitas delas não se enquadravam no perfil desejado, na maioria das vezes por terem mais que os dois filhos exigidos em minha cota. Para as que se enquadravam no perfil, fiz uma abordagem mais próxima, detalhando um pouco mais sobre como seria a entrevista, os temas abordados e a importância da participação do esposo. Muitas delas, neste momento, desistiram de participar. Percebi claramente uma reação com frases do tipo: *"não tenho tempo" "não gosto de falar destes assuntos" "entrevistar meu marido?aí você complicô" "Ah não...meu marido num vai quere não..." "pra que que meu marido tem que participar?" "eu tô de mal dele.... nem tô conversando com ele, não pode ser só comigo não?" "tem que ter a entrevista*

com os dois?" "meu marido não tem tempo nem pra mim!" "ele não fica em casa hora nenhuma....". Enfim, mesmo após várias tentativas, a maioria das mulheres que se enquadravam no perfil que eu abordei na UFMG não se disponibilizaram a participar, seja por falta de vontade própria delas em participar, seja pela temática que a minha pesquisa aborda, ou justificando que o que atrapalhava era a participação do esposo. As duas que eu consegui me passarem o número de telefone e ligar para ver se os maridos aceitariam participar, recusaram devido aos seus esposos não aceitarem.

A partir desta minha primeira iniciativa e a resposta que obtive, percebi que as entrevistas com este grupo requeriam maior esforço. Minha segunda forma de abordagem para encontrar possíveis entrevistadas deste grupo foi em uma reunião de pais em uma escola da prefeitura de um bairro em Belo Horizonte, em que fui apresentada por uma professora. Lá comecei a achar que as coisas melhorariam, pois peguei o contato de aproximadamente 8 mulheres que se enquadravam no perfil, a maioria delas com dois filhos. No momento da minha abordagem, tive uma receptividade maior e todas elas disseram que aceitariam participar, desde que conversassem com os maridos. Durante a semana fui recebendo as respostas: *"meu marido não gostou da idéia não" " ah...eu me separei...." " ele não topou não"....* e novamente não consegui nenhuma entrevista deste perfil.

Por fim, minha última tentativa de abordagem a esse grupo foi via a contatos de líderes de comunidades e de aglomerados, onde eu imaginava que houvesse grandes chances de encontrar mulheres com até a 8ª série. Essa abordagem, apesar de bastante difícil para mim, uma vez que o transporte público de Belo Horizonte para bairros distantes é precário, somado ao fato da minha falta de conhecimento da cidade, foi a forma que mais se mostrou eficiente. Contudo, muitas mulheres não se enquadravam no perfil por terem normalmente mais que dois filhos. Entrei em duas comunidades diferentes e lá consegui algumas indicações de casais em que a mulher se enquadrava no perfil, especialmente casais com dois filhos. Por outro lado, raras foram as indicações de casais com um filho e nenhuma referência foi dada à mulheres sem filhos. Cheguei a fazer entrevistas com 5 casais desse grupo (4 com casais com dois filhos e um com um

filho) e percebi que as histórias relatadas não se enquadravam com o arcabouço teórico o qual eu estava me baseando, pois os motivos para não ter mais filhos envolviam questões sobre infertilidade, problemas de saúde e gestação e falta de renda.

Por tudo isso, a comparação da escolaridade ficou menos viável, uma vez que percebi que os dois grupos tinham vivências diferenciadas, os quais seriam muito difícil de serem analisados à luz das teorias e arcabouços construídos para a tese. Depois de muito discutir com minhas orientadoras, acabei por entender que seria mais viável abandonar a análise das experiências do grupo de mulheres com até 8ª série, uma vez que este grupo renderia, por si só, um outro estudo. Naquele momento, também pesou a questão do tempo para a realização do campo com esse grupo, o qual já havia indicações que demandaria mais esforço e por tudo isso, o campo foi feito, a partir de então, somente mulheres com ensino superior ou mais.

Apesar do desvio do percurso inicial, percebeu-se que esta decisão também poderia trazer outros ganhos, pois o tamanho da amostra foi aumentado e pude fazer um estudo mais completo desse grupo (indivíduos mais escolarizados e, conseqüentemente, mais ricos) o qual tem sido apontado na literatura como sendo carente de pesquisas. Segundo Medeiros (2004) existem excelentes trabalhos e estudos sobre diversos aspectos da vida dos pobres, mas pouco se sabe sobre os ricos no país. Seguindo esta mesma idéia, Pochmann *et al.* (2005) afirma que os ricos se "escondem", seja por medo da violência, seja por intenção de fraudar a origem de suas riquezas, etc., e conseqüentemente o acesso às suas informações são difíceis e os seus dados raramente estudados. Nesse sentido, viu-se um ganho ao escolher trabalhar somente com casais em que a mulher tinha alta escolaridade, dado que seria uma forma de contribuir para o conhecimento desse grupo.

Neste grupo, não enfrentei as mesmas dificuldades para recrutamento de mulheres, pois além de muitas indicações, a receptividade e o interesse pelo tema de pesquisa eram sempre muito grandes. Contudo, ainda neste grupo tive recusas. E não muito diferente do primeiro grupo o principal motivo foi devido à participação dos maridos. Deste, 7 mulheres que aceitaram responder à minha

pesquisa me disseram que os maridos não gostariam de participar e as frases para essa justificativa foram: *"se fosse só comigo tudo bem, mas ele não responde não", "ele não se sentiu muito a vontade em participar não", " ele não gosta muito de responder pesquisa" " ele não tem tempo pra nada".*

Além disso, uma surpresa no campo com relação ao recrutamento foi especialmente com relação aos casais sem filhos. Obtive seis recusas de casais sem filhos, para os quais, após ter melhor explicado o tema da conversa, não quiseram continuar. A justificativa para dois deles foi que o assunto era motivo de grandes discussões e com isso não se achavam prontos para falar comigo sobre o tema, especialmente na entrevista conjunta. Para os demais, o tema era muito delicado, haja vista que era motivo de grande tristeza e revolta para o casal, uma vez que fizeram várias tentativas sem resultados. Nesse sentido, novamente, acredito que os casais sem filhos que concordaram participar de minha pesquisa sejam, de alguma forma, diferenciados.

As entrevistas foram conduzidas pela própria autora a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1) pelos entrevistados. Antes das entrevistas, primeiramente foi requerido aos entrevistados que respondessem a um mini-questionário (Apêndice 2 e 3), com questões objetivas e diretas, sobre seu perfil sócio-demográfico e econômico, além de perguntas sobre as preferências e comportamento reprodutivo e de relações de gênero tal como consta no questionário da PNDS. Esta etapa teve o intuito de captar informações sobre o perfil dos entrevistados, bem como respostas sobre preferências e comportamento reprodutivo e gênero de uma forma mais objetiva e antecipada à conversa, para que, posteriormente, fossem contrastadas com as respostas ditas pelos entrevistados durante à entrevista. Além disso, a partir da reaplicação dessas perguntas presentes na PNDS, buscou-se verificar a validade e criar uma discussão sobre a adequação das questões utilizadas nas pesquisas tipo DHS para a construção dos indicadores e captação das informações sobre preferências e satisfações reprodutivas de casais.

Posteriormente à aplicação do mini-questionário, iniciava-se a entrevista de fato, primeiro as entrevistas individuais e posteriormente a entrevista conjunta. Estas foram realizadas por meio de roteiros semi-estruturados (Apêndices 4, 5 e 6),

concebidos de forma a estimular os entrevistados a falar minuciosamente sobre aspectos de suas preferências e comportamento reprodutivo, especialmente sua inter-relação com os papéis de gênero. Estes roteiros, assim como todo o projeto, foram submetidos à análise do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP) e aprovados (nº do processo - 16791913.8.0000.5149). Só a partir desta aprovação é que se iniciou o processo aplicação das entrevistas.

Apesar de estar entre os objetivos do campo, acho importante relatar o processo que nos levou a abandonar a entrevista conjunta. Houve dois momentos diferentes de realização de entrevistas: um em que todas as entrevistas foram feitas em um único encontro e outro em que as entrevistas foram feitas em momentos distintos. O primeiro foi bastante produtivo no sentido de eu entender melhor a história do casal e direcionar as perguntas e ainda devido ao fato de que em um único encontro obtinha três entrevistas e não precisava incomodar novamente o casal com outro encontro. Ainda é importante dizer que, sempre ao final da entrevista conjunta, apesar de cansados, eu sentia uma satisfação no casal, dando a impressão de que a entrevista conjunta os unia novamente e que os fazia sentir como parceiros, mais próximos um do outro. Por outro lado, o fato das entrevistas serem realizadas em seqüência prejudicava a qualidade das informações obtidas na entrevista conjunta, pois o casal já estava cansado, preocupado com o tempo e acabavam por não entrar em profundidade nos temas.

Já no segundo caso, em que as entrevistas foram realizadas em dias separados apresentou o benefício de que os entrevistados não se preocupavam tanto com o tempo e davam maior riqueza de detalhes da sua história. Contudo, havia grande dificuldade de marcar a entrevista conjunta, e quando esta acontecia, percebi que eles acabavam por repetir muitas coisas que já tinham sido ditas na entrevista individual, uma vez que, por ser mais extensa, elas já continham um pouco sobre a rotina de casal.

Além disso, apesar de ser minha intenção inicial, eu não me senti a vontade nem preparada profissionalmente para colocar questões de tensão e conflitantes, as quais poderiam trazer maior riqueza de informações, mas também discussões e momentos de desconforto para o casal, com os quais eu não estaria preparada para lidar. Nesse sentido, depois de realizar 10 entrevistas conjuntas, decidimos

que seriam realizadas dali para frente somente as entrevistas individuais, uma que vez que as entrevistas conjuntas não estavam trazendo grandes contribuições à temática proposta. Adicionalmente, essa escolha nos levaria a poupar tempo de aplicação e recursos para a transcrição das mesmas.

O que posso concluir desta experiência de campo é que fazer pesquisa qualitativa não é nada fácil, especialmente com casais, uma vez que envolve dois seres diferentes e a logística para encontrar um tempo e local para ideal para ambos (entrevistados e entrevistadora) é algo complicado. Um grande dificultador é a participação dos homens, os quais parecem não gostar muito de falar sobre sua vida reprodutiva e pessoal. Especialmente entre aqueles menos escolarizados, este assunto parece ser ainda mais "tabu". Por outro lado, os homens, especialmente os mais escolarizados, quando aceitaram participar, se mostraram bastante desinibidos e muito interessados em relatar suas experiências e opiniões, tanto que as entrevistas que tiveram maior duração foram de homens deste grupo. Por tudo, isso se torna importante relatar que a amostra utilizada, muito provavelmente, apresenta um viés de seletividade indireto, pois acredito que os maridos que aceitaram participar de minha pesquisa sejam de alguma forma diferenciados dos demais que não aceitaram. E assim, suas experiências conjugais e de preferência reprodutiva possivelmente não sejam similares às daqueles que se recusaram a participar.

As entrevistas foram realizadas no período de julho a setembro de 2013, no local e horário de preferência dos entrevistados, em que a maioria deles optou pelas suas próprias residências e no período da noite, em que eles normalmente já haviam retornado do trabalho. Um casal optou por me encontrar em uma praça pública, e outros quatro em seu ambiente profissional. A realização da entrevista em casa possibilitou conhecer melhor a dinâmica do casal, sua divisão de cuidados com os filhos e até mesmo a composição física dos domicílios. Seguindo a estratégia sugerida por Favaro (2009), nos casos em que eu não tinha acesso aos ambientes da casa, eu pedia para utilizar o banheiro, o que me possibilitava circular pelo ambiente. Geralmente estes eram do tipo apartamento em condomínio grande, com destaque para restrição de acesso e segurança (segurança na portaria, câmeras e senhas nos andares). No interior, os

apartamentos geralmente eram compostos por sala, copa (seja individual ou conjugada), dois a três quartos, banheiro coletivo e privativo, cozinha e área de serviço, em alguns casos com varanda e espaço gourmet. Todos os entrevistados tinham casa própria, seja via compra direta ou financiamento. Com exceção de três casais e suas moradias, na maioria deles observei preocupação com reformas quanto à melhoria das condições físicas e decoração da casa, grande número de eletrodomésticos e portáteis, revelando uma situação de grande conforto da moradia.

Foram entrevistados no total 31 casais (62 duas entrevistas individuais) em que as mulheres tinham nível superior ou mais; tinham 0, 1 ou 2 filhos (ver quadro 3 na pág. 117). As entrevistas tiveram uma duração média entre 43 minutos, excluídos o tempo de apresentação do Termo de Compromisso e aplicação do mini-questionário. Normalmente os homens apresentaram uma duração menor de tempo da entrevista em relação às mulheres, as quais sempre eram mais detalhistas com suas histórias de vida. Os homens, por outro lado, mostram dois contextos diferentes, aqueles que se sentiram muito a vontade para conversar e acabaram por ser mais detalhistas, e aqueles que pareciam um pouco desconfortáveis com a entrevista e acabavam por encurtar um pouco as suas histórias. Contudo, a entrevista com menor duração foi de uma mulher (16 minutos) e a entrevista com maior duração foi de um homem (1:45 minutos).

A fim de agilizar a obtenção dos dados, optou-se por terceirizar o processo de transcrição das entrevistas. Nesse sentido, assim que as entrevistas eram feitas, estas eram enviadas para um profissional qualificado para transcrever. É importante esclarecer que as falas das participantes são apresentadas sem correções de erros de concordância, isto para permitir que as falas reflitam de forma mais fidedigna possível o que foi realmente dito pelos participantes. Este procedimento foi possível porque todas as transcrições foram feitas pelo mesmo profissional. Os participantes foram identificados por meio de nomes fictícios, número de filhos e idade, de forma que o leitor tenha certeza de que as falas utilizadas refletem opiniões que vêm de diferentes pessoas e não de uma mesma. As falas dos entrevistados estão apresentadas sempre em itálico e entre aspas (ex. "fala do entrevistado"). Já as minhas interferências e questionamentos estão

sinalizados entre colchetes (ex. [fala minha]) e o que aparece esporadicamente entre parênteses no final da identificação do entrevistado são informações adicionais as quais de alguma forma ajudam a entender o contexto daquele participante.

A análise dos resultados qualitativos foi feita meio da análise de conteúdo das entrevistas, a qual baseia-se na proposta de Attride-Stirling apud Simão (2005), denominada redes de temas. Esta proposta analítica é uma forma de organizar a análise temática dos dados qualitativos categorizando os temas que surgem nos textos em diferentes níveis e incluiu seis passos básicos: 1) a codificação do material. Este é o primeiro passo para reduzir o material e encontrar os segmentos de textos que possuem significado relevante para a análise; 2) identificação dos temas. Uma vez que o texto foi codificado, os temas são extraídos dos segmentos codificados; 3) construção de redes temáticas, ou seja, os temas semelhantes são colocados num mesmo grupo e os grandes grupos são identificados e nomeados; 4) descrição e exploração das redes temáticas. Esta é a primeira parte da análise, pois, quando as redes são construídas, várias leituras devem ser feitas para melhorar a compreensão e significado dos temas; 5) sumário dos temas. Depois que a rede de temas foi descrita e explorada, é feito um sumário dos temas principais e padrões que a caracterizam e; 6) interpretação dos padrões encontrados.

É importante dizer que, por seguir esta idéia da análise de temas em algumas subseções do capítulo dos resultados qualitativos, optou-se por fazer a apresentação paralela das informações sobre os temas dos dados oriundos do mini-questionário e, portanto, de tabelas com dados quantitativos. Apesar da amostra ser pequena, optou-se por apresentar estes dados em percentuais e médias, pois o intuito é justamente mostrar as tendências gerais e indicar possíveis caminhos das temáticas analisadas e não propriamente focar no valor e nos diferenciais dos números em si mesmos.

Além disso, considero relevante comentar que até então não havia pensando sobre possíveis impactos que as minhas perguntas poderiam causar na vida dos meus informantes. Assim como evidenciado por Favaro (2009), o pesquisador reflete muito tempo sobre a passagem das conversas, tentando tirar o máximo de

informação. Por outro lado percebi que os entrevistados também podem refletir sobre o que questiono deles e, a partir daí, a conversa ter um impacto para ambos os lados. Tive alguns exemplos disso. Foi o caso de Ronaldo, que a partir dos meus questionamentos percebeu que nunca havia pensado sobre aquela situação anteriormente e depois da entrevista parece ter iniciado um processo de relacionar o assunto com as suas atitudes.

"*Desde muito novo que eu sempre pensei em ser pai. Eu lembro que quando eu era adolescente, eu achava que as coisas eram mais fáceis e sempre falava 'Eu quero ter um filho com 18 anos. Quero ter um filho com 20 anos. Eu quero ser...*'[pai jovem?] "*É. Amigo*".[Você tinha isso na sua casa? Você queria reaplicar o que você tinha ou você tinha outros exemplos que você se baseava para ter essa vontade?] "*Eu acho que sim. Eu acho que algumas amizades. Meus pais são mais velhos. Meus pais têm 72 anos. Eu tenho um irmão que é dez anos mais velho que eu. Eu tenho 35. Então meu pai nunca foi aquele pai... Eu brincava com meus irmãos, não brincava com meu pai. Agora que você falou, eu pensei. Nunca refleti sobre isso não, mas talvez eu via alguns pais que eram mais jovens e queria ser o pai jovem também. Acho que foi isso.*" Ronaldo, 1 filho, 35 anos

Em outra conversa, agora com a Rafaela, tive a mesma impressão de tocar em um tema e/ou causar um sentimento nela que até então ela não tinha parado para pensar.

"*... você está melhor do que minha psicóloga. Vou falar com ela: 'Õ, você me dá umas cutucadas dessa para pelo menos refletir!'. Se eu faria alguma coisa diferente?[*Pensando no profissional, pensando no educacional...] *Mas é bom para a gente refletir porque a gente não pára.*" Rafaela, sem filhos, 39 anos

Apesar de ter estas impressões não sei se essas coisas irão alterar a vida do entrevistado e sua relação com os seus sentimentos. Contudo, como pesquisadora, questiono-me como sobre minha postura e penso que não tenho controle sobre como os meus informantes irão receber e interpretar as minhas perguntas. Por outro lado, também percebi que, para alguns entrevistados, a conversa trouxe um sentimento agradável, de valorização da história individual.

"*Nossa, gostei desse negócio de entrevista, vou querer participar de outras*". Rose, sem filhos, 38 anos

"*Não se preocupe, foi ótimo para mim*". Felipe, 1 filho, 44 anos

"*Tudo bem, eu gosto desse tipo de coisa, e eu ainda falo muito né....*". André, 2 filhos, 36 anos

4.2.4 Perfil dos entrevistados

Com relação ao perfil sociodemográfico dos participantes, levando em conta todos os requisitos para a seleção dos entrevistados, observou-se que estes apresentaram uma idade média de 39,3 anos, sendo que as mulheres tinham em média 37,9 anos e os homens 40,7 anos, corroborando o fato de, geralmente, os homens se casarem com mulheres mais novas e as mulheres preferem trocar alianças com homens mais velhos (IBGE, 2011). No entanto, entre os casais entrevistados, encontrou-se oito que fogem a essa regra, dos quais as mulheres eram mais velhas em média 4 anos (com máximo de 9 anos). Entre os casais em que os homens eram os mais velhos, a idade média da diferença foi de 5,7 anos (com máximo de 15 anos). No que diz respeito à raça cor, a maioria dos entrevistados (42) se autodeclarou branco e 20 entrevistados se classificaram com pretos ou partos.

Quanto à escolaridade, devido a questões já justificadas anteriormente, teve-se que todas as mulheres tinham nível superior completo, sendo que, destas 6, tinham mestrado/doutorado, enquanto que entre os homens apenas 3 deles tinham a mesma instrução, e ainda entre estes tinham 5 que possuíam apenas o ensino médio incompleto/completo. Estes dados mostraram claramente a maior escolaridade feminina em relação aos homens, corroborando com os dados do Brasil como um todo (IBGE, 2011b).

Em relação ao trabalho, praticamente todos os entrevistados exerciam atividade remunerada, com exceção de quatro, entre eles três mulheres e um homem, que se encontravam desempregados. Em três destes casos, a justificativa para tal situação era uma questão opcional, no caso das mulheres uma optou por cuidar

dos filhos pequenos e a outra estava muito esgotada pelo trabalho e como está tentando engravidar preferiu continuar sem trabalhar e no caso do homem não está procurando emprego porque está cuidando do sogro doente. No outro caso, a mulher disse estar à procura de emprego e por e-mail informou que á data da redação desta tese, se encontra empregada novamente. A renda média mensal do trabalho foi de R$6400,00, sendo que para as mulheres essa renda foi de R$5824,00 e para os homens de R$6982,00. A renda média dos entrevistados é bastante superior à renda média nacional (R$1202,00) e a diferença da renda média entre homens e mulheres foi bastante similar à encontrada pela população brasileira com um todo (a renda das mulheres corresponde à 70% da renda dos homens no Brasil e entre entrevistados esta diferença foi de 76%) (IBGE, 2011b). A renda elevada encontrada entre os entrevistados é bastante compatível com a escolaridade e profissões do grupo entrevistado. Estas variam entre servidores públicos (11 entrevistados), empresários/autônomos (9 entrevistados), profissionais liberais (18 entre advogados, médicos, dentistas, contadores, educador físico, entre outros), professores (em todos os níveis), gerentes etc.

"Hoje eu não penso em voltar a trabalhar não, mas futuramente, quando tiver as crianças maiores aí sim eu penso em trabalhar. Também hoje não precisa tanto eu ficar trabalhando. Eu presto algumas consultorias, vendo algumas coisas aqui do sítio, então..." Paula, sem filhos, 38 anos

"Eu não imaginava ficar desempregada. Eu acho que seguro desemprego você recebe bem menos do que você recebia antes. Não que minha renda era exorbitante, mas 600 reais faz diferença, hoje faz diferença. Na verdade, eu não estava contando com isso, embora eu ache que é uma possibilidade. Há uma possibilidade. Futuramente eu me vejo assim, bem profissionalmente." Cláudia, 1 filho, 36 anos

"Nossa! Eu falava: 'agora estou perdida mesmo. Eu perdi meu pai, perdi o emprego, não consigo engravidar, o meu marido só viaja'. A gente conversou de fazer o tratamento para a gente tentar e eu já decidi: 'Já que eu vou fazer o tratamento, eu vou ficar sem trabalhar mesmo', para esperar, porque eu sabia que o tratamento tem que ficar indo na clínica, tem hora marcada para tudo." Raquel, 2 filhos, 38 anos

"Estou dispensando emprego. Queriam me empregar na semana passada na marra e eu falei: 'Não, agora eu não posso, tenho um compromisso com o sogro. Não posso'". Gustavo, 2 filhos, 53 anos

A maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, estavam vivenciando a primeira união, mas uma entrevistada e cinco homens que já estavam vivenciando a segunda união e apenas um estava no quarto casamento. A idade média à união atual foi de 31,2 anos, sendo que para as mulheres a média foi de 29,9 anos e 32,6 anos para os homens, ou seja, bem acima da média brasileira (IBGE, 2011). O tempo de união foi bastante diversificado, em média, as uniões tinham uma duração de 8 anos, sendo que foram entrevistados dois casais recém-casados (menos de 1 ano de união) e dois casados à mais de 20 anos.

Com relação à idade média à (pa)maternidade esta foi de 32,7 anos para ambos os sexos, sendo que para as mulheres foi de 32,4 anos e para os homens de 33,0 anos. Dos entrevistados, 10 mulheres e 8 homens tiveram seus filhos antes dos 35 anos, e curiosamente com maior idade para as mulheres, em média aos 28,9 anos e 26,3 anos, respectivamente. E entre aqueles que foram pais depois dos 35 anos, teve-se um comportamento mais esperado (homens mais velhos que as mulheres) pois a média de idade foi de 36,1anos para as mulheres e 38,3 anos para os homens. Estes dados mostram que o grupo analisado tem características bastante diferenciadas da população brasileira como um todo, da qual as mulheres apresentam uma idade média à maternidade de aproximadamente 26,5 anos (IBGE, 2011b).

Os perfis de nupcialidade e fecundidade dos entrevistados são reflexos da elevada escolaridade do grupo e consequentemente da renda, porque se sabe que no Brasil estas variáveis estão altamente correlacionadas com adiamento das uniões e pa(maternidade). Segundo IBGE (2011b) quando se compara o grupo das mulheres sem instrução e fundamental incompleto com o grupo das mulheres com graduação, estas últimas apresentam uma taxa de fecundidade 61,9% menor (fecundidade de 3,09 filhos e 1,14 filho, respectivamente). Paralelamente, com o aumento do nível educacional, o padrão etário da fecundidade passa a ser mais tardio, pois a idade média à maternidade das mulheres com até o ensino fundamental incompleto é de 25,4 anos, já entre aquelas com ensino superior

completo é de 30,9 anos, ou seja uma diferença de, em média, 5,5 anos. Com relação à renda, o mesmo estudo revela que mulheres que viviam em um domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário mínimo apresentam uma fecundidade de 3,90 filhos. Por outro lado, aquelas que possuíam mais de 5 salários mínimos já apresentam uma fecundidade de menos de 1,0 filho por mulher. Observa-se, assim, que quanto maior a escolaridade e condição econômica das famílias mais aumentam o desejo e a condição das mulheres quanto à regulação dos nascimentos (IBGE, 2011b). A TAB.1 traz o resumo das características sócio-demográficas dos entrevistados, assim como sua situação de discrepância com a fecundidade observada.

TABELA 1 – Perfil sócio-econômico e demográfico dos entrevistados, Belo Horizonte, 2013

Nome (fictícios)	Idade	nº filhos nascidos vivos	nº filhos desejados	Status atual de fecundidade	idade ao ter o 1º filho	nº uniões	idade à união atual	Cor/raça	escolaridade	ocupação	renda média mensal (R$)
Clara	35	0	2	Com discrepância	***	1	23	parda	mestrado	prof. Superior	3000
Vitor	39	0	0	Sem discrepância	***	1	27	branca	doutorado	engenheiro	15000
Cristina	38	0	1	Com discrepância	***	1	36	parda	graduação	médica	5000
Alberto	33	0	2	Com discrepância	***	1	31	parda	graduação	servidor público	5000
Dália	36	0	0	Sem discrepância	***	1	28	parda	graduação	médica	10000
Cláudio	40	0	2	Com discrepância	***	1	32	parda	graduação	advogado	2000
Marina	37	0	2	Com discrepância	***	1	31	branca	doutorado	servidora pública	7200
Pedro	43	0	0	Sem discrepância	***	1	37	branca	mestrado	prof. Superior	4000
Laura	35	0	2	Com discrepância	***	1	34	branca	graduação	advogada	4000
Daniel	44	0	2	Com discrepância	***	1	43	branca	graduação	servidor público	4000
Rafaela	39	0	0	Sem discrepância	***	1	28	branca	mestrado	servidora pública	8000
Juliano	53	1	1	Sem discrepância	34	2	42	branca	graduação	corretor de imóveis	9000
Fernanda	37	0	3	Com discrepância	***	1	37	branca	graduação	médica	15000
Nicolas	31	0	2	Com discrepância	***	1	31	branca	graduação	advogado	7000
Amélia	35	0	2	Com discrepância	***	1	31	parda	graduação	estudante	0
Fabrício	31	0	2	Com discrepância	***	1	27	parda	graduação	médico	18000
Paula	35	0	2	Com discrepância	***	1	32	parda	mestrado	desempregada	0
Mateus	42	0	3	Com discrepância	***	1	39	branca	graduação	analista de sistema	7000
Rose	38	0	1	Com discrepância	***	1	36	branca	graduação	servidora pública	7500
Frederico	39	1	2	Com discrepância	22	2	37	branca	graduação	técnico industrial	3000
Teresa	37	0	0	Sem discrepância	***	1	28	parda	graduação	pedagoga	4500
Walter	42	0	0	Sem discrepância	***	1	34	branca	graduação	educador físico	2000
Ester	36	0	1	Com discrepância	***	1	33	branca	mestrado	advogada	4000
Tomás	44	0	1	Com discrepância	***	3	41	branca	graduação	engenheiro	10000
Lara	37	1	3	Com discrepância	31	1	23	parda	graduação	prof. Fundamental	2000
Felipe	44	1	2	Com discrepância	38	1	30	branca	graduação	bancário	3500
Irene	39	1	1	Sem discrepância	24	1	23	preta	graduação	empresária	10000
Ernesto	43	1	3	Com discrepância	28	1	27	preta	Médio incom.	gerente comercial	6000
Joice	38	1	2	Com discrepância	19	2	37	branca	graduação	servidora pública	3000
Humberto	41	0	2	Com discrepância	***	1	40	branca	graduação	servidor público	5000
Suely	40	1	2	Com discrepância	32	1	30	branca	graduação	administradora	5000
César	39	2	3	Com discrepância	25	1	29	branca	ensino médio	comerciante	10000
Carolina	35	1	2	Sem discrepância	35	1	32	branca	graduação	jornalista	3200
Isaac	37	2	3	Sem discrepância	21	2	35	branca	graduação	dentista	15000
Cláudia	37	1	2	Sem discrepância	36	1	32	branca	graduação	desempregada	0
Erasmo	36	1	2	Sem discrepância	35	1	32	branca	graduação	assistente social	4000
Wanda	37	1	2	Sem discrepância	36	1	36	preta	graduação	contadora	4000
Heitor	28	1	3	Sem discrepância	27	1	27	pardo	graduação	corretor de imóveis	5000

Continuação.....

Nome (fictícios)	Idade	nº filhos nascidos vivos	nº filhos desejados	Satisfação atual de fecundidade	idade ao ter o 1º filho	nº uniões	idade na atual união	Cor/raça (auto-declaração)	escolaridade	ocupação	renda média mensal (R$)
Aline	41	1	1	Sem discrepância	37	1	28	branca	graduação	publicitária	15000
Murilo	46	1	2	Sem discrepância	42	1	33	branca	graduação	empresário	8000
Alice	39	1	2	Sem discrepância	37	1	33	parda	graduação	consultora	3500
Lucas	54	3	3	Sem discrepância	21	4	48	branca	graduação	publicitário	10000
Bruna	37	1	3	Sem discrepância	35	1	30	branca	graduação	administradora	7000
Ronaldo	35	1	3	Sem discrepância	33	1	28	branca	graduação	publicitário	8500
Carmem	41	1	1	Sem discrepância	38	1	23	branca	graduação	bancária	2000
Luan	41	1	2	Sem discrepância	38	1	23	branca	ensino médio	autônomo	2000
Karine	38	2	4	Sem discrepância	32	1	27	branca	graduação	prof.Fundamental	2500
Bernardo	46	2	4	Sem discrepância	40	1	34	branca	ensino médio	gerente vendas	3000
Izabel	36	2	2	Sem discrepância	33	1	24	branca	doutorado	servidora pública	6400
Diego	38	2	2	Sem discrepância	35	1	26	branca	doutorado	servidor público	13000
Samantha	35	2	3	Sem discrepância	31	1	28	branca	graduação	prof. Educ. Infantil	1000
João	39	2	2	Sem discrepância	35	1	32	branca	graduação	operador máquinas	1500
Ana Maria	39	2	4	Sem discrepância	32	1	26	preta	graduação	diretora escola	5500
Gustavo	53	2	4	Sem discrepância	44	1	40	preta	médio incom.	desempregado	0
Lúcia	43	2	3	Sem discrepância	22	1	20	branca	graduação	prof. Fundamental	3000
Henrique	45	2	3	Sem discrepância	24	1	22	preta	graduação	advogado	8000
Helena	38	2	2	Sem discrepância	35	1	26	branca	doutorado	servidora pública	6800
Augusto	40	2	2	Sem discrepância	37	1	28	branca	doutorado	servidor público	11000
Regina	37	2	4	Sem discrepância	33	1	28	branca	graduação	empresária	7500
André	36	2	2	Sem discrepância	32	1	27	branca	graduação	gerente industrial	6000
Raquel	38	2	3	Sem discrepância	37	1	34	branca	graduação	desempregada	0
Eduardo	40	2	2	Sem discrepância	39	1	36	branca	graduação	empresário	20000

Fonte: Mini-questionário aplicado aos entrevistados

5. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Este capítulo apresenta um panorama quantitativo do perfil das preferências reprodutivas das mulheres em idade reprodutiva, em especial das mulheres casadas/unidas entre 35 e 49 anos de idade, numa comparação entre a PNDS 1996 e 2006. O primeiro item apresenta uma análise descritiva de algumas variáveis que possuem relação com a satisfação de fecundidade. Na segunda seção estão os modelos logísticos, os quais buscam mostrar a relação entre a insatisfação por falta de filhos e as principais variáveis sócio-demográficas e de gênero, as quais serão usados como referência para a seleção dos entrevistados na análise qualitativa.

5.1 Análise descritiva: Perfil da satisfação de fecundidade

Para traçar o perfil das mulheres com demanda insatisfeita por falta de filhos, primeiramente é importante mostrar a distribuição percentual das mulheres segundo o número de filhos desejados e tidos, pois esse é um dos principais indicadores de preferência reprodutiva. Fica muito claro (TAB.2) que, em ambas as décadas, a maioria das mulheres casadas unidas ou apenas aquelas entre 35 a 49 desejavam em média 2 filhos. Mas devido à uma questão de composição etária das mulheres e pelo fato de que quanto maior a idade, maiores são as chances de se ter filhos, observa-se que o grupo de 35 a 49 apresenta um maior número de nascidos vivos quando comparadas à todas as mulheres casadas, porque estas, em média, ainda não concluíram seus planos reprodutivos.

A Tabela 2 indica que, no Brasil, tanto o número de filhos desejados quanto nascidos vivos variaram historicamente, com redução de ambas as medidas. O número médio de filhos desejados caiu de 3,43 entre todas as mulheres casadas/unidas em 1996 para 3,14 em 2006. Já o número de filhos nascidos vivos era de em média 4,03 filhos por mulher, caindo para 3,81 em 2006. Observa-se que, enquanto o número de filhos desejados se reduziu em cerca de 8,5% para todas as mulheres casadas/unidas e 5,5% para aquelas entre 35 e 49

anos, essa redução foi bastante superior para os filhos nascidos vivo, cerca de 28% e 30%, respectivamente. Nota-se, ainda, que houve um aumento considerável da proporção de mulheres que desejavam um e dois filhos em 2006; contudo, muitas dessas mulheres não conseguiram atingir o tamanho de família declarado ideal – de todas as mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos que desejavam 2 filhos (cerca de 46% delas) apenas 36% haviam tido, de fato, estes dois filhos. E por outro lado as mulheres de parturição um somente 12% destas desejavam ter um filho, entretanto 18% delas o tinham, indicando que possivelmente 4% delas desejavam ter mais.

TABELA 2 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas de acordo com o número de filhos desejados e nascidos vivos, Brasil 1996, 2006

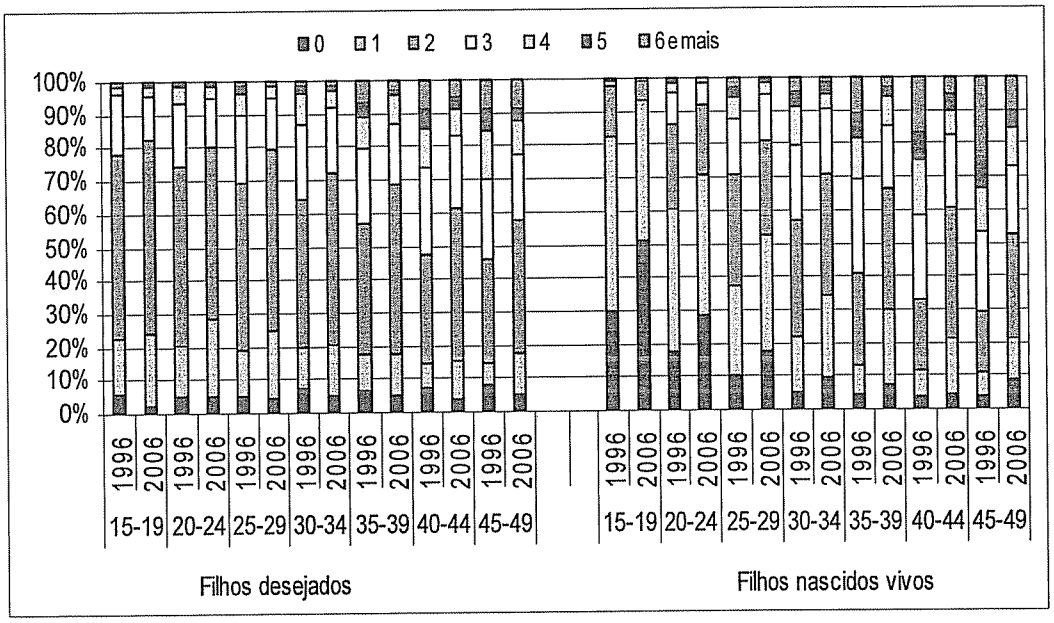
Número de filhos	Desejados		Nascidos vivos	
	todas as casadas/unidas	casadas/unidas de 35 a 49 anos	todas as casadas/unidas	casadas/unidas de 35 a 49 anos
		1996		
0	6,38	7,08	7,95	3,80
1	11,39	8,58	19,40	8,24
2	42,42	35,26	27,21	22,99
3	22,29	24,29	20,95	26,44
4	9,00	11,80	10,42	14,21
5	3,18	5,18	5,11	7,76
6 e mais	4,31	7,82	8,95	16,56
total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
média	**3,43**	**4,03**	**2,73**	**3,60**
n	**7485**	**3271**	**7485**	**3271**
		2006		
0	4,65	4,88	14,72	6,61
1	16,15	11,98	26,85	17,63
2	50,11	46,11	30,69	35,92
3	18,04	19,87	16,35	20,82
4	6,06	8,79	5,61	8,86
5	1,97	3,01	2,70	4,28
6 e mais	3,02	5,36	3,08	3,02
total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
média	**3,14**	**3,81**	**1,96**	**2,52**
n	**9968**	**4606**	**9968**	**4606**

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A fim de analisar melhor a relação entre o desejo por filhos e a parturição, o GRAF. 1 apresenta a distribuição das mulheres segundo o grupo etário e o número de filhos desejados e nascidos vivos. Observa-se que o número de filhos desejados sofre pouca alteração com o aumento da idade das mulheres e, como esperado, o número de filhos nascidos vivos se altera muito com a idade. É notório, no gráfico, uma leve tendência de redução do desejo por ordens menores

para o aumento no desejo de filhos de ordens superiores, de acordo com o aumento da idade, justamente o contrário do defendido por Iacovou & Tavares (2011), os quais acreditam que a idade é um fator importante para as revisões das intenções reprodutivas, pois para eles as intenções tendem a serem reduzidas com o avanço do período reprodutivo. Especialmente o percentual de mulheres que desejavam filhos com ordem superior a 4, este tendeu a acompanhar o percentual de mulheres que tinham filhos nascidos vivos de ordens superiores, provavelmente devido ao conhecido pressuposto do efeito racionalização[24] das mulheres.

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas de acordo com o número de filhos desejados e nascidos vivos por grupo etário, Brasil 1996 e 2006.



Fonte: PNDS 1996 e 2006

Ao analisar as diferenças entre as décadas analisadas, observa-se, assim como destacado por Wong & Bonifácio (2009) que há uma ausência de variações no número de filhos desejados ao observar a mesma coorte em dois períodos diferentes. É notório o aumento entre 1996 e 2006 das mulheres de 15 a 19 anos

[24] diz respeito ao ajustamento dos desejos de fecundidade em virtude do número de filhos já tidos e pode dar tanto para elevação dos desejos em situações de maior fecundidade quanto de redução dos desejos em casos de fecundidade abaixo do esperado.

que não tinham nascidos vivos (30% e 50% respectivamente) e, por outro lado, das mulheres de 45 à 49 sem filhos, com um ou dois (estas representavam em 1996 cerca de 30% das mulheres desta faixa etária e em 2006 elas passaram a representar quase 55%). Estes resultados corroboram estudos sobre a redução da fecundidade e ao mesmo tempo um possível adiamento da mesma.

Especialmente quanto à discrepância com o número de filhos tidos e desejados, (TAB.3), houve um aumento do percentual de mulheres com discrepância, entendido como aquelas que tem uma fecundidade menor do que a desejada, o qual passou entre as mulheres casadas/unidas de 35% para 44% entre 1996 e 2006. Paralelamente, observa-se uma redução do percentual de mulheres que excederam sua fecundidade desejada, a qual era 29%em 1996 e reduziu para 19% em 2006 entre as mulheres casadas/unidas. Contudo, é importante notar que grande parte desse grupo era constituído de mulheres que ainda podiam ter filhos e, portanto, talvez futuramente poderiam atingir seu número ideal de filhos ou até mesmo ultrapassá-lo. Por isso é importante analisar a discrepância de fecundidade por idade. Nesse caso, verifica-se que, mesmo entre os grupos etários mais envelhecidos (35 ao 49), há um percentual importante de mulheres casadas/unidas que têm menos filhos do que gostariam de ter (em 2006 eram 33,28% entre o grupo de 45 a 49 anos).

A partir deste indicador de preferência reprodutiva, surpreendentemente, percentual de mulheres com discrepância de fecundidade apresenta-se em maior percentual do que grupo de mulheres que excederam o número de filhos que desejavam (27,41% em 2006). Espera-se que esta tendência anunciada em 2006 continue e até mesmo se intensifique, uma vez que dados de 2010 e projeções de fecundidade indicam ainda uma queda substancial das Taxas de Fecundidade, com maior adiamento dos nascimentos bem como contínua escolarização e inserção das mulheres no mercado de trabalho (Cavenaghi & Alves, 2011).

TABELA 3 – Distribuição percentual de mulheres segundo discrepância de fecundidade e grupos de idade, Brasil 1996 e 2006.

Grupos de idade	Com discrepância		Com excesso de filhos		Sem discrepância		n	
	Total	Casada/unida	Total	Casada/unida	Total	Casada/unida	Total	Casada/unida
1996								
15-19	92,08	75,81	1,75	8,60	6,17	15,59	2520	359
20-24	73,41	60,51	9,73	16,46	16,86	23,03	1979	938
25-29	52,47	43,65	18,96	22,70	28,58	33,65	1942	1384
30-34	34,60	29,54	28,94	30,11	36,46	40,35	1847	1486
35-39	28,01	23,98	33,13	35,37	38,86	40,64	1702	1368
40-44	26,16	23,89	34,77	35,13	39,08	40,97	1374	1086
45-49	25,21	22,84	39,80	40,44	34,99	36,72	1128	864
Total	**51,68**	**35,08**	**21,46**	**29,19**	**26,86**	**35,73**	**12492**	**7485**
2006								
15-19	86,50	84,17	2,00	4,04	11,50	11,79	2504	619
20-24	73,06	64,78	8,81	12,25	18,13	23,02	2576	1411
25-29	57,60	50,24	16,14	17,94	26,24	31,81	2386	1644
30-34	41,31	38,63	20,42	21,45	38,26	39,93	2164	1688
35-39	37,23	33,95	20,99	21,68	41,83	44,34	2111	1688
40-44	32,19	28,77	20,23	20,74	47,58	50,52	2066	1630
45-49	34,77	33,28	26,33	27,41	38,84	39,33	1766	1289
Total	**53,82**	**43,98**	**15,60**	**19,18**	**30,57**	**36,85**	**15573**	**9969**

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Ao analisar em especial o grupo de mulheres casadas/unidas entre 35-49 anos, observa-se na Tabela 4 que neste grupo é bastante expressivo o percentual de mulheres que tinham menos filhos do que o desejado quando elas desejavam três e quatro filhos, e que este percentual tem aumentado ao longo do tempo. Entre as mulheres de 35 a 39 que desejavam 3 filhos, 38,61% tinham até dois filhos em 2006, entre as de 40 a 44 anos esse percentual foi de 39,83% e de 40,80% entre as mulheres de 45 a 49 anos. Esses percentuais são muito mais elevados quando comparados aos percentuais das mulheres que tiveram um número maior de filhos do que desejavam no mesmo período (7,28%, 6,59% e 11,6%, respectivamente). Apesar de existir a possibilidade das mulheres que têm menos filhos do que gostariam entre 35 a 49 de satisfazerem sua fecundidade nos próximos anos de seu período reprodutivo, sabe-se que no Brasil, apesar de um processo incipiente de adiamento da fecundidade, após os 35 anos fecundidade é muito baixa.

Ainda na Tabela 4, um dado que chama a atenção é a comparação da parturição média da coorte de 35 a 39 em 1996 e 2006, em que provavelmente há um

problema de amostra. A parturição desse grupo em 1996 foi de 3,01 filhos, enquanto que para o grupo de 45 a 49 em 2006 a parturição foi de 2,7 filhos, ou seja, menor, o que não poderia acontecer com base em uma simples comparação com dados dos Censos demográficos (Ver APÊNDICE 7). Esses dados mostram que a fecundidade insatisfeita devido à falta de filhos é um fenômeno, relativamente, importante. Assim, não somente os filhos não planejados e a fecundidade por excesso devem ser analisados nos estudos de preferências reprodutivas. Especialmente no caso brasileiro, em que se tem uma fecundidade abaixo do nível de reposição, também a fecundidade por falta de filhos, um fenômeno relativamente novo e que com tendência a aumentar, deve ser estudado mais intensa e aprofundadamente.

TABELA 4 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas segundo discrepância de fecundidade e grupo etário, número de filhos desejados e parturição, Brasil 1996 e 2006

Grupos de idade	Parturição média	Nº filhos desejados	insatisfeita falta	satisfeita	insatisfeita excesso	n
			1996			
35 a 39	3,02	1 filho	7,04	21,94	71,02	131
		2 filhos	16,62	44,66	38,72	511
		3 filhos	23,12	57,55	19,33	314
		4 e + filhos	43,63	41,70	14,68	146
40 a 44	3,35	1 filho	9,69	29,02	61,30	77
		2 filhos	16,19	37,81	46,00	352
		3 filhos	20,46	55,30	24,24	266
		4 filhos	35,17	49,17	15,66	132
45 a 49	3,61	1 filho	2,28	17,23	80,48	51
		2 filhos	14,52	30,52	54,96	255
		3 filhos	26,30	49,26	24,44	197
		4 e + filhos	41,37	38,50	20,14	123
			2006			
35 a 39	2,20	1 filho	10,05	46,89	43,06	209
		2 filhos	32,55	49,18	18,27	854
		3 filhos	38,61	54,11	7,28	316
		4 e + filhos	67,63	25,90	6,47	139
40 a 44	2,48	1 filho	5,98	45,65	48,37	184
		2 filhos	20,69	59,55	19,76	754
		3 filhos	39,83	53,58	6,59	349
		4 e + filhos	53,38	36,09	10,53	133
45 a 49	2,70	1 filho	17,50	31,25	51,25	160
		2 filhos	22,59	45,75	31,66	518
		3 filhos	40,80	47,60	11,60	250
		4 e + filhos	55,73	33,59	10,69	131

Fonte: PNDS 1996 e 2006

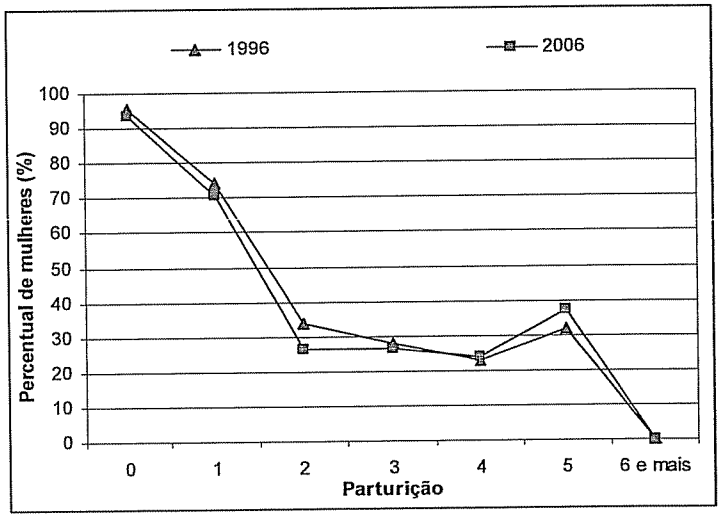
A fim de traçar o perfil de mulheres que enfrentam esta situação, considera-se a seguir diversas característicos ligadas a aspectos socioeconômicos, contraceptivos e de relações de gênero. Para diminuir o viés do efeito tempo, como dito, consideram-se, apenas, as mulheres de 35 anos e mais.

5.2 Análise descritiva: perfil das mulheres com discrepância de fecundidade

Duas variáveis que, segundo os estudos de Kohler *et al.* (2005) e Frejka & Sardon, (2006), mostram bastante relacionas com a satisfação de fecundidade é o número de filhos tidos e a idade com que a mulher foi mãe (para aquelas que já tinham pelo menos um filho nascido vivo), pois se sabe que, quanto mais filhos uma mulher tiver, menores são as chances desta ter uma insatisfação por falta destes. Nesse sentido, o Gráfico 2 mostra como essa variável se comporta. Percebe-se, primeiramente, que há uma permanência no padrão das curvas com pouca alteração no nível entre 1996 e 2006. Foi claro que, entre aquelas mulheres que não tem filhos e que tem apenas 1, a discrepância é muito elevada, passando dos 70%. O ponto em que as mulheres parecem diminuir muito essa situação acontece quando a mulher alcança dois filhos, em que surge uma tendência de queda da discrepância de fecundidade, contudo, já bastante moderada, uma vez que com certeza há um aumento do percentual de mulheres sem discrepância até mesmo daquelas com excesso de filhos.

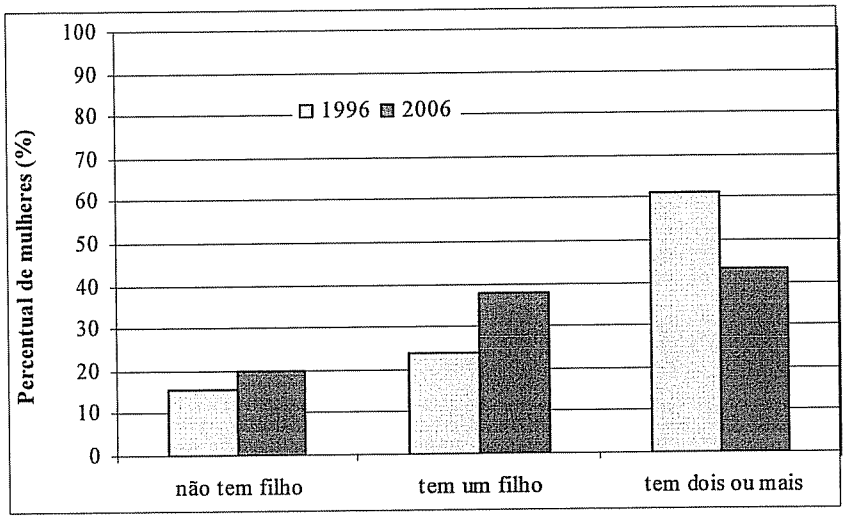
Já no GRAF. 3, especialmente entre as mulheres insatisfeitas por falta, percebe-se que, acompanhando a tendência de redução da fecundidade, houve um aumento no percentual de mulheres com discrepância e que não tinha filhos ou que tinham apenas um. Em contrapartida, reduziu-se substancialmente o percentual de mulheres com fecundidade discrepante e que tinham 2 ou mais filhos.

GRÁFICO 2 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 discrepância de fecundidade e parturição, Brasil 1996 e 2006



Fonte: PNDS 1996 e 2006

GRÁFICO 3 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 segundo discrepância de fecundidade e parturição, Brasil 1996 e 2006

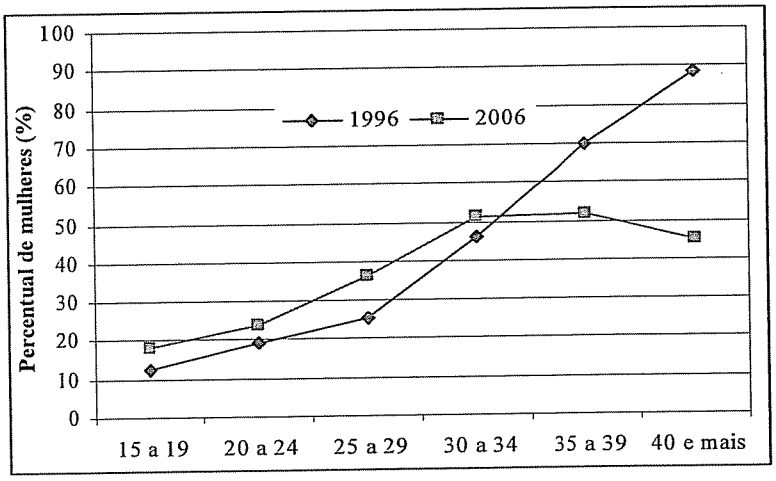


Fonte: PNDS 1996 e 2006

Uma análise bastante pertinente quando se trata de mulheres que querem mais filhos do que de fato elas têm é considerar a idade com que elas se tornaram mães. Dado que a infertilidade aumenta com a idade, é fácil deduzir que quanto mais nova a mulher começar a ter filhos menores são as chances dessa vir a ter

uma insatisfação por falta. Nesse sentido, o Gráfico 4 mostra que esta relação se confirma, uma vez que quanto maior a idade com elas tiveram o primeiro filho, maior é a proporção de mulheres com fecundidade discrepante. Esta tendência era bastante clara em 1996; contudo em 2006, há uma grande mudança no padrão da curva, em que a proporção de mulheres com discrepância de fecundidade entre aquelas que tiveram os seus primeiros filhos a partir dos 30 anos parece não se alterar e chega até mesmo diminuir.

GRÁFICO 4 – Distribuição percentual das mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 segundo discrepância de fecundidade e idade ao ter o primeiro filho, Brasil 1996 e 2006



Fonte: PNDS 1996 e 2006

Na Tabela 5 visualiza-se o quanto a idade ao ter o primeiro filho interfere no processo de implementação da fecundidade, pois a discrepância é menor entre aquelas mulheres que têm o primeiro filho antes dos 35 anos e em ambos os anos analisados essa diferença é estatisticamente significativa. Esta variável parece que tinha mais influência para a determinação desta situação em 1996, dado que 75% das mulheres que tinham seus filhos depois dos 35 em 1996 apresentavam-se nesta situação caindo para 55% em 2006. Esses dados podem refletir uma mudança de comportamento geral em que as mulheres passaram a adiar mais os nascimentos e, talvez, ter menos filhos passou a ser algo mais aceitável.

TABELA 5 – Percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e idade ao ter o primeiro filho, Brasil 1996 e 2006

Idade ao ter o primeiro filho	Sem discrepância	Com discrepância	Total	n	Significância Teste de Média (Estatística F)	Valor e significância Teste de Correlação (V de Cramer)
			2006			
Antes dos 35 anos	67,72	32,28	100,00	1.809	0,0000	V=0,1647
Com 35 anos e mais	24,61	75,39	100,00	63	0,0000	P-valor=0,000
			2006			
Antes dos 35 anos	64,23	35,77	100,00	3.095	0,0288	V=0,0894
Com 35 anos e mais	45,09	54,91	100,00	95	0,0288	P-valor=0,000

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela 6 traz informações sobre a localização, escolaridade e situação sócioeconômica das mulheres que possuíam discrepância de fecundidade. Pode-se dizer que elas se concentram, especialmente, nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste e na zona urbana tanto em 1996 quanto em 2006. Percebe-se que os diferenciais destas diminuíram entre a zona rural e urbana (incremento de 48% de mulheres com menos filhos que o desejado entre 1996 e 2006 na zona rural). Também em algumas regiões houve um grande aumento no percentual de mulheres que desejam mais filhos do que tinham (48% e 44% para as regiões Nordeste e Norte, respectivamente). Apesar das aparentes diferenças, estas não se mantiveram significativas entre a década, exceto os percentuais da região Norte. Quanto às diferenças por estratos econômicos, nota-se que são entre os mais elevados que se encontra o maior percentual de mulheres com um número de filhos menor que o desejado (quase 40% das mulheres dos estratos A e B). Também foram as mulheres destes estratos que apresentaram maior crescimento entre as décadas analisadas (31%), apesar de que, também se registrou aumento dessa situação nos estratos D e E. Contudo, em 2006 essas diferenças não se mostraram significativas. Sobre a escolaridade, observa-se que quanto mais estudavam maior era a proporção daquelas que gostariam de ter mais filhos do que realmente tinham, sendo este percentual muito expressivo em 2006 para as mulheres com mais de 12 anos de estudo (quase 48% delas se encontravam nesta situação). E estes percentuais mostraram-se estatisticamente significativos. Entretanto, o grupo de escolaridade que mais cresceu a discrepância de

fecundidade, na década analisada, foi aquele de 0 a 3 anos de estudo (passou de 18% em 1996 para 29% em 2006).

TABELA 6 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 44 anos segundo discrepância de fecundidade e região geográfica, situação de domicílio, escolaridade e estratos econômicos, Brasil 1996 e 2006

	Variáveis da mulher	Sem discrepância	Com discrepância	Total	n	Significância Teste de Média (Estatística F)	Valor e significância Teste de Correlação (V de Cramer)
				1996			
Região Geográfica	**Norte**	71,08	28,92	100,00	175	0,0199	V=0,0838 P-valor=0,000
	Nordeste	57,84	42,16	100,00	521	0,0254	
	Suldeste	63,51	36,49	100,00	418	0,6371	
	Sul	66,61	33,39	100,00	389	0,0601	
	Centro-Oeste	59,16	40,84	100,00	481	0,1131	
				2006			
	Norte	63,76	36,24	100,00	396	0,1039	V=0,0331 P-valor=0,000
	Nordeste	56,89	43,11	100,00	516	0,5368	
	Suldeste	58,78	41,22	100,00	803	0,8848	
	Sul	57,69	42,31	100,00	922	0,7005	
	Centro-Oeste	59,87	40,13	100,00	755	0,6202	
Local de Residência	**Urbano**	62,79	37,21	100,00	1.642	0,8293	V=0,0002 P-valor=0,000
	Rural	62,12	37,88	100,00	342	0,8293	
				2006			
	Urbano	58,41	41,59	100,00	2.312	0,7789	V=0,0009 P-valor=0,000
	Rural	59,32	40,68	100,00	1080	0,7789	
				1996			
Escolaridade	**0 a 3 anos**	59,68	40,32	100,00	503	0,1554	V=0,0428 P-valor=0,000
	4 a 7 anos	64,67	35,33	100,00	681	0,2105	
	8 a 10 anos	64,72	35,28	100,00	258	0,4967	
	11 anos	64,57	35,43	100,00	338	0,4871	
	12 e mais	56,97	43,03	100,00	203	0,1157	
				2006			
	0 a 3 anos	56,19	43,81	100,00	642	0,4219	V=0,0503 P-valor=0,000
	4 a 7 anos	63,88	36,12	100,00	1.039	0,0214	
	8 a 10 anos	63,07	36,93	100,00	577	0,1689	
	11 anos	57,93	42,07	100,00	673	0,7343	
	12 e mais	49,58	50,42	100,00	434	0,0094	
Estrato Econômico	**A e B**	63,55	36,45	100,00	417	0,8076	V=0,0418 P-valor=0,000
	C	67,22	32,78	100,00	716	0,0036	
	D e E	57,85	42,15	100,00	770	0,0013	
				2006			
	A e B	57,13	42,87	100,00	821	0,3828	V=0,0118 P-valor=0,000
	C	60,46	39,54	100,00	1539	0,3728	
	D e E	59,06	40,94	100,00	807	0,9977	

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Com relação a algumas outras variáveis sócio-demográficas, notou-se (TAB.7) que existiam poucas diferenças na discrepância de fecundidade de acordo com a religião da mulher no momento da entrevista. Em 1996 as diferenças eram mais claras, em que as mulheres protestantes tradicionais eram as que menos se enquadravam nesta categoria e, por outro lado, as mulheres sem religião as que mais se apresentavam nesta categoria (diferença estatisticamente significativa). Já em 2006, os grupos de religiões não apresentaram diferença estatística significativa entre os grupos. Este resultado pode ser consequência, entre outras coisas, do não controle da frequência à cultos e cerimônias religiosas e da conversão, ou ainda indica que para as realização das preferências reprodutivas existam outros mediadores (tais como, por exemplo, recursos financeiros, desejos do parceiro, entre outros) além da religião, que podem ter maior atuação. No que diz respeito ao trabalho, nota-se que não há um comportamento muito diferente entre aquelas mulheres que trabalham daquelas que não exercem atividade remunerada. Contudo, houve um crescimento maior da discrepância entre aquelas que trabalhavam (35%). Estes resultados, de certa forma, corroboram a Teoria de Becker (1981), em que a inserção no mercado de trabalho contribui para o maior custo de oportunidade de tempo das mulheres. Já com relação à raça/cor, percebe-se diferenciais importantes em 1996, em que mulheres declaradas brancas apresentavam maior percentual de discrepância (estatisticamente significante) em comparação com as pretas, pardas, amarelas e indígenas. Contudo esta diferença parece desaparecer em 2006. Este resultado pode estar influenciado pelos diferenciais sócio-econômicos a que estão sujeitas as mulheres nestes diferentes grupos de raça/cor. Ainda na Tabela 7, tem-se os dados segundo o número de uniões, e pode-se notar que em 1996 mulheres que vivenciavam mais de uma união apresentavam maior discrepância (26% delas contra 23% daquelas em primeira união). Contudo, em 2006, os dados se invertem e, ao contrário do esperado, são as mulheres em primeiras uniões as que mais apresentaram uma demanda por falta de filhos (34% em contraposição à 23% das que viviam em mais de uma união). Por fim, é possível observar que, tanto em 1996 quanto em 2006, a maior proporção das mulheres que desejavam mais filhos do que de fato tinham eram entre aquelas que não usavam métodos

contraceptivos. Contudo, é importante verificar que a tomada de decisão por filhos, como explicitado no marco teórico, envolve muitas ambigüidades (racional versus irracional), pois se verificou um percentual significativo (26%) de mulheres que faziam uso de contracepção (outros métodos) tinham menos filhos do que desejam e este percentual aumentou em 43% entre as décadas analisadas. Entre as mulheres esterilizadas estava o menor percentual daquelas com discrepância, contudo mesmo neste grupo há um número importante de mulheres que não conseguiram satisfazer sua fecundidade ideal (17% em 1996 e 20% em 2006). Todas estas diferenças apresentaram significância estatística.

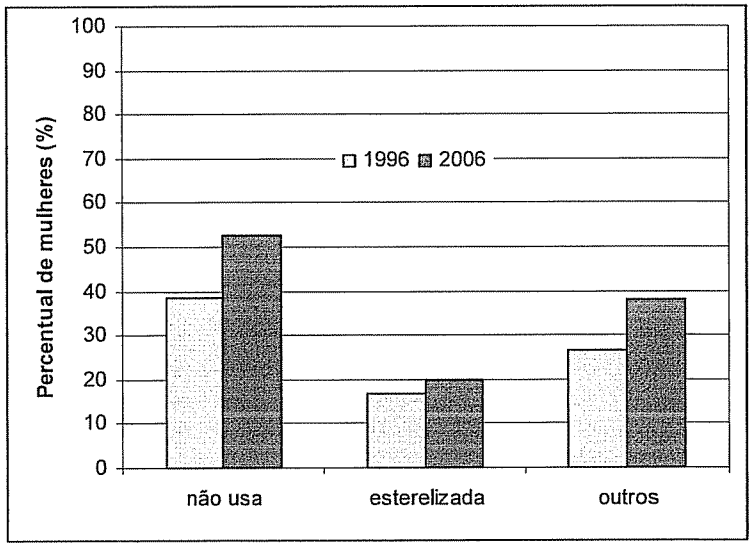
TABELA 7 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 e 49 anos segundo discrepância de fecundidade e religião, trabalho remunerado, raça/cor, tipo de método contraceptivo e número de uniões conjugais, Brasil 1996 e 2006

Variáveis da mulher		Sem discrepância	Com discrepância	Total	n	Significância Teste de Média (Estatística F)	Valor e significância Teste de Correlação (V de Cramer)
					1996		
Religião Atual	católica	62,96	37,04	100,00	1.529	0,6756	V=0,0630 P-valor=0,000
	protest. tradicional	77,33	22,67	100,00	40	0,0528	
	pentecostal	64,53	35,47	100,00	283	0,5214	
	sem religião	48,33	51,67	100,00	53	0,0604	
	outras	54,03	45,97	100,00	79	0,1452	
					2006		
	católica	58,02	41,98	100,00	2294	0,6380	V=0,0261 P-valor=0,000
	protest. tradicional	61,86	38,14	100,00	403	0,3673	
	pentecostal	62,07	37,93	100,00	394	0,4093	
	sem religião	57,29	42,71	100,00	115	0,8576	
	outras	52,16	47,84	100,00	186	0,2476	
Trabalho remunerado	não	56,35	43,65	100,00	187	0,1776	V=0,0414 P-valor=0,000
	sim	62,14	37,86	100,00	1099	0,1776	
					2006		
	não	57,79	42,21	100,00	399	0,7176	V=0,0169 P-valor=0,000
	sim	56,10	43,90	100,00	1739	0,7176	
raça/cor	branca	59,06	40,94	100,00	1.040	0,0036	V=0,0602 P-valor=0,000
	outras	65,98	34,02	100,00	944	0,0036	
					2006		
	branca	57,13	42,87	100,00	1.593	0,3315	V=0,0196 P-valor=0,000
	outras	59,93	40,07	100,00	1799	0,3315	
					1996		
Tipo de método contraceptivo	não usa	40,15	59,85	100,00	452	0,0000	V=0,2532 P-valor=0,000
	esterilização	71,73	28,27	100,00	1123	0,0000	
	usa outros	62,84	37,16	100,00	409	0,9405	
					2006		
	não usa	35,43	64,57	100,00	381	0,0000	V=0,2142 P-valor=0,000
	Esterilização	71,87	28,13	100,00	1859	0,0000	
	usa outros	54,22	45,78	100,00	1022	0,0030	
					1996		
Número de uniões	primeira união	64,58	35,42	100,00	1.736	0,0000	V=0,0827 P-valor=0,000
	outras uniões	48,58	51,42	100,00	244	0,0000	
					2006		
	primeira união	58,19	41,81	100,00	2.801	0,0000	V=0,0090 P-valor=0,000
	outras uniões	60,16	39,84	100,00	581	0,0000	

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Ainda com relação à contracepção, observa-se no GRAF.5 que em 1996 observa-se que o maior percentual de mulheres com discrepância estava entre as mulheres as esterilizadas. Já em 2006 esse passou a ser entre aquelas que faziam uso de outros métodos (incluí todo o *mix* contraceptivo, exceto esterilização feminina e masculina). Nota-se ainda que houve uma redução no percentual de mulheres que desejam mais filhos do que realmente tinham e não usavam métodos (35% para 23%) e em contrapartida aumentou o percentual entre as que utilizam outros métodos.

GRÁFICO 5 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e uso de métodos contraceptivos, Brasil 1996 e 2006.



Fonte: PNDS, 1996 e 2006

Estes resultados, possivelmente, estão sendo influenciados por um efeito de composição de uso dos métodos, uma vez que houve uma grande modificação na distribuição do uso de métodos contraceptivos no Brasil, com uma tendência de aumento no uso de mix contraceptivo e diminuição do uso da esterilização feminina. Por outro lado, eles também sugerem que, apesar do desejo por filhos, existem outros mediadores do comportamento reprodutivo, que acabam por assumir um papel mais importante na hora da decisão do que a própria realização do desejo da mulher.

A fim de comparar dois indicadores importantes de preferência reprodutiva (diferença entre filhos nascidos vivos e filhos desejados com querer ter –mais-filhos) tem-se a Tabela 8, na qual observa-se, assim como o esperado, são entre as mulheres que declararam que queriam ter (mais) filhos que se encontrou o maior percentual daquelas insatisfeitas por falta (82% em 1996 e 91% em 2006), mostrando, assim como o esperado, que estas duas variáveis são correlacionadas, contudo observando o VIF, pode-se dizer que a correlação entre estas variáveis é fraca. Contudo, não se pode descartar um percentual importante de mulheres que não podiam ficar grávidas e que também foram classificadas com discrepância em 2006 (quase 60%). Todas estas diferenças se mostraram estatisticamente significativas.

São justamente estas informações que geram dúvidas sobre a qualidade dos indicadores e se de fato eles estão conseguindo captar as satisfação de fecundidade das mulheres. Até que ponto a mulher, no caso, esterilizada não está satisfeita com o número de filhos ditos? Será que algum dia ela de fato almejou alcançar o número ideal declarado? Ou se, de fato estas mulheres estariam com discrepância, o que as levou a se arrepender de terem feito a esterilização? Já no caso daquelas que se declaram inférteis, como estaria a informação e o acesso destas mulheres à reprodução assistida? É importante entender o por quê destas ambiquidades de resposta, especialmente no grupo das mulheres que não queriam (mais) filhos, pois estas não deveriam ser identificadas como mulheres com discrepância. Seriam estes problemas dos indicadores? Estariam as mulheres, ao responder questões sobre a sua preferência de fecundidade, sendo influenciadas por outros fatores, tal como as normas sociais e/ou o desejo de seu companheiro? Até que ponto essa discrepância de fecundidade se traduz em uma insatisfação com o comportamento reprodutivo? Essas indagações necessitam de respostas, dado que o grupo de mulheres que foram classificadas com discrepância e declararam não querer mais filhos foi aquele que teve o maior percentual de aumento entre as décadas (50%).

Sabendo que os desejos dos cônjuges se influenciam mutuamente, na TAB.8 tem-se a discrepância e sua relação com o desejo do cônjuge por filhos e percebe-se que de alguma forma a opinião do companheiro é relevante para a satisfação de fecundidade por filhos, especialmente para caracterizar a demanda

por falta de filhos. Apesar de inicialmente se achar que estas duas variáveis estão muito correlacionadas, devido à informação sobre o desejo do marido ser dada pelas mulheres, após fazer o Teste de Cramer a um nível de significância de 99% e para ambos os anos o valor foi inferior a 0,2, indicando que há uma certa correlação entre estas variáveis, contudo esta pode ser considerada fraca. Analisando-se os diferencias entre os percentuais, nota-se que foi entre as mulheres as quais o marido desejava menos filhos do ela que se obteve o maior percentual de discrepância de fecundidade (50% em 1996 e 77% em 2006). Também foi nesse grupo que se registrou o maior aumento entre as décadas. Observou-se também que a porcentagem de mulheres que tiveram discrepância, nos casos em que ela disse que ambos desejavam o mesmo número de filhos, foi expressiva (mais de 41%). Estas diferenças foram estatisticamente significativas. Isto mostra que os desejos dos parceiros se interagem e que o desejo por filhos de um cônjuge pode sobressair ao outro. Nesse caso os dados indicam que o desejo do homem, por diversos motivos, parece sobressair em relação aos desejos da mulher.

TABELA 8 – Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e suas preferências por filhos e os desejo do marido por filhos, Brasil 1996 e 2006

Variáveis da mulher		sem discrepância	com discrepância	Total	n	significância Teste de média (estatística F)	Valor e significância teste de correlação Cramer V
				1996			
Preferência de fecundidade	quer ter	12,61	87,39	100,00	157	0,0000	V=0,3038 P-valor=0,000
	não quer ter	67,46	32,54	100,00	547	0,0080	
	não pode ter	66,44	33,56	100,00	1279	0,0000	
				2006			
	quer ter	8,30	91,70	100,00	230	0,0000	V=0,2938 P-valor=0,000
	não quer ter	61,23	38,77	100,00	1056	0,3792	
	não pode ter	67,11	32,89	100,00	2036	0,0000	
				1996			
Desejo do marido por filhos	deseja igual	68,26	31,74	100,00	1.268	0,0000	V=0,1923 P-valor=0,000
	deseja mais	61,89	38,11	100,00	296	0,5530	
	deseja menos	41,04	58,96	100,00	247	0,0000	
				2006			
	deseja igual	51,27	48,73	100,00	1.061	0,0020	V=0,232 P-valor=0,000
	deseja mais	53,94	46,06	100,00	218	0,2201	
	deseja menos	10,41	89,59	100,00	141	0,0000	

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Pensando nessas relações entre os desejos dos parceiros, a TAB.9, traz uma junção das preferências da mulher com os desejos do marido (os quais foram

declarados por elas) a fim de suscitar novas questões. Um dado curioso, é que entre as mulheres que declararam querer(mais) filhos e que o marido desejava ter menos do que ela 95% estavam insatisfeitas por falta de filhos. Já entre aquelas que não queriam ter(mais) filhos o maior percentual de insatisfeitas por falta foi entre aquelas em que o marido desejava menos filhos do que elas (70% das mulheres). Esses resultados mostram, de alguma forma, a importância da opinião do parceiro sobre o comportamento de fecundidade das mulheres, indicando que no caso em que os homens querem menos filhos do que as parceiras estas tendem a sofrer mais a influencia dos seus parceiros.

TABELA 9 – Percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e suas preferências por filhos de acordo com o desejo do marido por filhos, Brasil 1996 e 2006

	Variáveis	1996	2006	Percentual de diferença	N 1996	N 2006
quer (mais) filhos	marido quer o mesmo	91,49	90,64	-0,92	957	157
	marido quer mais	79,48	79,42	-0,07	205	26
	marido quer menos	91,88	95,20	3,61	188	39
não quer (mais) filhos	marido quer o mesmo	20,13	25,93	28,76	1381	941
	marido quer mais	19,84	29,52	48,77	548	228
	marido quer menos	42,39	69,23	63,32	195	105
não pode ficar grávida	marido quer o mesmo	52,47	63,77	21,54	147	136
	marido quer mais	45,12	17,76	-60,63	41	26
	marido quer menos	67,46	83,24	23,39	27	28

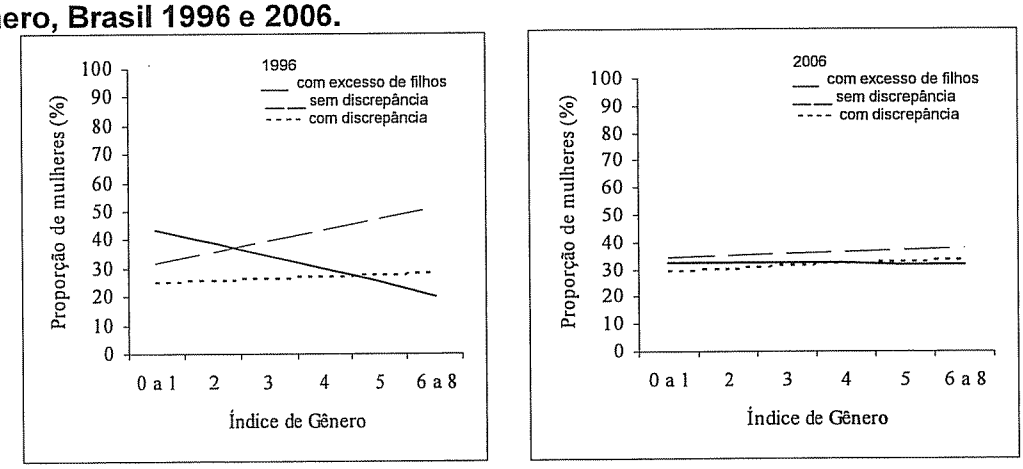
Fonte: PNDS 1996 e 2006

Estes resultados por outro lado podem colocar dúvidas se de fato a mulher não quer ter (mais) filhos ou se é o marido que não quer, pois se sabe que o seu marido queria ter menos filhos do que ela e, por outro lado, esta declarou ter menos do que desejava. Mais uma vez, percebe-se que pode haver uma ambiguidade na declaração de preferências reprodutivas pelas mulheres e ainda uma influência dos desejos do parceiro na declaração de sua preferência. Isto pode indicar, mesmo não controlado por duração do casamento, que os desejos dos parceiros influenciam, assim como outros fatores, os desejos por filhos de suas esposas, seja de forma consciente ou não, o que acaba por determinar que estas tenham mais ou menos filhos do que de fato desejavam e tinham a intenção de ter. Nesse sentido, esta pequena análise descritiva pode instigar questões.

Seriam estes percentuais tão elevados de discrepância nos casos em que o marido deseja menos filhos do que a mulher indicação de alguma forma de desigualdade de poder de barganha entre os parceiros e estariam, portanto, as mulheres menos empoderadas? Ou simplesmente estes percentuais estariam mostrando uma vontade da esposa em fazer o desejo do marido, o que não necessariamente significa menor poder de barganha ou equidade na tomada de decisão por filhos pelo casal?

E ao pensar sobre esse poder de barganha entre os cônjuges é importante considerar as relações gênero existentes na parceria e para isto traçou-se o perfil das mulheres segundo o Índice de gênero e sua satisfação de fecundidade (GRAF.6). Observou-se que em 1996 era bastante claro que com aumento da igualdade de gênero na parceria menor era o percentual de mulheres com discrepância de fecundidade. Contudo em 2006 essas tendências desaparecem e sugerem, com base no Índice,que não há diferença de satisfação quanto à relações de gênero na relação conjugal.

GRÁFICO 6 – Tendência Linear do percentual de mulheres casadas/unidas entre 35 a 49 anos segundo discrepância de fecundidade e Índice de Gênero, Brasil 1996 e 2006.



Fonte: PNDS 1996 e 2006

A fim de minimizar os efeitos da agregação de muitas variáveis com a criação do Índice de Gênero tem-se na TAB.10 uma descrição do percentual de mulheres insatisfeitas por falta de filhos segundo algumas variáveis relacionadas à gênero na relação conjugal. A primeira delas é a diferença de idade entre os parceiros, a qual mostra que, com relação à diferença de idade entre os parceiros, mulheres

quando são mais velhas que seus companheiros tentem a ter uma maior discrepância. Este dado pode estar sendo influenciado por um efeito de composição, em que normalmente estas mulheres são mais velhas. Com relação ao acesso à mídia observa-se que em 2006 mulheres que tinham acesso diário à TV, rádio ou jornal apresentavam maior discrepância. Conversar sobre planejamento familiar e decidir sobre o dinheiro da família não parecem fazer diferença para implementação das preferências reprodutivas pela mulher.

Os dados apresentados até aqui tiveram o intuito de apresentar análises descritivas das preferências reprodutivas em duas décadas diferentes, especialmente caracterizar o perfil de mulheres que apresentavam uma discrepância de fecundidade por terem menos filhos do que desejavam. Muitas indagações surgiram, pois muitos dados se mostraram ambíguos e não trouxeram respostas exatas que ajudassem a entender o processo de tomada de decisão por filhos entre casais e implementação. Isso faz da pesquisa qualitativa tão indispensável.

TABELA 10 – Percentual de mulheres entre 35 a 49 anos casadas/unidas com discrepância de fecundidade segundo variáveis proxies de equidade de gênero, Brasil 1996 e 2006

Variáveis		1996	2006	% diferença	N 1996	N 2006
Diferença de idade entre o marido e a esposa	mulher mais velha 10 anos ou mais	36,83	37,30	1,27	97	166
	mulher mais velha entre 5 e 9 anos	38,65	41,28	6,81	176	277
	diferença de idade menor que 5 anos	23,26	32,82	41,12	1718	2361
	homem mais velho entre 5 e 9 anos	18,80	30,98	64,82	758	1066
	homem mais velho 10 anos ou mais	24,76	25,46	2,82	518	661
acesso diário à mídia (tv, rádio ou jornal)	Não	22,03	31,27	-3,74	5055	4328
	Sim	26,88	44,76	12,30	2348	204
conversar sobre planejamento familiar	Não	23,49	30,34	-12,36	3237	1081
	Sim	35,69	32,49	-35,75	34	3441
decisão com o dinheiro	Ela	25,32	34,00	34,27	1301	2129
	o marido	29,51	34,00	15,23	135	171
	Ambos	23,33	34,22	46,69	474	649

Fonte: PNDS, 1996 e 2006

Nesta etapa nenhuma característica individual foi usada como controle e não se fez a nenhuma interação das diversas variáveis apresentadas. Nesse sentido, tem-se no próximo item a apresentação de alguns modelos logísticos em que

serão analisadas as relações das diversas variáveis analisadas separadamente na análise descritiva e estas serão utilizadas como controles.

5.3 Modelos Logísticos Binomial e Multinomial para explicar a discrepância de fecundidade e sua relação com variáveis sócio-demográficas

A partir dos diversos modelos de regressão realizados, pode-se escolher com base em critérios estatísticos aqueles que melhor relacionavam a discrepância de fecundidade com as principais variáveis sócio-demográficas.

Primeiramente elaborou-se modelos de regressão multinomial, uma vez que interessava verificar a discrepância e modo geral, ou seja, neste caso tentou-se inferir o que levaria uma mulher estar sem discrepância, com discrepância ou com excesso de filhos. Para esta análise utilizou-se primeiramente as bases de dados separadas, a fim de identificar possíveis diferenças na relação das variáveis durante as décadas. E posteriormente rodou-se o mesmo modelo para a base de dados empilhada. Observa-se que, como já indicado na análise descritiva, que algumas variáveis sócio-demográficas consideradas clássicas estão pouco ou até mesmo não relacionadas à discrepância por falta de filhos, e, portanto, não se mostraram significativas nos modelos.

No primeiro modelo multinomial feito com as bases de dados separadas, em que as variáveis dependentes foram as mulheres sem discrepância (referência), as mulheres que tinham excesso de filhos e as mulheres com discrepância (TAB.11) pode-se verificar que a Região Geográfica em 1996 era uma variável importante para explicar a implementação das preferências de fecundidade, pois no Centro-Oeste as mulheres tinham mais chances de estarem com discrepância em relação às mulheres do Sudeste e no Sul e tinham menos chances de estarem com excesso de filhos em relação às mulheres do Sudeste. Já em 2006 a única região que mostrou diferenciais estatisticamente significantes foi o Centro-Oeste o qual apresentou menor chance de ter mulheres com mais filhos do que o desejado em relação ao Sudeste. E pelo teste de Wald esta variável poderia ser excluída do modelo.

Já a variável situação de domicílio, apesar de em 1996 os dados serem mais condizentes com o esperado, em que mulheres da zona rural tinham diminuídas suas chances de terem uma discrepância de fecundidade quando comparadas às mulheres do urbano, esta relação não era significativa. E surpreendentemente, esta relação se inverteu em 2006 e tornou-se estatisticamente significante. Em que as mulheres da zona rural tinham 77% mais chance de terem menos filhos do desejavam comparadas às mulheres residentes no urbano. Esta relação não foi significativa para mulheres com excesso de filhos. Isto pode indicar, entre outras coisas, que as mulheres rurais possuem ideais de número de filhos mais elevados do que as mulheres do urbano e por consequência mais distantes de serem atingidos. Por outro lado, pode também apontar para a existência de possíveis mudanças que estão acontecendo não só no urbano, mas que também invadem a zona rural, entre elas a ampliação do universo de escolha das mulheres bem como e sua dificuldade de alcançar o número de filhos ideal.

Com relação à idade das mulheres (TAB.11), nota-se que esta variável manteve-se importante para ambos os anos, sendo que tanto em 1996 quanto em 2006 maior a idade da mulher menores eram as chances desta estar com excesso de filhos. Por outro lado, em 2006, maior fosse a idade da mulher menor era a chance desta ter menos filhos do que o desejado. Este último dado se relaciona com o fato de que a parturição aumenta com a idade e sendo as mulheres mais velhas provavelmente estas teriam mais filhos e portanto teriam menos chances de estarem com fecundidade discrepante em relação ao grupo mais novo.

A escolaridade foi outra variável que se mostrou significativa nos modelos tanto para 1996 quanto para 2006. sendo especialmente importante para explicar a situação de excesso e não por falta. Apesar da análise descritiva apontar para um aumento da discrepância com o aumento dos anos de estudo das mulheres, neste modelo, os resultados de ambos os anos, contrariamente ao esperado, apontam para uma redução da chance de se ter menos filhos do que o desejado com o aumento da escolaridade. Contudo, estas diferenças não foram estatisticamente significativas, mostrando que neste modelo, ao controlar pelas demais variáveis inseridas, a escolaridade da mulher não faz diferença para que a determinar ser ela terá ou não uma fecundidade discrepante, mas mostrou-se importante para determinar os casos em que ela tem excesso de filhos, dado que

mulheres com 8 a 10 anos de estudos tinham menores chances de terem mais filhos do que gostaria em relação às mulheres com 0 a 3 anos de estudo.

Com relação à raça/cor das mulheres (TAB.11), os dados seguiram a tendência da análise descritiva, em que esta variável parece não contribuir para explicar o porque de algumas mulheres terem menos filhos do que desejam. Em 1996 as mulheres brancas tinham aproximadamente 31% menos chance de terem uma discrepância de fecundidade quando comparadas à mulheres de outras raça/cor e esta relação era estatisticamente significativa. Esta tendência se inverteu em 2006, e as mulheres brancas passaram a ter cerca de 40% mais chances de terem uma menos filhos do que o desejado quando comparadas às mulheres não-brancas, contudo estas diferenças foram não significativas.

No que diz respeito à religião, em 1996 não houve nenhuma diferença estatisticamente significante entre os grupos religiões. Já em 2006, observa-se que mulheres sem religião tinham chances maiores de estarem tanto com discrepância quanto com excesso de filhos, sendo esta diferença estatisticamente significativa. E, seguindo o resultado do teste de Wald, esta variável foi mantida no modelo. Com relação à variável trabalho remunerado, observa-se que, assim como mostrado na análise descritiva, as mulheres que não trabalham tinham, em 1996, em torno de 51% menos chance de terem uma fecundidade discrepante quando comparadas às mulheres que trabalham e esta diferença era estatisticamente significativa. Em 2006, ao contrário do que se esperava, esta diferença não se mostrou estatisticamente significativa, apesar de continuar um comportamento na mesma direção. Esses resultados indicam mudanças na relação entre trabalho e família, o que, de certa forma, fez com que o fato da mulher trabalhar ou não fora de casa não interfira mais para que esta implemente as suas preferências de fecundidade. Muito similarmente, Hakkert (2003) mostrou que o trabalho remunerado também não influenciou o déficit de fecundidade em seu estudo. Contudo, apesar de não influenciar os níveis de satisfação, o Teste de Wald apontou para a necessidade desta variável no modelo.

Ao analisar os estratos econômicos (TAB.11), observa-se que esta variável não era importante para a entender a discrepância de fecundidade em 1996. Já em 2006, observa-se que mulheres pertencentes aos estratos A e B tinham 75%

menos chances de se ter menos filhos do que o desejado quando comparadas às mulheres do estrado C. E, ao contrário do esperado, as diferenças por estrato para as mulheres com excesso de filhos, apesar de seguir a tendência esperada, não se mostraram estatisticamente significativas. Os dados não corroboram os achados de Hakkert (2003), o qual mostrou que os déficits de fecundidade parecem ocorrer com mais frequência entre as mulheres de estratos urbanos sociais mais elevados.

A variável desejo por filhos do marido foi bastante significativa para os modelos. Como esperado, em 1996 as mulheres que tinham maridos que desejavam mais filhos do que elas apresentam maiores chances (1,1 vez mais chance) de terem mais filhos do que o desejado e 3,2 vezes mais chances de tê-los em menor quantidade quando os maridos desejavam menos filhos do que elas, sendo estas diferenças estatiscamente significativas. Já em 2006, apenas se mostrou significativa a relação dos desejos dos maridos e a situação de excesso de filhos, em que, tanto as mulheres com maridos que desejavam mais e quanto aquelas em que estes desejavam menos filhos, tinham diminuídas as suas chances de terem mais filhos do que o desejado. Estes resultados apontam para a importância dos desejos dos parceiros sobre a discrepância/satisfação da fecundidade pela mulher, em que os modelos sugerem que mulheres que tem menos filhos do que desejam, podem ter sido influenciadas pelos desejos dos parceiros, os quais queriam ter menos filhos. Assim, como no estudo de Hakkert (2003) o qual também encontrou uma relação positiva entre maridos que desejam menos filhos que as esposas e um déficit por filhos pelas mulheres. Estes achados abrem discussões sobre questões que envolvem equidade de gênero na relação e o poder de barganha de cada cônjuge frente aos seus desejos de fecundidade, uma vez que por algum motivo, parece que as mulheres acabam por não realizar seus desejos, e como conseqüência vivenciam uma insatisfação de fecundidade por terem menos filhos do que gostariam.

TABELA 11 – Modelo 1: Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade entre mulheres casadas/unidasde de 35 a 49 anos, Brasil 1996 (n= 1629) e 2006 (n=982)

Variáveis explicativas	Com discrepância			Com excesso de filhos			VIF	Teste Wald	Com discrepância			Com excesso de filhos			VIF	Teste Wald
	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|			Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|		
Região					1996								2006				
Sudeste																	
Norte	0,329	1,389	0,397	-0,184	0,832	0,529	1,540		-0,225	0,798	0,615	-0,783	0,457	0,195	1,420	
Nordeste	0,373	1,452	0,152	0,263	1,301	0,249	2,180	0,002	-0,400	0,671	0,345	0,215	1,239	0,689	1,420	0,284
Sul	0,053	1,054	0,822	-0,565	0,568	**0,015**	1,740		-0,179	0,836	0,580	-0,629	0,533	0,124	1,720	
Centro-Oeste	0,536	1,710	**0,023**	-0,289	0,749	0,193	1,820		-0,686	0,504	0,124	-1,087	0,337	**0,044**	1,390	
Situação de domicílio																
Urbano																
Rural	0,350	1,419	0,200	-0,167	0,846	0,445	1,220	0,272	0,568	1,765	**0,098**	-0,591	0,554	0,238	1,260	**0,104**
Grupos de idade																
35 a 39																
40 a 44	-0,226	0,798	0,237	-0,465	0,628	**0,005**	1,210	0,003	-0,792	0,453	**0,005**	-0,687	0,503	**0,072**	1,230	0,027
45 a 49	0,183	1,201	0,395	-0,627	0,534	**0,004**	1,230		-0,286	0,751	0,418	-0,960	0,383	**0,033**	1,280	
Anos de estudo																
0 a 3																
4 a 7	0,037	1,038	0,886	0,478	1,614	**0,017**	1,630		0,284	1,328	0,562	-0,342	0,710	0,490	1,390	
8 a 10	0,259	1,295	0,345	-0,222	0,801	0,391	1,330	0,002	-0,491	0,612	0,200	-1,411	0,244	**0,005**	1,340	0,032
11	-0,331	0,719	0,204	-0,844	0,430	**0,001**	1,820		-0,186	0,830	0,615	-0,367	0,693	0,531	1,570	
12 e mais	-0,161	0,851	0,628	-0,508	0,602	0,150	2,150		0,486	1,625	0,196	0,641	1,898	0,207	1,740	
Raca/cor																
não branca																
branca	-0,365	0,694	**0,030**	0,087	1,091	0,604	1,250	**0,048**	0,338	1,403	0,209	0,085	1,089	0,839	1,330	0,483
Religião																
Católica																
Protestante Trad	-0,573	0,564	0,310	0,310	1,364	0,559	1,030		-0,299	0,742	0,457	-0,074	0,929	0,900	1,080	
Pentecostal	-0,326	0,722	0,158	-0,304	0,738	0,199	1,070	0,719	-0,183	0,833	0,652	0,018	1,018	0,981	1,120	0,004
Sem religião	0,093	1,097	0,861	0,296	1,344	0,570	1,030		1,675	5,340	**0,005**	2,931	18,754	**0,000**	1,060	
Outras	0,242	1,274	0,551	0,144	1,155	0,687	1,060		0,057	1,059	0,911	0,219	1,245	0,771	1,100	
Trabalho																
sim																
não	-0,713	0,490	**0,045**	-0,378	0,685	0,198	-0,224	0,163	-0,628	0,534	0,136	0,469	1,599	0,319	1,260	**0,105**
Estratos Econômicos																
C																
A e B	0,025	1,025	0,915	-0,028	0,972	0,915	1,990	0,526	0,145	1,156	0,625	-1,334	0,263	**0,004**	1,360	0,110
D e E	0,247	1,280	0,273	-0,150	0,860	0,445	1,920		0,125	1,133	0,738	-0,162	0,851	0,701	1,360	
Desejo do marido																
deseja o mesmo																
deseja mais	0,059	1,061	0,771	0,734	2,083	**0,000**	1,100	0,000	-0,522	0,593	0,122	-0,824	0,439	**0,062**	1,120	0,000
deseja menos	1,429	4,175	**0,000**	0,626	1,869	**0,007**	1,110		-0,752	0,471	0,249	-1,219	0,295	**0,060**	1,380	
Número uniões																
primeira união																
mais uniões	-0,227	0,797	0,394	-0,843	0,431	**0,000**	1,280	**0,000**	0,330	1,391	0,397	-0,593	0,553	0,241	1,070	0,210
Indice Gênero	0,399	1,490	**0,002**	0,108	1,114	0,367	2,250	0,127	0,164	0,828	-0,510	0,159	1,173	0,558	1,220	0,278
Decisão com o dinheiro que ela ganha																
Ela decide																
Ele decide	0,691	1,995	0,038	-0,440	0,644	0,199	1,280	0,237	-0,752	0,471	0,249	-1,219	0,295	**0,060**	1,380	0,342
Decisão conjunta	0,084	1,088	0,714	-0,440	1,002	0,991	1,650		-0,370	0,690	0,225	0,035	1,035	0,951	1,200	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS de 1996 e 2006.

Pensando que a discrepância de fecundidade pode mudar dependendo do número de uniões vivenciadas pela mulher, inseriu-se a variável número de uniões e percebe-se que em 1996 esta variável tinha alguma relação com os desejos bem como o comportamento de fecundidade, em que mulheres que estavam vivenciado novas relações tinham menores chances de terem mais filhos do que o desejado. Contudo, em 2006 estas diferenças, estatisticamente

significativas, desaparecem. Já o índice de gênero, neste modelo, não se mostrou relacionado à discrepância de fecundidade. Assim como a tomada de decisão pelo dinheiro que a mulher recebe.

A fim de comparar estes resultados como modelo empilhado tem-se a TAB 12. Neste, tem-se uma variável *dummy* de ano (0, 1996 e 1, 2006) e novamente as variáveis dependentes são as mulheres sem discrepância (referência), mulheres com excesso de filhos e mulheres com discrepância. A variável ano mostrou-se estatiscamente significativa, demonstrando que de fato as diferenças observadas entre a décadas são válidas. Ou seja, mulheres em 2006 tinham 1,2 vezes mais chances de terem menos filhos do que desejavam quando comparadas às mulheres em 1996. E por outro lado, estas tinham 34% menos chances de estarem com excesso de filhos do que as mulheres em 1996. Novamente esses achados demonstram a mudança no padrão das preferências e discrepância de fecundidade no Brasil, apontando para o incremento do déficit de fecundidade.

No modelo empilhado, as regiões geográficas mostraram-se importantes para a determinação da discrepância de fecundidade, em que as regiões Norte e Nordeste apareceram como tendo mais chances de terem mulheres com excesso de filhos do que a região Sudeste. Já o Sul mostrou-se com 40% menos chances de terem mulheres com excesso de filhos em relação ao Sudeste. Estes achados corroboram com a dinâmica esperada para estas regiões, em que o Norte e Nordeste ainda apresentam deficiência no atendimento do planejamento da fecundidade, o que leva à nascimentos indesejados. Contrariamente, por questões culturais e de custo oportunidade das mulheres, o Sul e o Sudeste o fenômeno de mulheres tendo menos filhos do que o declarado ideal se mostra cada vez mais freqüente, dando lugar aos novos comportamentos e especialmente o da discrepância de fecundidade devido à por falta de filhos.

Observa-se que a idade, parece ter alguma influência sobre as mulheres com excesso de filhos, em que o grupo de 40 a 44 parece ter menores chances de ter tanto discrepância quanto excesso de filhos quando comparado com o grupo de mulheres com 35 a 39 anos. A escolaridade também mostrou relação com os níveis de discrepância, em que o aumento da escolaridade aumenta as chances das mulheres terem menos filhos do que o desejado, especialmente o grupo de 8

a 10 anos de estudo em comparação com aquelas mulheres com 0 a 3 anos de estudo. E, contrariamente, quanto maior a escolaridade menor era a chance das mulheres estarem com excesso de filhos. Este resultado corrobora os achados de Hakkert (2003), o qual estudou o déficit de fecundidade em 8 países da América Latina para mulheres entre 40 a 49 anos e encontrou que aquelas mais escolarizadas apresentaram mais chances de terem menos filhos do que o desejado.

Também neste modelo o desejo do marido parece ter uma relação importante para determinar a discrepância de fecundidade, pois novamente, mulheres em que os maridos desejavam menos filhos do que elas tinham aumentadas em 2 vezes as chances de terem menos filhos do que o declarado ideal quando comparadas às mulheres que os maridos desejam o mesmo número de filhos do que elas. O efeito do desejo do marido para aquelas com excesso de filhos parece ocorrer para ambos os lados, haja vista que tanto mulheres em que o marido desejava mais quanto aquelas em que os maridos desejam menos tiveram suas chances de estarem com mais filhos do que desejado aumentas.

O número de uniões e índice de gênero no modelo 2 mostraram-se relacionados com a situação de excesso de filhos, em que mulheres que vivenciavam mais de uma união tinham aumentadas suas chances de terem mais filhos do que desejavam. Este achado pode estar relacionado com o fato dos recasamentos estimularem novos nascimentos, os quais não estavam dentro da expectativa da mulher. E o aumento em um grau no índice de gênero fez aumentar em 14% as chances da mulher ter mais filhos do que o desejado. O mesmo parece não fazer efeito para as mulheres com discrepância.

No modelo 2 (TAB.12), a situação de domicílio, parece não afetar a satisfação de fecundidade, assim como o trabalho remunerado, religião, estratos econômicos, raça/cor e decisão sobre o dinheiro que a mulher ganha. E assim como o modelo 1, a análise do VIF não mostrou colinearidade com nenhuma variável e retirando-se aquelas variáveis que não foram significativas no Teste de Wald realizou-se o teste da Verossimilhança a fim de tentar encontrar o melhor modelo, comparando o modelo completo (saturado) com o modelo menor (reduzido). O teste apresentou uma significância de 0,038, indicando que, apesar de aparentemente

as variáveis não serem estatiscamente significativas, o modelo saturado era preferível ao modelo reduzido.

TABELA 12 – Modelo 2: Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil 1996 e 2006 (n=2276)

Variáveis explicativas	Com discrepância			Com excesso de filhos			VIF	Teste Wald
	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|		
Ano da pesquisa								
1996								
2006	0,752	2,121	**0,000**	-0,439	0,645	**0,061**	2,800	**0,000**
Região								
Sudeste								
Norte	-0,163	0,850	0,623	0,410	1,508	**0,103**	1,450	
Nordeste	0,112	1,118	0,618	0,511	1,668	**0,021**	1,880	**0,000**
Sul	0,022	1,023	0,920	-0,523	0,593	**0,025**	1,780	
Centro-Oeste	0,196	1,217	0,352	-0,058	0,944	0,780	1,630	
Situação de domicílio								
Urbano								
Rural	0,085	1,089	0,688	0,264	1,302	0,217	1,210	0,924
Grupos de idade								
35 a 39								
40 a 44	-0,397	0,672	**0,015**	-0,252	0,778	**0,097**	1,200	**0,072**
45 a 49	-0,035	0,965	0,840	-0,148	0,862	0,414	1,200	
Anos de estudo								
0 a 3								
4 a 7	-0,275	0,759	0,219	0,774	2,169	**0,000**	1,590	
8 a 10	0,369	1,446	**0,108**	-0,199	0,820	0,441	1,320	**0,000**
11	0,030	1,030	0,899	-1,005	0,366	**0,000**	1,650	
12 e mais	0,364	1,439	0,249	-0,790	0,454	**0,029**	1,860	
Raca/cor								
não branca								
branca	-0,270	0,763	**0,072**	-0,029	0,971	0,852	1,270	0,834
Religião								
Católica								
Protestante Trad	-0,477	0,621	0,434	-0,023	0,977	0,959	1,080	
Pentecostal	-0,236	0,790	0,269	-0,250	0,779	0,260	1,070	0,431
Sem religião	0,367	1,444	0,422	0,291	1,338	0,548	1,030	
Outras	0,161	1,174	0,647	0,266	1,305	0,516	1,070	
Trabalho								
sim								
não	0,287	1,333	0,253	0,250	1,284	0,335	1,280	0,430
Estratos Econômicos								
C								
A e B	-0,018	0,982	0,934	-0,159	0,853	0,540	1,620	**0,009**
D e E	0,231	1,260	0,259	0,181	1,198	0,288	1,780	
Desejo do marido								
deseja o mesmo								
deseja mais	0,022	1,022	0,908	0,724	2,062	**0,000**	1,080	**0,000**
deseja menos	1,128	3,089	**0,000**	0,758	2,134	**0,000**	1,080	
Número uniões								
primeira união								
mais uniões	0,000	1,000	0,999	0,798	2,222	**0,000**	1,230	**0,000**
Indice Gênero	0,015	1,015	0,834	0,134	1,143	**0,093**	3,410	**0,000**
Decisão com o dinheiro que ela ganha								
Ela decide								
Ele decide	0,310	1,363	0,218	-0,366	0,693	0,185	1,180	0,331
Decisão conjunta	-0,285	0,752	**0,080**	-0,119	0,887	0,489	1,480	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS de 1996 e 2006.

Devido ao foco desta tese envolver a discrepância, construiu-se o modelo 3 (TAB.13), o qual foi objetivou relacionar as variáveis sócio-demográficas e de gênero para a determinação daquelas mulheres que foram classificadas como sem discrepância (referência) ou como vivenciando uma situação de terem menos filhos do que o ideal. Neste modelo, poucas variáveis se mostraram significativas. A idade parece diminuir as chances de se ter uma discrepância, possivelmente devido às mulheres de coortes mais antigas terem uma fecundidade maior àquelas da coorte de referência (35 a 39 anos). A escolaridade passou a ser uma variável importante em 2006, em que mulheres com 12 ou mais anos de estudo tinham 1,5 vezes mais chances de terem menos filhos do que o declarado ideal quando comparadas às mulheres de até 3 anos de estudo. Isso indica possivelmente uma mudança no perfil da escolaridade no Brasil assim como um aumento do custo oportunidade de se ter um filho para o grupo de mulheres mais escolarizadas. A raça/cor era uma variável importante em 1996, em que mulheres brancas tinham 30% menos chances de estarem com discrepância em relação às mulheres pardas, pretas, indígenas e amarelas. Já em 2006 essa variável inverteu o seu significado, em que mulheres brancas passaram a ter mais chances de terem menos filhos do que o desejado contudo deixou de ser estatisticamente significativa. A religião passou a ser uma variável importante em 2006, em que mulheres sem religião apresentaram 7 vezes mais chances de terem menos filhos do que o declarado ideal em relação às mulheres católicas.

Ainda analisando o Modelo 3, com relação ao uso de método contraceptivo, este mostrou-se estatiscamente significativo para ambos os anos analisados em que, assim como esperado, mulheres que não usavam métodos e mesmo aquelas que utilizavam outros métodos tinham mais chances de estarem com discrepância por falta de filhos em relação aquelas que estava esterilizadas.

Esse resultado mostra que, apesar da análise descritiva ter apontado que muitas mulheres que foram classificadas como insatisfeitas por falta de filhos fazerem uso de contracepção, é prevalente a idéia de que se a mulher ainda quer ter filhos ela normalmente não faz uso de contracepção, ou se o faz, utiliza algum método reversível, a fim de esperar o momento ideal para tê-los. O que, pode acontecer é que em longo prazo, para muitas mulheres que já se encontram no final do período reprodutivo, o adiamento ainda mais tardio dos nascimentos pode fazer

com que estas, no momento que decidam ter, elas não alcancem o seu número de filhos desejados.

Também no modelo 3, a variável desejo do marido por filhos mostrou-se importante para explicar a discrepância de fecundidade, em que para ambas as décadas mulheres que tinham maridos que desejavam menos filhos do que elas tinham aumentadas suas chances de estarem insatisfeitas por falta de filhos quando comparadas aquelas em que os maridos desejam o mesmo número de filhos. O mesmo não mostrou relação para aquelas mulheres em que os maridos desejam mais filhos do que elas. O número de uniões apesar de apontar para direções opostas nos anos analisadas, somente mostrou-se estatiscamente significativo para o ano de 2006, em que mulheres que viviam em segunda ou posterior união tinham aumentadas as chances de estarem com discrepância quando comparadas aquelas que estavam vivenciado a primeira união (tentar explicar porque). O índice de gênero era importante em 1996, contudo com uma direção bastante oposta ao esperado, em que o aumento de 1 no índice fazia aumentar as chances das mulheres terem menos filhos do que o desejado em 31%. Já em 2006, apesar de mostrar-se muito próximo ao esperado, em que o incremento de igualdade diminuía as chances da mulher ter menos filhos do que o desejado, este não mostrou-se estatiscamente significativo. E por fim a variável decisão sobre o dinheiro que ela ganha, só se mostrou relevante para 1996, em que mulheres em que o marido ou ela e o marido decidem o que fazer sobre o dinheiro que ela recebe tinham menores chances de estarem com discrepância quando comparadas aquelas em que somente ela decide sobre o dinheiro que recebe.

A análise do VIF no modelo 3 mostrou que também não houve colinearidade entre as variáveis e retirando-se aquelas que não se mostraram significativas no teste de Wald procedeu-se, com o teste de Verossimilhança, o qual apresentou uma significância de 0,l, em que a retirada dessas variáveis prejudicava o modelo e nesse sentido permaneceu-se com o modelo saturado.

TABELA 13 – Modelo 3 - Regressão logística Binária para explicar a discrepância de fecundidade entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil, 1996 e 2006

Variáveis	1996 (n=1043)					2006 (n=815)				
explicativas	Coef.	Odds	P>|z|	VIF	Test	Coef.	Odds	P>|z|	VIF	Test Wald
Região Geográfica										
Sudeste	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
Norte	-0,024	0,977	0,946	1,470		# -0,024	0,747	0,438	1,390	
Nordeste	0,027	1,027	0,913	1,990	0,408	0,027	1,190	0,654	1,400	0,559
Sul	-0,020	0,980	0,932	1,830		-0,020	0,913	0,762	1,710	
Centro-Oeste	0,351	1,421	0,130	1,810		0,351	0,609	0,202	1,410	
Situação de										
Urbano	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
Rural	0,043	1,044	0,866	1,220	0,866	0,172	1,187	0,589	1,320	0,589
Grupos de idade										
35 a 39	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
40 a 44	-0,456	0,634	**0,013**	1,210	**0,045**	-1,030	0,357	**0,000**	1,240	**0,001**
45 a 49	-0,163	0,850	0,400	1,250		-0,689	0,502	**0,027**	1,250	
Anos de										
0 a 3	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
4 a 7	-0,320	0,726	0,193	1,510		-0,048	0,953	0,928	1,360	
8 a 10	0,383	1,467	0,130	1,370	0,2436	-0,172	0,842	0,607	1,420	**0,017**
11	0,019	1,019	0,940	1,970		0,241	1,273	0,480	1,650	
12 e mais	0,331	1,392	0,321	2,340		0,949	2,583	**0,005**	1,820	
Raca/cor/ mulher										
não branca	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
branca	-0,334	0,716	**0,040**	1,270	**0,040**	0,388	1,474	0,125	1,340	0,125
Religião										
Católica	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
Protestante Trad	-0,464	0,629	0,443	1,040		-0,282	0,754	0,445	1,070	
Pentecostal	-0,319	0,727	0,153	1,080	0,5032	-0,209	0,811	0,611	1,150	**0,012**
Sem religião	0,328	1,388	0,465	1,040		2,174	8,798	**0,001**	1,060	
Outras	0,170	1,186	0,675	1,070		0,181	1,198	0,713	1,100	
Trabalho										
sim	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
não	-0,454	0,635	0,163	1,350	0,163	-0,224	0,800	0,577	1,270	0,577
Tipo de método										
esterelização	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
não usa	1,685	5,393	**0**	1,18	**0,000**	1,042	3,71	**0,000**	1,270	**0,000**
usa outros tipos	0,703	2,019	**0**	1,19		omitido*			1,120	
Estratos Econômicos										
C	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
A e B	-0,022	0,978	0,924	1,990	0,9072	0,173	1,189	0,512	1,340	0,907
D e E	0,087	1,090	0,677	1,740		-0,263	0,769	0,509	1,310	
Desejo do marido										
deseja o mesmo	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
deseja mais	0,151	3,165	0,433	1,080	**0,000**	-0,357	0,700	0,233	1,080	**0,000**
deseja menos	1,258	1,187	**0,000**	1,090		2,426	1,422	**0,000**	1,080	
Número uniões										
primeira união	Ref.	Ref.	Ref.			Ref.	Ref.	Ref.		
mais de uma união	-0,031	0,970	0,902	1,220	0,902	0,676	1,966	**0,050**	1,240	**0,050**
Indice Gênero	0,277	1,319	**0,028**	2,210	**0,028**	-0,168	0,131	0,281	1,810	0,281
Decisão com o dinheiro que ela ganha										
Ela decide										
Ele decide	0,478	1,612	0,137	1,350	0,183	-1,048	0,351	**0,020**	1,140	**0,026**
Decisão conjunta	-0,063	0,939	0,776	1,700		-0,525	0,592	**0,058**	1,420	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS de 1996 e 2006.

Nota: Omito devido colinearidade

Ao rodar o mesmo modelo contudo para as bases empilhadas (APÊNDICE 8– Modelo 4) observou-se que, assim como nos modelos empilhados anteriores, o

variável de ano mostrou-se estatiscamente significativa, em que mulheres de 2006 tem 1,1 vezes a mais de chance de terem menos filhos do que o declarado ideal em relação às mulheres de 1996. Com relação às demais variáveis, apenas grupo etário, desejo do marido e raça/cor continuaram relacionados no mesmo sentido que no modelo individual de ano com a discrepância de fecundidade, já as demais variáveis perderam significância estatística.

A fim de saber o efeito da variável idade ao ser mãe elaborou-se o Modelo 5 (APÊNDICE 9) com as bases empilhadas, o qual então limitou-se somente às mulheres que eram mães. Esta variável foi bastante significativa, em que mulheres que tinham seu primeiro filhos depois dos 35 anos apresentavam 8,4 vezes mais chances de estarem com discrepância. A adição desta variável muda um pouco o poder explicativo de algumas variáveis tal como ano, o qual não aparece mais como uma variável estatiscamente significativa.

Por fim, sabendo que a insatisfação por falta se dá de maneira muito diferente entre aquelas mulheres que não tem filhos, tem um e tem dois, elaborou-se o Modelo 6 (TAB. 14 e TAB.15), em que tentou-se identificar possível diferenças nas variáveis sócio-demográficas e de gênero para cada nível de discrepância segundo a parturição da mulher. Também nesse modelo as mulheres sem discrepância foram utilizadas como referência. Primeiramente tem-se o modelo com as bases separadas e observa-se que há algumas diferenças entre 1996 e 2006, destaca-se que a idade somente se relaciona para explicar a discrepância entre mulheres que tem 1 ou mais filhos. Já a escolaridade, em ambas as décadas mostrou-se mais relevante para explicar a situação de se ter menos filhos do que o desejado entre mulheres que não tem filhos, indicando uma forte relação, pois em 2006 mulheres com 12 anos e mais de estudo apresentaram 5,3 vezes mais chances de estarem com discrepância e ainda não terem filhos quando comparadas às mulheres classificadas como sem discrepância.

A religião, em 1996 (TAB.14) as mulheres pentecostais apresentavam menores chances de estarem com discrepância de fecundidade e terem 1 ou mais filhos em relação às católicas. Por outro lado, aquelas declaradas sem religião tinham maiores chances de terem um menor filhos do que o desejado e ainda não terem filhos quando comparadas às católicas.

TABELA 14 – Modelo 6 (1996): Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade e sua relação com a parturição entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil (n= 1043)

Variáveis explicativas	Com discrepância e parturição zero			Com discrepância e parturição um			Com discrepância e parturição dois			VIF	Teste Wald
	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|		
Região Geográfica											
Sudeste						Ref					
Norte	-0,192	0,825	0,772	-0,510	0,601	0,298	0,169	1,185	0,664	1,470	
Nordeste	0,040	1,041	0,927	-0,427	0,653	0,261	0,358	1,430	0,185	1,990	0,329
Sul	0,117	1,124	0,797	0,006	1,006	0,988	-0,061	0,940	0,823	1,830	
Centro-Oeste	-0,404	0,667	0,415	-0,314	0,731	0,388	0,516	1,676	**0,035**	1,810	
Situação de											
Urbano						Ref					
Rural	0,260	1,297	0,536	0,028	1,029	0,931	0,101	1,106	0,743	1,220	0,930
Grupos de idade											
35 a 39						Ref					
40 a 44	-1,254	0,285	**0,002**	-0,400	0,671	0,139	-0,325	0,722	0,117	1,210	**0,027**
45 a 49	0,064	1,066	0,857	-0,099	0,906	0,752	-0,045	0,956	0,846	1,250	
Anos de											
0 a 3						Ref					
4 a 7	-1,121	0,326	**0,054**	-0,198	0,821	0,574	-0,070	0,933	0,808	1,510	
8 a 10	0,319	1,375	0,503	0,010	1,010	0,980	0,440	1,552	0,118	1,370	**0,030**
11,000	0,509	1,663	0,281	0,095	1,100	0,798	-0,293	0,746	0,321	1,970	
12 e mais	1,710	5,531	**0,009**	0,267	1,306	0,604	-0,092	0,912	0,816	2,340	
Raca/cor/ mulher											
não branca						Ref					
branca	-0,157	0,854	0,630	-0,557	0,573	**0,021**	-0,218	0,804	0,245	1,270	0,120
Religião											
Católica						Ref					
Protestante Trad	-0,355	0,701	0,751	-0,301	0,740	0,762	-0,516	0,597	0,521	1,040	
Pentecostal	0,659	1,933	0,117	-0,571	0,565	**0,103**	-0,518	0,596	**0,051**	1,080	0,205
Sem religião	1,270	3,561	**0,066**	0,550	1,734	0,443	0,047	1,048	0,931	1,040	
Outras	-0,461	0,630	0,703	0,717	2,049	0,158	0,109	1,115	0,796	1,070	
Trabalho											
sim						Ref					
não	-0,381	0,683	0,479	0,082	1,086	0,872	-0,897	0,408	**0,010**	1,350	**0,065**
Estratos											
C						Ref					
A e B	-0,572	0,564	0,284	0,052	1,053	0,886	-0,044	0,957	0,876	1,990	0,346
D e E	0,663	1,940	**0,089**	0,437	1,548	0,199	-0,105	0,900	0,661	1,740	
Desejo do marido											
deseja o mesmo						Ref					
deseja mais	-0,244	0,783	0,580	0,265	1,304	0,351	0,030	1,031	0,900	1,080	**0,000**
deseja menos	0,630	1,878	0,152	1,067	2,906	**0,001**	1,368	3,928	**0,000**	1,090	
Número uniões											
primeira união						Ref					
mais de uma união	-0,486	0,615	0,384	-0,353	0,703	0,385	0,270	1,310	0,369	1,220	0,453
Indice Gênero	0,002	1,002	0,992	0,218	1,244	0,287	0,405	1,500	**0,006**	2,210	**0,045**
Decisão com o dinheiro que ela ganha											
Ela decide						Ref					
Ele decide	0,173	1,189	0,778	0,957	2,604	**0,051**	0,513	1,671	0,147	1,350	0,331
Decisão conjunta	-0,399	0,671	0,398	0,069	1,071	0,835	0,078	1,082	0,770	1,700	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS

Já em 2006 (TAB.15), somente mostrou-se estatiscamente diferente os dados para as mulheres sem religião, as quais aumentaram suas chances de estarem com discrepância e sem filhos e/ou com 1 quando comparadas às católicas.

TABELA 15 – Modelo 6 (2006): Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade e sua relação com a parturição entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil (n=862)

Variáveis explicativas	Com discrepância e parturição zero			Com discrepância e parturição um			Com discrepância e parturição dois			VIF	Teste Wald
	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|		
Região Geográfica											
Sudeste						Ref					
Norte	-0,021	0,980	0,973	-0,266	0,767	0,554	0,049	1,050	0,937	1,390	
Nordeste	0,734	2,084	0,127	0,309	1,363	0,484	-1,077	0,341	**0,089**	1,400	**0,049**
Sul	-0,337	0,714	0,460	-0,410	0,664	0,227	0,358	1,430	0,384	1,710	
Centro-Oeste	0,078	1,081	0,877	-0,992	0,371	**0,026**	0,194	1,214	0,707	1,410	
Situação de											
Urbano						Ref					
Rural	-0,030	0,970	0,947	0,133	1,142	0,706	0,342	1,408	0,419	1,320	0,868
Grupos de idade											
35 a 39						Ref					
40 a 44	-1,438	0,237	**0,001**	-1,183	0,306	**0,000**	-0,344	0,709	0,377	1,240	**0,000**
45 a 49	-0,075	0,927	0,848	-0,844	0,430	**0,018**	0,534	1,706	0,243	1,250	
Anos de											
0 a 3						Ref					
4 a 7	0,221	1,247	0,735	-0,011	0,989	0,986	0,304	1,356	0,573	1,360	
8 a 10	-0,246	0,782	0,647	-0,131	0,877	0,736	-0,722	0,486	0,142	1,420	**0,003**
11,000	0,850	2,341	0,122	0,240	1,271	0,574	-0,745	0,475	0,153	1,650	
12 e mais	1,852	6,375	**0,001**	0,712	2,038	**0,103**	0,321	1,378	0,530	1,820	
Raca/cor/ mulher											
não branca						Ref					
branca	0,046	1,047	0,908	0,278	1,321	0,330	0,295	1,343	0,426	1,340	0,741
Religião											
Católica						Ref					
Protestante Trad	-0,521	0,594	0,370	-0,436	0,646	0,283	0,469	1,598	0,355	1,070	
Pentecostal	-0,168	0,846	0,797	-0,001	0,999	0,998	-0,514	0,598	0,401	1,150	**0,000**
Sem religião	3,278	26,510	**0,000**	2,867	17,586	**0,000**	-0,891	0,410	0,351	1,060	
Outras	0,049	1,050	0,936	0,701	2,016	0,201	-0,681	0,506	0,479	1,100	
Trabalho											
sim						Ref					
não	0,495	1,641	0,368	-0,077	0,926	0,844	-0,567	0,567	0,247	1,270	0,400
Estratos											
C						Ref					
A e B	-0,122	0,885	0,756	-0,023	0,977	0,942	0,409	1,505	0,335	1,340	0,921
D e E	-0,427	0,652	0,432	-0,286	0,751	0,544	0,031	1,032	0,938	1,310	
Desejo do marido											
deseja o mesmo						Ref					
deseja mais	-1,049	0,350	**0,053**	-0,284	0,753	0,411	0,228	1,257	0,599	1,080	**0,000**
deseja menos	1,609	4,995	**0,021**	2,551	12,820	**0,000**	2,260	9,580	**0,000**	1,140	
Número uniões											
primeira união						Ref					
mais de uma união	-0,713	0,490	0,175	-1,231	0,292	**0,005**	0,278	1,320	0,542	1,240	**0,008**
Indice Gênero	-0,377	0,686	**0,103**	-0,025	0,976	0,893	-0,226	0,798	0,220	1,810	0,307
Decisão com o dinheiro que ela ganha											
Ela decide						Ref					
Ele decide	-1,902	0,149	**0,062**	-1,004	0,366	**0,076**	-1,101	0,333	**0,060**	1,140	**0,014**
Decisão conjunta	-1,233	0,291	**0,008**	-0,156	0,855	0,627	-0,824	0,439	**0,024**	1,420	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS

Nesse modelo (6) o índice de gênero mostrou-se significativo, em que em 2006 mulheres com maior índice de equilíbrio de relações de gênero apresentavam 63% menos chances de estarem com fecundidade discrepante e não terem filhos quando comparadas às mulheres sem discrepância. E a variável decisão sobre o

dinheiro aumentou o seu poder explicativo entre décadas e mostrou-se bastante relacionada com a discrepância de fecundidade, pois nos casos em que era o marido ou ambos decidiam sobre o que fazer com o dinheiro que a mulher recebia esta apresentava menores chances de ter menos filhos do que o desejado, independente da parturição. Possivelmente, porque tais mulheres possuem características predominantes as quais às associam à uma fecundidade maior, e nesse sentido, teria menores chances de estarem com fecundidade discrepante. Pois sabe-se que há uma forte relação entre fecundidade baixa e discrepância e, por outro lado, fecundidade alta e excesso de filhos.

Por fim, tem-se o modelo 7 com as bases empilhadas (TAB.16), em que percebeu-se que as diferenças entre os períodos mostraram-se estatiscamente significativas para a discrepância de fecundidade em todas as parturições, sendo que entre as mulheres de 2006 as chances de ter menos filhos do que o desejado tendo dois filhos ou mais foram 55% menores do que para as mulheres de 1996, e por outro lado as chances de estar com discrepância e não ter filhos e ter apenas um aumentaram para 2,1 vezes e 1,4 vezes respectivamente, em comparação com as mulheres de 1996.

A região geográfica somente foi importante para aquelas mulheres com discrepância e tinham dois ou mais filhos, em que as mulheres do Centro-Oeste parecem ter mais chances de estarem nesta situação do que as mulheres do Sudeste. Já a idade e escolaridade foram significativas somente para mulheres sem filhos, em que aquelas com 40 a 44 anos tinham menores chances de estarem nesta situação quando comparadas às mulheres de 35 a 59 anos e aquelas que tinham nível superior ou mais tinham 4,4 vezes mais chances de estarem insatisfeitas por falta e do que aquelas com 0 a 3 anos de estudo. A raça/cor parece influenciar o grupo de mulheres com discrepância e tinham 1 filhos, em que as mulheres brancas apresentaram menores chances de estarem vivenciado esta situação em relação às mulheres pardas, pretas, amarelas e indígenas.

Mulheres pentecostais apresentaram menores chances de terem menos filhos do que o desejado e terem um filho e dois e mais em relação às mulheres católicas. Já aquelas sem religião apresentaram 2,6 vezes mais chances de estarem com

fecundidade discrepante e não terem filhos quando comparadas com as católicas. A TAB.16 mostrou ainda que as mulheres que não trabalhavam tinham 59% menos chances de estarem com fecundidade discrepante e terem dois ou mais filhos em relação às mulheres que trabalhavam. Com relação ao estrado econômico, observa-se que as mulheres dos estratos econômicos D e E tinham 93% mais chances de estarem com discrepância e não terem filhos do que as mulheres do estrato C. Assim como demonstrado nos modelos anteriores, o desejo do marido por ter menos filhos do que a esposa aumentou as chances das mulheres terem menos filhos do que o desejado para aquelas com 1 e dois e mais filhos. O Índice de Gênero foi significativo para as mulheres com discrepância e que tinham dois ou mais filhos, em que o aumento em 1 no índice fazia aumentar em 49% as chances delas estarem nesta situação. Por fim, a variável decisão sobre o dinheiro que ela ganha, mostrou que, quando o marido decide, a mulher que tem um filho tinha 1,5 vezes mais chances de ter menos filhos que o seu desejado em relação àquelas em que ela mesma decidia sobre o que fazer com o dinheiro que ela recebia.

TABELA 16 – Modelo 7: Regressão logística multinomial (Ref. Mulheres sem discrepância) para explicar a implementação das preferências de fecundidade e sua relação com a parturição entre mulheres casadas/unidasde 35 a 49 anos, Brasil 1996 (n= 1905)

Variáveis explicativas	Com disprepância e parturição zero			Com discrepância e parturição 1			Com discrepância e parturição 2			VIF	Teste Wald
	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|	Coef.	Odds	P>|z|		
Ano da pesquisa											
1996						Ref					
2006	1,191	3,290	**0,017**	0,898	2,454	**0,011**	-0,780	0,458	**0,022**	2,850	**0,000**
Região Geográfica											
Sudeste						Ref					
Norte	-0,193	0,824	0,769	-0,508	0,602	0,296	0,168	1,183	0,665	1,400	0,322
Nordeste	0,040	1,041	0,926	-0,425	0,654	0,260	0,356	1,427	0,186	1,710	
Sul	0,116	1,123	0,798	0,003	1,003	0,993	-0,061	0,941	0,825	1,790	
Centro-Oeste	-0,402	0,669	0,415	-0,315	0,730	0,384	0,516	1,675	**0,035**	1,600	
Situação de domicílio											
Urbano						Ref					
Rural	0,260	1,297	0,536	0,028	1,029	0,931	0,101	1,106	0,743	1,220	0,930
Grupos de idade											
35 a 39						Ref					
40 a 44	-1,254	0,285	**0,001**	-0,404	0,668	0,132	-0,325	0,723	0,115	1,200	**0,024**
45 a 49	0,064	1,066	0,856	-0,102	0,903	0,743	-0,044	0,957	0,850	1,210	
Anos de estudo/mulher											
0 a 3						Ref					
4 a 7	-1,116	0,327	**0,053**	-0,196	0,822	0,576	-0,069	0,934	0,810	1,470	**0,030**
8 a 10	0,314	1,368	0,507	0,012	1,012	0,975	0,437	1,548	0,119	1,370	
11	0,506	1,659	0,277	0,096	1,101	0,794	-0,293	0,746	0,318	1,730	
12 e mais	1,703	5,488	**0,008**	0,269	1,308	0,599	-0,093	0,911	0,815	1,940	
Raca/cor/ mulher											
não branca						Ref					
branca	-0,158	0,854	0,627	-0,552	0,576	**0,021**	-0,217	0,805	0,246	1,280	0,121
Religião											
Católica						Ref					
Protestante Trad	-0,364	0,695	0,729	-0,307	0,736	0,747	-0,495	0,610	0,525	1,080	0,188
Pentecostal	0,656	1,927	0,117	-0,566	0,568	**0,103**	-0,518	0,596	**0,051**	1,090	
Sem religião	1,282	3,605	**0,060**	0,562	1,754	0,428	0,049	1,051	0,928	1,040	
Outras	-0,453	0,636	0,703	0,718	2,051	0,154	0,108	1,114	0,797	1,070	
Trabalho											
sim						Ref					
não	-0,373	0,688	0,485	0,078	1,081	0,877	-0,895	0,409	**0,010**	1,290	**0,065**
Estratos Econômicos											
C						Ref					
A e B	-0,564	0,569	0,283	0,053	1,054	0,883	-0,042	0,958	0,880	1,570	0,339
D e E	0,660	1,934	**0,089**	0,438	1,549	0,196	-0,105	0,901	0,660	1,590	
Desejo do marido											
deseja o mesmo						Ref					
deseja mais	-0,248	0,780	0,571	0,265	1,304	0,349	0,030	1,031	0,899	1,050	**0,000**
deseja menos	0,629	1,876	0,151	1,069	2,913	**0,001**	1,369	3,930	**0,000**	1,060	
Número uniões											
primeira união						Ref					
mais de uma união	-0,484	0,617	0,382	-0,358	0,699	0,375	0,270	1,310	0,367	1,200	0,444
Indice Gênero (cont.)	-0,001	0,999	0,998	0,218	1,244	0,282	0,403	1,496	**0,006**	3,410	**0,045**
Decisão com o dinheiro que ela ganha											
Ela decide						Ref					
Ele decide	0,165	1,179	0,787	0,951	2,589	**0,051**	0,508	1,663	0,150	1,210	0,331
Decisão conjunta	-0,404	0,668	0,389	0,069	1,072	0,832	0,075	1,078	0,778	1,500	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS de 1996 e 2006.

Em suma, a utilização dos modelos de regressão se mostrou uma ferramenta útil para confirmar e aprofundar o que já havia sido apontado na análise descritiva dos dados. O estudo das PNDS's realizado corroborou de outros estudos, ao mostrar que as mulheres estão cada vez mais adiando a fecundidade, o que tem como conseqüência um aumento significativo da discrepância de fecundidade, ou seja, acabam o período reprodutivo tendo menos filhos do que o declarado desejado. Foi possível perceber que há grandes diferenças do status de fecundidade (se é ou não discrepante) de acordo com variáveis sócio-demográficas da mulher, destacando a escolaridade da mesma. Pôde-se verificar também que o processo de decisões por filhos parece estar sendo mais compartilhado com os parceiros, dado que o desejo dos homens mostrou-se muito relacionado à discrepância de fecundidade da mulher.

Entretanto, ainda não foi possível verificar a relação entre a discrepância identificada e a satisfação de fecundidade. Será que sempre que um casal tem menos filhos do que o desejado ele está insatisfeito por falta de filhos? E pelo contrário, mesmo o casal não sendo identificado com uma discrepância de fecundidade, ele pode se sentir insatisfeito?Como se dá a relação entre os desejos dos maridos e das esposas para se chegar ao consenso do comportamento de fecundidade do casal? Que fatores interferem nesta decisão?

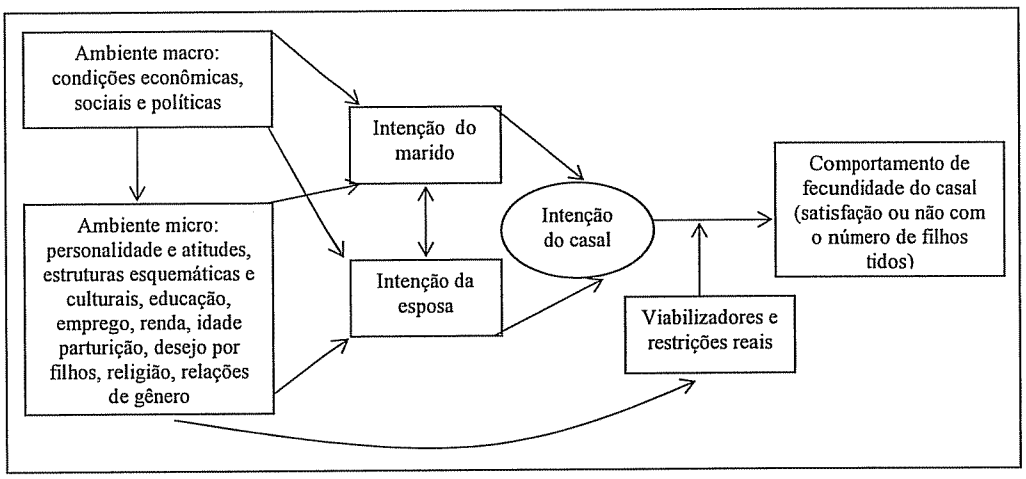
As respostas para estas perguntas estão no capítulo 6, a seguir, em que a partir dos dados qualitativos, tentar-se-á entender melhor a dinâmica do processo de formação dos desejos e intenções por filhos de cada parceiro e do casal e o caminho que levam estas intenções a se tornarem ou não reais, colaborando para que o indivíduo tenha um comportamento de fecundidade satisfatório.

6 RESULTADOS QUALITATIVOS

Este capítulo considera as entrevistas em profundidade feitas com casais em Belo Horizonte (MG), realizada entre os meses de julho à setembro de 2013. Em um primeiro momento é apresentada resumidamente a história de vida de cada indivíduo e do casal, a fim de contextualizar suplementariamente a interpretação dos comportamentos relatados nas próximas sessões. Esta seção é uma extensão da TAB. 1 apresentada na pág. 126 da sessão metodológica.

Nos outros itens são apresentados os resultados seguindo o arcabouço teórico definido para entendimento do processo de tomada de decisão por filhos entre os casais. Este modelo já foi apresentado no Capítulo 3.

FIGURA 6 – Esquema do modelo teórico da construção das intenções reprodutivas e variáveis que interferem no comportamento reprodutivo de casais



Fonte: Com base nos modelos de Miller *et al.* (2004), Klobas (2011) e Balbo & Mills (2011)

Consequentemente, as análises estão divididas em três grandes blocos de temas: formação dos desejos e intenções de cada cônjuge (influências do ambiente macro e micro), planejamento dos filhos pelo casal versus viabilizadores e restrições reais e comportamento e satisfação de fecundidade pelos casais. Para cada uma das temáticas, tentou-se analisar, comparativamente, as experiências

de mulheres e homens e experiências de casais sem filhos, com um ou dois filhos.

6.1 Resumo das trajetórias de cada entrevistados e do casal

Amélia (35 anos) e Fabrício (31 anos) – Ambos nasceram no interior de Minas Gerais, mas em cidades diferentes. Ele é filho único de uma família de classe média. Fez dois anos em um curso de graduação em uma universidade federal, mas depois descobriu que gostaria de seguir a profissão do pai, médico, e então cursou medicina em faculdade privada. Ela é filha adotiva da mãe, filha biológica do ex-marido dela, é a mais nova de 7 meio-irmãos. Teve pouca convivência com o pai, pois eles já eram divorciados quando ela nasceu. Por opção e necessidade trabalhou e estudou durante o ensino médio. Sempre quis fazer medicina, contudo não conseguiu passar, então fez pedagogia e pós-graduação em faculdade privada e trabalhou em banco durante 7 anos. Namoraram durante dois anos e se casaram há 4 anos, ele aos 27 e ela aos 31 anos, Mudaram para Belo Horizonte porque ele faria residência médica aqui. Ele passou a trabalhar muito e ela teve dificuldades de se adaptar à cidade e à nova rotina, trabalhou durante pouco tempo em outro banco até que resolveu, novamente, estudar medicina e é o que faz hoje. Tentaram ter filhos depois de 1 ano e meio de casados, perdera a gravidez com 3 meses e submeteu-se a tratamento de saúde que levou ao adiamento de tentativas para engravidar. Eles continuam com o desejo de dois filhos e hoje estão tentando ter novamente.

Teresa (37 anos) e Walter (42 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte. Ela veio de uma família desestruturada, os pais se divorciaram cedo e ela foi criada pela bisavó e tios. Sempre estudou em colégios católicos e teve uma educação bastante rígida. Trabalhava como professora particular desde os 16 anos, fez magistério e depois faculdade de pedagogia na UFMG. Desde então se mantêm como autônoma (professa particular). Ele também veio de uma família de pais divorciados, e buscou sempre estudar muito. Fez faculdade de psicologia e trabalhou em uma grande empresa, até descobrir que gostava mais de esporte. Acabou fazendo faculdade de educação física e atua desde então como treinador

pessoal. Eles tiveram vários relacionamentos anteriores e chegaram a terminar relacionamentos sérios devido ao fato dos parceiros desejarem filhos e eles não. Namoraram menos de um ano e se casaram há nove anos, ela com 27 e ele com 33 anos. Desde cedo nunca desejaram ter filhos, pois este desejo nunca se manifestou e portanto estão decididos a não tê-los por isso, usam contracepção.

Ester (36 anos) e Tomás (44 anos): Eles são do interior, de cidades diferentes. Ele veio para Belo Horizonte estudar, trabalhava e ele mesmo pagava a faculdade. A partir do estágio, foi contratado como engenheiro, permanecendo nesta empresa por 18 anos, até ser dispensado no ano passado. Atualmente passa por uma difícil adaptação a uma nova empresa e cargo. Casou-se pela primeira vez aos 27 anos devido à namorada estar grávida, posteriormente se casou novamente aos 35 anos divorciou-se aos 38 anos e, por fim, casou-se com a atual esposa aos 41 anos. Ela também veio para Belo Horizonte estudar, contudo não conseguindo passar no vestibular, tentou concurso público e foi chamada para trabalhar na cidade natal, retornou e fez faculdade de direito e mestrado. Neste período, teve relacionamentos longos (dez e cinco anos de namoro). A partir de uma oportunidade para trabalhar na área jurídica da empresa, mudou-se para Belo Horizonte há 10 anos. Conheceram-se em Belo Horizonte e namoraram um ano, em um período que ela também dava aulas, a qual ela parou quando se casou (aos 33 anos) por motivo de querer ter mais tempo para o marido e a casa. Apesar de ambos mostrarem que desejam filhos e já estarem casados há 3 anos, ainda estão amadurecendo esta idéia, e por isso ainda utilizam métodos contraceptivos.

Clara (35 anos) e Vitor (39 anos). São de diferentes cidades do interior. Ela veio de uma família de 4 filhos, estudou em colégios particulares e fez curso de farmácia em faculdade federal. Ele veio de família simples, não gostava de estudar, fez cursinho em Belo Horizonte e graduou-se em engenharia também em instituição pública. Conheceram-se na faculdade, namoraram por 3 anos e se casaram assim que se formaram há 12 anos, ela com 23 anos e ele com 27. Eles moravam em cidades distintas, ele fazendo mestrado em uma e ela trabalhando como farmacêutica em outra, posteriormente ele foi morar com ela e dar aulas. Depois ele resolveu fazer doutorado, ela abriu mão da carreira e o acompanhou e, nesse período, ela aproveitou para fazer mestrado. Eles então passaram dois

anos fora do país, para ele concluir o doutorado. Quando retornaram, eles se mudaram para Belo Horizonte (há aproximadamente 5 anos), pois ele foi aprovado por uma grande empresa de softwares, na qual ele permanece até hoje. Em Belo Horizonte, ela passou por algumas experiências como farmacêutica, contudo não deram certo e por isso atualmente leciona em faculdade particular. Pela trajetória de vida, eles nunca pensaram sobre filhos, o desejo também não está muito presente, especialmente nele, ou seja, ainda não decidiram se irão ou não ter filhos, e por isso fazem uso de contracepção.

Paula (35 anos) e Mateus (42 anos): Eles são da mesma cidade do interior, namoraram durante 11 anos e já tem 4 anos de casados, ela se casou aos 31 e ele aos 38 anos. Ele nasceu numa família muito extensa, com poucos recursos e da zona rural. Veio para Belo Horizonte a procura de emprego. Trabalhou em diversas empresas e pagou a faculdade, até que passou em um concurso público para analista de sistema onde já trabalha há mais de 7 anos. Ela vem de uma família de dois filhos e também veio para Belo Horizonte a fim de se graduar, sonhando com uma ascensão profissional. Passou por diversas experiências profissionais na área de analista de compras, conseguiu bons empregos, até que parou de trabalhar por se sentir muito cansada e também pensando em tentar engravidar. Após muita insistência do marido, com 3 anos de casados engravidaram mas ela teve um aborto espontâneo no início de 2013. Hoje ela já deseja filhos também e por isso continuam tentando tê-los. Ela não trabalha por uma escolha do casal E consegue dinheiro com aluguel e venda de produtos do campo.

Rose (38 anos) e Frederico (39 anos). Eles são do interior de Minas, de cidades diferentes. Ela veio de uma família muito simples de duas filhas, perdeu o pai cedo e desde então começou a trabalhar e dedicar-se à vida profissional. Sua carreira na atual empresa iniciou-se aos 16 anos, por meio de concurso público, pagou a faculdade de administração e mudou-se de cidade a fim de buscar ascensão profissional, e com ela levou sua mãe e sobrinha, pelas quais era a responsável. Ele é de uma família de 3 filhos, nunca gostou de estudar, passou no concurso público da empresa onde trabalha desde os 18 anos e foi pai aos 22 anos. Como já tinha emprego estável, assumiu o relacionamento e permaneceu casado por 8 anos. Nesse período iniciou três faculdades, contudo só mais tarde

conseguiu concluir o curso de biologia, mas atualmente cursa engenharia. Eles se conheceram através do trabalho pois pertencem à mesma empresa, namoraram por 2 anos morando em cidades distintas, até que decidiram mudar-se para Belo Horizonte há quase três anos. Ele desde o início quer ter outro filho, ela pensa muito na carreira e ainda não sabe se deseja ter filhos, quer esperar mais um tempo. Ela teve um problema de saúde que diminuiu suas possibilidades de engravidar, tem feito exames para entender melhor as chances, para então decidir se irão ou não ter filhos e, por enquanto, continua usando contracepção.

Fernanda (37 anos) e Nícolas (31 anos): Eles são do interior de Minas. Ela veio de uma família de 4 filhos e teve uma educação bastante rígida e tradicional. Começou a trabalhar com 18 e fazia faculdade no interior, mas não estava satisfeita começou a fazer cursinho. Mudou-se para Belo Horizonte, fez mais algum tempo de pré-vestibular e passou para o curso de medicina. Durante a faculdade e residência ela teve relacionamento sérios, mas não deram certo, especialmente pela maior idade dela em relação aos namorados. Ele veio de uma família com boas condições e nasceu em fazenda. Foi para cidade estudar e morar com os avós, sempre muito dedicado aos estudos, fez direito e se inseriu rapidamente no ramo da política local. Conjuntamente à decepção com a política surgiu o relacionamento com atual esposa e com isso ele acabou se mudando para Belo Horizonte. Aqui atua como advogado e tenta concursos públicos. Conheceram-se há 10 anos, namoraram 1 ano e meio e casaram-se em 2013, ela com 37 e ele com 31. Eles desejam muito ter filhos e não pretendem esperar, e por isso já estão tentando engravidar.

Cristina (38 anos) e Alberto (33 anos): Ela é natural de outro estado e ele, de Belo Horizonte. Ele é de uma família de quatro filhos e começou a trabalhar cedo para ajudar o pai no negócio da família. Fez direito em instituição privada, com ajuda do pai, e acabou passando em 2005 no concurso público da empresa em que trabalha atualmente. Ela veio de uma família simples de duas filhas, perdeu o pai muito cedo, sua mãe recasou-se e ela ganhou mais dois irmãos. Com esse padrasto a família mudou-se para Minas, contudo os pais e os novos irmãos voltaram para o estado de origem e ela e a irmã permaneceram aqui. Ela sempre se dedicou muito aos estudos e depois de fazer 3 anos de cursinho passou para medicina numa federal. Se sustentava fazendo trabalhos temporários. Formou-se

e voltou para o estado de origem. Paralelamente, conheceu o atual marido e passando para fazer residência médica em Belo Horizonte, se mudou pra cá. Ficou 3 anos aqui, fez outra residência e terminaram o relacionamento, ficaram um ano afastados e ela voltou para o estado natal. Resolveu então fazer a quarta residência aqui em Belo Horizonte e eles acabaram voltando e começaram a morar juntos há 3 anos, quando ele tinha 30 e ela 35 anos. Eles ainda não decidiram se terão filhos, ele parece quer ter filhos mas também não faz pressão, já ela tem dúvidas sobre o seu desejo, e por isso ainda usam contracepção.

Rafaela (39 anos) e Juliano (53 anos): Ele é natural de Belo Horizonte e ela de outro estado. Ele veio de uma família de pais separados, foi criado em meio a muita dificuldade pela avó, mãe e irmã. Começou a trabalhar com 18 anos, teve algumas grandes oportunidades de trabalho fora do estado, contudo abriu mão para cuidar da avó e mãe idosas/doentes. Passou por várias experiências profissionais em diversas áreas e a mais duradoura delas foi na área de informática, onde aproveitou para fazer faculdade e pós em administração, além de abrir também seu próprio negócio. Saiu do emprego e seu negócio faliu. Há cinco anos trabalha como corretor de imóveis. Casou-se pela primeira vez aos 26 e nunca quis ter filhos, a primeira esposa queria ter e por isso eles não evitavam, como não engravidaram descobriram que ele não poderia ter filhos, se separaram, ela engravidou de outro parceiro, eles reataram e ele assumiu a paternidade do filho dela, ficaram juntos por mais 7 anos. Rafaela morou em diversos estados durante a infância e adolescência e mudou-se para Belo Horizonte com 13 anos. Ela é a mais velha de uma família de três filhos e sempre foi muito responsável com os estudos, contudo não passou na federal. O pai pagava a faculdade de comércio exterior, até que perdeu o emprego, e ela então começou a estagiar, passando por várias experiências profissionais, aproveitou esse período para se especializar e fazer mestrado. Até que resolveu tentar concurso público e foi aprovada, em 2010, para a empresa em que trabalha atualmente. Eles namoram um ano se casaram há 11 anos, ela com 28 e ele com 42. Ela nunca quis ser mãe e ele não deseja adotar outro filho. Nesse sentido, eles estão decididos a não ter filhos, e pela infertilidade dele, não utilizam métodos.

Dália (36 anos) e Cláudio (40 anos): Ele é natural de Belo Horizonte e ela de outro estado. Ela é de uma família de 6 filhos, sendo a primeira filha do segundo relacionamento do pai. Durante a infância e adolescência morou em diversos estados, até que com 13 anos mudou-se para Belo Horizonte. Ela sempre gostou muito de estudar e via o curso superior como uma forma de conseguir liberdade. Fez ciências biológicas na federal e também medicina, neste período não trabalhou. Depois fez residência e começou a sua carreira, muito bem sucedida, como hematologista. Ele é o mais velho de uma família simples de três filhos, o pai era comerciante e ele sempre trabalhou com ele no negócio da família. Fez faculdade de direito em outra cidade, trabalhava durante o dia e estudava a noite. Após a morte do pai, assumiu a loja e virou arrimo de família, até se casar. Eles se conheceram muito jovens, namoraram por 10 anos e se casaram há 8 anos, ele com 32 e ela com 28. Ela nunca desejou ter filhos e ele sim, ela fez exames e descobriu problemas de saúde que impediam a gravidez, fez tratamento e sofreu muitos efeitos colaterais que coloram em risco sua saúde. Acabaram decidindo parar com o tratamento antes mesmo de fazerem a tentativa de engravidar. Hoje eles estão decididos a não ter filhos, mas devido ao fato dele desejar filhos, existe a possibilidade de futuramente adotarem.

Laura (35 anos) e Daniel (44 anos): Ele é natural de Belo Horizonte e ela é do interior de Minas Gerais. Ele vem de uma família de classe média alta, sempre estudou em bons colégios e passou para o vestibular de economia, morou fora do país por um ano e logo em seguida passou no concurso público da empresa na qual está até hoje. Teve vários relacionamentos mas não chegou a se unir em nenhum deles. Ela é de uma família simples de três filhos, tem uma irmã gêmea, fez faculdade de direito em outra cidade, se mudou para Belo Horizonte aos 23 anos para trabalhar como advogada. Eles namoraram por seis anos e se casaram há 1 ano, ele aos 43 e ela aos 35 anos. Eles dois desejam filhos e não querem esperar, nesse sentido já estão tentando engravidar.

Marina (37 anos) e Pedro (43 anos): Ambos são naturais de Belo Horizonte. Ele tem três irmãos e estudar sempre foi algo muito incentivado em sua família de classe média. Cursou sociologia na federal, se interessou pela pesquisa e fez mestrado também lá. Depois disso iniciou a carreira de professor, assim como seu pai. Passou grande parte de sua vida atuando como professor contudo isso

foi se desgastando, hoje tem diminuído suas aulas e começou a trabalhar em um instituto de pesquisa a fim de se desvincular um pouco da docência. Ela é de uma família simples com pais sem graduação, tem um irmão e estudar sempre foi prioridade em sua vida. Com bolsa, estudou em colégios privados e fez economia na federal, paralelamente começou a trabalhar na prefeitura. Posteriormente, com estágios, descobriu que gostava de pesquisar e fez mestrado. Logo em seguida, passou no concurso público para a empresa que trabalha há 11 anos. Após algum tempo fez doutorado. Eles namoraram dois anos, depois foram morar juntos em outra cidade, ela com 30 e ele com 36 anos. Eles ficaram lá por 3 anos e retornaram para BH. Eles casaram oficialmente há 6 anos. Ele não deseja filhos, ela deseja muito, e por esse motivo utilizavam somente camisinha. Ela engravidou e perdeu a gravidez. Atualmente, ela descobriu um problema de saúde que diminui as chances de engravidar, mas continuam utilizando camisinha, estão tentando entrar em algum acordo com relação à decisão por ter filhos e a idéia da adoção tem sido discutida.

Lara (37 anos) e Felipe (44 anos): Ele é de outro estado e ela é de Belo Horizonte. Ele é o mais velho de uma família de quatro filhos de classe média alta, sempre estudou em bons colégios, mas o pai perdeu o emprego, ele então resolveu fazer curso técnico e começar a trabalhar com 17 anos. Depois iniciou a faculdade numa federal, mas teve que trancar para ajudar os outros irmãos e trabalhar. Ele e a família se mudaram para Belo Horizonte em virtude no novo emprego do pai, ele tinha 23 anos, foi difícil conseguir emprego na área, ele então começou a estudar numa faculdade privada e trabalhava para se manter. A família voltou para o estado de origem dele mas Felipe e a irmã ficaram em BH. Ele passou por diversas experiências profissionais, foi sócio em negócio próprio e atualmente é bancário. Ela estudou em colégio privado, fez magistério e em seguida pedagogia em faculdade pública. Durante a faculdade iniciou a sua carreira como professora municipal, na qual já atual há quase 20 anos. Eles namoraram 4 anos e se casaram faz 14 anos, ela tinha 23 e ele tinha 30 anos, moraram sozinhos por 8 anos, tentaram ter filhos por alguns anos mas não conseguiram, então resolveram adotar um filho, quando ela tinha 31 e ele 38 anos. Depois foram morar na casa da mãe dela e estão lá até hoje. Nesse período tiveram duas separações, mas continuam juntos desde 2009. Ele gostaria

de ter mais um filho, ela está satisfeita. Como acham que não podem ter filhos, não usam contracepção.

Irene (39 anos) e Ernesto (43 anos). Ele é o caçula de uma família de classe de renda baixa de 5 irmãos, mudou-se para Belo Horizonte quando era criança, perdeu o pai e um irmão muito cedo, ficando ele e a mãe morando juntos. Nunca gostou de estudar, começou a trabalhar com 8 anos para ajudar em casa. Teve várias repetências na escola e fez o ensino médio por meio de um supletivo. Passou por muitas experiências profissionais, até chegar na empresa onde trabalha como gerente comercial há 20 anos. Ela é do interior de Minas, de uma família de poucas posses de 6 filhos, também perdeu o pai cedo, sempre trabalhou e se formou em magistério. A família se mudou para Belo Horizonte quando ela tinha 21 anos, trabalhou muitos anos no comércio, até que resolveu fazer faculdade privada, se formou como assistente social, mas nunca exerceu a profissão, pois preferiu abrir o negócio próprio, no qual já atua há 2 anos. Eles namoraram por dois anos, casaram-se faz 16 anos e logo em seguida ela engravidou, ela tinha 24 e ele 28 anos. Ela enfrentou vários problemas de saúde na gravidez, os quais a levaram a infertilidade, e por esse motivo não tem mais filhos.

Joice (38 anos) e Humberto (41 anos): São do interior de Minas Gerais, ela de uma família de dois filhos, sempre estudou em boas escolas e muito nova passou no concurso da empresa pública em que trabalha, faz 21 anos; iniciou o curso de administração, contudo teve que trancar porque engravidou aos 21 anos, se casou, mas o relacionamento não deu certo e com a filha, voltou para a casa dos pais quando tinha 24 anos. Fez graduação em letras e, posteriormente em direito em faculdade pública e iniciou outros relacionamentos que não deram certo. A filha, aos 14 anos, pediu para ir morar com o pai em outro estado e até hoje está com ele. Humberto nasceu em uma família de classe de renda baixa de 7 filhos. Começou a trabalhar com 16 anos e logo em seguida passou para a empresa pública que trabalha há 24 anos. Fez faculdade particular de direito em uma cidade vizinha, assim que terminou o curso teve uma oportunidade de se mudar para Belo Horizonte e atuar como advogado na mesma empresa, já está aqui há 11 anos. O casal se conheceu por meio da empresa em que trabalham, namoraram por 4 anos à distância, quando ela terminou a segunda faculdade

resolveu pedir transferência e mudar-se para BH, foi quando resolveram se casar há 6 meses. Eles não decidiram se irão ter filhos, eles parecem ter muitas dúvidas, especialmente quanto ao custo de criação e a falta de uma rede de apoio na cidade. Nesse sentido ela usa contracepção.

Carolina (35 anos) e Isaac (37 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ele é o mais novo de uma família de classe média, sempre estudou em colégios particulares e passou para o vestibular de odontologia aos 18 anos. Foi pai aos 19 anos, de uma gravidez não planejada e neste período não sabia que tinha filho. Só mais tarde, depois que se formou e já estava atuando como dentista, é que veio a saber do fato devido à problemas de tutela da criança, a qual foi morar com ele e sua família. Teve um relacionamento sério de 8 anos, contudo devido ao fato da namorada e o filho não terem muita afinidade, o relacionamento acabou. Após isso ele e o filho foram morar sozinhos. Carolina é de uma família simples de 5 filhos, de pais divorciados. Sempre estudou em colégios públicos, e começou a trabalhar muito cedo. Durante a separação dos pais parou de estudar e ficou bastante abalada, saiu da casa da mãe e foi morar com amigas. Depois de alguns problemas financeiros voltou pra casa, passou a trabalhar na loja da mãe, concluiu o ensino médio e passou no vestibular para jornalismo em faculdade privada com bolsa. Fez vários estágios, teve muitas experiências profissionais nesta época, até chegar na empresa em que trabalha há três anos como jornalista. Vivenciou neste período um relacionamento longo de 6 anos, mas não deu certo. O casal já se conhecia há 9 anos antes de namorar, só posteriormente descobriram que gostavam um do outro, namoraram pouco tempo e se casaram há 4 anos, ela com 31 e ele com 33. No início nem ele e nem ela queriam ter filhos, depois de dois anos ela começou a desejar e tiveram 1 filho há um ano. Atualmente ele deseja mais um e ela não quer mais, por isso evitam filhos utilizando contracepção.

Suely (40 anos) e César (39 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ele é o caçula de uma família de classe média de 5 filhos, sempre estudou em bons colégios e começou a trabalhar cedo (12 anos) por vontade própria de ter o seu dinheiro. Teve várias experiências profissionais, até abrir o seu próprio negócio, um comércio, há 15 anos. Devido a preferência por trabalhar e este demandar muito tempo de dedicação ainda não fez curso superior. Foi pai aos 25 anos de

uma gravidez não planejada, o filho sempre morou com a mãe, ele faz visitas recorrentes. Ela é de uma família de 3 filhos, sempre estudou em colégios particulares, e desde muito cedo trabalhou no negócio da família. Fez faculdade de administração e continua trabalhando com a empresa familiar. O casal namorou por 3 anos e se casaram há 10, ela com 30 e ele com 29 anos. Esperaram três anos para ter o primeiro filho, o qual veio quando ela tinha 33 e ele 32, após algum tempo, tentaram três vezes ter o segundo, ela engravidou contudo perdeu a criança devido à alguns problemas de saúde. Atualmente estão desejando mais um filho e por isso não utilizam contracepção.

Cláudia (37 anos) e Erasmo (36 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ela é a caçula de uma família simples de dois filhos, sua mãe casou-se aos 40 anos e a teve com 46 anos, logo os pais se divorciaram. Ela sempre estudou em colégios bons, após o ensino médio a mãe ficou doente e veio a falecer quando ela tinha 22 anos. Ela então começou a trabalhar e ser responsável emocionalmente pelo irmão mais velho. Ela foi despedida da empresa em que trabalhava há 8 anos e com o acerto investiu na faculdade de psicologia em instituição particular, na qual tinha bolsa de 40%; o namorado, atual marido, ajudava a pagar o restante. Depois de formada atuou por mais 5 anos em uma empresa como psicóloga, mas foi demita há um mês, e nesse por esta razão está procurando emprego. Ele é de uma família simples, os pais se divorciaram quando ele era pequeno e isso trouxe várias conseqüências para a vida emocional e educacional dele, atrasando seu desempenho. Começou a trabalhar com 18 anos e logo em seguida fez serviço social em escola particular, nesse período passou por várias experiências profissionais e teve que se mudar para o interior, onde ficou por 5 anos. Voltou para Belo Horizonte, dado que queria se casar e também porque queria tentar concurso público, não conseguindo entrou para a empresa que está hoje (cinco anos atrás). Eles namoraram à distância por 4 anos e no total foram quase 6 anos de namoro, se casaram há 5 anos, ele com 31 e ela com 32 anos. Esperaram 4 anos para ter o primeiro filho, ela com 36 e ele com 35 anos, atualmente querem ter o segundo, mas ainda não se decidiram e continuam utilizando contraceptivos.

Wanda (37 anos) e Heitor (28 anos): Ele é da região metropolitana de Belo Horizonte, nunca gostou de estudar e muito novo se envolveu com o futebol. Depois do falecimento da avó e separação dos pais, as condições de vida

pioraram na família e ele então se formou no ensino médio em escola pública e foi trabalhar. Aos 18 anos ele começou a trabalhar na imobiliária da família. Foi noivo por 5 anos, mas o relacionamento não deu certo. Posteriormente mudou-se de emprego e fez curso de corretagem, e após várias experiências profissionais acabou voltando para ser corretor na empresa da família. Ela é de uma família simples, de 3 irmãos, perdeu o pai jovem e, recentemente, um irmão. Sempre estudou em escola pública, fez técnico em contabilidade e com 18 anos começou a trabalhar. Posteriormente fez faculdade e a partir de um estágio, ela entrou para a empresa em que atua, na área de contabilidade há 15 anos Se conheceram no carnaval, ela aos 36 anos e ele aos 27 anos e, não planejadamente, ficaram grávidos, ele se mudou para casa da família dela e resolveram se casar há um ano. Eles gostariam de ter mais filhos, contudo estão esperando conseguir a casa própria para pensar nisso e no momento estão utilizando contracepção.

Aline (41 anos) e Murilo (46 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ela é a caçula de uma família simples de três filhos, sempre gostou muito de estudar, freqüentou escolas públicas e fez graduação em publicidade em faculdade particular. A fim de pagar a faculdade começou a trabalhar, fez vários estágios e partir de um destes iniciou a sua carreira como publicitária, até conseguir passar para o processo seletivo da empresa em que atual hoje, há 11 anos atrás. Ele veio de uma família de 5 filhos, sempre estudou em colégios públicos, começou a trabalhar com 17 anos e com o dinheiro pagou a graduação em comunicação social. Depois de formado, trabalhou como publicitário por 13 anos em uma empresa até que abriu o seu próprio negócio há 10 anos. Eles namoraram por 3 anos e casaram-se há 13 anos, ela com 28 anos e ele com 33, ficaram 9 anos casados sem pensar em filhos, uma vez que ela nunca desejou ser mãe, o marido também não desejava, mas com o tempo ele foi querendo tentar ter filhos. Após 7 anos de casados é que foram tentar e foi quando descobriram que não poderiam ter filhos. Eles não estavam dispostos a passar pelos procedimentos da fertilização e pelo fato de estarem desenganados não evitavam filhos, de repente ela engravidou e eles se tornaram pais, ela aos 39 e ele aos 43 anos. Hoje estão satisfeitos com o número de filhos que tem e por isso usam contracepção, pois não querem ter mais filhos.

Daniele (39 anos) e Lucas (54 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ele nasceu em uma família de quatro filhos, não gostava de estudar e por isso começou a trabalhar cedo, ainda no segundo grau se inseriu na área de propaganda, fez faculdade particular em propaganda e, devido à grande experiência na área, chegou a lecionar sobre esse tema em várias faculdades. Trabalhou em diversas empresas da área, permanecendo 24 anos em uma, largou tudo, foi velejar por 2 anos, voltou e continuou trabalhando, até que resolveu montar o seu escritório em casa no mesmo ramo que atuava antes. Nesse período casou-se quatro vezes, teve o primeiro filho aos 23 anos no primeiro relacionamento, o segundo filho veio no segundo casamento, não teve nenhum filho no terceiro e agora tem um filho no atual casamento. Ela é a terceira de uma família de classe média de 4 filhas, estudou em colégios particulares, cursou ciências contábeis em faculdade particular e nesse período começou a trabalhar no varejo. Ficou nessa área por 12 anos, sempre trabalhando e viajando muito. Antes de engravidar resolveu mudar de vida, e abriu o seu próprio negócio em casa no mesmo ramo de antes, e já tem 3 anos que está trabalhando na sua empresa. Eles se casaram há 6 anos, ele com 48 anos e ela com 33 anos. Esperaram 3 anos para ter o primeiro filho da relação. Ela gostaria de ter mais um filho, mas ele já não quer mais por ter outros dois filhos de relacionamentos anteriores. Evitam filhos com o uso de contracepção.

Bruna (37 anos) e Ronaldo (35 anos): Ele é natural de Belo Horizonte, de uma família de classe média, de 4 filhos, sempre estudou em colégios privados, se formou em publicidade em faculdade particular. Trabalhou seis anos em uma empresa de publicidade e posteriormente abriu seu próprio negócio, no qual já trabalha há 7 anos. Ela é de outro estado de uma família de dois filhos, se mudou para Belo Horizonte faz 17 anos com a família, como não gostava muito de estudar, fez supletivo para terminar o ensino médio e resolveu trabalhar, entrando para a empresa em que trabalha quando tinha 20 anos de idade. A empresa pagou os estudos dela sobre comércio exterior, teve uma grande ascensão profissional e hoje atua como coordenadora financeira. Eles namoraram pouco tempo, se casaram há 7 anos, ele com 28 anos e ela com 30, esperaram 5 anos para ter o primeiro filho, tentaram ter o segundo, contudo ela perdeu a gravidez,

mas agora continuam querendo ter o segundo e por isso não fazem uso de contracepção.

Carmem (41 anos) e Luan (41 anos): Ele é natural de Belo Horizonte, veio de uma família simples de 10 filhos, teve que trabalhar muito cedo para se manter e então não investiu em curso superior, trabalhava com vendas e com isso viajava muito, o que prejudicava o relacionamento. Foi então despedido e paralelamente surgiu a oportunidade de trabalhar com banca de revista/jornal e ele então resolveu ser autônomo há 13 anos. Ela é do interior de Minas de uma família simples, veio para Belo Horizonte com 18 anos para trabalhar, passou por diversas experiências profissionais, e por meio da ajuda do marido fez faculdade de administração. Há 8 anos ela entrou para uma financeira a qual se transformou no banco no qual ela trabalha hoje. Eles namoraram por 4 anos e se casaram há 18 anos, ela não queria ter filhos, ele sempre desejou muito, após quase se divorciarem devido a esse entrave ela resolveu ceder e descobriu que precisariam fazer tratamento para engravidar. Depois de 2 anos tentando, eles se tornaram pais, ela e ele aos 38 anos. Eles estão satisfeitos e não querem ter mais filhos e por isso fazem uso de contracepção.

Karine (38 anos) e Bernardo (46 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ele veio de uma família simples, e, apesar de sempre gostar de estudar, teve que optar cedo pelo trabalho e por isso não cursou ensino superior, fez curso técnico em contabilidade. Trabalhou 14 anos em uma empresa, 9 anos em outra até que foi trabalhar na empresa atual na área de gerente de vendas/financeira. Já está nesta empresa, que é do seu irmão, há mais de 3 anos. Ela é a quinta de uma família de 6 filhos, apesar de não necessitar financeiramente, começou a trabalhar muito cedo, fez magistério e iniciou sua carreira como professora aos 15 anos, ficando no primeiro trabalho por 13 anos. Ela então resolveu fazer pedagogia e o pai ajudou-a a pagar a faculdade. Posteriormente, ela passou no concurso da prefeitura e assumiu cargos na escola onde trabalha há 10 anos. Eles namoraram por 3 anos e resolveram se casar há 11 anos, ela com 27 e ele com 36 anos. Esperaram 4 anos para ter o primeiro filho, fez teste e achou que estavam grávidos, contudo o teste foi falso, tentaram mais alguns meses e não conseguiram engravidar, decidiram esperar terem casa própria e evitaram por mais um ano. Depois de quase 6 anos de casados nasceu o primeiro filho, ele já

estava com 41 anos e ela com 33 anos, esperaram mais 4 anos para ter o segundo, o qual quando nasceu quando ela tinha 37 e ele 45 anos. Ela gostaria de ter mais um filho, o qual poderia ser adotado, ele quer fazer vasectomia, mas ela ainda não assinou a autorização, por isso continuam usando contracepção.

Izabel (36 anos) e Diego (38 anos): Eles são do interior de Minas. Ele é de uma família simples e sempre ajudou o pai no negócio da família. Mudou-se para Belo Horizonte aos 18 anos, período que trabalhava e fazia cursinho. Cursou administração na federal, tempo que aproveitou para fazer vários estágios. Posteriormente fez mestrado e doutorado, sempre trabalhando paralelamente. Atualmente tem dois cargos como professor, um público e outro privado. Ela é filha única de uma família de classe média, veio para Belo Horizonte tentar vestibular e fazer faculdade. Cursou fisioterapia na federal e logo em seguida fez mestrado e doutorado. Passou para a empresa pública onde trabalha há 5 anos. Eles namoraram e ficaram noivos por quase 10 anos e se casaram há 12 anos, ele com 26 e ela com 24 anos. Esperaram 9 anos para tentarem ter filhos, porque queriam se estabilizar economicamente antes disso. Enfrentaram problemas para engravidar e procuraram tratamento de fertilização, tiveram dois filhos gêmeos. Estão satisfeitos com a fecundidade e não querem ter mais filhos. Devido ao problema de infertilidade dela, não usam contracepção.

Samantha (35 anos) e João (39 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte. Ele é o mais novo de uma família simples de três filhos, nunca gostou de estudar e parou os estudos no primeiro ano do ensino médio para começar a trabalhar, aos 18 anos. Ficou 9 anos sem estudar, trabalhando como garçom, depois em uma livraria e até montou uma banda. Posteriormente resolveu terminar o ensino médio através de um supletivo e fez a faculdade de história, nesse período trabalhava durante o dia e estudava a noite. Atualmente, ele trabalha com o negócio do irmão com peças de acrílico e máquina a laser, fez curso técnico de *web* designer e está lá há 4 anos. Ela veio de família simples de três filhas, começou a trabalhar cedo, e durante muito tempo trabalhava e cursava história na federal. Durante este período trabalhou em grupo de pesquisa e queria fazer mestrado. Paralelamente, passou para o concurso da prefeitura para professora, trabalhava meio horário, lá e na federal. O projeto na federal acabou e ela engravidou, atualmente só trabalha com no cargo de professora da prefeitura.

Eles namoraram por menos de 1 ano, decidiram morar juntos em 2006 e se casaram há 6 anos, ela com 29 e ele com 33 anos. Depois de um ano e meio decidiram engravidar, ela perdeu a primeira gravidez, em 2009 teve o primeiro filho, ela com 31 e ele com 35 anos. Após 2 anos tiveram o segundo filho. Eles estão satisfeitos e não pretendem ter o terceiro filho e por isso fazem uso de contracepção.

Ana Maria (39 anos) e Gustavo (53 anos): Ambos são naturais de Belo Horizonte. Ele é o caçula de uma família simples de três filhos. Devido à várias mudanças de bairros pela família, estudou em diversas escolas, entre privadas e públicas, repetiu algumas séries e por falta de condições da família em pagar os estudos ele parou antes de completar o primário. Foi trabalhar em oficina mecânica com 14 anos para ajudar a sua mãe com as despesas, uma vez que o pai era ausente. Permaneceu lá por muito tempo até ir trabalhar como vendedor de peças automotivas em uma empresa, a qual o dispensou há quase 1 ano. Atualmente não está aceitando emprego, pois esta cuidando do sogro que sofreu um problema de saúde. Ela é de uma família de classe mediana, estudava em colégio privado com bolsa, começou a trabalhar com 14 anos no comércio, assim que se formou em magistério iniciou sua carreira como professora. Posteriormente se formou em pedagogia e passou para o concurso da prefeitura, no qual atua na escola a mais de 20 anos e atualmente exerce o cargo de diretora. Namoraram por dois anos e se casaram há 13 anos, ela com 26 e ele com 40, ficaram 5 anos casados sem ter filhos. Teve uma primeira gravidez mas perdeu logo no início, a primeira filha nasceu quando ele tinha 44 e ela tinha 32 anos, passaram dois anos e nasceu então a segunda filha. Devido aos problemas de gravidez dela o terceiro filho ficou inviável e, portanto, não querem ter mais filhos e utilizam contracepção.

Lúcia (43 anos) e Henrique (45 anos). Eles são do interior de Minas e se mudaram para Belo Horizonte há três anos. Ele é o mais velho de uma família simples, sempre estudou em colégios públicos, e começou a trabalhar aos 17 anos para se manter. Logo depois passou no concurso da empresa pública na qual trabalha há quase 27 anos. Fez graduação em direito em uma cidade próxima, mudou-se de cargo e cidade para buscar ascensão profissional. Surgindo uma oportunidade de atuar na área que havia se graduado e a fim de garantir acesso das filhas à faculdades públicas resolveu mudar-se para Belo

Horizonte em 2009. Ela é a única mulher de uma família simples de quatro filhos da zona rural, nunca foi incentivada a estudar, teve que enfrentar o pai para fazer o ensino médio em magistério e foi impedida por este de fazer a faculdade que desejava de psicologia. Tanto ele quanto ela viam o casamento como forma de liberdade, se conheceram muito jovens, namoraram dois anos e se casaram há 23 anos, ele com 22 anos e ela com 20. Após casada, ela então fez a faculdade de pedagogia e foi dar aula para prefeitura, onde ela continua a lecionar, pois conseguiu transferência para mudar-se para cá. Esperaram dois anos para ter filhos, ela teve um pouco de dificuldade de engravidar e a primeira filha nasceu quando ela tinha 22 e ele 24 anos, depois de 4 anos, mesmo achando que não iriam engravidar, veio a segunda filha. Eles resolveram então parar com dois filhos e ele fez vasectomia. Apesar desse assunto ser ainda muito incipiente, ela pensa em adotar um filho, ele está satisfeito.

Helena (38 anos) e Augusto (40 anos): Eles são do interior de Minas. Ele é de uma família de classe média de três filhos, a qual mudou-se algumas vezes de estados, moraram no exterior por três anos para o pai fazer doutorado. Sempre estudou em bons colégios, fez graduação em economia em outro estado em uma federal, posteriormente fez mestrado e doutorado numa federal do interior de Minas. Iniciou sua carreira como professor em uma universidade particular e logo em seguida, há onze anos, foi selecionado para a instituição pública em que trabalha. Ela é de uma família simples, foi morar com o tio para fazer cursinho e tentar passar em uma federal quando tinha 18 anos. Fez administração em uma federal no interior, onde aproveitou para fazer vários estágios, em um destes foi contratada. Contudo escolheu fazer mestrado e doutorado na mesma instituição. Eles se conheceram durante o mestrado, namoraram 3 anos, se casaram há 12 anos, ela com 26 e ele com 28 anos. Esperam 9 anos para terem o primeiro filho, pois queriam terminar os estudos e se estabilizarem financeiramente. O primeiro veio quando ela tinha 35 e ele 37 anos, esperaram mais 2 anos e tiveram o segundo filho. Eles estão decididos a não ter mais filhos e ele fez a vasectomia.

Regina (36 anos) e Alexander (36 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte. Ele é o mais velho de uma família muito humilde de dois filhos, o pai era viajante e a mãe dona de casa. Começou a trabalhar com 9 anos para ajudar em casa, perdeu o pai aos 18 anos. Dos 13 aos 19 anos foi trabalhar em uma empresa de

ônibus, passou por outros empregos até que o sogro o chamou para trabalhar na empresa da família, na qual já atua faz 7 anos. Durante este período fez o curso superior em direito em uma faculdade particular. Ela é de uma família de classe média, sempre gostou de estudar, queria cursar medicina, mas não passou, então fez biologia em uma faculdade particular. Deu aula em escola da prefeitura, onde conheceu o seu marido, ele era seu aluno. Posteriormente ela fez engenharia de alimentos e foi trabalhar no negócio da família, onde já está faz mais de 10 anos. Eles se casaram há 9 anos, ele com 27 e ela com 28, e esperaram 3 anos para terem o primeiro filho. Enfrentaram muitos problemas no parto, mas mesmo assim resolveram ter o segundo depois de 2 anos. Eles estão satisfeitos com o número de filhos tidos e por isso usam contracepção.

Raquel (38 anos) e Eduardo (40 anos): Eles são naturais de Belo Horizonte, ela vem de uma família de dois filhos de classe média. Sempre foi muito ligada aos estudos, desde cedo dava aulas particulares de inglês. Em seguida trabalhou em lojas e fez enfermagem em faculdade particular. Durante a faculdade fez vários estágios e, a partir de então, começou a atuar como enfermeira em hospitais. Decidiu parar de trabalhar durante o tratamento para engravidar e até então ainda não voltou, pois quer estar mais tempo com os filhos. Ele é de uma família de classe média alta, sempre estudou em bons colégios e graduou-se em administração. Desde que formou, trabalhou em algumas empresas até se tornar gerente de uma empresa multinacional, a qual o leva a viajar com muita freqüência. Casaram-se há 14 anos, ela com 24 e ele com 26 anos. Esperam 7 anos até tentarem o primeiro filho, contudo ela teve problemas para engravidar e passou 6 anos sem conseguir ter filhos, até fazer a inseminação artificial, em que nasceram um casal de gêmeos, ela tinha 37 e ele 39 anos. Ela gostaria de ter mais filhos e aproveitar os óvulos que ainda tem congelados, mas o marido está satisfeito. Ainda não decidiram se irão ou não ter ou mais filhos. Devido ao problema de infertilidade dela, não utilizam métodos.

6.2 Formação dos desejos e intenções de cada um dos cônjuges

Agora que já se conhece os casais entrevistados, pode-se passar aos resultados propriamente ditos. Seguindo a idéia proposta no arcabouço teórico (FIG.6) sobre as variáveis que estão envolvidas no processo de formação dos desejos e intenções de fecundidade dos indivíduos, analisa-se nesta sessão a influência dos ambientes macro e micro no processo de tomada de decisão por filhos.

6.2.1 Contexto envolvendo o ambiente macro

Assim como destacado por Klobas (2011) e Philipov *et al.* (2009), as decisões de fecundidade não podem ser analisadas somente por uma visão individual. Elas estão inseridas dentro de um contexto institucional, econômico e social, que afeta o raciocínio sobre decisões por filhos; pode definir, também, facilitadores e restrições reais que viabilizem a ação sobre os planos de fecundidade. Nesse sentido, foi bastante presente a importância desses contextos para garantia da segurança tanto física quanto emocional dos entrevistados e, conseqüentemente, para os seus planos por filhos. A visão de mundo e da sociedade, especialmente os problemas sociais que eles estão expostos parecem fazer os entrevistados pensarem sobre a responsabilidade de *colocar uma criança no mundo*. Parece que há uma preocupação com as questões sociais que tornam o ambiente mais difícil e com isso colocam em dúvida os desejos por filhos. Estes apontamentos foram mais citados, especialmente, por mulheres que ainda não tinham filhos e que não estavam dispostas a tê-los naquele momento. Por outro lado, a fala de Cristina mostra que ela percebe o fato de ter um filho como algo positivo para ela, em que parece trazer satisfação para o seu ego.

"*É maldade demais nas pessoas, é muita desonestidade. Você vai por alguém aqui e vai ficar sofrendo mais ainda, passando por tantos problemas que eu não sei se vale à pena para pessoa*". Clara, sem filhos, 35 anos

"*Eu penso assim, as pessoas falam que o maior presente que a gente pode ter é ter um filho. É um presente para mim, mas para ele eu acho que pode ser o pior*

presente do mundo porque esse mundo é muito ruim". Cristina, sem filhos, 38 anos.

Outros entrevistados também sem filhos, agora tanto os homens quanto as mulheres, apontaram para questões relacionadas à qualidade de vida das crianças, porque depende dos pais o investimento em que será feito para elas em educação, saúde entre outros. Eles mostram, indiretamente, a falta de políticas governamentais nestas áreas. Nesse sentido, a questão econômica ficou bastante evidente.

"*A minha mãe entende muito porque ela acha que Belo Horizonte é impossível se ter um filho. Ela fala: 'Com quem você vai deixar? Não pode deixar em creche. Não pode arrumar uma empregada qualquer. Não pode arrumar uma babá qualquer'. Então minha mãe entende muito esse lado, ela é mãe também, ela sabe.*" Ester, sem filhos, 36 anos.

"*Eu acho que seria aquela questão de saber identificar bem o momento atual de vida, porque hoje para a gente poder educar bem o filho e com uma educação que a gente pudesse oferecer para ele mais esportes, mais línguas, uma estrutura de vida bem, que talvez hoje é o ideal para se educar um filho, a gente teria que avaliar o momento atual da economia.....Mas, enfim, vai depender do momento.*" Nícolas, sem filhos, 31 anos

"*Eu imagino que tem a questão da responsabilidade, tudo que envolve, o mundo hoje como está, tem que ser levado em consideração essa decisão e também a questão financeira, eu acho que hoje é muito caro você ter um filho e cuidar, dar educação, dar tudo do melhor.*" Humberto, sem filho, 41 anos

Outra forma percebida entre os entrevistados da interferência do ambiente macro para as decisões de fecundidade foi a grande rejeição por parte dos casais sobre a hipótese de se ter três filhos, especialmente para aqueles que já tinham dois filhos, justificando para esse comportamento sempre questões relacionadas direta ou indiretamente ao ambiente macro. Percebe-se com as falas abaixo que tanto para as mulheres quanto para os homens uma necessidade de se ter uma "estrutura" mínima, a qual parece envolver tanto questões econômicas e de estabilidade financeira, para poder oferecer educação, saúde e uma vida de

qualidade para os filhos,uma vez que isso não é oferecido de forma eficiente pelo governo, quanto de forma mais indireta as políticas públicas, especialmente aquelas de conciliação família-trabalho.

"*Hoje, se você quer o mínimo de estrutura, de educação e saúde para o seu filho, você tem que bancar isso. E a gente tem um contexto totalmente diferenciado também, os serviços de babás, domésticas estão todos muito mais raros, então será que um só trabalhando para poder... Para você ter mais filhos não tem como está trabalhando fora. Então esses aspectos racionais, eles entram nesse momento de decisão. Eu sempre pensei que dois era um número de equilíbrio.*" Helena, 2 filhos, 38 anos.

"*Porque para ter o terceiro eu teria que ser rica. Porque nas condições que a gente tem eu não quero ter o terceiro filho de jeito nenhum, não quero passar por tudo que eu já passei de jeito nenhum* [problemas de acesso à parto digno, não tinha onde deixar a criança quando voltou a trabalhar]. *Não reclamo do que eu passei, mas se vier um terceiro filho, ficar sozinha com três crianças, ter que arrumar gente para olhar três crianças na hora que eu tenho que trabalhar*".Samantha, 2 filhos, 36 anos

"*Tenho dúvida* [se terá o terceiro filho] *só pela questão financeira mesmo e pela questão de deixar, porque eu fico muito deprimida quando eu tenho que voltar* [deixar a criança pequena na casa dos pais quando volta à trabalhar]. Karine, 2 filhos, 38 anos

Segundo Philipov *et al.* (2009) existiria ainda um nível de relações dado pela interação do ambiente macro e micro. Nesse sentido, teríamos situações em que o ambiente macro faz com que haja uma modificação no processo de tomada de decisão por filhos pelos indivíduos/casais. Um exemplo disso pode ser percebido na fala da Cristina, para a qual as questões macro, neste caso a violência percebida pela entrevistada, levou-a a desenvolver uma preferência por sexo, em que para ela, as mulheres seriam mais vítimas dessas violências e, portanto, ela prefere ter um filho homem, que estaria mais preparado para enfrentá-las. Por outro lado, a fala da Samantha denuncia como a sociedade cria modelos de menina e menino e influencia o desejo por filhos, levando a uma preferência por

menino, que, segundo a entrevistada, seria mais fácil de criar em relação às meninas. Essas conexões entre o ambiente macro-micro e sua relação com desejos e preferências por sexo foram novamente mais evidentes para as mulheres.

"*Mulher requer mais proteção, requer mais cuidado, a questão da violência, eu lido muito com isso no meu dia a dia, eu vejo o que acontece, e acontece dentro da casa da gente, com a família da gente. Eu tenho muito medo disso, principalmente da violência. Eu acho que mulher, menina, está mais sujeito a isso. O homem tem uma condição um pouquinho maior de se proteger, é mais forte.*" Cristina, sem filho, 38 anos

"*Porque menino é muito mais sem frescura. Assim, podia cria uma menina sim, mas os outros não deixam, a influência das outras pessoas eu não ia gostar. Essa minha irmã já veio falando assim 'Ah, se for menina eu vou colocar ela toda de rosa'. Eu falei assim: 'Não, isso quem decide sou eu. Se for menina não vai usar rosa'.* [risos]. *E com menino é mais fácil. Ao mesmo tempo em que é mais difícil você comprar as coisas, porque tem pouca variedade, pouquíssimas opções, você gasta menos também.*" Samantha, 2 filhos, 35 anos

Abaixo um trecho que retrata como as normas, culturas e valores da sociedade, apontado no modelo de Klobas, podem ser vistos como um dificultador na decisão por ter ou não (mais) filhos. Isto é, de uma população que vem mudando como é o caso de Belo Horizonte, aqui se tem um bom exemplo de uma sociedade inserida num contexto ainda em processo de desenvolvimento e exposto a grandes mudanças, inclusive demográficas.

"*Nenhum* [se pudesse escolher não teria nenhum filho] *porque hoje... Só complementando, tudo que eu já falei, hoje para você criar um filho, o mundo hoje está tirando muito a sua idéia, a sua capacidade de ser mãe e a sua autoridade. O que acontece? A sua capacidade porque você capacita seu filho, dá exemplo, dá conselho, ensina, aí chega outro na escola ou a turma da rua e tira tudo que você ensinou, acha que você é careta e tal. Tira toda a estrutura, 'Ah, é bobagem!'. Agora, vem a educação. Você ensina ele falar 'oi', "bom dia" e o outro ensina ele a falar 'oi, Zé', 'e aí, véi'. Entendeu? A gente sabe que é coisa de*

idade, mas você queria que fosse aquela coisa igual você foi criado e tudo. Então hoje eu não acho isso certo, eu não acho legal. Aí vem também o seu tipo de educar, por de castigo, você dá umas palmadas, você dá uns tapas, aí seu filho assiste televisão em que vê que educar dessa forma não pode, e pode fazer um BO, chamar o Conselho Tutelar. Então você está muito restrito à educação dos seus filhos hoje..." Irene, 1 filho, 39 anos

Irene discorre acerca que de que a sociedade impõe costumes e comportamentos diferentes dos quais ela foi criada e que gostaria de educar o seu filho, o que causa um conflito muito grande entre as gerações, dificultando a criação dos filhos no mundo atual. Estas novas estruturas criadas pela sociedade parecem influenciar o seu o desejo e sua intenção para ter mais filhos.

Nesta sessão foram identificados alguns mecanismos envolvimento o ambiente macro que atuam direta ou indiretamente sobre as intenções e comportamento de fecundidade. Entre estes ficou bastante evidente a força da situação econômica (emprego, renda), das condições sociais (violência) e normas culturais sobre o processo de tomada de decisão por filhos.

6.2.2 Contexto envolvendo o ambiente micro

Um dos pontos importantes para entender o processo de tomada de decisão por filhos, é o conhecimento a respeito de como são formados os desejos e intenções de fecundidade nos indivíduos. Nesse sentido, focaliza-se a análise nas variáveis apontadas pelo arcabouço teórico para explicar a origem desses desejos e como estas podem influenciar a formação destes.

6.2.2.1 A importância das estruturas esquemáticas e culturais

Segundo o arcabouço teórico da Teoria da Ação Conjuntural (TAC) (Johnson-Hanks *et al.*, 2006), que destaca a importância das estruturas culturais e esquemáticas para a tomada de decisão por filhos pelos indivíduos, foram encontradas falas que retrataram bem a presença dessas estruturas entre os

entrevistados. Nelas verifica-se a reiteração de sucesso de um esquema cultural, neste caso, do tamanho de família vivenciado pelo indivíduo, o qual foi legitimado e sedimentado pelos entrevistados. Neste caso, os indivíduos o tornaram um esquema não-ideológico e não controverso, em que o tamanho de família vivenciado por eles são vistos como hegemônicos, normais e referência para eles planejarem o seu próprio ideal de tamanho de família, ou seja, atuam como um fator de reforço (Balbo & Mills, 2011)

"*Sempre pensei em três....Sempre quis casa cheia. Porque eu gosto, assim, Natal cheio, eu gosto do fim de semana cheio. Porque minha mãe tem quatro filhos, nós quatro somos muito caseiros, dedicados, muito amigos, não temos confusão de família, nunca tivemos. Eu tenho muitos primos. Nós somos 45 primos, 45, 46, não sei, e muito próximos. Então todas as festas de aniversário, tudo sempre teve muita gente perto e eu acho isso bom.*" Fernanda, sem filho, 37 anos

"*Na minha casa somos três irmãos, eu e mais dois, então eu idealizei esse número para mim 'ah, eu também quero ter três'".* Lara, 1 filho, 37 anos

"Lá em casa são quatro irmãos, então eu sempre pensei em pelo menos quatro." Ronaldo, 1 filho, 35 anos

"Pensava dois, no máximo três filhos. Lá em casa somos três irmãos, então o ideal para mim de quantidade seria de dois a três." Diego, 2 filhos, 38 anos

"Como eu sempre fui criado muito em família, família de almoços e encontros, eu acho que isso está na educação da gente." Lucas, 3 filhos, 54 anos

Ainda de acordo com a TAC, se por um lado o sucesso de um esquema cultural de tamanho de família vivenciado pelo indivíduo pode legitimar o seu desejo por filhos, este também pode agir de forma contrária. O fracasso desse esquema cultural de um tamanho de família ou de um tipo de relacionamento experimentado pelos pais por um determinando indivíduo pode fazer com que este o rejeite, e passe a fazer escolhas contrárias ao vivenciado. Isso é relatado especialmente para as mulheres sem filhos e parece ter um grande impacto sobre as suas escolhas quanto às tomadas de decisões por filhos. As falas também demonstram que as experiências da maternidade vivenciadas por suas mães

refletem grandes desigualdades de gênero de uma sociedade com traços de patriarcado, em que a grande responsabilidade de cuidados dos filhos era para as mulheres, as quais abdicavam de suas carreiras em prol da família.

"Então, assim, minha mãe, ela sempre falava: 'Ah, porque eu deixei o serviço por causa de você, para dar conta', e, tipo assim, você é ingrata, você não dá valor a isso. Eu não sei se isso tem a ver [ela não desejar ter filhos], *eu ainda não descobri, estou refletindo sobre isso. Mas talvez tenha."* Rafaela, sem filhos, 39 anos

"Eu acho porque eu vejo a minha mãe, eu acho que minha mãe se sacrificou muito, abriu mão de muita coisa em virtude de filhos, coisa que eu não vi o meu pai fazer. Eu acho que muito dessa minha experiência de filho e família tem um pouco a ver com isso, então não é uma coisa que eu vi com bons olhos, digamos assim." Dália, sem filhos, 36 anos.

"Eu sou filha de uma família com quatro irmãos, então a gente tinha muita dificuldade, tudo era muito regrado, aí eu pensava assim:'quando eu casar eu vou ter filho, mas eu vou ter um só porque aí eu vou dar tudo para ele, vou dar todas as comidinhas gostosas, levar para todos os lugares legais'". Carolina, 1 filho, 35 anos.

Percebe-se também com as falas acima uma mudança de atitude entre as gerações de mães e filhas, em que as entrevistadas almejam uma relação conjugal diferente da vivenciada por suas mães. As mulheres entrevistadas demonstram um esquema de pensamento mais voltado para relações de gênero mais equilibradas, indicando que elas não estão dispostas viver em tal opressão.

Ainda com relação à formação do desejo pela maternidade e paternidade, pode-se novamente retomar um pouco a lógica do arcabouço da TCA em que as estruturas esquemáticas são geralmente aprendidas por exposição habitual, por meio das interações sociais, e são aprendidas aos poucos e ao longo do tempo. As diferenças de entendimento são comuns, não existindo então uma regra explícita. Percebe-se nas falas abaixo que as opiniões sobre quando esse desejo é formado são divergentes. Contudo, antes de tratar da noção de desejo, é importante relatar que alguns entrevistados, especialmente os homens,

mostraram um anti-desejo em vivenciar estas experiências, uma vez que para eles a vinda de um filho deveria se dar em um momento planejado (nesse caso, dentro do casamento). Nesse sentido, eles não desejavam filhos e manifestaram uma grande preocupação em evitar filhos.

"Eu nunca quis ser mãe solteira, sempre achei que é muito difícil. Eu acho que um filho tem que ter pai e mãe mesmo para cuidar" Carolina, 1 filho, 35 anos

"Uma coisa que eu sempre temi foi uma gravidez não planejada." Regina, 2 filhos, 37 *anos*

"Então o filho teve esses dois momentos: o primeiro foi da negação mesmo, porque eu tinha uma preocupação muito grande em ser pai solteiro, isso para mim é muito forte. Desde o início, qualquer situação que envolvesse algum risco para mim ela não tinha valor nenhum.". André, 2 filhos, 36 anos

"Era estudar, era me formar, era aproveitar a vida. Esses eram meus objetivos, e filhos com certeza nessa época iria atrapalhar." Isaac, 2 filhos, 37 anos

Por outro lado, para uma grande parte dos entrevistados parece que o desejo e a intenção por ter filhos já era algo existente desde muito cedo e bastante concreto em suas vidas. Especialmente para as mulheres, este sentimento parece se manifestar com mais freqüência do que nos homens, indicando que possivelmente o desejo pela maternidade seja mais idealizado e planejado entre elas do que entre eles.

"Sempre pensei em casar, ter filhos, isso sempre fez parte das minhas brincadeiras infantis, sempre, sempre, sempre". Marina, sem filhos, 37 anos

"Eu tinha sim, sempre sonhava em encontrar o príncipe encantado, casar, ter filhos, ser a família ideal." Clara, sem filhos, 35 anos

"Acho que desde menina a gente tem isso, porque tem as bonecas, aí você sempre brinca de casinha" Lara, 1 filho, 37 anos

"Eu sempre tive isso na minha cabeça, que eu queria casar, ter filhos, ter uma profissão, ter uma família." Helena, 2 filhos, 39 anos

"Acho que desde 18, 19, 20 anos eu já fazia um planejamento quanto a filhos." Heitor, 1 filhos, 28 anos.

"Pensava [ter filhos]. *Queria ser pai cedo e queria ter muitos filhos. Sempre pensei nisso."* Ronaldo, 1 filho, 35 anos

Para outros entrevistados os desejos pela maternidade e a paternidade vieram com a maturidade e, novamente, estavam muito relacionados ao casamento, pois para os entrevistados abaixo foi só após do casamento que o desejo por se tornar mãe/pai apareceu. Ou ainda para alguns o desejo foi algo que surgiu somente depois de se tornarem pais.

"Casamento, filhos, eu sempre vi como uma consequência, um dia vai acontecer." Alice, 1 filho, 39 anos

"Na verdade, essa idéia de ser pai não nasceu muito cedo, embora minha família venha de família grande. Antes de eu casar nem pensava nisso, então não tinha essa predisposição à paternidade. Ela nasceu com o casamento, com a questão natural do casamento." Henrique, 2 filhos, 45 anos

"...e a gente ficava 'É, eu acho que está faltando alguém nesta casa', e aí começou a nascer aquela vontade de ter um filho". André, 2 filhos, 36 anos

*"não sei se um dia eu vou me casar, mas se casar é natural ter filhos".*Pedro, sem filho, 43 anos

E, especialmente, entre as mulheres, observou-se que o desejo por se tornar mãe era mais intenso e presente desde quando eram crianças, tão forte que as fazia desejar serem mães independente do casamento. Essa idéia não foi compartilhada por nenhum dos homens entrevistados.

"Seja produção independente, seja adoção, uma coisa que eu tenho certeza. Eu posso não ter certeza se eu vou casar, mas que eu vou ter filho eu vou". Marina, sem filhos, 37 anos

"Quando eu fiz 30 anos eu falei 'poxa vida, tudo que eu planejei para trás passou e eu estou aqui ainda solteira, sem expectativa nem de namorado'. Eu estava

solteira, sem namorado. 'Meu Deus, e agora? Se eu chegar aos 31 eu vou ser mãe independente'". Wanda, 1 filho, 37 anos

"Na verdade, desde criança que sonhava em ser mãe. Antes de sonhar em me casar, porque normalmente as adolescentes pensam muito em casar, eu pensava em ser mãe." Lúcia, 2 filhos, 43 anos

"Eu ficava desesperada porque eu gostava só de brincar de boneca, de neném, e já sabia os nomes desde que eu era pequena. Eu achava que eu não precisava casar, eu achava que eu ia conhecer uma pessoa importante, não precisava casar porque eu sempre trabalhei, desde 14 anos que eu trabalho e eu tinha medo disso atrapalhar a minha vida." Karine, 2 filhos, 38 anos

Estes resultados de mostram que de alguma forma o desejo por filhos nas mulheres é mais comum, ou pelos menos mais revelado do que nos homens. E por isso se associam com o estudo de Rotkirch *et al.* (2011) o qual revela que o desejo por filhos na Finlândia foi mais presente entre as mulheres do que entre os homens. Neste país os homens foram duas vezes mais propensos de relatar nunca ter sentido qualquer desejo por filhos em comparação às mulheres.

6.2.2.2 As motivações para os desejos de fecundidade

Assim como descrito no referencial teórico, a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) postula a importância das crenças na determinação da intenção e, conseqüentemente, do comportamento dos indivíduos, nesse caso em relação aos seus planos reprodutivos. Essas crenças têm a função de mostrar os elementos que motivam o indivíduo a ter um determinado comportamento e/ou a impulsionar as pessoas a seguir diferentes caminhos. Ou seja, a forma como os entrevistados imaginam a paternidade ou a maternidade condicionaria o desejo por um determinado número de filhos. Os entrevistados apresentaram uma visão diferenciada sobre essas crenças, alguns com uma visão positiva e de grandes benefícios, normalmente mais pronunciada entre os homens sem filhos, como mostrado nas falas de Fabrício e Daniel; e outros com uma visão mais negativa e

dos problemas acarretados, mais presente entre as mulheres sem filhos, como pode ser visto nas falas da Cristina e Teresa.

"Eu penso num filho com muito carinho, com muito carinho mesmo, e continua isso porque é uma semente para o mundo, é o jeito de você continuar vivo, os seus valores." Fabrício, sem filhos, 31 anos

"Eu acho que deve ser a experiência melhor da vida você ter um ser totalmente inocente, puro, ele não sabe nada e você ensinar a vida para ele." Daniel, sem filhos, 43 anos

"Maternidade para mim é uma coisa que exige muita responsabilidade, uma visão muito real das coisas, de como é difícil educar, cuidar, ir para escola, por comida na mesa, oferecer o que você tem de melhor para o seu filho, porque ele vai depender de você a vida toda" Cristina, sem filhos, 38 anos

"Eu acredito que para você ter filho, você tem que se dedicar, você tem que abrir mão de muita coisa em função do filho, e eu nunca estive disposta a abrir mão de nada." Teresa, sem filho, 37 anos

Na fala da Teresa, tem-se um contraste, com uma aproximação de individualismo, pois parece que ela não tem filhos devido ao trabalho que a vida deste causaria.

Foi especialmente forte entre os homens uma comparação com o comportamento do pai e da relação que estes tinham com ele na infância. A maioria deles relatou experiências negativas, os quais na maioria dos casos, não tinham a intenção de seguir, uma vez que para eles não seria o comportamento ideal de pai.

"Uma coisa que eu pretendo fazer diferente do meu pai, meu pai deu uma educação ótima para a gente, com todas as condições de estudar, de aproveitar as férias quando eu era menino, viajar, mas eu acho que faltou na educação dele é dialogar mais, e isso eu pretendo ter bastante com meus filhos." Daniel, sem filhos, 43 anos (está tentando se tornar pai).

"Eu acho que na adolescência, na adolescência eu já pensava em ser pai. Acho que porque eu brigava muito com o meu pai, então eu queria ser um pai melhor para o meu filho." Fabrício, sem filhos, 31anos (está tentando se tornar pai).

"Eu não tinha um bom exemplo, uma referência legal, e eu não queria acho que talvez pelo medo do fracasso, acho que eu tinha medo de fracassar como pai." Juliano, 1 filho, 53 anos (nunca desejou ter filhos, mas acabou adotando o filho da ex-esposa por temer que este fosse abandonado assim como ele foi).

"Então meu pai nunca foi aquele pai... Eu brincava com meus irmãos, não brincava com meu pai. Agora que você falou, eu pensei. Nunca refleti sobre isso não, mas talvez eu via alguns pais que eram mais jovens e queria ser o pai jovem também. acho que foi isso." Ronaldo, 1 filho, 35 anos (foi pai aos 33 anos)

"Eu desejava justamente ter um filho para eu poder tipo, compensar a ausência dele [do pai], *talvez."* Felipe, 1 filho, 44 anos (adotou uma criança)

"Meu pai é muito legal, mas eu não quero ser igual ao meu pai não, quero ser igual esse cara aí [o tio], *pois minha tia é feliz, meus primos são felizes, ele é feliz."* André, 2 filhos, 36 anos (é bastante presente na vida dos filhos e ao contrário do pai ajuda financeiramente com as despesas da família)

"Porque eu tive exemplos de mal pai e eu pensava 'eu vou ser um pai ao contrário disso.'" Gustavo, 2 filhos, 53 anos (é bastante presente na vida dos filhos e compartilha muito as tarefas domésticas).

Nas falas relacionadas é perceptível a mudança de atitudes dos homens em relação ao comportamento de seus pais. Em todas elas, os entrevistados parecem almejar uma maior participação na criação dos filhos, atitudes condizentes com o que tem sido defendido por Wall *et al.* 2004 e Giffin & Cavalcanti, 1999, em que eles defendem o surgimento de novos homens, muito mais interessados no envolvimento do desenvolvimento dos filhos. Os dados também suscitam as análises de Purr *et al.* (2008) em que os homens com atitudes de gênero mais igualitárias parecem serem propensos a se tornarem pais. Percebe-se também, com as falas acima, uma mudança dos homens em relação à geração dos pais, ou seja, parece estar havendo uma mudança de comportamento entre as coortes. Abaixo, na fala de Augusto isto fica ainda mais claro, o qual mostra ter uma clara percepção desta mudança.

"A dele [geração do pai] *era normal o pai ser um cara que trazia renda para casa e a mãe ser a que cuidava dos filhos. Hoje os dois têm que trazer a renda, os dois têm que cuidar. Então realmente você para e pensa, tem razão, são momentos diferentes."* Augusto, 2 filhos, 40 anos (é bastante presente na vida dos filhos e compartilha muito as tarefas domésticas)

E, paralelamente, as mulheres também demonstraram que suas expectativas com relação à maternidade estavam muito associadas à experiências de suas mães, as quais percebiam mais os pontos negativos, muitos ligados à questão da doação de suas vidas e hábitos em prol de ter filhos. Parece que, de alguma forma, isto pode ter influenciado os desejos e planos reprodutivos. Nas falas da Carolina e da Samantha nota-se, assim como descrito nas sessões anteriores, uma reação contrária às experiências vividas, uma vez que, assim como defendido pela TAC, o não sucesso de um esquema cultural pode levar o indivíduo a fazer escolhas contrárias ao vivenciado.

"Tadinha da minha mãe: vou culpá-la. Eu achava que ter filho era muito difícil, que era uma coisa muito 'nossa'; muito sofrimento ter um filho; atrapalha a vida; atrapalha você de viver, alguma coisa assim. Eu pensava mesmo." Carolina, 1 filho, 35 anos (queria ter apenas um filho e o teve, continua trabalhando acha que a maternidade é algo mais fácil do que sua mãe demonstrava)

"Eu não me via minha mãe, a minha mãe não era minha referência porque eu acho que ela sofria demais: era trabalho duro demais, a semana toda trabalhando fora, chegava fim de semana lavava roupa na mão, três meninos para cuidar, comida para fazer, e essa vida eu não queria ter para mim." Samantha, 2 filhos, 35 anos (apesar de também trabalhar fora e ter dois filhos, não acha que a maternidade é tão difícil quanto sua mãe demonstrava)

Entre outras mulheres, com menor intensidade, esse assunto foi também citado, mas com um foco um pouco diferente, demonstrando ao contrário do que foi descrito acima, uma visão positiva sobre a maternidade exercida por suas mães. De alguma forma elas demonstraram querer repetir o comportamento de suas mães, em que a experiência vivida e percebida por estas reforçou o seu desejo e expectativas pela maternidade.

"*Eu acho que eu ia ser igual a minha mãe, e é uma mãe muito brava, rigorosa, e eu acho que é isso que funciona.*" Fernanda, sem filho, 38 anos

"*Comecei a pensar desde a adolescência mesmo. Sempre tive vontade de ser mãe, e por ter uma mãe maravilhosa também eu sempre quis seguir os passos dela como mãe.*" Suely, 1 filho, 40 anos.

"*Eu sempre me inspirei muito na minha mãe como mãe, porque minha mãe é uma mãe muito zelosa, muito cuidadosa, e eu acho que até por isso, em ver nela aquela coisa da mãe eu sempre quis.*" Lúcia, 2 filhos, 43 anos

Para as mulheres sem filhos percebeu-se que uma das formas apontadas para motivá-las a pensar sobre se tornarem mães veio do contato e o cuidado com crianças, seja irmãos, sobrinhos, etc. Ou seja, algo que veio de fora para dentro e que contribuindo para que elas formassem o próprio desejo por filhos.

"*Eu acho que desde cedo eu já tinha essa vontade, eu já pensava. Por quê? A minha irmã mais nova, a diferença da gente é de 11 anos, então quando ela nasceu eu já era grandinha e tal, então eu praticamente ajudei a mamãe a cuidar dela. Eu me sentia meio mãe, até hoje ela me tem assim um pouco mais do que com a outra irmã nossa, ela tem um afeto meio maternal comigo. E agora aflorou mais.*" Laura, sem filhos, 35 anos

"*E por incrível que pareça, essa vontade veio bater novamente num relacionamento anterior ao meu casamento, que ele já era pai de duas meninas. Ele tinha saído de um casamento e ele era pai de duas meninas. De tanto conviver com essas meninas eu sentia um pouco de vontade de ser mãe. Eu era meio mãe delas.*" Ester, sem filhos, 36 anos

"*Quando a minha sobrinha... Eu tenho uma sobrinha-neta de 8 anos de uma sobrinha que eu tinha 15 quando ela nasceu, então eu acho que foi quando despertou algum desejo de ser mãe, mas ela me ensinou a admirar as crianças, a gostar de criança. Eu ajudei a cuidar.*" Rose, sem filhos, 38 anos

Estas falas corroboram com o estudo Rotkirch *et al.* (2011) em que na Finlândia experiências com crianças intensificam os desejos para a transição da parentalidade , e depois, para a transição para parturições superiores.

6.2.2.3 O número de filhos desejados

Em média, o número desejado de filhos entre os todos entrevistados foi de 2,22 filhos. Sem a intenção de generalizar, esta média corrobora com a idéia universal de um ideal de tamanho de família de dois filhos (Bongaarts, 2002; Hagewen & Morgan, 2005), sendo que a média de filhos desejados para as mulheres foi de 2,1 filhos e dos homens 2,3. Observando as diferenças por parturição, os dados da TAB.17 mostram que há claras diferenças no número ideal de filhos de acordo com a parturição dos casais. Casais sem filhos tiveram um ideal médio de próximo a 1,6 filhos com quase nenhuma diferença entre homens e mulheres, já entre aqueles com um filho o número ideal médio foi de 2,1, sendo que entre estes casais as mulheres desejavam em média menos filhos do que os parceiros. Por fim entre aqueles que já tinham dois filhos a média de filhos desejados foi a mais elevada, 2,94 filhos, sendo que neste caso as mulheres tinham o ideal de filhos mais elevado do que os seus esposos.

Com relação à percepção do número de filhos desejados pelo parceiro, observa-se (TAB.17) que independente da parturição os casais acreditam que os seus parceiros desejam em média menos filhos do que o declarado por eles. Essa tendência foi mais pronunciada entre os casais com dois filhos, em que os homens acreditavam que em média as suas parceiras desejam 2,56 filhos e estas na verdade declararam uma média de 3,1, e da mesma forma, as mulheres desse grupo acreditavam que os seus parceiros tinham um ideal de filhos em torno de 2,56 e estes relataram um ideal de 2,78. Em que passe a impossibilidade de generalizar, neste seguimento populacional, o indivíduo tenderia a pensar que o parceiro deseja um número de filhos menor em relação ao seu próprio desejo. Apesar destas diferenças, estes dados apontam para uma correlação bastante forte entre os dados reais e aqueles fornecidos pelos parceiros, indicando que, assim como sugerido por Thonson *et al.* (1990), a resposta das mulheres sobre os desejos dos parceiros —com os correspondentes ajustes— podem ser bons preditores do comportamento do casal.

TABELA 17 – Média do número ideal de filhos respondidos pelos entrevistados (n=62) de acordo com a resposta da esposa e do marido segundo a parturição da mulher

Respostas	casais sem filhos		casais com 1 filho		casais com 2 filhos		Média geral
	ela deseja	ele deseja	ela deseja	ele deseja	ela deseja	ele deseja	
No questionário da mulher, ela disse que...	1,58	1,42	1,82	2,36	3,11	2,56	2,17
No questionário dos homens, ele disse que...	1,50	1,58	1,64	2,45	2,56	2,78	2,27
Média geral da fecundidade desejada	1,58		2,14		2,94		2,22

Fonte: Mini-questionário aplicado aos entrevistados

Outra questão percebida com a aplicação da pergunta sobre ideal de filhos da PNDS que precisa ser destacada, assim como já apontado por alguns críticos de indicadores de preferências reprodutivas (Gauthier, 2007; Goldstein *et al.*, 2003), foi o fato desta pergunta mostrar-se bastante confusa, uma vez que para alguns entrevistados ela parece instigar mais uma reflexão sobre as normas sociais quanto ao tamanho de família ideal do que sobre as suas próprias preferências. Como exemplo disso, que ao ser feita a pergunta, alguns entrevistados se questionaram e perguntaram à entrevistadora se eles deveriam responder sobre o ideal de filhos que eles achavam que as pessoas deveriam ter ou se eles deveriam responder sobre o número ideal que eles queriam ter. Obviamente, entre aqueles que perguntaram, estes foram instruídos a informar as suas preferências individuais. Com isso, acredita-se que outros entrevistados tiveram dúvidas similares, contudo podem não ter se questionado e acabaram por responder muito mais pesando em uma norma socialmente imposta do que à respeito dos seus próprios desejos. Conseqüentemente, este indicador pode não refletir as expectativas individuais sobre ter filhos.

Os dados acima são mais de caráter quantitativo, mas ao se deparar com os dados das entrevistas, observam-se algumas curiosidades, pois para entender o número de filhos que de fato os entrevistados tiveram e motivo destas escolhas, é necessário voltar ao referencial teórico, onde mostrou-se que o desejo por filhos é conseqüência das experiências vividas e do comportamento percebido dos

indivíduos (Fishbein & Ajzen, 2010). O estudo de Barber (2011), afirma que a formação dos desejos e das intenções de fecundidade é dinâmica e mudam ao longo do tempo em resposta às forças de socialização e experiências sociais vividas pelos indivíduos. Nesse sentido, tentou-se captar esses desejos por filhos e as mudanças dessas intenções ao longo da vida pelos entrevistados e percebeu-se que o desejo por filho no passado era bem mais elevado do que o relatado nos dados quantitativos. Para os entrevistados abaixo quando eram jovens o número de filhos era muito diferente do que eles tem hoje.

"Como base, 'eu quero ter três'. Quando eu casei, inicialmente eu queria...". Lara, 1 filho, 37 anos

"Quatro! Eu queria uma casa cheia." Helena, 2 filhos, 39 anos

"Pensava isso, três, quatro para poder ter muitas crianças perto de mim para brincar, para conversar".Gustavo, 2 filhos, 54 anos

E, por outro lado, alguns entrevistados, tanto homens quanto mulheres, manifestaram desde muito cedo um desejo por não ter filhos, seja devido às más experiências vivenciadas por suas famílias de origem, seja por um desejo do seu próprio consciente.

"Eu não sabia como era ter um filho, mas eu não tinha o desejo. Eu via minha irmã com os filhos e o que acarretava, o tanto que tinha que se dedicar, então eu tinha para mim que eu não queria." Aline, 1 filho, 41 anos (filho veio por erro médico)

"Eu sempre tive essa ambição profissional, essa realização profissional e eu sempre fui muito individualista.....Desde muito nova eu nunca me vi mãe". Teresa, sem filho, 37 anos

"Na realidade, eu nunca tive esse pensamento [de ser mãe], *eu queria mais ter um crescimento profissional de imediato. E quando eu comecei a namorar o meu marido não cogitei essa idéia ainda porque eu estava muito nova."* Paula, sem filhos, 35 anos

"*Não pensava nisso não. Eu nunca tive essa coisa que a mulher tem: 'Ah, eu quero ter filho!'. Nunca tive isso.*" Rafaela, sem filhos, 39 anos

"*Desde cedo eu pensava em 'não vou ser* pai'". Walter, sem filhos, 42 anos

"*Eu nunca quis ser pai, nunca quis ser pai, desde a adolescência eu nunca quis.*" Juliano, 1 filho, 53 anos (assumiu o filho da esposa)

Já entre os homens foi bastante claro, especialmente os sem filhos, que o desejo por filhos foi diminuindo com a idade, estes desejavam filhos quando eram mais jovens, e que houve uma tendência de diminuição deste desejo ao longo de suas vidas, e o motivo para isso, parece não ter uma explicação simples. Tanto Humberto quanto Vitor não conseguiram justiçar o motivo de terem perdido o desejo por filhos. Já Pedro parece que foi a consciência que o desejo que sentia era muito influenciado pela norma cultural de ter filhos, e só depois que de fato assumiu os seus próprios desejos é que descobriu que não queria ter filhos.

"*Eu acho que quando eu era mais novo eu tinha mais uma intenção de ter filho e ter talvez até mais filhos. À medida que o tempo vai passando eu percebo que isso está diminuindo, a vontade de ter filho e também a quantidade talvez esteja diminuindo.*" Humberto, sem filhos, 41 anos

"*À medida que o tempo foi passando eu fui perdendo a vontade de ter filho, e é difícil te dizer por quê.*" Vitor, sem filhos, 39 anos

"Mudou bastante. Para mim antes era um pouco indiferente, eu imaginava que seria uma consequência mais ou menos esperada, depois eu passei a sentir que realmente eu não queria, que seria uma transformação muito radical, muito séria e que eu não estava disposto a encarar." Pedro, sem filhos, 43 anos

Aqui tem-se mais uma vez uma comprovação de que os indicadores sobre a fecundidade desejada parecem ser muito gerais e até mesmo imprecisos, pois não fornecem a informações concretas e nem em tempo hábil sobre os obstáculos que fizeram com que os desejos mudassem e de alguma forma que impediram que os indivíduos cumprissem os seus desejos iniciais (Philipov *et al.*,2009).

6.2.2.4 As preferências por sexo

Os casais normalmente possuem alguma preferência pelo sexo dos filhos. Nas entrevistas encontrou-se dados que seguiram tanto as premissas sugeridas por Bongaarts (2002), de um casal, como também das informações apresentadas por Mason & Taj, 1987), em que entre os homens apresentaram uma preferência maior por um menino e as mulheres pelas meninas.

"*Mulher sempre. Acho que é porque eu acho bonito, acho que é companhia. Mulher é sempre companhia da mãe. E é bonitinho demais. Eu sempre quis criar uma filha. Eu queria ter três filhas, na verdade.*" Fernanda, sem filho, 37 anos

"*E aquela coisa, parece que eu sempre tive muita vontade de ter filha, menina. Eu tinha vontade de ter uma menina. Se você falasse assim 'prefere menino ou menina?'. Se fosse para eu escolher acho que eu teria menina. Mas hoje não.*" Izabel, 2 filhos, 36 anos (tem dois meninos)

"*Quero ter um filho homem. Se tiver dois pode ser um menino e uma menina, acho até melhor, mas eu que menino vai ser mais próximo de mim. Não que a filha também não seja, mas acho que gostar das mesmas coisas do próprio homem, gostar de futebol.*" Daniel, sem filhos, 43 anos

"*Eu gostava de menino. Eu queria menino. Ia chamar* [nome do filho]". Ernesto, 1 filho, 43 anos (tem uma filha)

"*Sempre pensei nisso, uma menina e um menino.*" João, 2 filhos, 39 anos (tem dois meninos)

Paralelamente a esta norma social citada acima, percebeu-se que a referência familiar é, assim como na formação dos desejos pelo número de filhos, muito importante para a construção da preferência por sexo. Em muitas entrevistas foi nítido que os entrevistados criavam as suas preferências pelo sexo de seus filhos a partir da experiência que tiveram com seus irmãos, ou seja, se esta foi positiva, normalmente, era utilizada por estes como molde para planejar os seus nascimentos. Foi o caso da Cláudia, que sempre desejou ter uma menina para repetir a relação que tinha com a mãe, mas acabou tendo um menino, e também

o que aconteceu com a Helena, a qual queria ter um casal mas que a menina viesse primeiro, assim como ela e o irmão, mas teve um menino primeiro.

"Eu idealizava uma menina porque eu queria, na verdade, ter a mesma relação que eu tive com a minha mãe, só que nem sempre você vai ter uma menina que vai ter a mesma relação que você tinha com a sua mãe". Cláudia, 1 filho, 37 anos.

"Então quando eu engravidei do [filho] *eu tinha aquela vontade de que fosse uma menina para que depois eu tivesse um menino e que fosse uma relação similar* [a vivenciada por ela], *para não ter aquele irmão mais velho que fica pegando no pé da irmã mais nova"*. Helena, 2 filhos, 38 anos

Também se observou uma adaptação do comportamento frente à realidade, pois os desejos anteriores são desfeitos frente Ao efeito da racionalização. E, muitas vezes, pela experiência vivenciada, a preferência por sexo muda após se tornarem pais, pois a preferência pelo segundo passa a ser influenciada pela experiência que tiveram com o primeiro filho, ou ainda, pensam no segundo de acordo com o sexo do primeiro. Exemplos destas situações parece ter acontecido com Izabel, Suely e Henrique, em que os desejos mudaram

"Assim, a gente quer que venha com saúde, mas eu tenho vontade de ter outra menininha para fazer companhia para a [filha]*"*. Suely, 1 filho, 40 anos.

"E aquela coisa, parece que eu sempre tive muita vontade de ter filha, menina. Eu tinha vontade de ter uma menina. Se você falasse assim 'prefere menino ou menina?'. Se fosse para eu escolher acho que eu teria menina. Mas hoje não". Izabel, 2 filhos, 36 anos. (tem dois meninos)

"Na verdade já foi o contrário [não teve preferência por sexo no primeiro filho], *na segunda já era 'tomara que seja outra moça, porque a gente já sabe como é que lida'."*Henrique, 2 filhos, 43 anos (tem duas meninas).

Nesta sessão pude analisar a interferência do ambiente macro e micro para a formação dos desejos e das intenções por filhos, que acabam por configurar o processo de tomada de decisões de fecundidade. É possível concluir que de alguma forma a forma como as pessoas percebem as estruturas em que estão inseridas, seja a estabilidade financeira, a violência, etc. bem como questões

pessoais tais como vivência familiar, desejo por filhos, etc. Influenciam as intenções por filhos e especialmente a implementação destas.

6.3 Planejamento por filhos pelo casal e a influência dos viabilizadores e das restrições reais do comportamento de fecundidade

O processo de tomada de decisão por filhos, depois de ser influenciado tanto pelo ambiente macro quanto micro dos indivíduos separadamente, seguindo a proposta do arcabouço teórico, tem-se o momento em que os desejos são confrontados com a realidade e isso pode fazer com que as pessoas se comportarem de maneira diferente da qual pretendiam, devido à diversas situações: mudanças no ciclo de vida, influências do parceiro e poder de barganha, comportamento percebido sobre a capacidade de se tornar mãe/pai, influencia da rede familiar, entre outros. Nos próximos subitens tem-se a descrição das influências destes fatores para o comportamento de fecundidade dos casais entrevistados.

6.3.1 Mudanças no ciclo de vida

Segundo Barber (2011) as pessoas formulam intenções para se comportar de uma maneira, mas quando são confrontadas com situações reais e escolhas reais, elas podem mudar o comportamento frente a esta nova realidade. Nesse sentido foi possível identificar essas mudanças de desejos e comportamentos entre os entrevistados e que eles mesmo percebem estas mudanças em seus desejos. Nos relatos abaixo, observa-se que os cursos que a vida toma faz com que os planos não saiam bem na forma como foram idealizados e os indivíduos acabam se adaptando. Especialmente entre as mulheres percebe-se que elas tinham planos de se casarem mais cedo e consequentemente se tornarem mães mais cedo, contudo isso não ocorreu, pois foram encontrar os seus parceiros mais tardiamente (caso da Fernanda e Wanda). Outros, por outro lado, agem de maneira contrária ao esperado, pois a vida parece surpreender e tomar decisões por si só, pois novas prioridades vão sendo criadas, como por exemplo o

investimento na carreira (caso da Carolina), nascimento do filho em um momento não planejado (caso do Heitor).

"Então isso ficou até chato, porque como eu demorei a casar. Eu sempre namorava, eu sempre tive namoros longos e dava errado, namoro longo e dava errado, e todo mundo sabia que eu queria casar, então quando eu estava me aproximando de uma idade que não casava isso ficou um saco." Fernanda, sem filhos, 38 anos

"Foi tudo ao contrário. Para começar, aos 25 eu não estava nem namorando, não estava casada" Wanda, 1 filho, 37 (queria ser mãe nova e foi mãe após 35 anos)

"... quando eu era mais jovem e pensava em ser mãe, eu pensava pelo lado de fazer diferente do que meus pais fizeram. Depois, quando eu me casei... eu comecei a pensar em não ter filhos porque eu comecei a ganhar meu próprio dinheiro, eu formei, comecei a ter minhas coisas..... Mas o tempo foi passando e eu comecei a sentir assim: 'Nossa, eu estou ficando velha, e se eu não conseguir engravidar depois? Será que eu realmente estou perdendo uma coisa muito legal? E se eu tiver que acordar cedo todo dia, acordar de madrugada e ter problema? Será que eu vou passar por isso?'. Eu acho que é um pensamento até um pouco egoísta, mas a verdade era essa. Quando eu quis, eu falei para ele e ele aceitou." Carolina, 1 filho, 35 anos (queria ter filho quando era jovem, passou a não desejar e posteriormente voltou a ter o desejo, o qual o realizou)

"Agora é tudo diferente. eu queria casar, ter três filhos, inicialmente. Depois, casei e vi assim, que financeiramente é um gasto muito grande, porque tem casa, tem um monte de coisa para fazer, aí eu queria dois." Lara, 1 filho, 37 anos (queria ter três filhos, depois dois e agora tem 1 e não quer mais)

"Eu achava que tinha que ser assim, como eu brinco, degrau por degrau; namorar, conhecer, casar, ter a vida própria, estabelecida, para depois ter o filho". Heitor, 1 filho, 28 anos (teve um filho antes de se estabilizar financeiramente e de se casar)

Outro fato curioso é que alguns entrevistados relataram uma mudança no desejo por filhos a partir do momento que se tornaram pais, pois esse desejo por ter mais

um filho veio não pelo desejo próprio de se tornar pais pela segunda vez, mas em dar um irmão para o primeiro filho. Ou seja, parece que ter o segundo filhos está mais relacionado com o bem estar do primeiro filho do que propriamente relacionado com a realização pessoal.

"Não, nunca tive esse pensamento quando criança ou adolescente não. 'Ah, eu quero casar com 30 anos, com 20 anos, ter três filhos', não! E eu acho que até os três filhos que eu te falei veio agora com um." Bruna, 1 filho, 37 anos

"*O objetivo é muito mais para o* [filho] *do que para a gente. A gente chegou a essa conclusão porque a gente acha que é importante ele ter um irmão ou uma irmã, ter alguém, do que a gente mesmo falar 'ah, eu quero ter o segundo filho por que...'"*. Ronaldo, 1 filho, 35 anos

"*Eu quero isso para o* [filho], *quero que ele tenha um irmãozinho* [homem] *para ele poder brincar, para ele poder...". Não eu quero ter mais um filho, eu quero que meu filho tenha um irmão como meu irmão foi para mim.*" Augusto, 2 filhos, 40 anos

Novamente estas falam corroboram com o estudo de Rotkirch *et al.* (2011) em que a convivência e experiências com crianças tende a elevar o desejo por filhos subsequentes, seja porque tiveram uma experiência positiva e conseqüentemente buscaram repeti-la seja porque desejam para o filho uma companhia.

6.3.2 Relação entre os desejos dos parceiros e suas influências mútuas

Outra variável importante para a tomada de decisão de fecundidade é a interferência mútua dos desejos de cada parceiro. Assim como defendido por Miller *et al.* (2004) e Miller (2011a), os desejos de um parceiro sobre influencia dos desejos do outro, fazendo com que eles muitas vezes confundam em uma mesma intenção. Por outro lado, é muito comum a presença dos conflitos de interesse, pois intenções reprodutivas individuais precisam ser acomodadas para a viabilidade de sua implementação. A fala de Ronaldo mostra claramente que ele foi sendo envolvido nos planos reprodutivos da esposa e que isto de alguma

forma despertou os seus desejos pela paternidade. No segundo caso, pelo contrário, o desejo do marido e a insistência desse em ter filho, fez com que a Carmem, que no início não desejava ter um filho, tornar-se mãe. Ou seja, nestas falas tem-se reforçada a idéia de que os desejos dos parceiros se influenciam mutuamente e acabam por gerar um outro comportamento.

[Pensando um pouco depois que você conheceu a sua esposa, como que foi vindo a vontade de ser pai e se tornar pai?] *"Eu acho que a partir do momento que tive minha independência financeira, saí da casa dos meus pais, aquela vontade já não encaixava tanto à minha vida, porque era mais difícil de idealizar. Mas foi claramente uma... Eu acho que a mulher, ela pensa mais no futuro, o homem pensa mais no agora mesmo. Então eu acho que essa idéia de casamento, de ter família e tal foi muito mais construção da Bruna do que minha – eu fui meio que entrando no que ela propôs".* Ronaldo, 1 filhos, 35 anos

[Então você passou a não evitar filhos?] *"Eu não queria ser* [mãe]. *O Luan sempre falava isso comigo 'mas eu quero ter um filho, quero ter uma família'. O dia que ele falou isso para mim 'eu quero ter uma família' aí que tocou. A gente foi trabalhando e tal, mas foi uma situação que ele teve que batalhar muito."* [Se fosse só por você, você acha que seria mãe?] *"Se fosse só por mim eu acho que meu filho não teria vindo. Mas eu acho assim, as coisas sempre acontecem mais pela mão de Deus do que pela vontade da gente. O* [filho] *veio numa hora que eu estava preparada para receber ele, então eu acho que de repente..."* Carmem, 1 filho, 41 anos

Também importante para as mudanças no curso do processo de tomada de decisão por filhos, é o efeito das divergências no tamanho de família desejado entre os cônjuges. Assim como mostrado por Thomson *et al.* (1990) em que a vontade do marido para adiar os nascimentos tem um efeito significativo sobre as taxas de natalidade, parece que, entre alguns entrevistados, especialmente entre aqueles sem filhos, este efeito também é válido para os desejos das mulheres. Para acomodar esses conflitos e divergências parece que uma das opções é o casal optar por adiar os nascimentos. Na fala da Paula tem-se um exemplo que mostra esse efeito do adiamento do filho em função do não desejo dela por ter filhos naquele momento, o que o parceiro acabou aceitando.

"Quando nos casamos ele falou comigo: 'Paula, você pára de tomar remédio', e eu falei: 'Não, ainda não. Eu não estou preparada' e ele foi e entendeu. Paula, sem filhos 35 anos

Nos exemplos a seguir, tanto a Marina quanto a Clara mostram que, apesar de desejarem filhos, elas ainda estão adiando devido à falta/indecisão de desejo por filhos do parceiro.

"A minha história com o Pedro foi a seguinte, eu sempre soube que ele não queria ter filho. Sempre ele deixou muito claro para mim e tal. Só que a gente foi namorando, fomos envolvendo. A gente se dá muito bem, ele é um cara muito bacana. Quando a gente tinha seis meses de namoro, a gente chegou a terminar, ficamos uns três meses terminados e voltamos. Quando a gente voltou, eu acho que tive medo de falar 'Olha, ou é o filho ou nada'. Nós resolvemos voltar e eu sempre soube disso. Na minha cabeça, e ele sabe disso também, que eu sempre quis e tal, e isso sempre era um fantasma para a gente, sempre foi" Marina, sem filhos, 37 anos.

"Nessa época não era muito definido para mim não, então eu não estava querendo abrir mão no primeiro momento [de ter filho]. *Só que aí eu fui pensando um pouco mais, porque eu também... Assim, você vai conversar com o Vitor e você vai ver, a opinião dele é 'eu não quero ter filho porque não quer ter', ele não tem, pelo menos não consegue expressar outro motivo mais grave. É só 'não tenho vontade de ser pai'. eu tinha vontade de ser mãe muito maior, bem grande, então a coisa 'nossa, nunca vou ser mãe' pesou um pouco. 'Não vou cuidar do meu neném. Não vou ficar grávida'."* [Você pensava em abrir mão do seu relacionamento para ser mãe ou não? Chegou a pensar sobre isso?] *"Eu cheguei a pensar isso, mas eu amo demais Vitor, mas é muito, então eu acho que isso estava mais importante do que ter o filho."* Clara, sem filho, 35 anos

Já no caso da Dália, percebe-se que a mulher também acabou sendo influenciada pelo esposo, contudo, neste caso de forma contrária. Ela não deseja ter filhos mas acabou passando por um processo de fertilização (sem sucesso) para tentar ter filhos, uma vez o desejo por filhos pelo marido era muito grande e acabou influenciando-a.

[Ter filhos era um desejo dele?] "*É, isso estava muito claro, apesar de nunca ter falado assim comigo: 'Não, nós vamos ter um filho', ele deixava muito claro, ele não falava assim, mas deixava muito claro que sem filho ele não ia ficar, que não era um projeto na vida dele não ter filho de jeito nenhum, ao contrário do meu, que eu teria encarado isso de uma maneira bem mais tranquila.*" [Mas aí também você conseguiria abrir mão do seu não desejo, da sua situação em prol de realizar o desejo dele?] "*Eu abri mão de casar e não foi, assim, abrir mão assim não era um projeto, uma coisa que eu sonhei, e foi bom* [o casamento]. *Porque* [a maternidade] *não seria? Então foi mais por aí.*" Dália, sem filhos, 36 anos

Nos casos mostrados, parece que, ao contrário do que tem sido apontado pelos estudos de Bauer & Kneip (2012) e Hener (2010), o poder de barganha sobre qual dos dois cônjuges terão os seus desejos atendidos não está totalmente associado a uma questão financeira, mas parece se relacionar muito mais à questões emocionais e de preferências dos entrevistados em continuar nos seus relacionamentos conjugais e/ou fazer a vontade do parceiro. Por outro lado, também mostra que estas mulheres, de alguma forma, parecem ter menor poder de barganha, haja vista que nos casos analisados, elas se mostraram mais dispostas a ceder aos desejos de seus parceiros, seja por abrir mão do desejo de se tornarem mães ou, contrariamente, se sujeitando a passar pelo processo gravidez a fim de realizar os desejos de seus parceiros.

Contudo, esse assunto parece não ser algo fechado para estas mulheres, pois para elas os maridos tenderiam a ceder caso elas pressionassem, indicando que isso iria acontecer se o desejo delas por filhos se tornasse muito forte. Nesse sentido, para a Marina, que deseja ter filhos, a solução seria por meio a adoção, por esta ser mais aceitável para o esposo, mas não para ela, embora se sentiria realizada.

"*Mas isso não foi tão claro* [desejo por ser mãe], *a gente conversou tanto, que para ele também ficou assim, se eu quisesse muito, ele abriria mão e teria.*" Clara, sem filho, 35 anos

"*Independente de como seja* [filho natural ou adotado]. *Se é o que ele dá conta e eu quero que ele seja o pai do meu filho, não quero abrir mão dele. Então eu*

estou muito feliz com isso. Não vejo a hora que realmente a gente...[possa adotar]*".* Marina, sem filhos, 39 anos.

[Vocês estão decididos quanto a ter filhos?]*"Não. Da minha parte, quer dizer, a gente toca no assunto assim: 'um dia a gente pode adotar', e eu falo: 'por mim tudo bem'."* Dália, sem filhos, 36 anos.

Em todos os trechos mostrados, tem-se reforçada a visão apresentada por Iacovou & Tavares (2011) as quais argumentam que as decisões de fecundidade deve ser pensadas como um processo dinâmico em que as intenções são revistas no desenrolar dos processos vitais. A autora destaca a importância do estado conjugal, especialmente o início de novos relacionamentos, os quais parecem aumentar as intenções por filhos. Entre os entrevistados que vivenciam segundas ou mais uniões isso se mostrou de forma bastante clara, em que os homens parecem ser mais influenciados pelos desejos por filhos das novas esposas, os quais tendem a realizar.

"Ele já manifestou essa vontade. Depois, a gente conversando e tudo, ele também acha que... Engraçado, não é uma coisa essencial para ele, ele não fica assim "quero ter e tem que ser agora". Joice, 1 filho, 38 anos (está no segundo relacionamento, tem uma filha do relacionamento anterior e nenhum filho do relacionamento atual)

"Eu não queria ter outro filho no começo não. 'Não quero ter, não quero ter'.... Depois de dois anos de casamento ela começou a me pedir para a gente ter filho. Aos poucos eu fui concordando, concordando, concordando e uma hora eu falei: "Então tá. Então vamos". Em dois meses parou com o medicamento e ela engravidou e foi tranquilo. Eu já estava feliz já." Isaac, 2 filhos, 37 anos (está no segundo relacionamento, tem um filhos do relacionamento anterior e um do relacionamento atual)

"Ela queria muito, eu fui relaxando, começando a pensar "quem sabe vai ser bacana". Fui pensado isso com o tempo." Lucas, 3 filhos, 54 anos (está no quarto relacionamento, tem duas filhas dos relacionamentos anteriores e uma do relacionamento atual)

Estes achados corroboram os estudos sobre homens recasados de Marcondes (2008), a qual mostra que grande parte dos recasamentos masculinos envolve a união de um homem separado com uma mulher sem experiência anterior de vida conjugal, mais jovem que o parceiro e normalmente sem filhos. Além disso, o seu trabalho mostra indícios para uma possível associação entre o desejo de ampliar a prole em novas uniões e o status parental do homem recasado, uma vez que aqueles que não possuem filhos ou que têm somente um teriam mais chances de vir a querer ter filhos com uma nova companheira .

6.3.3 Comportamento percebido sobre se tornar pai/mãe

Para pensar a transformação do desejo e da intenção por filhos no comportamento de fecundidade, é preciso, assim como destacado por Ajzen (1991) na TCP, entender a percepção da mudança desses pelos indivíduos e avaliar o grau de dificuldade ou facilidade que eles acham existir para ter filhos, ou seja, como eles viam esta situação e quão capazes eles se consideram ou não para realizar essa tarefa. Entre as entrevistas pode-se observar que, a maioria— apesar de existir uma apreensão muito grande com o momento, uma vez que esse é um passo muito importante— se considerava capaz e confiante para se tornarem pais/mães, pois para grande parte deles já era uma ação planejada.

"Eu não me senti totalmente preparada não, mas me senti pronta para o que der e vier. Mas, 'estou preparada, sei tudo', não, foi acontecendo." Alice, 1 filho, 39 anos

"Não [teve incertezas], *eu sempre me vi como mãe, mas quando você está grávida você fica cheia de dúvida,mas eu queria aquilo."* Regina, 2 filhos, 37 anos

"Não, acho que eu não tive insegurança não. Foi mais acreditar mesmo, sabia que era a hora, que era a hora dela, que era a nossa hora. Eu não fiquei inseguro não. Na questão financeira eu não fiquei inseguro. Foi bem tranquilo de a gente encarar." Ronaldo, 1 filho, 35 anos

"Então eu aceitei essa questão da paternidade muito seguramente, muito planejadamente quando eu já tinha essa noção do que viria, então não teve

sobressalto, não teve susto, não teve aquela coisa de ser pego de surpresa." Henrique, 2 filhos, 45 anos

Entre os entrevistados sem filhos, teve dois tipos de respostas quanto ao comportamento percebido da (pa)maternidade. Para alguns, especialmente aqueles que ainda não se tornaram pais e não desejam ser demonstraram ter incertezas quanto à sua capacidade de serem pais. Já para aqueles que ainda não se decidiram sobre ter filhos, mas que um o parceiro quer muito ter, parecem acreditar que possuem essa capacidade.

"*Eu acho que eu não tenho vocação para isso. Assim, maternidade eu vejo como algo assim, carregado de muita... Como que fala a palavra quando você abre mão de muita coisa? Agora me deu um branco.*" Rafaela, sem filhos, 39 anos

"*Assim, pela experiência pequena que eu tive com a minha sobrinha, pela forma como eu cuido das minhas gatas. Quando teve que fazer cirurgia para castrar e tal, o ciúme que eu tenho delas, o cuidado que eu tenho, então acho que eu seria uma boa mãe.*" Rose, sem filhos, 38 anos.

"*Eu acho que eu dou conta* [da maternidade]. *Eu jamais deixaria de trabalhar. Eu tenho o espelho, por exemplo, na minha mãe, a minha mãe deu conta de trabalhar a vida inteira, teve dois filhos, tinha a minha avó que morava com a gente e que ficou acamada há oito anos e ela sempre deu conta. Eu não admitiria não dar conta. Eu faria qualquer coisa porque eu acho que eu tenho que dar conta. É o mínimo, eu tenho que dar conta disso. Eu não vejo que isso seja um empecilho não*" Marina, sem filhos, 37 anos.

Em contrapartida os homens mostraram-se estar mais inseguros quanto à futura paternidade, seja por achar que é algo difícil por se mesmo ou de duvidarem da sua própria capacidade de educar.

"*Na verdade eu até me preocupo um pouco porque eu acredito que vou ser um pai muito apegado com o filho, com a filha, seja quem for. Eu estou falando apegado porque eu gosto muito de criança, sou carinhoso com crianças, e talvez isso me faça até educar mal o meu filho de não saber passar realmente para ele alguns limites*". Nicolas, sem filhos, 31 anos

Nesses exemplos pôde-se perceber que a percepção da capacidade de se tornar pai/mãe pode interferir tanto no sentido de estimular quanto inibir e dificultar a realização do comportamento de fecundidade.

6.3.4 A influência das redes e da pressão social sobre o comportamento de fecundidade

Assim como defendido por Balbo & Mills (2011), as redes sociais do casal tem um papel muito importância para o processo de tomada de decisão por filho, em que esta pode impulsiona ou inibir um determinado comportamento. Entre os entrevistados, a maioria que possuía uma rede teve a ajuda desta. Contudo, em casos específicos, como é o caso da Helena, em que os pais moravam em outra cidade, e o da Samantha, cujo relacionamento com a mãe não era muito próximo, as entrevistadas demonstraram que não tiveram participação/apoio de rede familiar com os cuidados com os filhos pequenos.

"Não tive ajuda da rede... Pouco. Minha mãe não gosta que eu fale isso, mas eu não tive." Samantha, 2 filhos, 35 anos

"Não tive ajuda [da rede de apoio], *porque minha família não é daqui e a família dele não é daqui."* Helena, 2 filhos, 38 anos

Mas a grande maioria dos entrevistados que já tinham filho reconheceu que teve apoio das suas redes familiares e deu muita importância a esta participação para o cuidado e criação dos filhos, especialmente entre aqueles casais com dois filhos. As mulheres parecem reforçar mais este fato do que os homens. É importante notar que rede de apoio no cuidado esteve sempre ligada à mãe da mulher entrevistada, ou seja, envolve a presença de mulheres e não de homens.

"Tinha a minha mãe só. Eu não dei conta de mais ninguém, só minha mãe." Aline, 1 filho, 41 anos

"Minha mãe mora aqui perto, e minha grande benção também é minha mãe se prontificar a ficar com ela. Aí eu passei a ter empregada, porque a empregada ia

para casa da minha mãe para cuidar da casa para minha mãe ter possibilidade de cuidar." Ana Maria, 2 filhos, 39 anos

"Muito [a rede de apoio me ajudou]. *Eu acho que isso é uma das coisas que faz a gente decidir ter mais um filho ou não. Porque se você tem que trabalhar e deixar a criança numa creche, numa escolinha, não tem essa estrutura. Igual, eu tenho uma pessoa que trabalha comigo e é minha tia, então é da minha família. Eu trabalho a dois quarteirões da minha casa, então qualquer coisa que acontecer. Meu filho, atualmente, até ele se estruturar e a gente perceber como que é a rotina da escola, tudo isso, ele está estudando numa escola próximo aqui. Então tudo isso faz a gente..."* Regina, 2 filhos, 36 anos

Até mesmo para aqueles casais que ainda não tem filhos a rede de apoio também foi citada como um fator importante. Especialmente para as mulheres a falta desta rede e, paralelamente de políticas públicas de conciliação trabalho-família, parece interferir ser um fator de restrição durante o processo de tomada de decisão por filhos.

"Agora não tem como a gente pensar nisso [ter filho], *nós temos uma dívida grande, e outra coisa que eu tenho que pensar aqui é que eu não vou ter a minha mãe. Lá eu tinha ela para tudo, levava na escola, buscava, tal, tal, tal."* Joice, 1 filho, 38 anos

"E o fato de morar em BH e não ter nenhuma pessoa próxima que poderia me dar algum socorro [no cuidado com o filho], *considerando a vida que eu levo no trabalho, me deixa ainda mais temerosa* [se será mãe]." Rose, sem filho, 38 anos

Apesar da fecundidade abaixo do nível de reposição observada, da alta escolaridade e das muitas características presentes da chamada segunda transição demográfica, observou-se entre os entrevistados a presença de tensões entre as gerações e conflitos entre um comportamento moderno e expectativas ainda muito tradicionais e não condizentes com características dessa transição. Houve vários relatos da pressão social exercida pelas redes sobre os entrevistados, os quais acabam por serem impulsionados repetirem estes comportamentos mais tradicionais.

"*Eu acho que eu fiquei chocado a primeira vez que eu vi um casal de amigos falando que não queriam ter filhos, mas me fez refletir se realmente eu queria ou se eu estava simplesmente querendo por causa da pressão social, por causa de 'a vida sempre foi assim'*". Vitor, sem filhos, 39 anos

"*Minha mãe casou mais velha, então ela mesma me ensinou que para ter filho tinha que casar. Só que eu teria um filho sem casar*". Cláudia, 1 filho, 37 anos

"*Pois é. Eu não tenho tanta convicção ainda de querer. Então, assim, o fato de não ter dado certo o tratamento, para ser sincera, para mim é certo alívio porque socialmente eu satisfiz todo mundo, eu fiz tudo o que estava ao meu alcance.*" Dália, sem filhos, 36 anos.

"*Tenho essa pressão. Muita gente: 'Mas você não vai ter? Que coisa! Que absurdo. E quando você estiver velha?', como se fosse algum sinônimo de que você...*". Rafaela, sem filhos, 39 anos.

[Se pensar no cuidado, na rede de apoio que vocês tiveram da sua sogra, o que você diria que ela foi pra vocês?] "*Essencial. Ainda mais por ser gêmeos, ela no hospital, isso aí, se não fosse essa rede de apoio naquele momento, acho que...*" Diego, 2 filhos, 38 anos

As redes, além de ter um papel bastante forte relacionado ao cuidado com crianças propriamente dito, também desempenham uma função importante como julgadora de comportamento, onde atores sociais empregam esquemas para determinar a forma de agir, para justificar suas ações e avaliar as ações dos outros; o que de certa forma pode interferir no comportamento reprodutivo do casal (Johnson-Hanks *et al.*, 2006). Como exemplos dessas manifestações, as falas abaixo mostram como as redes dos casais vêem e avaliam o comportamento reprodutivo deles. Entre aqueles casais sem filhos, as redes parecem fazer uma grande pressão e cobrança para que eles tenham filhos, os quais são sempre questionados sobre a opção de (ainda) não terem filhos ou não terem mais de um. Notou-se uma certa revolta por parte dos entrevistados sobre esta pressão, uma vez que eles demonstraram ter um comportamento bastante moderno, como pode ser percebido nas falas da Teresa e do Erasmo. Já outros

entrevistados, como é o caso da Cristina, disseram que não se deixam interferir por estes comentários e que talvez a maior cobrança seja deles mesmos.

"*Não tinha questionamento, era sempre aquela coisa assim, como se fosse uma obrigação, como se uma coisa estivesse ligada a outra: você tem que casar, você tem que ter filho; o ser humano foi feito para procriar. Como se esse fosse o único objetivo de vida ou algum tipo de realização.*" Teresa, sem filhos, 38 anos

"*Não, não me incomoda, acho que eu já estou acostumada* [cobrança]. *A pressão que eu vivo hoje, ela é interna, minha, comigo mesma por causa do risco da gravidez e para o risco para o bebê. Nenhuma pressão externa me faz mudar de idéia.*" Cristina, sem filhos, 38 anos

"*Dei nele* [na pessoa que cobrou o segundo filho] *um esporro. O meu avô também, mas as primeiras que me cobraram levou. 'Não me enche o saco não, tomar conta da sua vida. Você não está dentro da minha casa pagando as minhas contas, não me enche. Vai tomar conta da sua vida para lá'. Foi uma vez só e não me cobrou mais. Se vier, vai ter.*" Erasmo, 1 filho, 36 anos

É relevante relatar que a pressão das redes se dá para ambos os lados, ou seja, cobra-se filhos para aqueles que não tem, mas também questiona-se aqueles casais que querem mais de dois. Foi muito relatado entre os casais com dois filhos que desejam ter o terceiro que essa possibilidade parece ser amplamente desestimulada pelas pessoas próximas, uma vez que se assemelha a uma insanidade.

"*Por eles* [a família] *era outro* [filho] *sim, tranquilérrimo. Mas as outras pessoas de fora, colegas, a maioria deles falam: 'Você é louca! Você é doida! Dois já está de bom tamanho'. Então, assim, é muito reativo. Eu acho que as pessoas assustam muito quando você fala assim 'tenho três filhos'.* Karine, 2 filho, 38 anos

"*Acho que esse número dois é interessante porque parece que as pessoas aceitam bem. Perece que três eles já começam a falar que é meio loucura, mas dois é um número aceitável.*" Helena, 2 filhos, 38 anos

"Não sei se porque eu tenho dois e gêmeos, o meu caso é um pouco diferente, acho que as pessoas já pensam assim 'coitada, tem dois'". Izabel, 2 filhos, 36 anos

Se o terceiro filho é visto com algo bastante criticável, ter apenas um filho também tem os seus julgamentos. Foi bastante nítido, um sentimento de rejeição com relação ao fato de ter filho único entre os casais entrevistados, especialmente entre aqueles que tinham dois filhos ou estavam tentando ter o segundo filho, contudo também esteve presente entre os casais sem filhos. Muitos utilizaram exemplos e questões negativas sobre a experiência de se ter um filho único, e justificando esse fato para terem o desejo por mais filhos. Isso de alguma forma pode demonstrar como ainda estão presentes entre os entrevistados atitudes tradicionais e como a idéia de família ainda está atrelada ao maior número de filhos.

"... porque eu acho muito triste uma criança filha única, que não tem irmão, não vai ser tio, não vai... Depois que os pais falecerem não tem ninguém." Bruna, 1 filho, 37 anos

"Eu costumo brincar com meu marido que filho único é uma armadilha, assim, você pode cair nela ou não. Você tem que ficar muito atento, ter todo o cuidado, todo tato psicológico e tudo para você não cair nessa armadilha, porque vira o reizinho ou a rainhazinha da casa." Ana Maria, 2 filhos, 39 anos

"Se for só um, mas eu acho que dois é melhor. Vai dar mais trabalho, mas é até pela relação de um com o outro, acho melhor ter companhia." Daniel, sem filho, 43 anos.

"Na verdade, ficar com uma [criança] *só acho que nunca cogitamos isso não, até pelos históricos. Eu te disse que vim de uma família de sete e a Lúcia de uma família de cinco. Antes disso, as famílias tanto dela como minha eram ainda maiores, então a questão de filho único nunca foi cogitada por nós não."* Henrique, 2 filhos, 45 anos

6.3.5 Relações de gênero e visão dos cônjuges sobre sua autonomia e seu poder de barganha quanto à tomada de decisão de ter filhos e trabalho doméstico

As relações de gênero têm sido um dos aspectos apontados na literatura como intimamente relacionados à intenção por filhos, uma vez que o sistema de equidade de gênero vivenciado pelo casal pode ser tanto um viabilizador quanto um desestimulador do comportamento de fecundidade (Ajzen, 1991; Mason, 1986; Presser, 2001; McDonald, 2013; etc). Nesse sentido, esta seção discute tanto os dados quantitativos sobre equidade de gênero oriundos do mini-questionário da PNDS aplicado aos entrevistados quanto os dados qualitativos sobre a temática captados nas entrevistas em profundidade.

Um das variáveis utilizadas para verificar a igualdade de gênero na relação foi o poder que cada indivíduo tem sobre o dinheiro que ele recebe do seu trabalho (TAB.18). De modo geral, observa-se que, entre os entrevistados, essa decisão é predominantemente conjunta (42,1% dos casos), e ao contrário do que se espera, a mulher aparece em segundo lugar como a responsável por esta decisão, indicando que possivelmente em alguns casos ela também decide o que fazer com o dinheiro que o companheiro recebe. Analisando as respostas por sexo do entrevistado, nota-se que isso de fato acontece, pois entre as mulheres esta decisão é tomada por ela ou em conjunto, e em nenhum caso, pelo marido, independente do tipo de arranjo. Já nas respostas dos homens, em dois casos a mulher decide o quê fazer com o dinheiro que ele recebe do trabalho, mas na maioria das vezes a decisão é conjunta, exceto no arranjo casal com um filho.

Esses resultados indicam que, por se tratarem de mulheres em média mais escolarizadas e estarem inseridas no mercado de trabalho, possuiriam maior autonomia quanto à decisão com o seu dinheiro. Entretanto, é preciso olhar com cautela esses resultados, uma vez que, assim como destacado por Fonseca (2004), essa independência das mulheres em administrar o seu dinheiro e até mesmo o dinheiro do marido pode acabar por isolar os homens da tomada de decisões nos domicílios, muito disso devido aos homens não terem o mesmo comprometimento com as famílias, como as mulheres. Já os resultados de acordo

com o número de filhos indicam que há maior compartilhamento desta decisão entre os casais com dois filhos (57,1%) e por outro lado, as mulheres detêm mais esta decisão no arranjo de casal com um filho (42,8%) e os homens sem filhos são aqueles que menos decidem o que fazer com o dinheiro que recebem (17,39%). Estes dados, na verdade, revelam uma delegação de tarefas domésticas para as mulheres, do tipo "Eu sou homem e não me aborreço com esses detalhes"; desta forma este tipo de indicador mediria precisamente o contrário: falta de liberdade da mulher. Outra variável importante é o poder de decisão sobre algumas ações no dia-a-dia do casal e como a divisão destas tarefas é percebida pelos indivíduos.

TABELA 18– Distribuição percentual dos entrevistados segundo quem decide o que fazer com o dinheiro que ela/ele recebe (N=58*)

Variáveis		ela decide	ele decide	ambos decidem
Total	No questionário da mulher, ela disse que...	66,67	0,00	33,33
	No questionário do homem, ele disse que...	3,33	46,67	50,00
	Geral	33,33	24,56	42,11
casal sem filhos	No questionário da mulher, ela disse que...	70,00	0,00	30,00
	No questionário do homem, ele disse que...	0,00	33,33	66,67
	Geral	30,43	17,39	52,17
casal com um filho	No questionário da mulher, ela disse que...	80,00	0,00	20,00
	No questionário do homem, ele disse que...	9,09	63,64	27,27
	Geral	42,86	33,33	23,81
casal com dois filhos	No questionário da mulher, ela disse que...	42,86	0,00	57,14
	No questionário do homem, ele disse que...	0,00	42,86	57,14
	Geral	21,43	21,43	57,14

Fonte: Mini questionário aplicado aos entrevistados

* Nota:Foram excluídos os entrevistados que se encontravam desempregados

Na TAB.19 percebe-se que a visão dos cônjuges sobre a divisão das tarefas e decisões que são tomadas pelo casal é bastante diferente para homens e mulheres. Somente 4 casais tiveram a percepção coincidente de quem de fato tomava as decisões, pois relacionaram exatamente quem decidia com cada atividade. Os demais, de alguma forma, mostraram ter uma percepção

equivocada da pessoa que era o mais responsável pelas ações sugeridas no questionário da PNDS. De forma geral, o cuidado com a própria saúde normalmente é realizado pelas mulheres, dado que 51,61% dos entrevistados (homens e mulheres) falaram que a mulher decide o que fazer. Neste tópico se esperaria que cada indivíduo cuidado da sua própria saúde, contudo somente 35% relataram ser os homens que tomam essas decisões. Com relação ao cuidado com a saúde das crianças, esperaria-se que a grande maioria dos casos o casal fosse apontado como o tomador de decisões e de fato ele apareceu em primeiro lugar, em que 47,37% dos entrevistados disseram que ambos decidiam sobre esse assunto, contudo destacou-se o grande percentual de entrevistados que relacionou a mulher era a mais responsável. Sobre as decisões de compra de grande valor para a casa, observou-se que esta foi a decisão mais apontada como sendo partilhada por ambos os cônjuges (83,87%) e, curiosamente, a única decisão questionada em que os homens apareceram como os mais responsáveis do que as mulheres (11,29% contra 4,48%). Também as decisões quanto visitas à familiares e amigos foram declaradas como sendo de responsabilidade de ambos os parceiros para a maioria dos entrevistados (82,26%). Já as decisões com relação à compra de necessidades diárias e da comida que é preparada diariamente, como já esperado, foram apontadas, na maioria das vezes, como de responsabilidade da mulher (46,77% e 64,52%).

Estes resultados são muito instigantes e revelam a dinâmica da divisão das responsabilidades conjugais, pois, apesar de se tratar de casais em que as mulheres possuíam graduação ou mais e, portanto, se esperaria que as decisões fossem mais compartilhadas, eles indicam ainda uma forte associação de responsabilidades ligadas ao cuidado e às atividades domésticas à mulher, confirmando as discussões feitas por Miettinen (2008). Assim como revelado no relatório da PNDS 2006, entre os entrevistados ficou bastante evidente que a participação dos companheiros é muito mais intensa nas decisões que envolvem recursos financeiros, ou seja, nas compras, tanto aquelas de grande valor ou de necessidades diária/básicas para a casa, já que são nessas em que os homens aparecem com maior percentual de decisão individual e de decisão conjunta; e também compartilham mais as decisões sobre visitas aos familiares. Estes resultados coincidem com os achados de Alvarez & Miles (2003) que revelaram

que o igualitarismo de homens e mulheres em termos de educação e condições no mercado de trabalho não necessariamente os iguala em relação à distribuição das atividades domésticas e cuidados com as crianças, pois neste aspecto prevalecem muito mais o contexto cultural de gênero vivenciado pelo casal ou a visão histórica do processo de divisão de tarefas domésticas na família do que das diferenças nas características dos cônjuges.

No que diz respeito às diferenças entre parturição dos casais, percebe-se algumas curiosidades (TAB.19). Com relação ao cuidado com a própria saúde, os casais sem filhos parecem ser aqueles com percepção de cuidado mútuo maior, uma vez que 16,67% relataram ser uma decisão de ambos os parceiros e foi onde esta decisão esteve menos relacionada à mulher (45,83, contra 54,55% dos casais com um filho e 56,25% dos casais com dois filhos). O cuidado com a saúde das crianças parece ser mais compartilhado entre os casais com dois filhos (43,75 contra 36,36 dos casais com um filho), contudo em ambos os grupos essa decisão em 50% dos casos é tomada pela mãe. Com relação às compras de grande valor, entre os casais com dois filhos, todos eles relataram que a decisão é conjunta, e os homens parecem decidir mais entre aqueles casais com um filho (18,18 contra 12,5 dos casais sem filhos). Com relação às compras cotidianas, percebe-se que os homens em relacionamentos sem filhos são aqueles que apresentam maior decisão individual dessas compras (16,67% contra 4,55% dos homens com um filho e 6,25 dos homens com dois filhos) bem como das decisões com relação à comida que se prepara diariamente (16,67 contra 0% entre aqueles casais com um filho e 12,5 entre aqueles com dois filhos). Como já apontado pela literatura (Alves *et al.,* 2010) mulheres de relacionamentos sem filhos, em especial casais DINC, parecem se dedicar menos ao afazeres domésticos quando comparada à outros tipos de arranjos, e por outro lado a participação dos homens nessa atividades, apesar de ainda pequena, é muito superior ao desempenhado pelos outros homens de outros arranjos. É relevante notar que, entre casais com um e dois filhos, outras pessoas (empregada doméstica e outros parentes) aparecem (18,18% e 12,5% respectivamente) como as que decidem sobre a comida que se prepara diariamente. No que diz respeito às decisões quanto visitar familiares e amigos não houve grandes diferenças entre a parturição dos casais.

Ainda na Tabela 19, observa-se algumas diferenças de acordo com o sexo do entrevistado. Percebe-se que com relação às decisões que envolvem a própria saúde as mulheres se disseram em 77,4% dos casos como as próprias responsáveis, já os homens apenas 61,2% disseram o mesmo. Com relação à saúde dos filhos, também as mulheres são as mais apontadas como sendo aquelas que tomam decisões à respeito, os homens tendem a diminui a sua participação e aumentar a sua participação, via aumento da proporção indicada por estes de decisões que são tomadas conjuntamente pelo casal.

TABELA 19 – Distribuição percentual dos entrevistados segundo quem toma a decisão e tipo de casal (n=62)

Variáveis		cuidado com a própria saúde	cuidado com saúde das crianças	compra de grande valor para a casa	compra de necessidades diárias	comida preparada diariamente	visitas à família ou parentes
Geral	ela decide	51,61	44,74	4,84	46,77	64,52	11,29
	ele decide	35,48	7,89	**11,29**	9,68	9,68	6,45
	ambos	12,90	47,37	83,87	43,55	19,35	82,26
	outros	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45	0,00
casal sem filhos	ela decide	45,83	0,00	4,17	41,67	58,33	12,50
	ele decide	37,50	0,00	12,50	**16,67**	**16,67**	**8,33**
	ambos	**16,67**	0,00	83,33	33,33	25,00	79,17
	outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
casal com um filho	ela decide	54,55	54,55	4,55	54,55	63,64	13,64
	ele decide	31,82	9,09	**18,18**	4,55	0,00	4,55
	ambos	13,64	36,36	77,27	40,91	18,18	81,82
	outros	0,00	0,00	0,00	0,00	**18,18**	0,00
casal com dois filhos	ela decide	56,25	50,00	0,00	43,75	68,75	12,50
	ele decide	37,50	6,25	0,00	6,25	12,50	6,25
	ambos	6,25	**43,75**	**100,00**	50,00	12,50	81,25
	outros	0,00	0,00	0,00	0,00	**6,25**	0,00
No questionário da mulher, ela disse que...	ela decide	77,42	**47,37**	6,45	54,84	64,52	12,90
	ele decide	9,68	10,53	**12,90**	6,45	9,68	3,23
	ambos	12,90	42,11	80,65	38,71	19,35	83,87
	outros	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45	0,00
No questionário do homem, ele disse que...	ela decide	25,81	36,84	3,23	38,71	64,52	9,68
	ele decide	61,29	5,26	9,68	**12,90**	9,68	9,68
	ambos	12,90	**57,89**	**87,10**	**48,39**	19,35	80,65
	outros	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45	0,00

Fonte: Mini-questionário aplicado aos entrevistados

Observa-se (TAB.19) que o mesmo acontece com as decisões sobre compras de grande valor, em que as mulheres os coloraram como mais decisores do que elas, contudo eles disseram que ambos decidem mais sobre isso. Já com relação às decisões sobre as necessidades diárias as mulheres se deram muito esta

responsabilidade (54,8%) contra apenas 38,7% reconhecido pelos homens como sendo delas. Eles por outro lado relataram uma grande participação de ambos os cônjuges (48,3%) nessa decisão. Surpreendentemente para as decisões sobre a comida que se prepara diariamente, houve plena concordância de quem tomava essa decisão entre homens e mulheres, na média, eles conseguiram se dar o mesmo percentual de responsabilidade. As decisões sobre visitas à amigos e familiares não houve grandes diferenças entre os sexos. Esses resultados mostram diferenças claras na percepção de homens e mulheres quanto às suas responsabilidades e como cada um tende a aumentar a sua participação, especialmente os homens, seja via o colocando como decisor direto seja como participante na decisão conjunta.

Outra forma utilizada para captar a relação de gênero vivenciada entre os casais entrevistados é a satisfação dos mesmos quanto à esta experiência avaliada através de uma escala de pontos, na qual os entrevistados fizeram sua auto-avaliação e uma avaliação do parceiro quanto à divisão e compartilhamento do trabalho doméstico e cuidados com os filhos (TAB.20). Essa pontuação variou de 0 a 10, sendo que a nota zero correspondia a total falta de divisão do trabalho doméstico e cuidados infantis e a nota 10 correspondia a total divisão destas funções. Para esta nota, os entrevistados foram estimulados a pensar sobre questões que envolviam a iniciativa, a responsabilidade, a realização propriamente dita de tarefas do cotidiano do casal, tais como arrumar a cama, preparar as refeições, lavar louças e roupas, fazer lista de compras, ir ao supermercado, pagar as contas, limpar a casa, cuidar de animais de estimação, etc. Por outro lado sobre os cuidados com as crianças estes foram estimulados a pensar sobre a divisão de tarefas como dar banho, alimentar, preparar o material escolar diário, fazer lição de casa, levar e buscar na escola, colocar para dormir, etc. É importante relatar que grande parte dos casais entrevistados possuía serviços de empregada doméstica/babá (25% - todos eles eram casais com dois filhos) e/ou diarista (50% tinham diarista pelo menos três vezes no mês). Mesmo assim, acredita-se ser importante verificar a percepção e avaliação dos entrevistados quanto à equidade da divisão do trabalho doméstico e cuidado com os filhos, uma vez que, apesar de menor carga de trabalho, as tarefas e cuidados

existem e de alguma forma esta divisão por ser vista como diferenciada pelos entrevistados.

TABELA 20 – Distribuição percentual dos entrevistados (n=62) segundo a nota que ele e o parceiro merecem com relação à divisão das tarefas domésticas de cuidado com os filhos segundo sexo do entrevistado e a parturição da mulher

Respostas	casais sem filhos		casais com 1 filho		casais com 2 filhos		Média geral
	ela merece	ele merece	ela merece	ele merece	ela merece	ele merece	
Notas que as mulheres acham que...	7,63	6,67	8,77	8,27	8,19	8,94	8,08
Notas que os homens acham que...	8,79	6,50	9,45	7,41	9,13	7,44	8,12
Média geral	7,06		8,09		7,81		8,10

Fonte: Dados das entrevistas em profundidade

Quanto aos resultados das notas sobre divisão e compartilhamento do trabalho propriamente ditas, observa-se na Tabela 20 que, no geral foram boas, pois a média foi de 8 em 10 pontos. Houve algumas particularidades: as notas das mulheres foram mais elevadas, tanto quando foram dadas pelos parceiros quanto por elas mesmas, exceto para o tipo de casal com dois filhos, onde as mulheres deram uma média de nota maior para os esposos do que para elas mesmas. Os homens tenderam a dar notas mais elevadas para as mulheres e mais baixas para eles mesmos, mais baixas até do que aquelas notas dadas por suas parceiras. O arranjo em que houve uma menor média de notas foi o de casal sem filhos, em que foram dadas as piores notas tanto para os homens, na maioria dos casos, quanto para parceiras, em que houve desde zero e um para o esposo e também 4 e 5 para a esposa. Contrariamente, o arranjo com maior média de notas foi aquele com um filho, onde as mulheres foram mais bem avaliadas pelos esposos. Todavia, foi no tipo de arranjo com dois filhos que os homens receberam as maiores notas pelas esposas, dado que neste tipo de arranjo o compartilhamento das tarefas e cuidados com os filhos pareceu ser mais homogêneo.

Além da nota, sobre a auto-avaliação e do parceiro, também foi questionado aos entrevistados sobre o motivo de se dar aquele valor. Segue abaixo uma análise

dessas falas as quais revelam grandes questões sobre igualdade de gênero entre os casais. Essa análise esta dividida de acordo com o que o sexo do entrevistado e o que este falou sobre o porquê de sua nota e a nota do parceiro.

O que eles disseram com relação à sua própria avaliação

Entre os recém-casados, presentes somente entre casais sem filhos, foi unanimidade a justificativa para a nota ruim (abaixo de 6) a falta de costume nesse tipo de atividade, o que os impedia de ter iniciativa para as tarefas domésticas. Estes entrevistados deixaram muito claro que anteriormente ao casamento, seja na casa dos pais ou morando sozinhos, não tinham tais obrigações e por isso na nova relação tinham dificuldade de perceber as atividades domésticas e cotidianas como sendo obrigações deles. Mas, independente do tempo de casamento, a falta de iniciativa foi o motivo mais comum apontado pelos homens para justificar a sua baixa contribuição nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos, independente da parturição. De certa forma, as falas abaixo demonstram uma certa invisibilidade dos afazeres domésticos para os homens, e por outro lado, a constante lembrança que ele existe por parte das mulheres.

"*O casamento para mim é uma coisa nova, então talvez eu pudesse contribuir mais, sei lá, com limpeza. Mas, assim, de vez em quando eu lavo a louça, supermercado eu faço tomo a iniciativa de ir ao supermercado. Ás vezes ela fala comigo o que está precisando, mesmo quando eu vejo que está precisando de alguma coisa vou ao supermercado, padaria. Se está precisando pagar alguma coisa*". Daniel, sem filhos, 43 anos (ele se deu nota 7 ela o deu nota zero)

"*Acho que é porque eu morei sozinho e eu sempre tive a faxineira, então eu nunca me preocupei talvez em fazer limpeza, organizar. A faxina me atendia. Só que a própria louça, se já estava próximo do dia da faxineira ir eu deixava para o dia. Então eu mesmo não fazia. Não tive o hábito de fazer. Hoje a Joice gosta de estar com a casa mais limpa. Se a faxineira não vem uma semana ela tem que limpar, e eu não fazia isso, por exemplo. Eu tenho um pouco de dificuldade. Talvez eu pudesse ajudar mais nesse ponto*" Humberto, sem filhos, 43 anos (ele se deu nota 4 e ela o deu nota 7).

"*Porque ainda ela toma mais iniciativas do que eu ou eu às vezes fico inseguro em relação a algumas coisas e acabo deixando que ela tome a iniciativa. Então, no fim das contas, a divisão ainda é um pouco desigual, ela acaba tomando mais iniciativa do que eu*". Pedro, sem filhos, 43 anos (se deu nota 7 e recebeu um 7)

"*Porque é tipo isso, talvez eu não me envolva tanto em algumas coisas, deixo ela mais por conta disso. Eu acho que casa também, eu não fico muito preocupado em lavar, fazer essas coisas. Por exemplo, roupa, eu não faço nada com roupa, só jogo no cesto ali e ela volta para o meu armário magicamente limpa e passada.*". Ronaldo, 1 filho, 35 anos (se de nota 6,5 e ganhou 8)

"*Porque eu reconheço que na iniciativa às vezes ela sente mais o que precisa ser feito do que eu, eu penso muito nas coisas do trabalho, confesso. Estou com eles e estou pensando no que eu tenho que estudar, no que eu tenho que fazer, no que está faltando.*" Augusto, 2 filhos, 40 anos (se deu nota 8 e ganhou 10)

Entre os casais sem filhos dois casos também chamaram atenção, nestes os homens reconheceram que não fazem muito das tarefas domésticas e motivo para esse comportamento está no fato deles trabalharem muito. Para os entrevistados a sua rotina de trabalho é estressante e cansativa, com isso eles chegam em casa cansados e não estão dispostos a fazer tarefas domésticas. E em ambos os casos, seja por querer poupar o marido seja por não agüentar conviver com a bagunça, as esposas desempenham a maioria das tarefas domésticas.

"*Mas hoje acho que a Clara percebeu que eu não faço por maldade, que é porque eu realmente não tenho a iniciativa, não é uma coisa que surge em mim, que eu perceba que eu preciso tomar aquilo. Ela sabe também que meu trabalho me suga muito. É um trabalho de muita concentração, então quando chega o fim do dia eu quase sempre estou muito cansado, e ela quer me poupar.*" Vitor, sem filhos, 39 anos (ele se deu nota 1 e ela o deu nota 7)

"*Porque assim, por conta da rotina louca de trabalho eu chego em casa e não quero fazer nada mesmo. É uma coisa pactuada, a Amélia sabe disso. De vez em quando eu faço de boa, tranquilo. Quando eu estou me sentindo bem para fazer eu faço. Eu tenho uma linear de encontro com a sujeira muito alta, a Amélia tem*

uma linear muito baixa, então ela acaba fazendo antes." Fabrício, sem filho, 31 anos (ele se deu nota 4 ela o deu nota 5)

Os entrevistados também justificaram a sua menor participação nas atividades domésticas do que suas esposas devido ao fato de que as parceiras passavam mais tempo em casa e, portanto, estavam mais sujeitas a fazer as atividades domésticas do que eles. E novamente devido ao fato delas não suportarem ficar com a sujeira elas acabavam por desempenhar mais estas funções.

"*Acho que eu posso ajudar mais. Mas acaba que como ela fica mais tempo em casa ela faz mais as coisas até pelo fato de ficar mais em casa mesmo. Geralmente ela não tem muita paciência de ver as coisas sujas, esperando e faz. Eu fico o dia inteiro fora.*" Alberto, sem filhos, 31 anos (se deu nota 5 e ela o deu nota 5,5)

"*Porque igual eu disse, muitas vezes quem acaba fazendo isso sozinha é ela, até porque ela fica mais em casa do eu.*" João, 2 filhos, 39 anos (se deu nota 8 e ela o deu nota 7)

Em duas situações específicas, o ambiente físico e social em que o casal vivia pareceu influenciar nessa divisão de tarefas, pois os homens que moravam na casa dos familiares (sogros dele), justificaram a sua baixa participação na divisão das tarefas doméstica e nos cuidados com os filhos justamente por não se sentirem a vontade, ou seja, não se sentirem em suas próprias casas. As falas de Heitor e Felipe revelam exatamente a influência desta situação, a qual em ambos os casos parece limitar ou mesmo reprimir a atitude deles em relação à essas funções domésticas e cuidados com os filhos.

"De um tempo para cá eu estou me sentindo um pouco inibido e sem jeito de entrar [cuidar da filha] *porque a ela está muito pirracenta..... e às vezes eu quero chamar atenção, quero alguma coisa e a minha sogra está perto, ela não gosta que chame atenção da* [filha], *ela não gosta que a gente briga com* [filha], *aquele negócio de vó mesmo."* Heitor, 1 filho, 28 anos (se deu nota 5 e ela o deu nota 8)

"*Por estarmos morando aqui* [na casa da sogra] *isso me tira um pouco a liberdade, as tomadas de decisões que eu me referi, a essa divisão das tarefas*

mesmo....na nova casa acho que vai ser bem melhor [irão compartilhar mais as tarefas]." Felipe, 1 filho, 44 anos (se deu nota 8 e ela o deu nota 4).

Outros entrevistados apesar de reconhecer que as parceiras eram as mais responsáveis pelas tarefas e cuidados com os filhos, se deram notas razoáveis e bastante compatíveis com a avaliação feita pelas esposas. Estes entrevistados, ao invés de apontar as falhas e justificar o motivo de não se darem notas mais elevadas, destacaram as funções que desempenhavam e o motivo pelo qual acreditavam merecer aquela auto-avaliação, já que acreditavam na importância da contribuição que davam para a esposa no compartilhamento das tarefas domésticas e cuidados com os filhos.

"*O sete é porque as coisas de manutenção eu faço. Assim, tem rotina, estou tirando a parte pesada porque é a faxineira quem faz, o que em tese sobraria para nos. Em termos das louças, da pia, essas coisas, eu divido com ela bem redondo. A roupa para lavar ela faz sozinha. De contrapartida eu cuido dessa parte toda da manutenção, das coisas que não estão legais na casa e ela não se envolve.*" Tomás, sem filho, 44 anos (se deu e recebeu a nota 7)

"*Porque eu não sou muito participativo nesse sentido de arrumar casa, eu não gosto, igual eu te falei. Eu gosto de arrumar as coisas dele, guardar. Sem pressão eu faço as coisas.*" Luan, 1 filho, 41 anos (se deu nota 5 e recebeu um 7)

"*Porque eu sou presente mesmo, eu faço as coisas da casa. Eu posso não gostar de arrumar casa, de varrer casa, mas o resto tudo eu faço.*" Isaac, 2 filhos, 37 anos (se deu nota (se deu nota 8,5 e recebeu nota 9)

"*Porque, como eu te disse, eu acho assim, que a média das pessoas, umas que eu conheço hoje, fazem é menos do que isso, na minha opinião. Eu acho que tem mais para fazer, dá para avançar bem, mas não é um zero, um ou dois não. No meio é um caminho bem bom, na minha opinião. Eu já considero que é mais que a média do público que eu conheço e que tenho por referência.*" Henrique, 2 filhos, 45 anos (se deu e recebeu nota 5)

Nesta última fala é curioso como o marido, apesar de se dar uma nota baixa e esta ser reconhecida pela esposa, acredita que a sua colaboração nas atividades

domésticas está acima da média do seu grupo de amigos. Ou seja, apesar de fazer pouco, ele indica que, na sua percepção, a maioria dos seus amigos desempenha menos estas funções do que ele.

O que elas disseram em relação à nota dada à deles

Neste tipo de avaliação, houve claramente argumentos diferentes para dois tipos de mulheres: aquelas que deram notas mais baixas para os esposos em relação à sua própria nota e aquelas que deram notas superiores para seus esposos em relação à sua avaliação. No primeiro grupo, os argumentos para aquela nota foram bastante condizentes com a justificativa dos maridos para a auto-avaliação deles. Na maioria dos casos, as mulheres reclamaram da falta de iniciativa e a não percepção das tarefas domésticas como sendo também de responsabilidade deles.

"*Porque eu acho que ele poderia fazer mais e não faz. Ele é mais tranquilo em relação a essas obrigações de casa, ele não quer se sentir obrigado a fazer alguma coisa, para ele está tudo bem.*" Amélia, sem filhos, 35 anos

"*Porque eu acho que em algumas coisas ele é extremamente bom e em outras ele não é tão bom, aí um compensa o outro. Mas especialmente porque ele não tem iniciativa.*" Carmem, 1 filho, 41 anos

"*Porque não tem iniciativa, não consegue se sentir responsável por essas coisas* [do lar]." Lúcia, 2 filho, 43 anos

Outra justificativa para as avaliações dada aos esposos que dividiam pouco as funções domésticas e cuidados com os filhos foi a limitação e a seletividade da participação masculina na vida doméstica, ou seja, eles fazem algumas determinadas tarefas. Esses achados vão corroboram o estudo de Abreu & Sorj citado por Sorj (2004) que mostram que a presença dos maridos é mais marcante em atividades que envolvem interação, como cuidar de crianças ou que representem uma mediação entre a família e o mundo público, como fazer compras para casa e levar as crianças à escola. O envolvimento dos homens tende à diminuir na medida em que as atividades implicam trabalho manual, rotineiro e solitário, ou seja, eles tendem a desenvolver tarefas que são

socialmente mais valorizadas. As falas abaixo mostram exatamente esta percepção pelas parceiras, e assim como dito pela Ester, os homens tendem a considerar certos trabalhos domésticos como sendo de responsabilidade de mulheres, indicando que esta visão machista ocorre mesmo entre casais com alta escolaridade.

"*Justamente porque algumas coisas ele acha que é coisa de mulherzinha fazer mesmo.*" Ester, sem filhos, 36 anos

"*Porque ele faz as coisas que ele mais gosta, as coisas que ele não gosta ele não faz não. Por exemplo, lavar banheiro, nunca que eu vou esperar dele lavar banheiro, a não ser que eu esteja passando por algum problema de saúde, aí ele faz, ele faz comida, ele faz tudo.*" Paula, sem filhos, 35 anos

"*Porque acho que às vezes falta um pouco essa coisa de ajudar mais nas tarefas domésticas. Porque homem às vezes acha que ajudando com o filho está, tipo assim, a mulher não está fazendo nada. Não é que não está fazendo nada, mas ela cansa com outras coisas.*" Bruna, 1 filho, 37 anos

"*Porque eu acho que tem coisas que ele não faz, se eu estou em casa ele não faz. Tipo, tem que trocar uma fralda fedorenta, se eu estou em casa ele não faz.*" Samantha, 2 filhos, 35 anos

Também entre as justificativas das mulheres houve aquelas que tentaram valorizar a participação do esposo comparando o comportamento deste com a rede social do casal, onde ela reconhece que, apesar do marido ter recebido uma avaliação ruim, ele é muito melhor do que os maridos das amigas, os quais para ela, participam menos da divisão das tarefas domésticas. Ou seja, parece que a idéia básica da fala abaixo é: "ele tem defeitos mas suporto-os pois os outros homens têm defeitos muito piores"

"*Eu não vou dar uma nota ruim não porque ele colabora espontaneamente, diferente dos maridos das minhas amigas pelo o que elas comentam. Mas o seis, a diferença nossa é mais porque ele é mais desorganizado. Ás vezes ele tira uma coisa que poderia colocar no lugar de volta e deixa de fora.*" Rose, sem filhos, 38 anos

Outra informação sobre a tendência social da rede das entrevistadas é a transmitida pela fala de Fernanda, recém-casada, que sabe que a criação do marido, assim como a do irmão, reaplica e transmite um sistema desigual de repartição de tarefas domésticas, em que normalmente as mães, uma vez que teoricamente são elas as responsáveis por repassar esses conhecimentos, não desenvolvem nos filhos homens estas capacidades. Com isso, quando se casam, estes não sabem se inteirar desses assuntos, deixando a maior parte das responsabilidades do lar para a esposa. Estas só conseguem maior compartilhamento das tarefas caso estejam dispostas a ensinar e cobrar dos parceiros tal atitude, como está dito na fala da Laura.

"O Nicolas, acho que ele ganha oito, porque ele é uma pessoa assim, muito disponível, só que eu falo que ele é muito mimado, mal criado mesmo, que essas mães não criam filho bem, homem. Minha mãe também não criou o meu irmão bem não. Então ele falta iniciativa. Sempre que eu peço ele faz, mas falta um pouco de iniciativa. Por exemplo, supermercado, eu falo 'Nicolas, não tem isso, nem isso, nem isso'. Tipo assim 'tem que comprar', aí ele vai e compra". Fernanda, sem filhos, 37 anos

"Eu gostaria que mudasse um pouco, não tudo. Eu acho que aos poucos ele vai entrar na rotina também, tipo assim, separar as roupas dele, vou ensinar ele a por na máquina. Hoje, por exemplo, ele chegou, eu estou sem fome porque eu lanchei lá na Justiça, aí eu falei assim 'Daniel, faz um lanche para você', aí ele fez." Laura, sem filhos, 35 anos

Por outro lado, estas falas também revelam que os homens parecem não demonstrar resistência às orientações e aos pedidos das esposas quanto à divisão das tarefas, demonstrando que eles estão dispostos a mudar e quebrar com o esquema cultural que foram criados.

Foi bastante forte nas falas de Lara e Wanda que essa não-divisão e compartilhamento equitativo das tarefas e cuidados com os filhos acabam por deixá-las cansadas e sobrecarregas, uma vez que estas mulheres, por estarem inseridas no mercado de trabalho, acabam por desempenhar dupla jornada. Esses achados corroboram as discussões levantadas por Soares (2004), em que

as mulheres reclamam do peso da dupla jornada e reivindica o fim das discriminações, neste caso, da divisão de responsabilidade no cuidado dos filhos e da casa.

"*Essas divisões das tarefas seria muito bom porque é complicado, às vezes eu fico cansada.*" Wanda, 1 filho, 37 anos

"*Se o menino adoece é a mãe que acorda, a mãe que vê, que levanta e tudo. Então, assim, por isso que a nota é 4, porque a gente fica sobrecarregada mesmo. Falta mais participação, mais presença* [do parceiro]". Lara, 1 filho, 37 anos

No segundo grupo, em que as mulheres deram notas superiores ou iguais às suas para os seus parceiros, as justificativas para tal avaliação foi tanto porque acreditavam que os maridos faziam o mesmo que elas, ou seja, compartilhavam igualmente os cuidados com os filhos e com a casa quanto porque na visão delas os maridos acabam fazendo mais essas tarefas do que elas, e por isso mereciam notas superiores às delas. O primeiro grupo foi mais comum entre casais com dois filhos e o segundo mais presente entre casais sem filhos e com um filho.

"*Ele tem muito mais iniciativa do que eu. Quando ele vê que tem que fazer alguma coisa então ele passa na frente, me manda passear e vai arrumar tudo. Mas ele é um pouquinho bagunceiro, não muito. Se ele não fosse tão bagunceiro era dez.*" Teresa, sem filhos, 37 anos

"*Meu marido sempre trabalhou em casa mais do que eu, faz de tudo, lava, passa, cozinha, arruma... se eu falo assim pra ele: 'Eu vou deitar, não quero fazer nada porque estou cansada' ele fala: 'Não, mô, pode deitar, que faço as coisas'*". Irene, 1 filho, 39 anos

"*Eu daria dez para o Augusto. Eu não tenho o que reclamar porque assim, ele realmente ajuda em tudo. De manhã, quem faz o café da manhã é ele. Ele também vê as atividades que eu faço e sempre procura estar ajudando.....Então eu acho que ele desempenha várias atividades dividindo mesmo.*" Helena, 2 filhos, 38 anos

"*Assim, ou eu faço os afazeres ou eu fico com o Vitor. É sempre assim, uma divisão dentro da casa.*" Cláudia, 1 filho, 36 anos.

E nos casos em que os homens receberam notas mais elevadas ou iguais as da esposa, ou seja compartilham conjuntamente muitas tarefas, parece não haver uma limitação de quem faz o que, ou seja, nestes casos, os parceiros não parecem seguir aquela seletividade de tarefas citadas anteriormente. E como dito pela Aline e pelo Gustavo, contrariamente, ao defendido por Abreu & Sorj citado por Sorj (2004), é mais uma questão de opção, e parece que as mulheres ficam mais com a responsabilidade de cuidar dos filhos e suas rotinas e o homem do cuidado com a casa e tarefas domésticas.

"O [filho] *fica muito para mim, mas não é um peso para mim porque ele faz as outras coisas, tipo, de tem vasilha suja ele lava, se tem que fazer comida ele faz, se vai receber alguém e eu quero dormir ele fica. É muito tranquilo. Não é nada que seja um peso.*" Aline, 1 filho, 41 anos

"*É a lógica da coisa, não tem jeito. Um dia a pequenininha falou comigo, eu fui lá dar um palpite* [na lição de casa] *e ela falou comigo: 'Pai, vai lá na cozinha arrumar a janta que a* [filha] *está numa fome. Deixa que aqui a minha mãe cuida'*". Gustavo, 2 filhos, 53 anos

De alguma forma, mesmo que seja ainda desigual, estes homens parecem estarem dispostos a colaborar mais com as esposas, mesmo que seja apenas com as tarefas domésticas. E de certa forma, revelam maior equidade de gênero na relação.

O que elas disseram em relação à própria nota

As mulheres na maioria dos casos se deram notas maiores do que as notas dadas aos parceiros. Algumas vezes, elas se o máximo, pois sabem que conseguem fazer tanto a parte delas quanto a parte dos parceiros no que diz respeito a organização da casa.

"*Para mim eu acho que seria um dez mesmo, porque eu tanto consigo fazer a minha parte quanto delegar o pouco que ele pode resolver para ele.*" Ester, sem filho, 36 anos

"*Eu sozinha é dez também, porque se tiver que tocar a casa sozinha eu estou de boa.*" Joice, 1 filho, 38 anos

A grande maioria das mulheres, apesar de terem se dado notas altas e mais elevadas do que as dos parceiros, não se acharam no direito de se darem 10, porque não se consideravam perfeitas. Normalmente isto estava associado a uma cobrança muito grande por parte delas mesmas, as quais buscavam a perfeição, e como não conseguiam acabaram se dando notas mais baixas. É curioso observar que em todos os casos as justificativas para não se darem 10 parecem estar relacionadas às questões que remetem ao tipo de criação e cultura de gênero que estas mulheres foram moldadas, em que apesar de serem muito escolarizadas, sofrem de uma auto pressão por não desempenharem perfeitamente às funções socialmente colocadas e impostas à elas, como por exemplo preparar a melhor refeição para a família, cuidar perfeitamente da organização das coisas do marido, etc. Essas mulheres, assim como destacado por Bruschini & Ricoldi (2008), encaram a realização de tarefas domésticas como uma obrigatoriedade.

"*Porque eu acho que eu tenho mais iniciativa para poder fazer, para poder pegar, colocar, tirar a roupa que ele deixa às vezes no banheiro, no quarto.. Mas também não é dez porque eu acho que dez é muito perfeito, e eu não sou perfeita, tem dia que eu não estou a fim de pegar*" Amélia, sem filhos, 35 anos

"*Eu acho que dou oito para mim porque eu acho que eu poderia fazer mais e não faço. Por exemplo, eu acho que á noite eu poderia fazer um lanchinho mais especial e às vezes eu fico com preguiça e a gente acaba comendo um pão com queijo e tal.*" Marina, sem filhos, 37 anos

"*Tudo que tem que fazer eu faço, eu cumpro as tarefas, mas tem aquela coisa assim, uma pessoa que trabalha a semana inteira fica cansada, então tem coisas que... Por exemplo, comida, às vezes a gente compra comida fora para facilitar*". Izabel, 2 filhos, 36 anos

Um fato interessante e recorrente foi que algumas mulheres reduziram a sua nota devido à percepção de que são muito exigentes com seus parceiros, e acabam ficando muito estressadas, pois gostam que as coisas sejam feitas do jeito delas.

E como os parceiros não o fazem elas acabam não delegando as funções à eles e, pelo contrário, atraem para si a realização das tarefas domésticas. E por reconheceram esses problemas não poderiam se dar notas maiores porque sabem que essa decisão acaba por sobrecarregá-las.

"*Oito porque eu absorvo muita coisa, de repente seria uma coisa que ele poderia fazer e eu absorvo para mim pelo fato de eu não estar trabalhando.*" Paula, sem filho, 35 anos

"*Um porque que eu não alcanço o 10 é porque eu sou muito estressada, e eu acho que posso fazer as coisas sem ficar brigando. Eu fico muito estressada de colocar as coisas no lugar, porque homem é muito bagunceiro.*" Carolina, 1 filho, 35 anos

"*Mas tem coisas que eu pego muito mais para mim para fazer do tipo lavar roupa. Antes ele lavava mais, mas agora quase que não deixo porque não lava do jeito que eu gosto, não pendura do jeito que eu gosto.*" Samantha, 2 filhos, 35 anos

Também foi bastante curioso que algumas mulheres, especialmente aquelas mães de dois filhos, apontaram como motivo da sua auto-avaliação não ser a melhor a relação que tem com os filhos e o tempo que elas dedicam à eles. Parece que de alguma forma existe uma culpa e uma angustia para a Karine e Raquel por não serem as mães que elas gostariam (perfeitas), por não passarem o tempo que acham que deveriam ter com eles, por não darem a educação que julgam ser a melhor, etc.

"*Eu acho que eu ainda tenho muito que aprender. Eu perco a paciência com eles no dia que eu durmo pouco, eles não têm culpa. Eu perco a paciência, eu grito*". Raquel, 2 filhos, 38 anos

"*Tipo assim, eu faço o que eu posso e o que eu não posso, e as coisas que eu não dou conta de fazer por causa do João que é pequeno, às vezes me angustia.*" Karine, 2 filhos, 38 anos

Por fim, também houve os casos em que as mulheres se deram notas menores do que deram para os seus esposos e nestes casos, elas reconheceram que, de fato, não compartilham as tarefas domésticas com seus parceiros. É oportuno

mencionar que para aquelas mulheres as quais os maridos eram aqueles que mais desempenhavam as atividades domésticas como lavar louças, roupas e arrumação da casa, elas demonstraram se sentir um pouco frustradas com estas situações tanto por que de alguma existe uma regra social que as pressiona individualmente e também porque normalmente recebem muitas críticas com relação a esse comportamento. Nas falas da Ana Maria e da Rafaela, percebe-se que as representações que as entrevistadas têm dos "papéis" que homens e mulheres unidos têm que desempenhar na vida social ainda são muito rígidos. O que corrobora de certa forma com os dados de Araújo & Scalon (2005) em que para elas haveria por parte das mulheres maiores expectativas de compartilhamento na convivência do que de fato uma cultura de compartilhamento.

"*Igual eu falei, eu me sinto um pouco incomodada com essa situação dele tomar mais conta da casa. Não tem jeito, a gente fica com isso na cabeça de que é papel da mulher.*" Ana Maria, duas filhas, 39 anos

"*Vou te falar que eu sou péssima dona de casa. O Juliano faz mais do que eu.* [Você acha isso?] "*Eu tenho até vergonha de falar isso. Ele até me dá umas cutucadas, mas... Aliás, eu tenho até tentado me esforçar para mudar isso, porque também ele já reclamou em relação a isso. Mas acaba que colocar uma roupa dentro da máquina, lavar uma louça, normalmente ele faz mais do que eu. Eu tenho tentado me esforçar para fazer mais para ajudar, mas ele faz. Cozinhar, por exemplo, eu sou péssima. Ele cozinha mais do que eu.*" Rafaela, sem filhos, 39 anos

"*Sete porque eu acho que eu deixo, às vezes eu poderia fazer alguma coisa, mas eu deixo para ele porque ele já tomou frente primeiro. Ele já é desse jeito, geralmente toma frente das coisas.*" Suely, 1 filho, 40 anos

Já para Teresa e Dália, apesar de saberem que o relacionamento está fora dos padrões tradicionais, uma vez que percebem a incompreensão das pessoas próximas, no caso de Teresa a mãe e no caso de Dália o esposo, elas não parecem se culpar pelo seu comportamento. O que parece incomodar é visão que

as pessoas tem, contudo parece que também não estão dispostas a mudar o comportamento para agradar a essas pessoas.

"*As pessoas não vêem essas coisas que a gente resolve tudo junto, principalmente porque a gente mora na minha mãe, a minha mãe não acha certo isso dele ficar mais em casa e fazer as coisas de casa mais do que eu, elas acham que ele fica em casa o tempo todo só por conta de arrumar as coisas. Então as pessoas acham que a gente vive papéis trocados...*" Teresa, sem filhos, 37 anos

"*Eu acho que ele fica mais sozinho. O Cláudio é homem, eu acho que a educação masculina não é para poder uma mulher ficar fora tanto tempo. Eu não gosto de serviço doméstico de jeito nenhum, então eu não faço o menor esforço pelo meu domicílio, não faço mesmo. Não gosto de cozinhar, não gosto de arrumar, não gosto de lavar, não gosto de nada doméstico. Isso não me traz sofrimento, ficar fora de casa.*" [Você acha que incomoda a ele?] "*Incomoda com certeza. Eu acho que ele esperava que eu fosse uma dona de casa um pouco melhor ou que eu me dedicasse um pouco mais às questões domésticas. Mas a verdade é que nunca foi uma coisa que eu sonhei ou que eu buscasse, sinceramente.*" Dália, sem filho, 36 anos

Estas falas revelam uma quebra dos padrões tradicionais, em que estas mulheres mostram-se dispostas à ir contra a norma social de que elas devem ser as mais responsáveis pelas tarefas domésticas.

O que eles disseram com relação à nota data à esposa

A grande maioria dos entrevistados deu notas superiores para suas esposas em relação às suas próprias notas uma vez que reconheceram que elas dominavam nesse aspecto.

"Dez. *Porque ela é extremamente organizada com tudo e talvez ela que vai colaborar e muito para que eu consiga chegar pelo menos na nota oito.*" Nicolas, sem filhos, 31 anos

"*Dez para ela, claro. A Cláudia está fazendo dentro das possibilidades dela. Eu tenho que ser crítico e saber reconhecer que ela está fazendo perto do que eu*

venho cobrando, e a gente cobra, como ela também cobra, claro". Erasmo, 1 filho, 36 anos

Paralelamente, teve-se alguns casos em que os maridos, mesmo dando notas superiores para as parceiras, preferiram destacar os motivos que os levaram a não darem notas maiores. Nas falas de Ronaldo, João e Henrique pode-se verificar que estes motivos são detalhes e que podem ser considerados bem pequenos, mas eles parecem interferir na visão que eles possuem do desempenho das parceiras quanto aos cuidados com os filhos e com a casa.

"*Acho que mais as coisas dele mesmo, não é perfeito. Às vezes pego uma calça, ponho uma calça nele e a calça está curta. Eu falo: 'Pô, porque você não jogou essa calça fora? Porque não comprou uma calça nova?'*". Ronaldo, 1 filho, 35 anos

"*Eu acho que por isso, porque ela faz praticamente quase tudo sozinha e está se dando muito bem. Mas por outro lado, eu acho que porque algumas decisões, sem querer ser machista e já sendo, mas eu acho que algumas decisões que a mãe toma às vezes é muito ligado aquela coisa do sentimento, não é tão prático.*" João, 2 filhos, 39 anos

"*É aquele tipo de coisa, não é um dez porque ela tem a ajuda da gente e a responsabilidade não é só dela, mas a capacidade, a competência ela tem muito*" Henrique, 2 filhos, 45 anos

Teve também aquele grupo de parceiros que deram notas boas para as esposas e reconheceram que o maior peso das tarefas fica com a esposa, contudo destacaram um grande problema na relação, uma vez que as esposas ficam muito estressadas com organização, ou são perfeccionistas com o jeito de arrumar as coisas e acabam por limitar a atuação do parceiro ou mesmo deixar a relação tensa. Bruschini & Ricoldi (2008) afirmam que a idéia dos homens sobre sua capacidade de desenvolver as atividades domésticas gira em torno de uma certa inabilidade a esse tipo de tarefa, por mais que eles tentem e sejam pressionados, nunca conseguirão executar os afazeres domésticos da maneira idealizada pelas esposas.

"Só não daria dez porque de vez em quando eu gostaria de ter um pouco mais de iniciativa, mas sinto que ela própria, às vezes, não aceita muito bem, ela quer que as coisas sejam feitas de uma determinada maneira e eu às vezes não faço exatamente daquele jeito." Pedro, sem filhos, 43 anos

"Nove. Só não dou dez porque ela, às vezes, fica muito neurada com a arrumação da casa, mesmo com a empregada todos os dias." Isaac, 1 filho, 37 anos

*"Melhor do que eu, mas ela se cobra muito, muito, muito. Isso torna as coisas difíceis...'Te daria um dez se você fosse mais relaxada'.*Augusto, 2 filhos, 40 anos

Aqui também houve casos em que os parceiros deram notas iguais para suas esposas e a se mesmos e justificaram essa escolha por perceberem que há uma divisão eqüitativa das tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Nesses casos não parece haver limitação de quem faz o que, mas a própria dinâmica de como as coisas acontecem acaba por definir a atividade de cada um.

"Dez. acho que nós somos muito empatados. Os dois têm muita iniciativa para resolver as coisas e somos muito independentes e dependentes ao mesmo tempo." Murilo, 1 filho, 46 anos

"Cada um foi para o lado que mais se identifica. Ela cuida muito bem dos meninos. A opção de arrumar casa é mais minha porque eu gosto de fazer.....Ela tem a opção de ficar com os meninos e eu tenho a opção de arrumar a casa." Bernardo, 2 filhos, 46 anos

"Assim, é bem meio a meio a atividade; ela faz uma coisa, eu faço outra. Ela tem iniciativa para umas coisas e eu tenho para outras coisas, então no caso meio que uma coisa complementa a outra. No meu ponto de vista, nem eu nem ela é perfeito." Diego, 2 filhos, 38 anos

E por fim, em menor proporção, também teve-se aqueles maridos que deram notas ruins e/ou menores para as esposas em relação à sua auto-avaliação, uma vez que para eles estas não compartilhavam com eles as tarefas, sobrando a maior parte das responsabilidades. Neste caso eles destacaram, assim como as

mulheres, a falta de iniciativa e percepção das esposas para as coisas que tem que ser feitas.

"*Porque a Rafaela não faz (as tarefas domésticas). Ela não faz, ela não tem iniciativa para resolver a não ser varrer a casa. Varrer a casa e arrumar a cama...*" Juliano, 1 filho, 53 anos

"*Geralmente na hora que precisa de uma reação rápida eu já estou fazendo. Eu acho que é isso. Mas não que ela não faça, não mesmo, com certeza ela me ajuda demais. A gente é muito feliz, sabia?*" César, 1 filho, 39 anos (deu nota 8 para a esposa)

"*Faltaria ela ter um pouco mais de percepção da necessidade, porque tem hora que eu tenho que sacudir "Ou, ajuda aqui. faz ali". Ela é meio zen, então fica ali, então eu tenho que falar "Pô, eu estou fazendo iso. Pega aquilo ali para fazer*". Gustavo, 2 filho, 53 anos

E parece que os próprios parceiros percebem que eles possuem maior responsabilidades nas tarefas e alguns, assim como as mulheres, chegam a reclamar um pouco desta divisão desigual.

[Você acha que essa repartição de tarefas é desigual, pesa para algum lado?] "*Do meu lado. Às vezes eu estou cansado e "ah, não vou mexer com isso não!", estou nervoso, mas acabo fazendo. Falo que não faço, mas vou lá e faço tudo* [cozinha, lava vasilhas e roupas]". Ernesto, 1 filho, 43 anos.

"*Eu acho que como me incomoda mais do que a ela* [a sujeira o incomoda], *eu acho que ela aproveita da situação, ela aproveita da minha neurose. Eu já falei isso com ela: 'Você aproveitada da minha psicose, da minha neurose. Você sabe que eu sou neurótico, que eu vou lavar, vou fazer, então você não faz porque você sabe que eu vou pegar e fazer'.... Eu não fico esperando muito que ela faça não, mas eu fico meio puto que ela não faça, eu brigo, xingo, mas...*". Juliano, 1 filhos, 53 anos

O arranjo de casal sem filhos foi o único arranjo em que as mulheres também receberam avaliações muito ruins de seus parceiros. Neste arranjo, ao contrário do que ocorreu nos demais, parece que tanto os homens quanto as mulheres

percebem sua falta de contribuição nas tarefas domésticas, pois ambos, quando contribuíam menos também se deram uma avaliação ruim. Nesse grupo houve uma grande correspondência das notas entre os parceiros

De alguma forma a divisão das tarefas domésticas parece influenciar o desejo por filhos entre os indivíduos, principalmente nos casos em que o compartilhamento é desigual e a mulher tem sobrecarga maior.Isso pode ser percebido pela fala de Felipe, em que o próprio acredita que a esposa considera estas questões para não ter outro filho.

"*Ela fala assim: 'Ah, não agüento mais ficar à noite acordada e eu sei que você não vai ficar', e eu realmente não fiquei. Proporcionalmente eu fiquei. Eu com 2% e ela com 98%. Então eu acho que nesse sentido ela pensa* [em não ter o segundo filho]" Felipe, 1 filho, 44 anos

Mas se ao mesmo tempo que o próprio homem percebe a sobrecarga de tarefas por parte da mulher, este não demonstra nenhuma atitude a fim também se inserir nestas atividade e minimizar esta sobrecarga para a esposa.

6.3.6 Conciliação trabalho-família

Foi muito presente entre algumas mulheres falas que indicavam grandes problemas na conciliação trabalho família, dando a impressão de que estas mulheres precisavam fazer escolhas e, muitas vezes, abrir mão do investimento na carreira para dar lugar aos cuidados com filhos. Entre as sem filhos, isso parece ser uma barreira que também influencia a decisão para ter filhos.

"*Eu acho que eu tinha a minha vontade de crescer profissionalmente mais, só que eu tinha mais vontade de ter uma família minha no momento, e o que pesou mais...*[para escolher ficar em casa]" Paula, sem filhos, 35 anos

"*Acho que isso vai acontecer naturalmente de mudar, mas talvez isso* [ter filhos] *também implique em algumas renúncias de algo que é muito importante para mim, que é a carreira.*" Rose, sem filhos, 37 anos

Para os homens pelo contrário, nenhum deles citou em suas falas questões no problema da conciliação trabalho-família, e deixaram claro que esse não é um problema que enfrentam na hora da tomada de decisão por filhos.

"*Isso* [ter filhos] *não tem nada a ver com o trabalho nem financeira. Eu acho que o filho, hoje, o que pesa mais é essa questão do relacionamento mesmo, está com o relacionamento maduro para dizer assim 'é isso mesmo, está tudo validado, vamos ter o filho'*". Tomás, sem filhos, 44 anos

"*Não...eu não tenho problema com isso não...meu trabalho é bem tranqüilo. Não acho que a vinda de um filho vai mudar isso...até porque a Paula vai estar em casa.*" Mateus, sem filhos, 42 anos

Nos casos em que as entrevistadas tentavam conciliar as duas coisas, ou seja, sendo mulheres adaptativas que optavam por conciliavam o trabalho e a família como sugerido por Hakim (2002), ficou claro que, para muitas destas, isso não era tão fácil. Joice, Wanda e Helena demonstram ter dificuldade de conciliar o tempo que passam com os filhos e aquele dedicado ao trabalho, em que elas parecem sentir culpa ou remorso por passar pouco tempo com os filhos.

"Eu sentia muita culpa, pois eu queria ficar mais [com a filha], *mas não tinha jeito, ainda mais porque eu trabalhava e estudava, aí que não tinha jeito mesmo".* Joice, 1 filhos, 38 anos

"*Porque você quer educar, você quer estar junto. Eu fiquei em casa cinco meses com ela de licença maternidade, todo dia eu via uma evolução dela, e hoje em dia eu só fico sabendo as coisas á noite quando eu chego, que ela pronunciou uma palavra nova... Sinto falta disso, de estar presente."* Wanda, 1 filho, 37 anos

"*Porque eu acho que poderia melhorar ainda. Minha questão de ser perfeccionista eu poderia talvez conceder mais tempo a casa e aos filhos, mas realmente não dá."* Helena, 2 filhos, 38 anos

Esse tema também foi citado entre os homens, os quais, especialmente os com dois filhos, seriam classificados, segundo Hakim como adaptativos, uma vez que tentam conciliar o trabalho com o cuidados dos filhos. Entre estes também foi relatado o problema de falta de tempo, contudo, a forma como eles lidam com

isso parece ser diferente das mulheres, uma vez que não demonstraram culpa, mas uma certa racionalidade em suas ações.

"Eu queria participar um pouco mais da educação escolar, e eu acho que não vou conseguir. Acompanhar 'para casa'. [Porque não vai conseguir?] *É que trabalho o dia inteiro (....) chegar à noite, cansado, tudo bem se brincar, sentar e ver televisão com ele, ver um desenho, ver um filminho, mas você chegar à noite do trabalho cansado e sentar para fazer 'para casa'. Algumas vezes vai ser necessário"* Murilo, 2 filho, 46 anos

"Posso falhar em termos de tempo, mas eu não sei se a qualidade desse tempo que eu passasse a mais com eles seria boa. Quer dizer, eu passo pouco tempo, mas o tempo que eu passo é intenso". Diego, 2 filhos, 38 anos

Pensando ainda a teoria proposta por Hakim, a qual destaca a existência do perfil de mulheres centradas na família, parece que novamente as mulheres precisam fazer escolhas e, as vezes, ir contra ao que elas desejam. A fala da Clara revela essa ambigüidade de comportamento e levanta novamente a importância da rede social dos indivíduos, já que nesse caso mesmo ela tendo demonstrando mais tendência de ser mais ligada à família (mulheres dedicadas à família pela teoria de Hakim), acabou por optar por trabalhar fora, devido à essa norma imposta à mulher moderna, a qual deve estar inserida no mercado de trabalho.

'Se eu pudesse escolher, eu não trabalharia. Eu nem trabalho só por motivo financeiro não, mas hoje em dia todo mundo trabalha, então....mas eu gosto muito mais dessa coisa do lar, de ficar em casa". Clara, sem filhos, 36 anos

Pensando a conciliação trabalho-família dentro da temática de gênero, percebe-se que alguns estereótipos de gênero sobre o cuidado com os filhos foram reproduzidos nas falas dos homens. No caso de Mateus quando afirma que a presença da esposa em casa é essencial para a criação do futuro filho. No caso de Ernesto quando afirma que os filhos têm a referência da mãe muito mais forte e que sempre optam primeiro pelos cuidados e atenção da mãe e só depois do pai.

"Pra mim ela não precisa procurar emprego agora não, até porque se ela consegui engravidar ela vai ter que fica um tempo em casa mesmo. Porque, assim, pra mim, eu não acho certo colocar a criança pequena na escola....ou deixar com empregada....criação de mãe é diferente, né?" Mateus, sem filhos, 44 anos

"Pai é pai, mãe é mais mãe, né.... Todo filho fica 'Mãe, mãe, mãe, mãe', o pai é só depois". Ernesto, 1 filho, 45 anos.

Nesta sessão teve-se alguns exemplos da existência de viabilizadores e restrições reais e sua influência sobre os planos reprodutivos dos casais, como foi o caso demonstrado da atuação do comportamento percebido da maternidade e paternidade, da ajuda das redes familiares com o cuidado com os filhos, da influência dos desejos dos parceiros, das relações de gênero e da conciliação trabalho-família. Estes mecanismos mostraram-se muito relacionados com a implementação dos planos reprodutivos.

6.4 Comportamento e satisfação com a fecundidade

Por fim, após de todas estas etapas explicitadas anteriormente para determinação do comportamento de fecundidade dos casais, este, então, é realizado. Neste momento é possível avaliar este comportamento e entender a satisfação dos indivíduos em relação à opção que fizeram. Esta pode ser feita com base no tradicional indicador de discrepância de fecundidade (fecundidade desejada versus fecundidade realizada) ou ainda por meio de medidas mais abstratas sobre a relação entre satisfação, felicidade e fecundidade, campo que tem ganhado, cada vez, mais espaço na demografia.

6.4.1 Satisfação de fecundidade

Para aplicar o indicador da diferença entre fecundidade desejada e realizada é preciso voltar à TAB.19. Nela é possível verificar que, na média, a maioria, dos indivíduos e casais entrevistados estavam com uma discrepância de fecundidade,

pois entre os aqueles sem filhos a média desejada era de 1,58 filhos, entre aqueles com um filho o comportamento desejado seria de 2,14 filhos e entre aqueles com dois filhos a fecundidade desejada era de 2,94 filhos. Ou seja, todos tinham menos filhos do que o declarado ideal. Intuitivamente muitos poderiam dizer que estes casais estariam insatisfeitos com sua fecundidade atual e conseqüentemente, esta conclusão os colocaria em uma situação desfavorável. Contudo, não se pode simplificar este resultado, por um lado, porque, como já discutido em capítulos anteriores, este indicador sofre de vários problemas metodológicos e, por outro, porque a amostra foi seletiva de pessoas com alta escolaridade. Por isso, é preciso observar os dados qualitativos, para entender até que ponto essa discrepância entre fecundidade desejada e realizada, de fato, leva a uma insatisfação por parte do indivíduo quanto ao seu comportamento observado da fecundidade. A partir dos trechos a seguir podemos discutir melhor estes resultados.

Os casais sem filhos seriam aqueles que mais se aproximariam da situação de, além de estarem com uma discrepância, também estariam insatisfeitos, visto que somente dois casais relataram não querer, de fato, filhos. A maioria, pelo contrário, disse que gostaria de ter pelo menos um. Entretanto, um grande impasse parece acontecer, é que a grande maioria dos casais que não tem filhos e que declararam um ideal de dois ou três no mini-questionário deixaram muito claro na entrevista que se tiverem filhos, terão no máximo um filho. Ou seja, apesar da existência de um desejo por dois ou mais, este número não é real, uma vez que eles sabem que não alcançaram este número, pois a intenção atual é bem menor. Esse fato, então, mascara a real insatisfação desses casais que, se for calculada simplesmente baseada na medida de discrepância, seria muito mais elevada do que realmente é. Isso foi verificado tanto para homens quanto para as mulheres.

"Agora eu sei que a gente vai ter um só mesmo. Hoje em dia não tenho vontade de ter dois." Marina, sem filhos, 37 anos (Declarou que o ideal seria dois mas pretende ter um)

[E aqueles três que você disse, acha que vai ter?]"*Eu acho que não. Hoje eu penso o seguinte, se tiver um, graças a Deus, excelente.*" Fernanda, sem filhos, 37 anos (Declarou um ideal de 3 filhos mas pretende ter um)

"*Realmente eu acho que vai ser um. Ela fala muito em um. Não sei se vai dar tempo de ter o outro não porque a gente está demorando*". Alberto, sem filhos, 33 anos (declarou um ideal de dois mas pretende ter um)

"*Bom, futuro eu planejo a gente construir a família, ter uns dois filhos, porque quatro, aquele número que eu falei é um número meio Alice nos país das maravilhas. Na realidade, uns dois filhos, continuar fazendo o que eu gosto e envelhecer bem, porque a gente ai ficando velho, preocupar com a saúde.*" Daniel, sem filho, 44 anos (declarou que o ideal seria 4 filhos mas quer ter dois)

Esse desencontro entre o número de filhos desejado e aquele que realmente os casais pretendem ter também aconteceu entre os casais que tem um e dois filhos, dado que mesmo sabendo que não terão 3 ou quatro filhos, eles declaram o número ideal muito elevado, contudo conscientemente eles sabem que esse número não se concretizará. E nestes casos, especialmente entre os casais com um filho, a discrepância não parece estar tão relacionada à insatisfação, uma vez que, para alguns pais, o segundo viria muito mais para ser uma companhia para o primeiro filho do que realmente, para realizar um desejo de se auto-satisfazer.

"*Se um virar e falar assim, se eu pudesse ter, sei lá, se eu ganhasse na Mega Sena hoje eu teria três, mas racionalmente e financeiramente eu teria dois.*" Bruna, 1 filho, 37 anos (declarou um ideal de 3 filhos, mas só quer ter o segundo filho)

"*Então, assim, por tudo isso eu me sinto satisfeita. Se o Lucas* [esposo] *tivesse a pretensão 'Eu quero mais um* [filho]. *Vamos ter mais um' eu acho que eu conseguiria mudar isso. Mas hoje em dia eu penso assim, tudo resolvido, não posso ter mais um* [filho] *para embananar tudo de novo.*" Alice, 1 filho, 39 anos (declarou um ideal de dois filhos, mas não quer ter o segundo filho)

"*Por ele*[filho], *não por mim* [ter outro filho]. *Por mim eu estou satisfeita. Tive um filho, eu amo, adoro, e ele já preencheu.*" Lara, 1 filho, 37 anos (declarou um ideal de 3 mas pretende ter dois)

"*Agora, o terceiro é que a gente está relutando. Por causa de educação, a gente sabe que já aperta mais. Esse segundo* [filho] *nós vimos o quanto aumentou a nossa despesa. Até para ter outro não pode morar aqui, porque o apartamento para quatro é tranquilo, mas para cinco ou até para seis, se vier gêmeos, porque na família dela tem gêmeos.*" Bernardo, 2 filhos, 46 anos (declarou um ideal de 4 filhos, contudo ainda não sabem se terão o terceiro)

Nesse sentido, é possível dizer que nem sempre uma discrepância de fecundidade se traduz diretamente em uma insatisfação por falta de filhos, e o que separa estes dois indicadores, na maioria das vezes, não é tão fácil de ser identificado.

6.4.2 Visão da pa(maternidade) vivenciada e como se sentem em relação à sua realização como mães e pais

Com base nos estudos de Kohler et al. (2005), Billari (2008) e Margolis & Myrskyla (2011) uma outra forma de avaliar a satisfação com o comportamento de fecundidade é entender como o fato de ter filhos altera a percepção de felicidade das pessoas, ou como pessoas se sentem em relação à (pa)maternidade e quão diferente esta experiência é do que eles imaginavam. Nesse sentido, buscou-se entender o que esta nova fase trouxe para eles de mudanças e também de satisfação. Pelas falas abaixo percebe-se que todos relataram estar vivendo uma experiência muito nova e muito prazerosa, e que o sentimento que surge ao se tornar pai e mãe é algo inexplicável e parece trazer muita felicidade.

"*Mas, assim, hoje eu vejo que é muito diferente, porque eu até ficava preocupada: 'Nossa, vou ficar com uma barriguinha, vai me dar estria'. Eu sempre fui muito vaidosa, sempre corri, fiz atividade física, depois que eu tive neném, não importa, é um amor tão grande, gostoso e perfeito que não tem justificativa. É uma troca*

tão intensa, tão inexplicável que... Ainda bem que eu tive filho para saber isso." Carolina, 1 filho, 35 anos

"É muito mais em tudo: é muito mais no sentimento; é muito mais no trabalho; é muito mais em doação. Muito mais mudança do que eu previa." Alice, 1 filho, 39 anos

"Para mim foi muita loucura, porque uma coisa é você está grávida, coisa que você queria desde sempre, desde pequena. Desde criança quando você brinca de boneca você quer ter. Veio num momento em que eu não esperava, não tinha nada planejado..." Wanda, 1 filho, 37 anos

Paralelamente, os entrevistados destacaram também as dificuldades e como se surpreenderam com a dinâmica da vinda de um filho, especialmente entre aqueles que tem dois filhos e estes ainda estão pequenos (Margolis & Myrskyla, 2011). Os entrevistados mostram que esse tem sido um momento de grandes mudanças e que requer muitas adaptações no cotidiano do casal.

"Ser mãe é muito difícil, mas acho muito prazeroso. Eu acho que o prazer é muito maior do que a dificuldade." Lúcia, 2 filhos, 43 anos

"*Como vai ser, como será, e depois que nasce é como você montar numa bicicleta ladeira abaixo sem freio*". Diego, 2 filhos, 38 anos

"*É te pegar numa cadeira giratória e girar você assim, você dá umas cinquenta voltas, quando você sai 'onde é que eu estou?', completamente desnorteado e um sentimento novo. Cada dia eu gosto mais, cada dia tem uma coisa nova. 'Ah, vai ser legal!', e está sendo.'*" Augusto, 2 filhos, 40 anos

6.4.3 Casamento tardio, adiamento da (pa)maternidade e individualismo – possíveis explicações para mudanças nos planos de fecundidade

O casamento tardio bem como o adiamento da (pa)maternidade, bem como o aumento do individualismo e da diversidade de escolhas socialmente aceitas

pelas mulheres tem sido apontado na literatura como uma das possíveis causas da queda da fecundidade e ainda da presença de muitos casais que gostariam de ter mais filhos do que eles tem (Presser, 2001; Van de Kaa, 2008). E de fato foi bastante visualizado entre as entrevistas que tanto homens quanto mulheres parecem utilizar as suas aspirações pessoais como uma possível causa do reduzido número de filhos.

"*Desanima assim, eu penso que eu sou um pouquinho egoísta, eu fico pensando assim, 'nossa, ainda posso adiar mais um pouquinho, eu vou curtir mais um pouquinho, eu vou viajar um pouquinho mais para tomar essa decisão lá na frente'*".Ester, sem filhos, 36 anos

"*O tempo foi passando. A gente queria trabalhar, se especializar, e quando a gente resolveu morar junto eu já estava com 35 anos. E aí é o seguinte, quanto mais o tempo passa mais você vê que aquela visão de casar e ter filho é uma visão romântica demais*". Cristina, sem filhos, 38 anos

"*Eu adiei muito por achar que é muita responsabilidade, que o mundo hoje é muito difícil de criar um filho, é muito dispendioso e é muito perigoso.*" Murilo, 1 filho, 46 anos

Outro assunto que também apareceu em meio à conversa foi a impressão que os entrevistados tinham em relação ao casamento. A visão que mais apareceu foi a que o casamento seria um momento que exigiria mais responsabilidades, talvez abdicação à outras atividades bem como perda de liberdade. Essa idéia parece corroborar com os comentários feitos por Demeny (2003) e Mc Donald (2013) e em que nas sociedades modernas há uma grande concorrência de atividades em que os indivíduos e casais têm várias preferências simultâneas e como geralmente não podem cumprir todos esses desejos ao mesmo tempo eles acabam adiando ou abrindo mão de algumas delas, muitas vezes se unindo mais tardiamente e mesmo deixando de ter filhos ou tendo-os menos do que eles gostariam de ter. Esses comentários foram comuns tanto para homens quanto para as mulheres, e especialmente, devido à visão não positiva do casamento, muitos deles uniram-se mais tardiamente. E esse fato indiretamente foi colocado como um dos motivos pelo adiamento e limitação no número de filhos tidos.

"Casamento para mim, pela experiência da minha mãe, era uma prisão....então assim, eu tinha o meu pai me regulando..aí quando consegui me ver livre dele eu iria arrumar outro homem pra fazer isso? Não.....tinha pra mim que eu não queria me casar". Dália, sem filhos, 36 anos (casou-se aos 28 anos)

"Porque as referências que eu tinha de casamento, todas eram muito frustradas, mesmo dentro de casa com pai, com mãe, os tios, as tias, e eu falava 'Gente, não quero isso para mim não'. Eu estava muito nova, trabalhando, então eu viajava com as amigas aqui da escola, e vai para Porto Seguro, vai para Fortaleza e, "ah, não vou casar mesmo!". Ana Maria, 2 filhos, 39 anos (casou-se aos 26 anos).

"Em relação a relacionamento, casamento, durante muito tempo, acho que é muito comum quando eu era um pouco mais imaturo, eu imaginava que nunca iria me casar, medo, talvez, do casamento, medo do compromisso, aquele desejo meio imaturo de permanecer jovem, solteiro." Pedro, sem filhos, 43 anos (casou-se aos 37 anos)

"Assim, a idéia que eu tinha quando eu era mais novo, eu pensava em casar velho, velho assim, 35 anos, o que hoje é normal. Antigamente que as pessoas casavam com 18, 20 anos. Eu não esperava casar com 43, mas também estou achando ótimo. Eu acho que até o medo que eu tinha era bem fundado, talvez medo de mudança, porque minha vida também era cômoda, solteiro e tal, então você fica meio "não vou casar". Estou achando ótimo". Daniel, sem filhos, 43 anos (casou-se com 43 anos).

"Eu nem pensava em me casar porque eu sempre gostei demais de liberdade. Eu adoro musica, sou fascinado com musica, sempre gostei de sair à noite, dançar, ouvir música, e namorada é uma coisa eu prende. Casar para mim sinônimo de prisão, de perder isso". Gustavo, 2 filhos, 53 anos (casou-se aos 40 anos)

6.4.4 Casais sem filhos: dúvidas recorrentes quando ao comportamento de fecundidade

Especialmente o grupo de casais sem filhos, foi evidente que o tema de decisão por filhos é ainda um discurso em aberto, já que, na maioria dos casos, as

mulheres e os seus maridos ainda não definiram se de fato irão encerrar suas vidas sem filhos. Parece também existir entre estes casais um conflito de interesses, em que concorrem atitudes e comportamentos tradicionais e modernos. E, notoriamente entre estas mulheres, a idade 'e um fator decisivo para a decisão por filhos. Estes comportamentos podem ser percebidos nas falas abaixo.

"*A idade me faz pensar assim, pelo risco. Eu não tenho mais tempo para pensar, aliás, o meu tempo para pensar já passou, eu já estou na prorrogação, como eu costumo falar. Eu tenho que decidir por uma questão de saúde, por uma questão de gravidez de risco e de risco para criança. É por isso que eu te falo, se eu tivesse mais uns 5 anos pela frente eu não teria agora, eu usaria mais 5 anos*". Cristina, sem filhos, 38 anos

"*Eu acho que no fundo ela quer ter filho, eu quero também, mas nós estamos esperando amadurecer a relação para poder a gente partir para essa idéia de ter filho.*" Tomás, sem filhos, 37 anos.

"*Acho que foi mudando a experiência, a vivência que você vai adquirindo, as próprias dificuldades da vida você vai refletindo se realmente é viável ter filho. Hoje, assim, eu imagino, para te falar a verdade, eu ainda tenho dúvida se sim ou não* [ter filhos], *se a essa altura seria conveniente.*" Humberto, sem filho, 41 anos

Para alguns, as dúvidas sobre o futuro giravam em torno do arrependimento, em que eles, mesmo não estando totalmente certos dos seus desejos, sabem que precisam definir. Eles demonstram insegurança quanto à esta opção uma vez que temem se arrepender de não ter filho no futuro.

"*Eu tenho um medo de não ter filho e me arrepender depois também. Eu acho que faltaria o filho mais nesse sentido, por causa do arrependimento mesmo*". Alberto, sem filhos, 33 anos

"*Eu acho que é assim, o problema é o seguinte, o futuro às vezes você fica com um pouco de medo, 'será que eu posso arrepender depois?', então eu vou fazer* [o tratamento de fertilização] *para desencana...*". Cláudio, sem filho, 40 anos.

Nesta subseção, os resultados confirmaram que, muitas vezes, analisar somente o dado quantitativo sobre discrepância leva à um viés, pois este não considera as mudanças no desejo ao longo da vida e o fato desse desejo nem sempre está associado à satisfação. Nesse sentido, parece que muitos casais, mesmo tendo menos filhos do que o declarado ideal, não estão, de fato, insatisfeitos por falta.

O conjunto de reflexões que a informação qualitativa suscita pode ser mais bem compreendido se os achados de trabalho de campo são resumidos e esquematizados em função do marco teórico que norteou o presente estudo; seguimos aqui, o exemplo de síntese que Simão (2005) fez na sua pesquisa, igualmente qualitativa.

O quadro 4, consequentemente, apresenta um resumo esquematizado desses achados; ele foi elaborado em função do marco conceitual ilustrado na Figura 6 e é referência para o capítulo seguinte onde se colocam as reflexões sobre o conjunto dos resultados.

QUADRO 4 – Resumo dos resultados qualitativos, casais de alta escolaridade, Belo Horizonte, 2013

Temas			Grupos de casais		
			casais sem filhos	casais com um filho	casais com dois filhos
Formação dos desejos e inteções de fecundidade	ambiente macro		*Geral: necessidade de estrutura mínima financeira (educação, saúde, lazer com qualidade) *Mulheres: inviabilidade devido aos problemas sociais (violência) *Homens: inviabilidade devido à questões financeiras	*Mulheres: conflito de gerações, menor autonomia dos pais, novos comportamento e cultura da sociedade	*Geral: ter o terceiro não é viável financeiramente, altos gastos com educação, saúde, esporte, etc. *Mulheres: inviabilidade devido à dificuldade de cuidado (creches, não ter tempo) *Homens: inviabilidade devido à questões financeiras
	ambiente micro	A importância das estruturas esquemáticas e culturas	Geral: o ideal de número filhos desejados a partir da experiência familiar (rejeição ou reaplicação do do modelo que vivenciaram) e a idéia de filhos estava relacionada à casamento *Mulheres: desejo intenso por filhos deste criança independente do casamento * Homens: quando jovens tinham rejeição à idéia de ter filhos, estes deveriam se dar após o casamento		
			Presença de mulheres e homens que nunca desejaram ter filhos	Presença de mulheres que nunca desejaram ter filhos	Todas as mulheres desejavam ser mães
		As motivações para os desejos de fecundidade	*Geral: visão positiva da (pa)maternidade e que seria algo bom. *Mulheres: Referência da mãe tanto como sofredora/abdicada e com isso querem ter outro tipo de relação com a maternidade e com o casamento e como zelosa/ forte e com isso querem seguir os mesmo passos *Homens: referência do pai (ausente, irresponsável) - buscam um comportamento contrário com os filhos		
			Visão Negativa da (pa)maternidade e com isso rejeição à essa situação	Visão mais positiva da (pa)maternidade	
		O número de filhos desejados	*Geral:Permanência das preferências de fecundidade do passado e manutenção das normas (2 filhos por casal)		
			*Geral: O número de filhos desejado muda ao longo do tempo. Desde cedo alguns não desejavam filhos *Homens: o desejo e o número de filhos desejados diminuiu com a idade	*Geral: O número de filhos desejado muda ao longo do tempo. O número de filhos desejados muda com a experiência de se ter o primeiro	
			*Média: 1,58	Média: 2,14	Média: 2,94
		Preferência por sexo	Geral: A experiência familiar induz a preferência por sexo dos filhos *Mulheres: tem preferência por menina para repetir o que tiveram com suas mães *Homens: tem preferência por menino (companhia) e casal	*Geral: A experiência familiar induz a preferência por sexo bem como a experiência com o primeiro filho *Mulheres: tem preferência por menina *Homens: tem preferência por menino (companhia) e casal	
Planejamento por filhos pelo casal versos viabilizadores e restrições reais do comportamento de fecundidade	Mudanças no ciclo de vida		*Mulheres: Falta de parceiro, casamento tardio, busca de realização pessoal, infertilidade e tratamento para engravidar trouxeram mudanças e adiamento dos planos reprodutivos *Homens: não deixaram claro as interferências das mudanças no ciclo de vida	*Geral: Decisão de ter mais filhos veio devido querer dar um irmão para o primeiro filho e não por um desejo próprio * Mulheres: Falta de parceiro, casamento tardio, busca de realização pessoal, infertilidade e tratamento para engravidar trouxeram mudanças e adiamento dos planos reprodutivos	*Geral: Decisão de ter mais filhos deve-se ao fato de querer dar um irmão para o primeiro filho e não por um desejo próprio
	Relação entre os desejos dos parceiros		*Geral: os desejos dos cônjuges por filhos se influenciam mutuamente tanto incentivando quanto desestimulando a ter filhos *Mulheres tenderam a abrir mão dos seus desejos com mais frequência, seja não ser mãe ou deixar de vivenciar a maternidade, em prol do desejo dos seus parceiros	*Geral: os desejos dos cônjuges por filhos se influenciam mutuamente tanto incentivando quanto desestimulando a ter filhos. Se o desejo por filhos é conflitante a tendência é que os casais fiquem com menos filhos	

Continua...

QUADRO 5 – Resumo dos resultados qualitativos, casais de alta escolaridade, Belo Horizonte, 2013 (Continuação)

Temas		Grupos de casais		
		casais sem filhos	casais com um filho	casais com dois filhos
Planejamento por filhos pelo casal versos viabilizadores e restrições reais do comportamento de fecundidade	Comportamento percebido sobre se tornar pai/mãe	*Geral: Aqueles que não desejam filhos não se sentem capazes. Contrariamente para aqueles que desejam se tornar pais são confiantes quanto ao desempenho como pais e mães	*Geral: Possuem uma visão positiva das suas habilidades com a (pa)maternidade, as dúvidas existem contudo a própria experiência vai os tornando mais capacitados	
	A importância das redes e da pressão sociais	*Geral: grande pressão das redes sociais para ser tornar pais ao mesmo tempo que contam com o apoio das redes para crianças dos futuros filhos. *Mulheres: apontavam mais a importância das redes para as suas decisões por filhos do que os parceiros e também a existência de uma pressão não somente externa para er filhos mas também uma pressão interna sobre a decisão por filhos	*Geral: grande pressão das redes para terem o segundo filho. Casais que gostariam de ter o segundo há rejeição à idéia de ter um filho único. Reconhecimento ao apoio das redes para as decisões por filhos, especialmente entre as mulheres	*Geral: grande pressão da rede para que não tenham o terceiro filho e rejeição de casais que têm filho único. Reconhecimento de ambos os cônjuges ao grande apoio das redes para as decisões por filhos *Mulheres: não tiveram apoio da rede devido aos laços familiares fracos e/ou distância físicas dos familiares.
	Relações de gênero	*Geral: Mulheres são mais declaradas com sendo responsáveis por atividades cotidianas e homens tendem a ter maior percepção da contribuição deles do que o relatado pelas mulheres	*Geral: Mulheres são mais declaradas com sendo responsáveis por atividades cotidianas e homens tendem a ter maior percepção da sua contribuição do que o relatado pelas mulheres *Mulheres: ficam mais responsáveis com cuidados com filhos *Homens: ficam mais responsáveis pelas tarefas domésticas	
		*Mulheres: se sentem incomodas quando vivenciam relações de gênero desiguais no sentido dos parceiros serem mais dedicados aos afazeres domésticos.		
C comportamento de fecundidade satisfação	Satisfação de fecundidade	*Geral: Alguns estava satisfeitos pois nunca quiseram ser pais. Já outros estavam insatisfeitos por falta, pois apresentaram uma intenção por filhos maior do que de fato tinham	*Geral: A maioria estava satisfeita. Alguns demonstravam desejosos por mais filhos, contudo isso não os deixavam insatisfeitos, pois não estavam dispostos a realizar totalmente estes desejos.	*Geral: Estão satisfeitos com a fecundidade.
	Visão da (pa)maternidade	Não tinham experiências com a (pa)maternidade	Geral: experiência muito prazerosa, algo inexplicável e que traz muita felicidade. Mas ao mesmo tempo algo que envolve doação, dificuldades de adaptação.	
	Casamento tardio e adiamento da fecundidade	*Geral: Adiaram o casamento por terem uma visão pessimista deste momento para suas vidas *Mulheres: A dificuldade de encontrar parceiros influenciou a realização dos planos reprodutivos.Adiam ter filhos e optam por não ter devido à concorrência aos planos individuais	*Geral: Adiaram o casamento por terem uma visão ruim deste momento para suas vidas * Mulheres: A dificuldade de encontrar parceiros influenciou a realização dos planos reprodutivos. *Homens: Adiaram ter filhos por motivos mais econômicos	*Geral: Adiaram o casamento por terem uma visão ruim deste momento para suas vidas *Mulheres: A dificuldade de encontrar parceiros influenciou a realização dos planos reprodutivos.
	Futuro sobre ter filhos	*Geral: Metade dos casais pretende ter filhos, a outra metade demonstra dúvidas e a existência de conflito de interesses e medo se irão arrepender-se no futuro	*Geral: Alguns desejam ter o segundo, mas a maioria não irá ter mais filhos	Nenhum casal pretende ter mais filhos

Fonte: Entrevistas em profundidade

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da redução da fecundidade no Brasil até o nível abaixo da reposição e do aumento do número de indivíduos que desejam mais filhos do que tem, esta tese teve como objetivo analisar o processo de formação dos desejos e das intenções e a implementação das preferências reprodutivas de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte, o que pode resultar em uma discrepância entre a fecundidade desejada e a observada, bem como uma satisfação ou não com a fecundidade observada.

O trabalho foi desenvolvido a partir de dois conjuntos de objetivos. O primeiro, entender o contexto geral das preferências reprodutivas e da satisfação de fecundidade, bem como os seus condicionantes, principalmente as características sociodemográficas das mulheres. O segundo, compreender a evolução e implementação das preferências reprodutivas por casais. As informações sobre o desejo por filhos e a discrepância entre fecundidade desejada e observada mostrou-se fundamental para pensar o futuro do processo de tomada de decisão por filhos e do comportamento de fecundidade. Para alcançar esses objetivos, analisou-se a PNDS (1996 e 2006). Tais dados revelaram uma queda substancial da fecundidade, com reflexo no número de filhos desejados nos 10 anos analisados. No passado, havia uma discrepância positiva entre fecundidade observada (maior) e fecundidade desejada (menor). O descompasso entre essas medidas permaneceu, mas de forma contrária ao que se tinha antes. Recentemente, tem havido um aumento estatisticamente significativo do número de mulheres que finalizam seu período reprodutivo tendo menos filhos que o desejado, de forma que a discrepância é negativa.

Esses dados retratam que as preferências reprodutivas, bem como a sua implementação, alteraram-se consideravelmente no país. Apesar de ainda ser um assunto pouco explorado por pesquisadores, pode-se supor que há um crescente contingente de mulheres com menos filhos do que o desejado,número superior ao de mulheres que excederam sua fecundidade ideal.

Paralelamente a esse contexto, é necessário considerar as especificidades desse fenômeno. A fecundidade menor que a desejada diminui de acordo com a parturição da mulher, uma vez que, ao ter filhos, as chances de se alcançar o número ideal vão aumentando. O maior percentual de mulheres com menos filhos do que desejam é composto por aquelas com desejos para parturições de terceira e quarta ordem. Contudo, em conseqüência da queda da fecundidade e expansão do grupo com até dois filhos, o percentual de mulheres que mais aumentou sua discrepância em função de ter menos filhos que o ideal, durante a década investigada, foram aquelas sem filhos ou com apenas um, decorrência da expansão desse grupo.

A partir dessas informações foi possível analisar, detalhadamente, o perfil das mulheres casadas/unidas entre 35 e 49 anos com menos filhos do que desejavam. A primeira grande constatação é que muitas variáveis, tais como região geográfica, situação de domicílio, estratos econômicos, religião, raça/cor, entre outras, que em 1996 apresentavam um papel relevante na definição do perfil de mulheres que tinham menos filhos que o desejado, perderam sua importância na caracterização desse grupo em 2006. Isso, de alguma forma, indica que a fecundidade discrepante está se generalizando e não mais é restrito a um certo grupo de mulheres.

Todavia, algumas variáveis parecem ter um forte efeito para a determinação da discrepância de fecundidade, uma vez que essa situação está diretamente relacionada à idade com que as mulheres tornam-se mães e, quanto maior a idade, maior é a chance delas não cristalizarem o número de filhos idealizado. A escolaridade também parece contribuir, já que quanto maior a escolaridade, maior é o percentual de mulheres com menos filhos que o desejado - destaque para aquelas com 12 ou mais anos de estudo, em que esse percentual chega a 48%. O comportamento dessas duas variáveis sugerem que, num futuro relativamente próximo, esse fenômeno tende a ser mais frequente, uma vez que, à medida em que a escolaridade das mulheres for aumentando, haverá uma tendência de adiamento da idade para se ter o primeiro filho, além de um contínuo crescimento da escolaridade das mulheres.

Ao se considerar que o comportamento reprodutivo envolve, na maioria dos casos, decisões de casal, cujos desejos individuais necessitam ser acomodados em uma única ação, foi necessário analisar os desejos dos maridos por filhos. Nesse sentido, verificou-se que a tomada de decisão por filhos parece estar sendo mais compartilhada com os parceiros, dado que o desejo dos homens por filhos revelou-se bastante relacionado à satisfação de fecundidade da mulher, de forma que aquelas que possuíam esposos que desejavam menos filhos que elas apresentaram chances muito superiores terem uma discrepância de fecundidade, quando comparadas com aquelas que tinham maridos que idealizavam o mesmo número de filhos que elas. Isso sinaliza que nem sempre ambos os cônjuges estão satisfeitos com o resultados do comportamento de fecundidade do casal e, dentre os diversos processos de negociação, algum dos cônjuges pode fazer com que seu desejo torne-se realidade em detrimento dos desejos do outro. Parece, nesse caso, que no final os homens obtêm vantagem, no sentido de experimentarem uma discrepância menor entre desejo e realidade.

Esse achado pode se relacionar, entre outras coisas, com o poder de barganha entre os cônjuges. Para verificar essa suposição, utilizou-se o Indicador de Igualdade de Gênero e sua relação com satisfação de fecundidade, o qual, em 1996, indicava que, quanto maior era a igualdade de gênero na relação, maiores eram as chances da mulher estar satisfeita com a fecundidade e menores as chances dela ter menos filhos do que o desejado. Entretanto, em 2006, esse indicador apresentou tendência de difícil interpretação, exceto para os casos em que a mulher foi classificada com fecundidade satisfeita, em que maior equidade de gênero indicava maior satisfação de fecundidade. Esses achados se assemelham com a maioria dos estudos realizados para países desenvolvidos onde, embora se trate de níveis muito baixos, maior equidade de gênero se relaciona positivamente com os níveis de fecundidade.

O processo de tomada de decisão por filhos é bastante complexo, uma vez que envolve ambigüidades. Inusitadamente encontrou-se que um percentual considerável de mulheres que foram classificadas como tendo menos filhos do que o desejado faziam uso de contracepção e, ao mesmo tempo, responderam não querer mais filhos. Por um lado, esses achados sugerem que, apesar do desejo por filhos, existe a atuação de outros mediadores do comportamento

reprodutivo, que acabam por assumir um papel mais importante no momento da decisão que a realização do desejo da mulher. Tais mediadores precisam ser identificados e avaliados a fim de poder desenvolver ações para a garantia da implementação das preferências reprodutivas das mulheres. Porém, esses dados também mostram a dificuldade de mensuração e de entendimento do fenômeno da insatisfação de fecundidade por falta de filhos. Isso porque esse indicador de satisfação, sozinho, é insuficiente para se compreender até que ponto esse desejo por filhos superior à realidade, captado pelos indicadores convencionais de preferência reprodutiva, traduz-se em uma insatisfação (ou violação de direitos reprodutivos femininos) a ponto de demandar políticas públicas que assegurem esses direitos reprodutivos. Esses fatores permitem apontar a existência de problemas e falhas nos indicadores de preferência disponíveis e, portanto, os resultados oriundos deles devem ser analisados com cautela, haja vista que se contradizem, esta tese aponta à incapacidade do tipo de ferramentas atualmente existentes para captar as situações de satisfação de fecundidade dos indivíduos.

É importante relatar que uma outra possível dificuldade de captação da informação sobre discrepância de fecundidade e conseqüentemente uma fonte de viez e/ou erro dos indicadores correntes utilizados para mensurar esse fenômeno é o fato de que ainda não é bem visto na sociedade brasileira a opção dos casais em não querer ter filhos. E da mesma forma que anteriormente o efeito de racionalização interferia na captação da fecundidade em excesso, atualmente muitos indivíduos, ao responder sobre suas preferências, poderiam não assumir os seus reais desejos por não ter, pois não estariam dispostos a ir contra a norma ainda existente, que é ter filhos.

A fim, então, de superar algumas dessas limitações e buscar captar informações aprofundadas sobre o processo de formação das intenções reprodutivas e implementação das preferências, foi realizada uma pesquisa de campo, com base na experiência dos casais de alta escolaridade (medida a partir da escolaridade da mulher) em Belo Horizonte. Assim, pode-se confirmar que, pela análise dos indicadores tradicionais de preferência, há uma forte predominância do fenômeno da discrepância de fecundidade no grupo analisado, porque a maioria dos casais entrevistados declarou desejar mais filhos do que realmente tinham. Contudo, constatou-se que as intenções de fecundidade são formuladas a partir das

vivências familiares e do contexto social que os indivíduos foram criados, isto é, tendo como referência o fracasso ou sucesso das experiências de família vivenciadas que as pessoas idealizam suas preferências. Nesse sentido, os ideais por filhos declarados, atualmente, estão influenciados por normas subjetivas que acompanham os regimes de fecundidade do passado, em que o número de filhos tidos era muito mais elevado e, conseqüentemente, o número de irmãos. O maior problema nessa comparação de filhos desejados/observados é a defasagem de tempo desses indicadores. Ou seja, o número de filhos declarados ideal, na atualidade, é construído com base em vivências de famílias maiores do passado, e o número de filhos nascidos é resultado da dinâmica e normas sociais do presente. Assim, boa parte dos indivíduos pode ser classificada como insatisfeitos por falta de filhos.

Como apontado pela literatura, foi possível identificar a importância do contexto do ambiente macro, isto é, das estruturas econômicas, políticas e sociais em que os indivíduos estavam inseridos para o processo de formação e tomada de decisão por filhos. De alguma maneira, esse ambiente e os problemas sociais a que estão expostos induz as pessoas a repensarem os seus desejos de se tornarem mães e pais, influenciando os entrevistados a adiarem essa decisão ou, até mesmo, optarem por não terem filhos.

Percebeu-ser ser muito forte a interferência do contexto do ambiente micro, representado pelas estruturas esquemáticas e culturais presentes em suas experiências de vida, delineando as motivações e desejos por filhos, bem como as preferências por sexo e número. Se, por um lado, o sucesso de um esquema cultural influenciou os desejos por filhos de alguns indivíduos, por outro, o fracasso das experiências familiares fez com que outros rejeitassem os padrões vivenciados e optassem por outros comportamentos, não desejando filhos, ou desejando em menor quantidade e com relações conjugais mais eqüitativas.

Além disso, verificou-se que as intenções por filhos são influenciadas pela existência de viabilizadores e restrições reais, que interferem na tomada de decisões por filhos. Um dos viabilizadores da fecundidade identificado foi a atuação positiva do comportamento percebido sobre a capacidade de se tornar mãe e pai, o qual demonstrou ser motivador para a ação de ter filhos. Também as

redes familiares foram destacadas como um grande incentivador para se ter filhos, uma vez que sua colaboração no cuidado dos mesmos facilita essa decisão. Mas a ausência das redes de cuidado associada à falta de assistência de políticas de conciliação trabalho-família parece desmotivar as mulheres a tornarem-se mães. Mesmo esse grupo de mulheres sendo bastante escolarizado e, muitas vezes, poder contar com soluções de mercado, existe uma intensa preocupação nessa decisão, já que acreditam que terão que fazer escolhas entre investimento na carreira e maternidade. Outro fator detectado foi a influência do desejo dos parceiros e das relações de gênero quanto à divisão das tarefas domésticas e cuidado com os filhos, os quais agem tanto no sentido de incentivar quanto de limitar a implementação das preferências reprodutivas.

Especialmente quanto às relações de gênero, observou-se que, mesmo entre os casais com alta escolaridade, houve diferenciais importantes na divisão dos cuidados com os filhos, afazeres domésticos e tomada de decisões diárias, indicando que, nesses quesitos, os sinais de empoderamento das mulheres parece ser bastante relativo. Apesar da auto-percepção da equidade de gênero na relação ter sido elevada por grande parte dos casais, a maioria das mulheres ainda se sentem, e são apontadas pelos esposos, como as mais responsáveis por tais atividades. Em uma proporção menor, alguns casais apontaram vivenciar relações bastante eqüitativas e uma pequena proporção relatou relações inversas, em que os maridos se diziam e eram reconhecidos como aqueles que desempenhavam a maioria dessas tarefas. Entre os casais com uma relação mais equitativa, uma parcela representativa de mulheres demonstrou sentir culpa, tanto delas quanto das redes familiares, por acreditarem que não faziam tanto quanto poderiam, sobretudo, em relação aos cuidados com os filhos. Já no grupo em que a relação era inversa, por vivenciarem uma relação distinta do modelo convencional, a culpa residia no fato delas permitiram a ocorrência dessa situação, indicando que, também para elas, não seria a situação ideal. Ou seja, apesar da elevada escolaridade e da autonomia alcançada por meio dessa posição, o sistema de gênero presente em muitas entrevistadas ainda parece ser tradicional. O compartilhamento equitativo com o marido dos cuidados com os filhos e das tarefas domésticas ou a total delegação deste com as últimas, ao invés de reduzir as tensões de gênero, geram outras, pois algumas mulheres

continuam sentindo que tais obrigações deveriam ser desempenhadas por elas. Tudo isso amplia as indecisões quanto às escolhas reprodutivas, pois as mulheres são conscientes que, com a vinda da maternidade ou do maior número de filhos, tem-se a elevação dessas tensões.

No que diz respeito à influência dos desejos dos parceiros, assim como preconizado pelo arcabouço teórico e retratado pelos dados da PNDS, esta é uma variável muito importante para a compreensão do comportamento de fecundidade. Entre os casais entrevistados, percebeu-se que esses desejos se influenciam mutuamente, e que tanto mulheres quanto homens parecem sentir tal influência. O que pôde ser visto é que, nos grupos analisados, as mulheres parecem ser aquelas que mais sofrem essa interferência ou as que mais cedem à pressão dos seus companheiros, que pode ser tanto no sentido de não ter filhos entre aquelas que desejavam ser mães, quanto de ter filhos entre aquelas que não desejavam a maternidade. Seja por imposição não revelada pelo cônjuge ou por opção da mulher, a qual vislumbra melhor qualidade do relacionamento, algumas preteriram seus desejos em função da realização do desejo dos seus parceiros.

Esse é um tema delicado, haja vista que os desejos e comportamentos dos indivíduos podem mudar ao longo tempo e, portanto, todo o discurso analisado pode não ser definitivo. Assim, não se sabe se, entre aquelas que ainda não realizaram os seus desejos por filhos em função do não desejo do marido, esta situação se manterá. Por outro lado, entre aquelas que tiveram filhos em função do desejo do parceiro, verificou-se que elas parecem muito satisfeitas após realizarem esta opção. Portanto, seria muito fácil alegar que essas situações sejam reflexos de desigualdades de gênero e menor poder de barganha das mulheres em relação aos seus parceiros, talvez até mesmo imperceptíveis para elas. Entretanto, a dinâmica em que essas opções ocorrem é mais complexa e, em muitos momentos, isso não é explícito. Com isso, este estudo não é conclusivo sobre se essas opções relacionam-se às tensões de gênero ou ao livre arbítrio de cada indivíduo.

Destaca-se que, no caso do Brasil, o conhecimento da influência do parceiro nos planos e no comportamento reprodutivo torna-se ainda mais pertinente, uma vez

que o país passou por mudanças importantes na legislação relativa aos deveres do pai biológico[25]. Essas conquistas legais, nas quais o homem é chamado a exercer uma paternidade responsável, pelo menos legal e economicamente, estaria longe de ser considerada "letra morta" e sugere que esse exercício pode ter afetado o desejo e as intenções dos homens por filhos, bem como os argumentos utilizados por eles no momento da decisão por filhos pelo casal. Todavia não existe aferição desta influência que, hipoteticamente, pode ter atingido em maior medida, justamente as classes socioeconômicas menos favorecidas e com isto, acentuado ainda mais a generalização da queda da fecundidade na sociedade brasileira.

Esses seriam os possíveis mecanismos intervenientes do processo de tomada de decisão por filhos e que, direta ou indiretamente, contribuem para a implementação do comportamento de fecundidade. Logo, muitas vezes, apesar dos casais terem os seus desejos por filhos definidos, eles alteram seus planos reprodutivos frente à realidade.

Sobre o comportamento de fecundidade propriamente dito, no tocante à análise do indicador de discrepância, a maioria dos entrevistados foram classificados como tendo menos filhos do que declarado ideal, portanto, tinham discrepância de fecundidade. No entanto, a partir das entrevistas em profundidade, verificou-se que uma parte importante mostrou-se totalmente satisfeita com a situação atual de fecundidade, já que, apesar de terem revelado um número elevado de filhos desejados, não pareciam dispostos a efetivar esse desejo. Ou seja, o número de filhos declarados desejados para muitos entrevistados não era aquele que intencionavam ter. Assim, possivelmente esses desejos se referiam a outros momentos no tempo (quando eram mais jovens, quando ainda não tinham se tornado mães e pais, etc.), e que respondiam muito mais às pressões das normas

---

[25] Além da lei nº 10.406/2002 contida no Código Civil que determina o dever de sustento, em que existe a obrigatoriedade da pensão alimentícia, foi aprovada recentemente a inversão do ônus da prova gerada pela Lei 11.804/08 em que antes era a mulher que solicitava à Justiça a comprovação de paternidade: agora é o homem que tem de provar que não é o pai. Essa lei também permite que as mães recebam o benefício do suposto pai já a partir da gravidez e o seu não cumprimento pode ter como conseqüência a prisão do responsável. Contudo, recentemente, algumas discussões foram levantadas no âmbito judicial a fim de minimizar essa pena (Brasil 2002 e 2008).

sociais - e do comportamento esperado imposto pelas mesmas - que realmente aos desejos íntimos dos mesmos. Ou seja, mesmo neste grupo bastante escolarizado, e dito como vanguarda da segunda transição demográfica, parece haver uma permanência das preferências de fecundidade do passado, em que os indivíduos tendem a obedecer o padrão de desejo por dois filhos, indicando uma certa 'inércia da norma'[26] quando às preferências reprodutivas, o que tem como consequência essa elevada discrepância de fecundidade. É possível, ainda, que o desejo declarado pelos entrevistados seja estabelecido sem que sejam levados em conta todos os fatores que podem contribuir para que eles não se efetivem.

Por fim, é necessário reforçar que, mesmo com problemas na sua mensuração, a discrepância de fecundidade por falta de filhos é um fenômeno presente e crescente. Considerando-se que, cada vez mais, a fecundidade no Brasil e na América Latina irá decrescer, espera-se que, em decorrência, aumente o *gap* entre fecundidade desejada e realizada - e que esse tema receba maior atenção por parte as políticas públicas de família. Os indicadores atualmente utilizados mostram-se ineficientes e controversos, intensificando o surgimento de novos questionamentos sobre a sua eficiência para captar a insatisfação de fecundidade por falta de filhos. Parece, então, que os achados discutidos na literatura sobre fecundidade insatisfeita por falta de filhos, baseados em dados do tipo DHS, se relacionam muito mais a uma discrepância de fecundidade do que exatamente a uma fecundidade insatisfeita por falta de filhos. Além disso, será importante entender as formas diferenciadas dessa insatisfação por falta de filhos sobre os indivíduos, para que se possa valorar esse tema como um problema social, que requer políticas públicas efetivas.

Sugere-se, assim, que nas pesquisas quantitativas sobre implementação das preferências de fecundidade se utilize para determinar a situação de se ter menos filhos do que o desejado a noção de discrepância e não insatisfação. Pela própria natureza dos dados normalmente disponíveis, estes não seriam capazes, por si só, de informar sobre a real satisfação do indivíduo, uma vez que esta palavra, traz um juízo de valor, pois envolve questões mais abstratas e se relacionam à

---

[26] Termo sugerido pela Profª. Maria Coleta de Oliveira, integrante da banca de defesa da tese.

um contentamento e prazer resultante da realização daquilo que, de fato, se esperava ou do se desejava.

A partir disso, necessita-se expandir as pesquisas sobre a análise da discrepância e satisfação de fecundidade e a criação de indicadores mais refinados sobre a temática, a fim de que, mesmo as pesquisas quantitativas, possam revelar, com mais afinco, a dinâmica do processo de tomada de decisão por filhos e capturar, de forma mais sensível, a existência de mecanismos limitadores da realização de fecundidade, assim como demonstrado pela pesquisa qualitativa.

Entre as limitações desta tese, pode-se citar a restrição de se ter trabalhado somente com o comportamento reprodutivo de casais, pois se sabe que, cada vez mais, a fecundidade não marital torna-se relevante. Soma-se a isso, o fato da pesquisa ter envolvido apenas casais de alta escolaridade, apesar de que muito mais rico seria uma comparação com o grupo menos escolarizado. Pode-se citar ainda a limitação da amostra somente para Belo Horizonte, o que impossibilita a generalização dos resultados, até mesmo para o próprio município.

A despeito dessas limitações, espera-se que a realização desta tese contribuído para a expansão do conhecimento do processo de tomada de decisão por filhos sob a perspectiva dos homens, uma vez que, a maioria dos estudos só costuma levar em conta a opinião feminina. Além disso, devido ao trabalho utilizar levantamentos primários e dados qualitativos, julga-se ter mostrado maior riqueza de detalhes e conseqüente aprofundamento do tema.

Espera-se por fim, que a tese tenha levado à problematização da temática de implementação das preferências reprodutivas pelos casais, proporcionado maior visibilidade e embasamento teórico sobre o que realmente seria uma insatisfação de fecundidade por falta de filhos e, por tanto, uma violação ao direitos reprodutivos, separando o que poderia ser uma mera discrepância entre uma fecundidade idealizada e a observada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEP. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **O novo critério padrão de classificação econômica Brasil.** Junho de 2007. Disponível em: <http://www.abep.org/>. Acesso em: 03/07/2009.

ACOSTA, F. La familia en los estudios de población en América Latina: estado del conocimiento y necesidades de investigación. **Papeles de Población,** n.37,jul./sep.2003.

ADSERA, A. An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: the case of Spain. **Review of the Economics of the Household,** v.4, p.75–95, 2006.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**,v.50, p.179–211, 1991.

_____.; FISHBEIN, M. The influence of attitudes on behavior. In. D. Albarracin, B. Johnson, & M. Zanna (Eds.) **Handbook of attitudes and behavior** . Mahwah: Erlbaum, 2005, p. 173-221.

ÁLVAREZ, N.; MILES, D. Gender Effects on Household Work Allocation. **Journal of Population Economics,** v. 16, n. 2, p. 227–242, 2003.

ALVES, J. E. D. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil.** 1994. 298f. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. **Questões Demográficas: Fecundidade e Gênero.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas , 2004, 43p. (Textos para discussão, 9).

_____, CAVENAGHI, S.; BARROS, L., F., W. **A família DINC no Brasil:** algumas características sócio-demográficas. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010, 33p. (Textos para Discussão)

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a concliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ:Editora FGV, 2005

ARMAS, M. A. de. **No es lo mismo pero es igual: A singularidade da segunda transição demográfica em Cuba**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ARSKEY, H. Collecting data through joint interviews. **Social Research Update**, v.15, p. 1-4, 1996.

ATTRIDE-STIRLING, J. Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. **Qualitative Research**, v.1, n.3, p.385-405, 2001.

BALBO, N.; MILLS, M.The influence of the family network on the realisation of fertility intentions. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 179-206, 2011.

BARBER, J. S. The Theory of Planned Behaviour: considering drives, proximity and dynamics. **Vienna Yearbook of Population Research,** v.9, p. 31-35, 2011.

BARROS, J.V.; WONG, L.R.E. Implementação das preferências reprodutivas no contexto de queda da fecundidade, segundo o tipo de união: um estudo para Brasil e México. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro: ALAP, 2012.

BAUER, G.; KNEIP, T. Fertility From a Couple Perspective: A Test of Competing Decision Rules on Proceptive Behaviour. **European Sociological Review Advance**, v.12, Jan. 2012

BECKER, G. The demand for children. In: __. **A treatise on the family**. Boston: Harvard University Press, cap. 5, p. 93-112, 1981.

BECKMAN, L. J. Communication, power, and the influence of social networks in couple decisions on fertility. In: BULATAO, R.A.; LEE, R. D. (Ed.) **Determinants of fertility in developing countries.** New York: Academic Press, 1983. p. 415-443.

_____, *et al.* A Theoretical Analysis of Antecedents of Young Couples Fertility Decision and Outcomes. **Demography,** v.20, p.519-533, 1983.

BERNHARDT, E.; GOLDSCHEIDER, F. Gender Equality, Parenthood Attitudes, and First Births in Sweden.**Vienna Yearbook of Population Research,** p. 19-39, 2006.

BERQUÓ,E.; LIMA, L.P. de. Intenções Reprodutivas e Planejamento da fecundidade. In: **Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais... Belo Horizonte**: ABEP, 2004.

BILLARI, F. C.; KOHLER., H. P. Fertility and happiness in the twenty-first century: Institutions, preferences, and their interactions. In: Annual Meeting of the Population Association of America, Detroit, April, 2009.

BILLARI, F. C. 2008. The happiness commonality: Fertility decisions in low-fertility settings, keynote address to panel on "Very low fertility" Conference on How Generations and Gender Shape Demographic Change: Toward policies based on better knowledge, UNECE, Geneva, 14–16 May. Disponível em: «http: //www.unece.org/pau/_docs/ggp/2008/GGP_2008_GGC onf_Publ_1_Chapter-1.pdf». Acesso em 31/09/2011.

BONIFÁCIO, G. M.; NEPOMUCENO, M.R. O estudo da preferência reprodutiva entre homens e mulheres: diferenciais entre o número desejado de filhos e a parturição no contexto brasileiro. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN

LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro: ALAP, 2012.

BONGAARTS, J. The measurement of wanted fertility. **Population and Development Review,** v.16, n.3, p. 487–506, 1990.

_____. Do Reproductive Intentions Matter? **International Family Planning Perspectives**, v. 18, n. 3, p. 102-108, Sep. 1992.

_____.; FEENEY, G. On the quantum and tempo of fertility. **Population and Development Review**, v. 24, n. 2, p. 271-291, June 1998.

_____. Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies. **Population and Development Review**, v. 27, p.260–281, 2001.

_____. The end of the fertility transition in the developed world. **Population and Development Review**, v. 28, p.419–443, 2002.

_____.Can family planning programs reduce high desired family size in Sub-Saharan Africa?. In: **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health,** n. 37, v.4, p. 209-216, 2011.

BORLOT, A. M. M.; TRINDADE, Z. A. As tecnologias de reprodução assistida e as representações sociais de filho biológico. **Estudos de Psicologia,** Campinas, v.9, n.1, p.63-70,2004.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2002.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 05/10/2012.

BRASIL. **Lei nº11.804/08**, de 05 de novembro de 2008. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm>. Acesso em:06/10/2012.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil:** as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar , 2007. 28p. (Texto para discussão, 318).

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007.

_____; RICOLDI, A. M. **Revendo Estereótipos:** o papel dos homens no trabalho doméstico. São Paulo, Fundação Felipe Chagas, 2008 (Textos FCC , 31).

CAETANO, A. J. Fertility transition and the diffusion of female sterilization in northeastern Brazil: the roles of medicine and politics. In: **Conferência da IUSSP**, 24., 2001, Salvador. Anais... Liège: IUSSP, 2001.

CALDWELL, J. C. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.

_____. 1982. **Theory of Fertility Decline**. New York: Academic Press.

_____; REDDY, P., CALDWELL, P. The social component of mortality decline: an investigation in South India employing alternative methodologies. **Population Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 185-205, Jul. 1985.

_____. Three Fertility Compromises and Two Transitions. **Population Research and Policy Review**, Springer, v. 27, n.4, p. 427-446, 2008.

CAMARGOS, M. C. S. **Enfim só:** um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte, MG: 2008. (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CAMPBELL, A. A.;MOSHER, W. D. A History of the Measurement of Unintended Pregnancies and Births. **Maternal and Child Health Journal**, v. 4, n.3, p. 163-169, 2000.

CANALES, A. Retos teóricos de la demografía en la sociedad contemporánea. **Revista Papeles de Población**, Toluca, v. 10, n. 40, p. 47-69, abr./mayo. 2004.

CASTERLINE, J. B. Conclusions. In: LEE, R. (Ed.) **Dynamics of values in fertility change**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 37-370

_____.; EL-SEINI, L. (2007)The Estimation of Unwanted Fertility. **Demography,** v.. 44, n. 4, p. 729-745, .Nov. 2007.

CARVALHO, J. A. M. Regional trends in fertility and mortality in Brazil . **Population Studies**, London, v.28, n.3, p.1-21, Nov. 1974.

_____.; PAIVA, P. T. A.; SAWYER, D. R. A. **A recente queda da fecundidade no Brasil:** evidências e interpretação. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1981. 65p. (Monografia 12).

CASTANHEIRA, H. C. ;KOHLER, H. P. Work and Family Conflict, Gender and Low Fertility in Brazil. Paper presented at Population Association of America (PAA) **Annual Meenting**, Philadelphia 2013. Disponível em: http://paa2013.princeton.edu/papers/132905. Acesso em 4/05/2013.

CAVENAGHI, S. M. **Female Sterilization and Racial Issues in Brazil.** 1997. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia/Demografia) – University of Texas System, UTS, Estados Unidos, 1997.

_____.; ALVES, J. E. D. Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil. In: **Expert Paper**, Population Division, n. 8, 2011.

_____.; ALVES, J. E. D. Childlessness in Brazil: socioeconomic and regional diversity. In: Paper apresented in **XXVII IUSSP International Population Conference** Busan, Korea, Republic of, 26 August - 31 August, 2013. Diponível em: http://www.iussp.org/en/event/17/programme/paper/6026. Acesso em 08/10/2013

CEPAL. **Population, Reproductive Health and Poverty**, Twenty-seventh session, Oranjestad, Aruba, 11-16 May, 1998. Disponível em: <http://www.eclac.org/celade/publica/ LCG2015i.htm> Acesso: em 11/06/2012.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 51-74.

CLELAND, J. & WILSON, C. Demand theories of the fertility transition: an iconoclastic view. **Population Studies**, v. 41, n.1, p. 5-30. 1987.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the 'Second Demographic Transition': some agnostic comments. In: OAW. **Vienna Yearbook of Population Research.** Austria: Austrian Academy of Sciences, 2004. p.11-24.

COALE, A. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, L.; KOBAYASHI, K. (Ed.). **Fertility transition of East Asian populations.** Honolulu : University Press of Hawaaii, 1979. cap. 2.

COOKE, L.P. The South revisited: The division of labor and family outcomes in Italy and Spain. **IRISS Working Paper Series,** Luxembourg: CEPS/INSTEAD, n.12, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

CUNHA, V. Projetos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal. In: WALL, K.; ABOIN, S.; CUNHA, V. A. **Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades.** Lisboa: Ministério da Educação, 2010. p.265-312.

DAVIS, K. The theory of change and response in modern demographic history. **Population Index**, Princeton, v. 29, n. 4, p. 345-352, Oct. 1963.

DEMENY, P. Replacement-level fertility: The implausible endpoint of the demographic transition. In: Gavin W. J., Robert M. D., John C. Caldwell, R. M.

D'Souza (eds.), **The Continuing Demographic Transition**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

_____. Population Policy Dilemmas in Europe at the Dawn of the Twenty-First Century. **Population and Development Review,** v. 29, n.1, p. 1-28, 2003

DOMMERMUTH, L.; KLOBAS, J. LAPPEGÅRD, T. Now or later? The theory of planned behaviour and fertility intentions**. Dondena Working Paper**, n. 20, Sep. 2009.

DUVANDER, A.Z., ANDERSSON, G. Gender Equality and Fertility in Sweden: A Study on the Impact of the Father's Uptake of Parental Leave on Continued Childbearing. In: **MPIDR Working Paper** WP-2005-013, 23 pages (April 2005). Rostock, Max Planck Institute for Demographic Research.

EASTERLIN, R. An economic framework for fertility analysis. **Studies in family planing,** v.6, p. 54-63, 1975.

EVANS, A. Statistics. In: OSTERGAARD, L. (Ed.) **Gender and Development.** London: Routledge, 1992. 220 p.

FAN, E.; MAITRA, P. Women rule: Preferences and fertility in australian households, Department of Economics. **Monash University Working Papers**, v. 57, v.10, 2011.

FARIA, V., E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos**. Ciências Sociais Hoje**, v. 5, p.62-103, 1989.

_____.; POTTER, J. E. Television, Telenovelas, and Fertility Change in North-East Brazil. In: LEETE (ed.). **Dynamics of Values in Fertility Change**, Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 252-272.

FAVARO, C.S. **'Ser pai e mãe ao mesmo tempo': estratégias familiares de mulheres chefes de domicílios monoparentais**. Campinas: 2009. (Dissertação de mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Predicting and changing behavior:** The reasoned action approach. New York: Psychology Press, 2010. 538 p.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2004

FONSECA-SOBRINHO, D. **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. 1991. 203f. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FREJKA, T., SARDON, JP. First birth trends in developed countries: Persisting parenthood postponement.**Demographic Research** , v.15, n.6, p.47 – 180, 2006

FRIED, E.S.; J.R. UDRY. Wives' and Husbands' Expected Costs and Benefits of Childbearing as Predictors of Pregnancy. **Social Biology,** v.26, p. 265-274, 1979.

FUSSELL, E.;PALLONI, A. . Persistent marriage regimes in changing times. **Journal of Marriage and Family**, v. 66, n.5, p. 1201-1213, 2004.

GAUTHIER, A. H.The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature. **Population Research and Policy Review**,.v.26, n.3, p.323-346, 2007.

GIFFIN, K. Esfera de reprodução em uma visão masculina: considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de gênero. **Physis**, v. 4, n. 1, p. 23-40, 1994.

_____; CAVALCANTI, C. Homens e reprodução. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1 e 2, p. 53-71, 1999.

GOLDANI, A. M. Família, Relações de Gênero e Fecundidade no Nordeste do Brasil. In: Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil. **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil.** Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: BEMFAM e DHS; Macro International Inc., Junho 1994. p 57-80.

_____. Gender Relations and Fertility in Northeastern Brazil. **Brazilian Journal of Population Studies,** v. 2, p. 69-96, 2001.

GOLDSTEIN, J. R., LUTZ, W., TESTA, M. R. The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe. **Population Research an Policy Review**, v. 2, n. 2, p. 479-496, 2003.

GOLDSCHEIDER, F., OLÁH, L.SZ., PUUR, A. Reconciling studies of men's gender attitudes and fertility: Response to Westoff and Higgins. **Demographic Research** v. 22, n. 8, p. 189-198, 2010.

_____.; KAUFMAN, G. Fertility and commitment: bringing men back in", **Population and Development Review,** v. 22, p. 87-99, 1996.

GOVERNO FEDERAL QUER INCLUIR REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO SUS. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/noticia/saude/governo-federal-quer-incluir-reproducao-assistida-no-sus>. Acessado em 13/03/2013.

GUALBERTO, L. N. Comportamento Contraceptivo, Raça/Cor e Status da Mulher no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais, 2003

GUJARATI, D. **Econometria básica**. São Paulo: Makron Books, 2006.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22 n. 2, pp. 201-210, Mai-Ago 2006.

GUPTA, M. Death clustering, mothers' education and the determinants of child mortality in rural Punjab, India. **Population Studies**, London, n. 44, p.489-505, 1990.

HAGEWEN, K. J.; MORGAN, S P. Intended and ideal family size in the United States, 1970–2002. **Population and Development Review**, v.31, p.507–527, 2005.

HAMMEL, E.A. A theory of culture for demography. **Population and Development Review**. New York, v. 16 n. 3, p. 455-485, 1990.

HAKKERT, R. Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de género. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 267-288.

HAKIM, C. A new approach to explaining fertility patterns: Preference theory. **Population and Development Review**, n. 29, p. 349–374, 2003.

_____. Women, careers, and work-life Preferences. **British Journal of Guidance & Counselling**; v. 34, n. 3, p. 279-294 , Aug. 2006.

HENER, T. Do Couples Bargain over Fertility? Evidence Based on Child Preference Data. **Ifo Working Paper**, n. 92, 2010.

HENNING, S. La transición de la fecundidad en el mundo. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 11-32.

HERÁN, F. **Fertility and family-support policies: what can we learn from the European experience?** Keynote speech Opening ceremony of the 27th International Population Conference IUSSP, Busan (Republic of Korea), 26 Aug. 2013. Disponível em: http://www.iussp.org/sites/default/files/event _call_for_papers/Keynote_H%C3%A9ran_IPC%202013_ENGLISH.pdf

HOSMER, D. W. LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression**. Wiley, New York, 1989.

IACOVOU, M.; TAVARES, L. P. Yearning, Learning, and Conceding: Reasons Men and Women Change Their Childbearing Intentions. **Population and Development Review** v. 37, n. 1, p. 89–123, 2011.

IBGE.(2011a) **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2000/2030**. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm. Acesso em 10/09/2013.

IBGE (2011b). Estatísticas do Registro Civil de 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2011/rc2011.pdf. Acesso em 10/10/2013

IBGE (2013). Censo Demográfico 2010. Resultados da amostra: Nupcialidade, Fecundidade e Migração. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fec_mig.pdf. Acesso em 12/10/2013

JANSEN, M.; LIEFBROER, A.C. Couple's attitudes, childbirth, and the division of labor. **Journal of Family Issues** 27(11): 1487-1511, 2006.

JOHNSON-HANKS, J.; MORGAN; S. P.; BACHRACH, C.; KOHLER, H. P. The American Family in a Theory of Conjunctural Action.**Working paper**. Berkeley, CA: Department of Demography, University of California-Berkeley; 2006.

KLOBAS, J. The Theory of Planned Behaviour as a model of reasoning about fertility decisions. **Vienna Yearbook of Population Research**, v.9, p. 47-54, 2011.

KNODEL, J.; WALLE, E. van de. Lessons from the past: policy implications of historical fertility studies. **Population and Development Review**, New York, v.5, n. 2, p. 217-245, June.1979.

KNODEL, J.; PRAMUALRATANA, A. **Focus group research as a means of demographic inquiry.** Madison: PSC, 1987. 106 p. (Research Report, 87)

KISHOR, S; NEITZEL, K. The Status of Women: Indicators for Twenty-five Countries. **DHS Comparative Studies**, nº 21. Calverton, Mariland: Macro International Inc., 1996. 113 p.

KOHLER, H. P.; BILLARI, F. C; ORTEGA, J. A. The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s. **Population and Development Review** v. 28, n.4, p. 641-680, 2002.

_____; BEHRMAN, J.R.,;SKYTTHE, A. Partner + Children = Happiness? The Effects of Partnerships and Fertility on Well-Being. **Population and Development Review**, v. 31, n. 3, p.407-445, 2005

LACERDA, M. **Direitos Sexuais e Reprodutivos, Gênero e HIV/AIDS em duas coortes de mulheres e homens em Belo Horizonte**. 2010. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LESTHAEGHE, R.; KAA, D. van de. Twee demgraphische transities? In: ____. **Groei of krimp**. Deventer: Van Loghum-Slaterus, 1986. p. 9-24.

LESTHAEGHE, R. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **Population Studies Center Research Report,** v. 10, n. 696, Jan. 2010.

LIVI-BACCI, M. Comment: Desired Family Size and the Future Course of Fertility. **Population and Development Review,** v. 27, p. 282-289, 2001.

LIEFBROER, A. C. Changes in family size intentions across young adulthood: A life-course perspective. **European Journal of Population,** v. 25, n. 4, p. 363–386, 2009.

_____. On the usefulness of the Theory of Planned Behaviour for fertility research. **Vienna Yearbook of Population Research,** v. 9, p. 55-62, 2011.

LUTZ, W.The future of human reproduction: Will birth rates recover or continue to fall? **Ageing Horizons**, v. 7, p.15-21, 2007

_____, SKIRBEKK, V. Policies addressing the tempo effect in low-fertility countries. **Population and Development Review**, v.31, n.4, p. 699-720, 2005

MARCONDES, G. dos S. **Refazendo famílias**: as trajetórias familiares dos homens recasados. Campinas, SP. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARGOLIS, R.; MYRSKYLÄ, M. A Global Perspective on Happiness and Fertility. **Population and Development Review** , v. 37, p.29-56, 2011.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.24 n.1, Jan./Jun. 2007.

MARTINE, G. Brazil's Fertility Decline, 1965-95: A Fresh Look at Key Factors. **Population Development Review,** v. 22, n.1, p. 47-75, 1996.

MASON, K. O. **The Status of Women**: a Review of its Relationships to Fertility and Mortality. [s.l.] The Rockfeller Foundation, 1984. 86 p.

_____. The Status of Women: Conceptual and Methodological Issues in Demographic Studies. **Sociological Fórum,** v. 1, n. 2, p. 284-300, 1986.

_____; TAJ, A. M. Differences Between Women's and Men's Reproductive Goals in Developing Countries. **Population and Development Review**, v. 13, n. 4, p. 611-638, 1987.

_____. Explaining Fertility Transitions. **Demography**, v. 34, n. 4, p. 443-454, 1997.

_____. Gender and family systems in the fertility transition. **Population and Development Review,** v. 27, p. 160-176, 2001.

MATVEEV, A. The advantages of employing quantitative and qualitative methods in intercultural research: practical implications from the study of the perceptions of intercultural communication competence by american and russian managers. In: ROSTOV-ON-DON, R. (Ed). **Theory of communication and applied communication**. New York: Institute of Management, Business and Law Publishing, 2002. 168 p. p. 59-67

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research,** v. 17, n. 1, p. 1-16, 2000a.

_____. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review,** v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000b.

_____. Societal foundations for explaining low fertility: Gender equity. **Demographic Research**, *v.* 28, n 34, p 981-994 , may 2013

MCRAE, S. Constraints and choices in mothers' employment careers: a consideration of Hakim's Preference theory. **British Journal of Sociology,** v. 54, n. 3, p. 317-338, 2003.

MC CLELLAND, K. G.H. Family-size desires as measures of demand. In: Bulatao RA, Lee RD, ed. **Determinants of fertility in developing countries**. Volume 1. Supply and demand for children. New York, New York, Academic Press, 1983. 288-343. (Studies in Population)

MEDEIROS, M. **A geografia dos ricos no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, . (Texto para Discussão, 1029). Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/ td_1 029.pdf >Acesso em: 21/03/2013

MERRICK T.; BERQUÓ, E. **The Determinats of Brazil's Rapid Decline in Fertility.** Washington: National Academy of Science Press, 1983

MIETTINEN, A.; BASTEN, S.; ROTKIRCH, A. Gender equality and fertility intentions revisited: Evidence from Finland. **Demographic Research**, v. 24, n. 20, p. 469-496, 2011.

MILLER, W.B. Childbearing motivations, desires, and intentions: a theoretical framework. **Genetic, Social, and General Psychological Monographs**, v.120, n.2, p. 223-258, 1994.

_____.; PASTA, D. J. Behavioral intentions: Which ones predict fertility behavior in married couples? **Journal of Applied Social Psychology**, v. 25, p.530–555, 1995.

_____, SEVERY, A.; PASTA; D.J. A framework for modeling fertility motivation in the dyad. **Population Studies**, v.58, n. 2, p. 193-205, 2004.

_____. Comparing the TPB and the T-D-I-B framework. **Vienna Yearbook of Population Research,** v. 9, p. 19-29, 2011a.

_____. Differences between fertility desires and intentions: implications for theory, research, and policy. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p.75-98, 2011b.

MINAMIGUCHI, M. M. **Segunda transição demográfica: o que se pode dizer da situação brasileira?** 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MIRANDA-RIBEIRO, P. **Telenovelas and the sexuality transition among teenagers in Brazil**. 1997. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – The University of Texas, Austin, 1997.

MIRANDA-RIBEIRO, P *et al.* Acesso à contracepção e ao diagnóstico do câncer de colo uterino em Belo Horizonte: uma contribuição metodológica aos estudos quanti-quali. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** v.24, n.2, p. 341-344, 2007

MORGAN, S.P. Individual and couple intentions for more children. **Demography,** v. 22, p. 125–132, 1985.

_____.; NIRAULA, N.B. Gender Inequality and Fertility in Two Nepali Villages. **Population and Development Review,** v. 21, n. 3, p. 541-561, Sep. 1994.

_____. KING, R.B. Why have children in the 21st century? Biological predis-position, social coercion, rationalc hoice. **European Journal of Population1**, v. 7, p. 3-20, 2001.

_____. TAYLOR, M.G. Low fertility at the turn of the Twenty-First Century. **Annual Review of Sociology**, v. 32, p. 375-99, 2006.

_____ S.; RACKIN, H. The Correspondence Between Fertility Intentions and Behavior in the United States. **Population and Development Review**, v. 36, n. 1, p. 91–118, March. 2010.

_____; S; BACHRACH, C. A. Is the Theory of Planned Behaviour an appropriate model for human fertility? **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 11-18, 2011.

MORRIS, S. M. Joint and individual interviewing in the context of cancer. **Qualitative Health Research**, v. 11, p. 553-567, 2001.

NOTESTEIN, F. W Population: the long view. In: SCHULTZ, T.W. (Ed.) **Food for the world.** Chicago: Universit of Chicago Press, 1945.

_____. Economic Problems and Population Change. In: **Proceeding of the Eighth International Conference of Agriculture**, London, Oxford University Press, 1953.

OLIVEIRA, M. C. O lugar dos homens na reprodução. **Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política**. GUTIÉRREZ, M. A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007.

OLIVEIRA, I. T. Fecundidade e educação. **Revista de Estudos Demográficos**, v. 40, p. 5-19, 2007.

ONU. World Fertility Data 2012. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/WFD2012/MainFrame.html. Acesso em 28/04/2013.

PAIVA, P. T. A. O processo de proletarização e a transição da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v.41, n.1, p. 45-57, 1987.

PERÍ, A.; PARDO, I. Nueva evidencia sobre la hipótesis de la doble insatisfacción en Uruguay: ¿cuán lejos estamos de que toda la fecundidad sea deseada?. In: WONG, L. R. (Org) **Población y Salud Sexual y Reproductiva en América Latina,** ALAP, Serie Investigaciones num. 4, Rio de Janeiro, 2008. p. 55-88.

PERPÉTUO, I.; WONG, L. **Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil**: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006. Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: PNDS 2006. Cebrap, Ministério da Saúde, 2009.

PHILIPOV, D., O. THÉVENON, J. KLOBAS, L. BERNARDI AND A.C. LIEFBROER. Reproductive decision-making in a macro-micro perspective (REPRO): a state of the art review. **A working paper of the European Commission within the Seventh Framework Programme under the Socio-economic Sciences and Humanities theme**, 2009.

PHILIPOV. D. Theories on fertility intentions: a demographer's perspective.**Vienna Yearbook of Population Research,** v. 9, p. 37-45, 2011.

PINNELLI, A.; FIORI, F. The influence of partner involvement in fatherhood and domestic tasks on mothers' fertility expectations in Italy. **Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice about Men as Fathers,** v. 6, n. 2, p.169-191, 2008.

PNDS 2006. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança,** 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>. Acesso em: 03/06/08.

POCHMANN, M. (Org.) ; CAMPOS, A. (Org.) ; AMORIM, João (Org.) ; SILVA, Ronnie (Org.) . **Atlas da Exclusão Social:** Os Ricos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 3. 204 p.

POTTER, J. E. SCHMERTMANN, C.P.; CAVENAGHI, S.M. Fertility and development: Evidence from Brazil. **Demography,** v. 39, n.4, p. 739–761, 2002.

POTTER, J. E. SCHMERTMANN, C.P.; CAVENAGHI, S.M. "Mapping the Timing, Pace, and Scale of the Fertility Transition in Brazil. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, p. 283-307 (June 2010).

PRESSER, H. B. A Gender Perspective for Understanding Low Fertility in Post-transitional Societies. **Population and Development Review**, v. 27, p. 177-183, 2001.

PROCTOR, I.; PADFIELD. M. Work orientations and women's work: a critique of Hakim's Theory of the heterogeneity of women. **Gender, Work and Organization,** v. 6, n. 3, p. 152-62, 1999.

PUUR, A., OLÁH, L.SZ.; TAZI-PREVE, M.I.; DORBRITZ, J. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. **Demographic Research,** v. 19, n. 56, p. 1883-1912, 2008.

QUIROGA, J. **Vulnerabilidade, gênero e HIV:** um estudo sobre mulheres e homens heterossexuais, Brasil – 1998. 2006. 171 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RACHER, F. Using conjoint interviews to research the lived experience of elderly rural couples. **Nurse Researcher,** v. 10, n. 3, p. 60-72, 2003.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE. Demografia e saúde : contribuição para análise de situação e tendências / Rede Interagencial de Informações para Saúde. – Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2009. 144 p.

RÉGNIER-LOILIER, A.; VIGNOLI, D. Désirs, intentions de fécondité et réalisation en France et en Italie : similitudes et différences. Paper presented at Population Association of America (PAA) **Annual Meenting**, 2010. Disponível em: http://paa2010.princeton.edu/download.aspx?submissionId=100124 Acesso em: 25/11/2012.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

_____. Below Replacement Fertility in Brazil and the educational gradient: Is there a path towards lowest low fertility? In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro: ALAP, 2012.

_____; GUIMARÃES, R. R. M. The Educational Gradient of Low Fertility in Latin America. In: Paper apresented in XXVII IUSSP **International Population Conference** Busan, Korea, Republic of, 26 August - 31 August, 2013. Disponível em: http://www.iussp.org/sites/default/files/event_call_for_papers/The%20Educational%20Gradient%20of%20Low%20Fertility%20in%20Latin%20America%E2%80%A6.pdf. Acesso em 20/09/2013.

ROSERO-BIXBY, L.; CASTERLINE, J. B. Modeling Diffusion Effects in Fertility Tran-sition. **Population Studies**, v. 47, p. 147-67, 1993.

ROSERO-BIXBY, L., T. CASTRO-MARTÍN, T. MARTÍN-GARCÍA. Is Latin America Starting to Retreat from Early and Universal Childbearing? Paper presented at **the Annual Meeting of the Population Association of America**, New Orleans, LA, 17-19 April 2008.

ROTKIRCH, A.; BASTEN, S.; VÄISÄNEN, H.; JOKELA.Baby longing and men's reproductive motivation. **Vienna Yearbook of Population Research**,v.9, p. 283-306, 2011.

RYDER, N. B. The process of demographic translation. **Demography,** v. 1, n. 1, p. 74- 82, 1964.

_____. A critique of the National Fertility Study. **Demography,** v. 10, n. 4, p. 495-506, 1973.

SANTOS, T. de F. Apresentação. In: SIMÕES, C. C. da S. **A transição da fecundidade no Brasil**: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006. p. 11-13.

SANTELLI, J. S.; ROCHAT, R.; HATFIELD-TIMAJCHY, K. *et al.*The measurement andmeaning of unintended pregnancy. **Perspectiveson Sexual and Reproductive Health**, v. 35, n. 2, p. 94-101, 2003.

SANTELLI, J. S.; DUBERSTEIN, L. L.; MARK, G. ORR; *et al.* Toward a multidimensional measure of pregnancy intentions:Evidence from the United States. **Studiesin Family Planning**, v. 40 n. 2, p. 87-100, 2009.

SAMRSLA, M.; NUNES, J. C.; KALUME, K. *et al.* Expectativa de mulheres à espera de reprodução assistida em hospital Público do DF – estudo bioético. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 53, n. 1, p. 47-52, 2007.

SEALE, C.; CHARTERIS-BLACK, J.; DUMELOW, C.; LOCOCK, L.; ZIEBLAND, S. The Effect of Joint Interviewing on the Performance of Gender. **Field Methods,** v. 20, n. 2, p. 107–128, May. 2008.

SIMAO, A. B. **A Primeira Relação Sexual, o Primeiro Casamento e o Nascimento do Primeiro Filho: Um Estudo Quantitativo e Qualitativo de Duas Coortes de Mulheres em Belo**. (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

_____; MIRANDA-RIBEIRO, P; CAETANO, A. J.; CESAR, C. C. Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.23, n.1, p. 151-166, 2006.

SIMÕES, C. C. da S. **A transição da fecundidade no Brasil:** análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factoy Editora e Comunicações, 2006. 140 p.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In:VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação: Entre família e trabalho no Brasil.In: **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileira. In:VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SZWARCWALD, C. L.; DAMACENA, G. N. Amostras complexas em inquéritos populacionais: planejamento e implicações na análise estatística dos dados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.11, suppl.1, p. 38-45, 2008.

TAYLOR, B.; VOCHT, H de. Interviewing Separately or as Couples? Considerations of Authenticity of Method. **Qualitative Health Research**, v. 21, n. 11, p. 1576-1587, Nov. 2011.

TAZI-PREVE, I.M.; BICHLBAUER, D.; GOUJON, A. Gender trouble and its impact on fertility intentions. **Yearbook of Population Research in Finland,** v. 40, p. 5-24, 2004.

TESTA,M. R.; CAVALL, L.;ROSINA, A. Couples' childbearing behaviour in Italy: which of the partners is leading it? **Vienna Yearbook of Population Research** , v.9), p. 157-178, 2011.

THÉVENON O., LUCI-GREULICH, A. (2013) "The impact of family policy packages on fertility trends in developed countries", **European Journal of Population**, [accepted May 2013].

THOMPSON, W. S. Population. **American Journal of Sociology**, v. 34, p. 959-975, 1997.

THOMSON, E. Two into one: modeling couple behaviour. In: DIEGO, A. C. (Ed.), **Family Variables.** Newbury Park, CA: Sage, 1990. p. 129-142.

_____; MCDONALD, E; BUMPASS, L. L. Fertility desires and fertility: Hers, his, and theirs. **Demography** 1990;27:579–588.

_____. Couple childbearing desires, intentions, and births, **Demography** v. 34, p. 343-354, 1997.

_____; HOEM, J. Couple childbearing plans and births in Sweden. **Demography,** v. 35, p. 315-322, 1998.

TRIOLA, M. F. 2008. Introdução à estatística. 10 ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

TOMLINSON, J. Women's work-life balance trajectories in the UK: reformulating choice and constraint in transitions through part-time work across the life-course. **British Journal of Guidance & Counselling**, v. 34, v. 3, p. 365-382, 2006.

WALL, K.; ABOIN, S.; CUNHA, V. A Introdução. In: WALL, K.; ABOIN, S.; CUNHA, V. **Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades**. Lisboa: Ministério da Educação, 2010. p. 11-33.

WEISS, R. S. **Learning from strangers:** the art and method of qualitative interview studies. New York: The Free Press, 1994.

WESTOFF, C.F.; HIGGINS, J. Relationship between men's gender attitudes and fertility: Response to Puur *et al.*.'s "Men's chilbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century". **Demographic Research,** v. 21, n. 3, p. 65-74, 2009.

WONG, L. R. Evidences of further decline of fertility in Latina America: Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: CAVENAGH, Z. M. (Org.) **Demographic transformations and inequalities in Latin America:** Historical trends and recent patterns - Serie Investigaciones 8, 2009. 368 p.

_____; BONIFÁCIO, G. M. Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**, a. 3, n.4-5, enero/diciembre 2009.

ULIN, P. R. et al. **Qualitative methods**: a field guide for applied research in sexual and reproductive health. North Carolina: Family Health International, 2003. p. 278.

Van KAA, D. J. Europe's second demographic transition. **Population Bulletin**, Washington, v. 42, n. 1, p. 1-59, Mar. 1987.

_____. Options and sequences: Europe's demographic patterns. **Journal of the Australian Population Association**, Amsterdam, v.14, n.1, p. 1-30, Apr. 1997.

_____. The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries. **Paper 6th Welfare Policy Seminar.** Tokyo: National Institute of Population and Social Security, Jan. 2001.

_____. Demographic transitions. **Working Paper** no. 2008/1. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute (NIDI), The Hague, 2008.

VITALI, A., BILLARI, F.C., PRSKAWTZ, A.; TESTA, M. R. Preference theory and low fertility: A comparative perspective". **European Journal of Population**, v. 25, p. 413-438, 2009.

WESTOFF , C.F.; RYDER, N.B. The predictive validity of reproductive intentions. **Demography,** v. 14, n. 4, p. 431-53, 1977.

WESTOFF, C.F. Reproductive intentions and fertility rates. **International Family Planning Perspectives**, v. 16, n.3, 1990, p. 84-96.

WESTOFF, C.F. AND HIGGINS, J). Relationship between men's gender attitudes and fertility: Response to Puur et al.'s "Men's chilbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century". **Demographic Research** v.21, n.3, p. 65-74, 2009

WILSON, C. Fertility below replacement level. **Science**, .v. 5668, April 9, 2004, pp.207–209, 2004

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria:** uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods.** Sage Publications, 1994. Cap.4.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG

Esta pesquisa visa analisar os desejos, as intenções e a implementação das preferências reprodutivas de casais de Belo Horizonte, identificando como o ambiente macro e micro se inter-relacionam a fim de configurar a tomada de decisão por filhos .

Para isso serão feitas entrevistas em profundidade as quais serão realizadas separadamente com cada um (cada cônjuge separadamente) e depois outra entrevista em conjunto com os dois (o casal). O objetivo central nestes encontros é entender como as motivações reprodutivas de cada um dos membros do casal se interagem com as atitudes de gênero vivenciadas na parceria impulsionando a uma ação conjunta, que é ter filhos. Vamos conversar sobre questões como trabalho, relação conjugal e planejamento por filhos. Não existem opiniões certas ou erradas. O que importa é a história e a experiência que vocês tem a dizer sobre as perguntas que são colocadas.

O tempo de duração da entrevista é de, no máximo 1 hora e você tem o direito de responder ou não as questões colocadas por mim, bem como deixar a entrevista no momento em que deseje. A conversa é gravada, pois este é um procedimento necessário para o meu estudo, mas as falas jamais serão associadas com o seu nome. Todo material produzido será guardado por profissionais da UFMG, em local seguro, por um período de tempo considerado necessário para elaboração, implementação e avaliação de ações propostas em termos de políticas. Os resultados poderão ser utilizados pelos pesquisadores responsáveis, para elaboração de trabalhos científicos, sempre garantindo o sigilo relativo aos participantes.

A sua participação é absolutamente voluntária. Se houver alguma questão que você não queira responder, você pode manter-se calado(a), sem nenhum problema e poderá terminar a entrevista a qualquer momento, se assim decidir.

Será garantido anonimato e sigilo absoluto por nossa parte. Você receberá um número de código quando as transcrições estiverem sendo realizadas, assim as respostas permanecerão confidenciais e suas identidades não serão associadas a nenhum(a) participante em especifico. É importante ressaltar que os arquivos com as gravações serão guardados em local adequado e mantidos sob responsabilidade dos coordenadores da pesquisa e que resultados obtidos serão utilizados somente para fins desta pesquisa e das publicações dela advindas.

A duração da entrevista pode ser um pouco longa em alguns casos, dependendo da forma como a conversa fluir e da sua própria preferência. Também existe a possibilidade de ocorrer algum desconforto durante a entrevista, devido às temáticas abordadas e da própria situação da entrevista. Nesses momentos, caso você se sinta incomodado, fique à vontade para relatar esse desconforto ou mesmo encerrar a entrevista. Ao aceitarem participar dessa conversa, vocês não estarão correndo nenhum tipo de risco e também não receberão nenhum benefício.

Qualquer dúvida poderá ser tirada no momento da entrevista comigo ou com a coordenadora da pesquisa. Você pode ter uma cópia deste termo de consentimento, caso queira. Se sua dúvida persistir ou caso você queria ter uma confirmação sobre a seriedade deste estudo e de suas intenções, posso lhe fornecer o nome do responsável, na SEDESE, para que a seriedade desta pesquisa possa ser verificada.

É importante que você saiba que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo endereço também consta da documentação.

Pesquisadora Responsável:

Laura Lídia Rodríguez Wong

Avenida Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Ciências Econômicas,

Belo Horizonte, Minas Gerais - 30130-100

Tels.: +(5531)3409-7152

Pesquisadora assistente:

Angelita Alves de Carvalho

Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 sala 2096

Tels.: (31) 88048456 – angelita@cedeplar.ufmg.br

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005

Belo Horizonte – MG - CEP 30130-100

Tels: (31) 3409-4592

Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR –UFMG

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CONSENTIMENTO

A entrevistadora _____ leu em voz alta todas as informações sobre o estudo que está desenvolvendo e eu tirei todas as dúvidas a respeito da pesquisa. Sei também que a minha participação é voluntária e que posso desistir de ficar na entrevista mesmo depois deste já ter sido iniciada, ou não responder as perguntas feitas, sem que isto me traga qualquer prejuízo pessoal ou de qualquer ordem. Sei também que a minha participação não terá qualquer conseqüência para mim nas instituições envolvidas na pesquisa.

Por tudo isso, declaro que li este termo de consentimento e concordo em participar da entrevista em profundidade.

Local: _____, Data: ____/____/2013

Assinatura (somente primeiro nome):_____

APÊNDICE 2 – Questionário para ser respondido pela mulher à respeito de sua vida reprodutiva

Questões iniciais	Nome:	Profissão:			Tem empregada doméstica/diarista?		
	Data do casamento:	Idade:	Escolaridade:		Raça/cor:	Nome do marido:	
	Além do marido e filhos alguém mais mora com você? Quem? Qual a idade dessas pessoas?						
Questão 1	Quantos filhos nascidos vivos você tem? Caso tenha 0 responda a questão 2, caso tenha 1 ou mais responda 3	nº =					
Questão 2	Por que não tem filhos?	já tentou mas perdeu ( )	não deseja filho ( )	marido não deseja filhos ( )	você ou o companheiro são inférteis ( )	outro:	
Questão 3	Os nascimentos que você já teve se derão no momento planejado?	sim( )	não ( ) Por quê _____				
Questão 6	usa contracepção atual?	sim( ) Qual método? _____ Responda questão 7 e salte a 8			não ( ) Responda a questão 8		
Questão 7	Qual motivo de você usar contracepção atual	não quer ter (mais) filhos ( )	quer adiar ter (mais) filhos ( )	problemas de saúde( )	marido recomenda usocontracepção ( )	Outro:	
Questão 8	Qual motivo de você não usar contracepção atual	Não tem relações sexuais frequentes ( )	está grávida ( )	Menopausa ou você e/ou seu companheiro são infertéis ( )	amamentando ou pós parto ( )	deseja mais filhos ( )	outro:
Questão 9	Você me disse que (não) está atualmente usando método contraceptivo. Você diria que esta é uma decisão sua, do seu marido/companheiro ou vocês dois decidiram juntos?	Principalmente a respondente ( )	Principalmente companheiro ( )	Decisão conjunta ( )	Outro:		
Questão 10	Quer ter (mais) filhos ou prefere não ter (mais)filhos?	Quer ter (outro) filhos ( )	Não quer (mais) filhos ( ) Responda questão 12		Não pode ficar grávida ( ) Responda questão 12		Não sabe ( )
Questão 11	Quanto tempo quer esperar para ter (outro) filho(a)?	Menos de 1 ano ( )	Entre 1 a 2 anos ( )	2 anos ou mais ( )	Não quer esperar ( )	Outro:	
Questão 12	Se pudesse voltar atrás (para o tempo em que não tinha nenhum filho) e pudesse escolher o número de filhos para ter por toda a vida, que número seria este?	nº =					
Questão 13	Acha que seu marido/companheiro quer o mesmo número de filhos que você, quer mais filhos ou menos filhos que você?	Mesmo número ( )	Mais filhos ( )	Menos filhos ( )	Não sabe ( )		
Questão 14	Qual seria o número de filhos ideal para o seu marido?	nº =					
Questão 15	Trabalha, além das atividades domésticas, atualmente	sim ( ) responda a questão 16 e 17 e salte a 18		não ( ) responda a questão 18			
Questão 16	Em média, dos gastos do domicílio quanto é/era pago com seu salário: ( ) quase nada ( ) menos da metade ( ) a metade ( ) mais da metade ( ) tudo ( ) salário todo para gastos pessoais e/ou poupado						
Questão 17	Quem decide/decidia o que fazer com o dinheiro que você ganha?	Principalmente a respondente ( )	Principalmente companheiro ( )	Decisão conjunta ( )	Outro:		
Questão 18	Por que não trabalha atualmente?	cuida dos filhos ( )	não encontrou emprego ( )	não precisa/gosta ( )	problemas de saúde ( )	marido não deixa ( )	outro:
Questão 19	Você já conversou alguma vez com seu companheiro sobre planejamento familiar?	sim ( )	não ( )				
Questão 20	Os casais nem sempre concordam em tudo. Você acha que a mulher pode se recusar a fazer sexo com o marido/ companheiro, quando:	ela não quer fazer sexo ( )	ela sabe que o marido a traiu ( )	ela sabe que o marido tem DST ( )	ela está cansada ( )	parto recente ou está grávida ( )	Outro:
Questão 21	Geralmente, quem das pessoas que moram com você tem a palavra final nas decisões sobre: Cuidado com sua própria saúde? ( ) principalmente a entrevistada ( )principalmente o companheiro ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica Cuidado da saúde de sua criança? ( ) principalmente a entrevistada ( )principalmente o companheiro ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica Compra de grande valor para a casa? ( ) principalmente a entrevistada ( )principalmente o companheiro ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica Compra para as necessidades diárias? ( ) principalmente a entrevistada ( )principalmente o companheiro ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica						

rev

APÊNDICE 3 – Questionário para ser respondido pela homem à respeito de sua vida reprodutiva

Questões iniciais	Nome:	Profissão:		Tem empregada doméstica/diarista?		
	Data da união/casamento:	Idade:	Escolaridade:	Raça/cor:	Nome da esposa:	
	Além da sua esposa e filhos alguém mais mora com você? Quem? Qual a idade dessas pessoas?					
Questão 1	quantos filhos nascidos vivos você tem? Caso tenha 0 responda a questão 2 e pule a questão 3, caso tenha 1 ou mais responda a questão 3	nº =				
Questão 2	Por que não tem filhos?	já tentou mas perdeu ( )	não deseja filho ( )	esposa não deseja filhos ( )	companheira e/ou você são inférteis ( )	não deseja nesse momento ( )	outro:
Questão 3	Os filhos que você já teve se deram no momento planejado?	sim( )	não ( ) Por quê _____			
Questão 6	você ou sua companheira usam contracepção atualmente?	sim( ) Qual?_____ Responda a questão 7 e salte a 8	não ( ) Responda a questão 8 e salte a 7			
Questão 7	Qual o motivo de você ou dela usar contracepção atual	não quer ter (mais) filhos ( )	quer adiar ter (mais) filhos ( )	problemas de saúde ( )	Esposa recomenda uso de contracepção ( )	Outro:	
Questão 8	Qual o motivo de vocês não usarem contracepção atual	Não tem relações sexuais frequentes ( )	Sua esposa está grávida ( )	você e/ou sua companheira são infertéis ( )	Sua esposa está amamentando ou pós parto ( )	deseja ter (mais) filhos ( )	outro:
Questão 9	Você me disse que (não) está atualmente usando método contraceptivo. Você diria que esta é uma decisão sua, da sua esposa/companheira ou vocês dois decidiram juntos?	Principalmente do respondente ( )	Principalmente esposa/ companheira ( )	Decisão conjunta ( )	Outro:	
Questão 10	Quer ter (mais) filhos ou prefere não ter (mais) filhos?	Quer ter um(a) filho/outro(a) ( )	Não quer ter (mais) filhos ( ) Responda a questão 12	Você ou a sua esposa não podem mais ter filhos ( ) Responda a questão 12	Não sabe ( )	
Questão 11	Quanto tempo quer esperar para ter (outro) filho?	Menos de 1 ano ( )	Entre 1 ano a 23 meses ( )	2 anos ou mais ( )	Não quer esperar ( )	Outro:	
Questão 12	Se pudesse voltar atrás, para um tempo em que não tinha filhos, e escolher exatamente o número de filhos para ter por toda a vida, que número seria este?	nº =				
Questão 13	Acha que sua esposa quer o mesmo número de filhos que você, quer mais filhos ou menos filhos que você?	Mesmo número ( )	Mais filhos ( )	Menos filhos ( )	Não sabe ( )	
Questão 14	Qual seria o número de filhos ideal para a sua esposa?	nº =				
Questão 15	Trabalha, além das atividades domésticas, atualmente?	sim ( ) responda a questão 16 e 17 e salte a 18	não ( ) responda a questão 18			
Questão 16	Em média, dos gastos do domicílio quanto é/era pago com seu salário: ( ) quase nada ( ) menos da metade ( ) a metade ( ) mais da metade ( ) tudo ( ) salário todo para gastos pessoais e/ou poupado/					
Questão 17	Quem decide/decidia o que fazer com o dinheiro que você ganha?	Principalmente o respondente ( )	Principalmente a esposa/ companheira ( )	Decisão conjunta ( )	Outro:	
Questão 18	Por que não trabalha atualmente?	cuida dos filhos ( )	não encontrou emprego ( )	não precisa/gosta ( )	problemas de saúde ( )	esposa não deixa ( )	outro:
Questão 19	Você já conversou alguma vez com sua companheira sobre planejamento familiar?	sim ( )	não ( )			
Questão 20	Os casais nem sempre concordam em tudo. Você acha que o homem pode se recusar a fazer sexo com a esposa/companheira, quando:	ele não quer fazer sexo ( )	ele sabe que o mulher o traiu ( )	ele sabe que esposa tem DST ( )	ele está cansado ( )	Outro:
Questão 21	Geralmente, quem das pessoas que moram com você tem a palavra final nas decisões sobre: Cuidado sua própria saúde? ( ) principalmente o entrevistado ( )principalmente a companheira ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica Cuidado a saúde de sua criança? ( ) principalmente o entrevistado ( )principalmente a companheira ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica almente a Compra de grande valor para a casa? ( ) principalmente o entrevistado ( )principalmente a companheira ( ) conjuntamente ( ) outros ( ) não se aplica					

APÊNDICE 4- ROTEIRO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM A MULHER

Entrevista: **data:**

Introdução: Pedir permissão para gravar. Ler e pedir assinatura do termo de compromisso. Falar sobre o uso do próprio nome, que eu estou lá para aprender etc

I – Para começar, gostaria de saber um pouco mais sobre você e por isso vou peço que você me respondesse de forma sucinta as seguintes questões: Nome, Idade, Escolaridade, Profissão (Renda individual), Raça, Religião, Tem empregada, Data do casamento, Nome do marido, Idade do marido, Escolaridade do marido, Profissão do marido, Número de filhos, Além do marido e filho alguém mais mora com você (ficar atenta se para a idade dessas outras pessoas – rede de apoio ou cuidado), Outras informações?

I– Se a mulher trabalhar questionar detalhes sobre o seu trabalho, caso não trabalhe perguntar se ela tem renda de outras fontes, os motivos dela não trabalhar fora, como isto interfere na tomada de decisões por filhos, na relação conjugal, etc.(Este bloco de discussão tem o objetivo de levantar a trajetória profissional da mulher, as preferências com relação à carreira e realização profissional, possíveis entraves que podem ocorrer com relação à conciliação trabalho-família e o que isso acarreta para sua vida conjugal e reprodutiva)

01- com quantos anos inseriu-se no mercado de trabalho? Por quê?

02- quantas horas você trabalha por dia e quantos dias na semana?

03- em que você trabalha e qual a renda média mensal que você ganha com seu trabalho (pode ser em salários mínimos)?

04- como é o seu cotidiano profissional, sua relação com os colegas de trabalho e seus superiores?

05- a sua função exige que você também leve trabalho para ser feito em casa? Se sim quanto tempo em média você se dedica ao trabalho mesmo quando esta em casa? O que você sente em relação a isso?

06- Você sofre algum tipo de stress com relação às exigências que você tem ao desempenhar suas funções, horas extras, concorrências, etc? Se sim, me fale sobre como isso lhe afeta.

07- como você vê seu futuro profissional (intenções, ambições, etc)?

08- como você se sente em relação à realização profissional?

09- como você ajusta o seu tempo para o trabalho e sua vida familiar?

10- Você acha que o seu trabalho e sua dedicação à vida profissional interfere (iu) no seu planos de ter filhos? de que forma?

II – Agora eu gostaria que você voltasse lá no passado, no momento em que você estava próxima de se unir a esse seu parceiro atual, pois nós vamos conversar agora sobre os seus planos naquela época. (A partir dos questionamentos espera-se conhecer as expectativas que as mulheres tinham sobre a vida conjugal e maternidade, bem como os planos que faziam a fim de comparar com a realidade que vivem hoje)

11- com qual idade se casou? por quê?

12- quando se uniu o que esperava de vida conjugal? e as de seu marido, alguma característica especial?

13- neste período, o que a maternidade representava para você?

14- o que pensava sobre filhos e quantos planejava ter?

15- e o seu marido, o que achava disso? quais eram os desejos dele?

16- naquela época com qual idade gostaria de ser mãe?

17- como você e seu marido planejavam a vida a dois? (compraram casa?dividiram a renda?quem pagaria o que?quando teriam filhos?)

18- você tinha alguma (in) segurança quanto ao seu futuro conjugal e à maternidade?

19- você se achava confiante para ser mãe? E o seu parceiro?

III – Falando agora do presente, gostaria que você me contasse um pouco de sua relação com seu parceiro em todas as dimensões. (Este bloco de discussão busca a visão da mulher sobre o relacionamento do casal com relação às divisões de cuidados com os filhos e afazeres domésticos, divisão de tomada de decisão com relação ao consumo, vida sexual, etc.

20- Quanto tempo vocês estão juntos? Como é como é a sua relação com seu parceiro (companheirismo, sexualidade, poder, etc) Já vivenciaram alguma separação? Como foi?

21- O que você faz e o que ele faz em relação aos serviços domésticos, cuidados com os filhos e às decisões que se tem que tomar na família? Por quê?

22- Como você considera participação do seu marido nos serviços domésticos e nas decisões familiares? Ao pensar as notas péssimo, muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom e excelente, qual seria a nota que você daria para seu parceiro em relação à sua participação nas atividades domésticas? Por quê?

23- Em um mundo ideal, como você gostaria que se fosse essa repartição de tarefas entre você e seu marido, quem faria o que?

IV- Bom, agora eu gostaria de conversar um pouco sobre a maternidade e que o isto representa para você atualmente. (Neste bloco de discussão espera-se levantar as principais informações com relação às preferências reprodutivas e o comportamento reprodutivo das mulheres, bem como captar a influência das preferências de seus cônjuge e as relações de gênero que se dão nesse processo)

24- você usa ou já usou algum método contraceptivo? Por quê? E o que o seu marido, pensa disso?

25- você tem filhos, se sim, quantos, qual a idade deles?

26- qual a idade em que você foi mãe?por quê?

27- o nascimento de seu primeiro filho se deu no momento planejado? E dos demais?

28- como se dá o cuidado com o(s) seu(s) filho(s)?quais são as suas redes de apoio (creche, família, outro? Você acredita que estas redes podem influenciar suas decisões reprodutivas? De que forma?

30- como você avalia a sua participação e dedicação na educação e cuidado de seu(s) filho(s)?

31- quem passa mais tempo com os filhos? Por quê e o que você sente em relação a isso?

32- deseja ter (mais) filhos? por quê?

33- e o seu marido deseja ter (mais) filhos? por quê?

34- ter o primeiro filho fez você mudar suas intenções reprodutivas?de que forma? Isso também afetou os desejos de seu parceiro? Por quê?

35- como você se sente ao pensar no seu desejo e suas intenções reprodutivas no início do casamento e a realidade que você se encontra hoje?

36- os desejos do seu marido podem ter influenciado os seus desejos em relação à maternidade? De que forma?

37- e o ambiente econômico e político (empregos, violência, saúde, educação, corrupção) que vivemos pode de alguma forma ter influenciado seus desejos e o número de filhos que você tem? De que forma?

38- como as pessoas próximas de você e do seu parceiro (familiares, amigos e outros) reagiram frente às decisões familiares que vocês tomaram? O que isso causa (ou) em você?

39- em algum momento você sofreu críticas ou constrangimentos quanto às suas decisões em relação ao número de filhos que você têm? Quais?

40- depois de toda essa trajetória de vida, como você hoje vê a maternidade (quais seriam as suas (in)certezas e (in)seguranças) e a paternidade exercida por seu parceiro?

VII – Bom, para terminar, mais duas perguntinhas:

41- se você pudesse voltar no tempo, faria algo diferente quanto a sua vida profissional, conjugal, ou reprodutiva, especialmente quanto ao número de filhos que você teria?

42- o que tem a me dizer sobre sua felicidade e realização pessoal?

Por enquanto é só. Até o nosso próximo encontro onde você e seu marido conversaram comigo a respeito destes temas. Foi um grande prazer conhecer a sua experiência, com certeza ela contribuíra muito para meus conhecimentos. Muito obrigada por ter se disponibilizado a participar desta pesquisa.

APÊNDICE 5- ROTEIRO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM O HOMEM

Entrevista: **data:**

Nome da esposa:

Introdução: Pedir permissão para gravar. Ler e pedir assinatura do termo de compromisso. Falar sobre o uso do próprio nome, que eu estou lá para aprender etc.

I – Para começar, gostaria de saber um pouco mais sobre a trajetória no mercado de trabalho

01- com quantos anos inseriu-se no mercado de trabalho? Por quê

02- quantas horas você trabalha por dia e quantos dias na semana?

03- em que você trabalha e qual a renda média mensal que você ganha com seu trabalho (pode ser em salários mínimos)?

04- como é o seu cotidiano profissional, sua relação com os colegas de trabalho e seus superiores?

05- a sua função exige que você também leve trabalho para ser feito em casa? Se sim quanto tempo em média você se dedica ao trabalho mesmo quando esta em casa? O que você sente em relação a isso?

06- Você sofre algum tipo de stress com relação às exigências que você tem ao desempenhar suas funções, horas extras, concorrências, etc? Se sim, me fale sobre como isso lhe afeta.

07- como você vê seu futuro profissional (intenções, ambições, etc)?

08- como você se sente em relação à realização profissional?

09- como você ajusta o seu tempo para o trabalho e sua vida familiar?

10- Você acha que o seu trabalho e sua dedicação à vida profissional interfere (iu) no seu planos de ter filhos? de que forma?

II – Agora eu gostaria que você voltasse lá no passado, no momento em que você estava próximo de se unir a esse seu parceiro atual, pois nós vamos conversar agora sobre os seus planos naquela época.

11- com qual idade se casou? por quê?

12- quando se uniu quais eram as suas expectativas quanto ao que seria sua vida conjugal? e as de sua esposa, alguma característica especial?

13- neste período, o que a paternidade representava para você?

14- o que pensava sobre filhos e quantos planejava ter?

15- e a sua esposa, o que achava disso? quais eram os desejos dela?

16- naquela época com qual idade gostaria de ser pai e porque?

17- como você e sua esposa planejavam a vida a dois?

18- você tinha alguma (in) segurança quanto ao seu futuro conjugal e à paternidade?

19- você se achava confiante para ser pai? E a sua parceira?

III – Falando agora do presente, gostaria que você me contasse um pouco de sua relação com sua parceira.

20- Quanto tempo vocês estão juntos e como é a sua relação com ela?

21- O que você faz e o que ela faz em relação aos serviços domésticos e às decisões que se tem que tomar na família? Por quê?

22- Como você considera a sua participação e a participação de sua esposa nos serviços domésticos e nas decisões familiares? Ao pensar as notas péssimo, muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom e excelente, qual seria a nota que você

daria para seu parceiro em relação à sua participação nas atividades domésticas? Por quê?

23- Em um mundo ideal, como você gostaria que se fosse essa repartição de tarefas entre você e sua esposa, quem faria o que?

IV- Bom, agora eu gostaria de conversar um pouco sobre a paternidade e que o isto representa pra você atualmente.

26- qual a idade em que você foi pai?como foi essa decisão?

27- quantos filhos você tem? Tem algum filhos fora desta união? o nascimento de seu primeiro filho se deu no momento planejado? E dos demais?

28- como é sua relação com o(s) seu(s) filho(s)?

29- como se dá o cuidado com o(s) seu(s) filho(s)? quais são as suas redes de apoio?

30- como você avalia a sua participação e dedicação na educação e cuidado de seu(s) filho(s)?

31- quem passa mais tempo com os filhos? Por quê e o que você sente em relação a isso?

32- deseja ter (mais) filhos? por quê?

33- e a sua esposa deseja ter (mais) filhos? por quê?

34- ter o primeiro filho fez você mudar suas intenções reprodutivas?de que forma? Você acha que isso também afetou os desejos de seu parceiro? Por quê?

35- como você se sente ao pensar no seu desejo e suas intenções reprodutivas no início do casamento e a realidade que você se encontra hoje?

36- os desejos de sua esposa podem ter influenciado os seus desejos em relação à paternidade? De que forma?

37- e o ambiente econômico, político e social que vivemos pode de alguma forma ter influenciado seus desejos e o número de filhos que você tem? De que forma?

38- como as pessoas próximas de você e de sua parceira (familiares, amigos e outros) reagiram frente às decisões familiares que vocês tomaram? O que isso causa (ou) em você?

39- em algum momento você sofreu críticas ou constrangimentos quanto às suas decisões em relação ao número de filhos que você têm? Quais?

40- depois de toda essa trajetória de vida, como você hoje vê a paternidade (quais seriam as suas (in)certezas e (in)seguranças) e a maternidade exercida por sua parceira?

VII – Bom, para terminar, mais duas perguntinhas:

41- se você pudesse voltar no tempo, faria algo diferente quanto a sua vida profissional, conjugal, ou reprodutiva?

42- o que tem a me dizer sobre sua felicidade e realização pessoal?

Por enquanto é só. Até o nosso próximo encontro onde você e sua esposa conversaram comigo a respeito destes temas. Foi um grande prazer conhecer a sua experiência, com certeza ela contribuíra muito para meus conhecimentos. Muito obrigada por ter se disponibilizado a participar desta pesquisa.

APÊNDICE 6 - ROTEIRO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM O CASAL

Entrevista: **data:**

Introdução: Pedir permissão para gravar. Ler e pedir assinatura do termo de compromisso. Falar sobre o uso do próprio nome, que eu estou lá para aprender etc.

01-Para começar, gostaria de saber um pouco sobre o como vocês vêem a vida profissional de vocês e a conciliação entre o trabalho e a família? Quem vocês acham que tem maior flexibilidade e porque? Vocês acham que de alguma forma o trabalho de vocês interfere na vida conjugal e nos seus planos de ter filhos? de que forma?

02- Vocês acham que se casaram na hora certa? Por quê?

03- O que vocês imaginavam sobre o futuro de vocês (ter casa, viajar, ter filhos)? O que hoje é diferente e por quê?

06- Eu gostaria que vocês me contassem como é a rotina de um dia comum na vida de vocês, quem faz o que das atividades diárias e o porquê desta divisão.

08- Se alguma coisa fosse diferente, economicamente e/ou rende de apoio, isso influenciaria a tomada de decisão por filhos?

07- Como é o acordo entre vocês para a divisão de tarefas e tomadas de decisão?

09- Por que escolheram usar (não) método contraceptivo? E hoje, qual o motivo de um parceiro usar este método e não outro?

10- Por que decidiram ter filhos na época que tiveram?

11- Como vocês vêem a relação (cuidado, amizade, cobrança)de vocês com seus filhos?

12- Há uma sobrecarga de cuidado e afazeres domésticos para algum dos parceiros?

13- Quem passa mais tempo com os filhos?nO que isso causa a vocês em termos de dinheiro, relação com os filhos e parceiro?

14- Deseja ter (mais) filhos? por quê?

15- O fato de ter o primeiro filho fez vocês mudarem suas intenções reprodutivas?de que forma?

16- Como vocês se sentem ao pensar no seu desejo e suas intenções reprodutivas no início do casamento e a realidade que vocês se encontram hoje?

17- Vocês acham que os desejos de cada um de vocês podem ter se influenciado mutuamente em relação aos desejos de ter filhos? De que forma?

20- em algum momento vocês sofreu críticas ou constrangimentos quanto às suas decisões em relação ao número de filhos que você têm? Quais?

21- se vocês pudesse voltar no tempo, fariam algo diferente quanto a sua vida profissional, conjugal, ou reprodutiva?

APÊNDICE 7 - DEMONSTRATIVO DA PARTURIÇÃO MÉDIA DAS MULHERES BRASILEIRAS ENTRE 2000 E 2010

Grupos de idade da mãe	Filhos nascidos vivos		Mulheres		Parturição	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
15 a 19 anos	1.661.469	1.190.788	8.920.685	8.432.004	0,186249	0,1412224
20 a 24 anos	6.407.202	5.090.081	8.093.297	8.614.963	0,7916677	0,5908419
25 a 29 anos	10.181.111	9.608.337	7.035.337	8.643.419	1,4471391	1,1116361
30 a 34 anos	13.598.982	13.227.989	6.664.961	8.026.854	2,0403693	1,6479668
35 a 39 anos	15.823.453	14.463.194	6.305.654	7.121.915	2,5094071	2,0308013
40 a 44 anos	16.070.235	15.367.645	5.430.255	6.688.796	2,9593886	2,2975204
45 a 49 anos	15.288.056	15.519.239	4.505.123	6.141.338	3,3934825	2,5270127

Fonte: Censos Demográficos, 2000 e 2010, IBGE

APÊNDICE 8 - MODELO 4 - REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA PARA EXPLICAR A DISCREPÂNCIA DE FECUNDIDADE ENTRE MULHERES CASADAS/UNIDAS DE 35 A 49 ANOS, BRASIL 1996 E 2006 (N=2611)

Variáveis	1996				
explicativas	Coef.	Odds	P>|z|	VIF	Test Wald
Ano da Pesquisa					
1996	Ref.	Ref.	Ref.		
2006	0,726	2,067	**0,000**	1,250	**0,000**
Região Geográfica					
Sudeste	Ref.	Ref.	Ref.		
Norte	-0,139	0,870	0,677	1,390	
Nordeste	0,058	1,060	0,801	1,700	0,830
Sul	-0,003	0,997	0,989	1,780	
Centro-Oeste	0,168	1,183	0,440	1,590	
Situação de domicílio					
Urbano	Ref.	Ref.	Ref.		
Rural	0,111	1,118	0,617	1,250	0,629
Grupos de idade					
35 a 39	Ref.	Ref.	Ref.		
40 a 44	-0,457	0,633	**0,006**	1,200	**0,014**
45 a 49	-0,028	0,972	0,878	1,210	
Anos de estudo					
0 a 3	Ref.	Ref.	Ref.		
4 a 7	-0,287	0,751	0,205	1,450	
8 a 10	0,365	1,441	0,115	1,360	0,083
11,000	0,012	1,012	0,961	1,710	
12 e mais	0,437	1,547	0,184	1,870	
Raca/cor					
não branca	Ref.	Ref.	Ref.		
branca	-0,307	0,736	**0,049**	1,270	0,043
Religião					
Católica	Ref.	Ref.	Ref.		
Protestante Trad	-0,357	0,700	0,547	1,080	
Pentecostal	-0,303	0,738	0,168	1,090	0,511
Sem religião	0,501	1,650	0,279	1,030	
Outras	0,233	1,263	0,529	1,060	
Trabalho					
sim	Ref.	Ref.	Ref.		
não	0,252	1,286	0,334	1,060	0,228
Estratos Econômicos					
C	Ref.	Ref.	Ref.		
A e B	-0,108	0,897	0,641	1,550	0,301
D e E	0,197	1,217	0,334	1,580	
Desejo do marido					
deseja o mesmo	Ref.	Ref.	Ref.		
deseja mais	0,041	1,042	0,830	1,050	**0,000**
deseja menos	1,160	3,189	**0,000**	1,060	
Número uniões					
primeira união	Ref.	Ref.	Ref.		
mais de uma união	-0,024	0,976	0,924	1,060	0,215
Indice Gênero	0,017	1,017	0,872	2,880	0,872
Decisão com o dinheiro que ela ganha					
Ela decide	Ref.	Ref.	Ref.		
Ele decide	0,297	1,346	0,246	1,070	0,123
Decisão conjunta	-0,275	0,760	0,103	1,110	

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com

APÊNDICE 9- MODELO 5 - REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA PARA EXPLICAR A DISCREPÂNCIA DE FECUNDIDADE ENTRE MULHERES CASADAS/UNIDASDE 35 A 49 ANOS MÃES, BRASIL 1996 E 2006 (N=1741)

Variáveis explicativas	Coef.	Odds	P>|z|
Ano da Pesquisa			
1996	Ref.	Ref.	Ref.
2006	0,338	1,402	0,173
Região Geográfica			
Sudeste	Ref.	Ref.	Ref.
Norte	-0,058	0,944	0,868
Nordeste	0,144	1,155	0,566
Sul	-0,032	0,969	0,892
Centro-Oeste	0,293	1,341	0,197
Situação de domicílio			
Urbano	Ref.	Ref.	Ref.
Rural	0,150	1,162	0,538
Grupos de idade			
35 a 39	Ref.	Ref.	Ref.
40 a 44	-0,436	0,647	**0,016**
45 a 49	-0,059	0,942	0,768
Anos de estudo			
0 a 3	Ref.	Ref.	Ref.
4 a 7	-0,214	0,807	0,350
8 a 10	0,328	1,389	0,181
11,000	-0,161	0,851	0,538
12 e mais	-0,037	0,963	0,911
Raca/cor			
não branca	Ref.	Ref.	Ref.
branca	-0,332	0,718	**0,042**
Religião			
Católica	Ref.	Ref.	Ref.
Protestante Trad	-0,365	0,694	0,586
Pentecostal	-0,508	0,602	**0,027**
Sem religião	0,017	1,017	0,974
Outras	0,225	1,252	0,564
Trabalho			
sim	Ref.	Ref.	Ref.
não	-0,461	0,631	0,112
Estratos Econômicos			
C	Ref.	Ref.	Ref.
A e B	-0,003	0,997	0,991
D e E	0,098	1,103	0,650
Desejo do marido			
deseja o mesmo	Ref.	Ref.	Ref.
deseja mais	0,134	1,144	0,507
deseja menos	1,288	3,624	**0,000**
Número uniões			
primeira união	Ref.	Ref.	Ref.
mais de uma união	0,393	1,482	**0,104**
Indice Gênero (cont.)	-1,934	0,145	0,951
Decisão com o dinheiro que ela ganha			
Ela decide	Ref.	Ref.	Ref.
Ele decide	0,472	1,603	0,120
Decisão conjunta	-0,017	0,984	0,939
Idade ao ser mãe			
antes dos 35 anos	Ref.	Ref.	Ref.
depois do 35 anos	2,251	9,496	**0,000**

Fonte: Modelos Logit e Logístico elaborados pela autora com base nos dados das PNDS de 1996 e 2006.